UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: NORTE-NORDESTE NO MUNDO ATLÂNTICO

# Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul

**Kleber Clementino da Silva**

**Recife**
**Julho de 2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: NORTE-NORDESTE NO MUNDO ATLÂNTICO

# Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul

**Kleber Clementino da Silva**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do grau de **doutor** em **História**.

Orientadora: Prof.ª Dra. Marília de Azambuja Ribeiro
Coorientador: Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda

**Recife**
**Julho de 2016**

Catalogação na fonte
Bibliotecária Miriam Stela Accioly, CRB4-294

S586r Silva, Kleber Clementino da.
Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul / Kleber Clementino Silva. – 2016.
277 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profª Drª. Marilia de Azambuja Ribeiro.
Coorientador: Profº Drº Tiago C. P. dos Reis Miranda
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. História. 2. Guerra Holandesa. 3. Historiografia. 4. Política - narrativa histórica. 5. Análise do discurso. I. Ribeiro, Marilia de Azambuja (Orientadora). II. Miranda, Tiago C. P. dos Reis. III. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-50)

# KLEBER CLEMENTINO DA SILVA

## Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul

Tese apresentada ao **Programa de Pós-graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor** em **História**

Aprovado em: **25/07/2016**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.ª Drª. Marília de Azambuja Ribeiro
**Orientador (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)**

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)**

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)**

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
**Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco – URFPE)**

Prof. Dr. Carloz Ziller Camenietzki
**Membro Titular Externo (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)**

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FIS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO

## Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de doutoramento, indispensável à realização deste trabalho, bem como pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche para a temporada de estudos em Lisboa, possibilitando significativo enriquecimento da pesquisa.

À todos os que compõem o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, pela oportunidade da realização do sonho da profissionalização no campo da investigação científica.

À minha orientadora, Marília de Azambuja Ribeiro, pela aposta no trabalho desde seu estágio placentário, quando não ia além de vaga ideia rascunhada em longuíssimos parágrafos seiscentistas. E, mais, pelo exemplo de arrojo intelectual e lúcida criticidade, pelo paciente, generoso e fraterno acompanhamento nos momentos difíceis, e pela estimulante confiança.

Ao meu coorientador, Tiago C. P. dos Reis Miranda, pela tão afável acolhida em Portugal, pela constante disponibilidade e correções minuciosas, pelas valiosas referências bibliográficas e pelas eruditas e divertidas conversas nas freguesias de Lisboa e Sintra.

Ao professor Carlos Ziller Camenietzki, pela gentil e preciosa interlocução na condução da pesquisa. Extensivo aos professores George Cabral e Bruno Miranda, pelas pertinentes contribuições, no momento da qualificação.

Às professoras Mafalda Soares da Cunha e Maria Fernanda Olival, pela carinhosa acolhida no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), da Universidade de Évora.

Às excelentes profissionais Sandra e Patrícia, da secretaria da Pós-graduação em História da UFPE, pelo trabalho sempre feito com tanta atenção e prestatividade.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em História da UFPE, em cujas disciplinas pude estabelecer frutíferos diálogos e construir estimada aprendizagem.

A todos os bibliotecários e arquivistas dos institutos visitados no Brasil e no exterior, pelo trabalho importante e pouco valorizado que desempenham.

A Camila Correa, pela crucial intermediação do contato com o Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, em Roma.

À meu pai, Célio, minha mãe, Ozélia, a quem devo quase tudo do caminho que trilhei. E meus irmãos, Kleyton e Kleyson, pela parceria e pelos tantos socorros. A todos, pelo apoio e afeto inestimável e por construírem um lar onde produzir este trabalho foi possível.

A d. Ana, minha sogra, por ter-me acolhido como mais um filho, tão amorosa e atenciosamente, em sua casa e em sua família. E a d. Aurora, pelo mesmo carinho e acolhida.

A minhas tias Osani, Nilda e Neide, pelos cuidados de segundas mães desde a mais tenra idade.

Aos amigos Henrique Nelson, Marcone Zimmerle, Luísa Ximenes, Laércio Dantas e Arthur Curvelo, pelos diálogos intelectuais, colaborações diretas na construção deste trabalho e momentos de descontração, tão necessários aos amantes da faina livresca.

A meus alunos, com quem aprender é sempre uma aventura estimulante.

E, de forma especial, a minha noiva, Juliana, cuja enorme capacidade de amar é uma lição maior e mais valiosa do que qualquer pesquisa e qualquer tese. Eu só consegui porque você estava comigo.

**Resumo**

A tese de doutoramento ora apresentada centra-se nas obras que conformaram o discurso historiográfico ibérico acerca da guerra travada contra os neerlandeses na América e na África Ocidental (1624-1654). Tais narrativas (concebidas no interior dos gêneros "relação de sucessos", "relação historial" e "história"), vêm a lume num intervalo de cerca de sete décadas (1625-1698), pelo trabalho de autores de diversas origens e trajetórias, situados em diferentes espaços dos impérios ibéricos. Procede-se à análise do conteúdo destes escritos à luz das distintas conjunturas surgidas na Península Ibérica ao longo do período e, igualmente, das vertentes historiográficas então em vigor. Conceitos como "sucesso" e "história perfeita", bem como a historiografia da emergência do livro no cenário cultural europeu moderno e do gênero da *Ars historica* foram fulcrais ao trabalho. Mostra-se possível, a partir dessa aparelhagem teórico-metodológica, demonstrar primeiramente como a narrativa histórica, no Seiscentos, dialogava com os contextos no interior dos quais era produzida, quer nas cortes e centros de poder peninsulares, quer em meio às disputas nas zonas ultramarinas. Para além disso, discute-se a mobilização da historiografia como ferramenta de intervenção política, de visibilização de sujeitos e "partidos", de emissão de contradiscursos. A metáfora da "relação" e da "história" como "armas" viceja no período. Desse modo, tanto as cortes ibéricas (por meio da alta nobreza e mesmo das casas reinantes) quanto grupos políticos empoderados no ultramar põem em ação o instituto do patronato, a imprensa em expansão, os recursos da publicística e o prestígio do gênero histórico para o fim de fixar uma memória conveniente dos eventos da guerra holandesa. Glorificam suas próprias façanhas, bem como aquelas de seus clientes e correligionários, em vista de recompensas materiais e simbólicas presentes e futuras. Prêmio que, aliás, nem sempre alcançam. No primeiro capítulo, apresentam-se as narrativas a serem analisadas e discute-se sua atribulada recepção nos séculos XVIII, XIX e XX. Em seguida, estuda-se a produção das "relações de sucessos" e sua colaboração para a historicização do conflito, ao longo dos reinados de Felipe IV e d. João IV. No terceiro capítulo, o foco se volta para o gênero denominado de "relação historial", intermediário entre a "relação de sucesso" e a "história". No quarto e último capítulo, discute-se como todo esse repertório informativo, na Espanha e sobretudo em Portugal, é empregado como fonte para a escrita de "histórias perfeitas", enaltecedoras tanto dos "heróis" na campanha quanto das coroas glorificadas por meio das vitórias descritas.

**Palavras-chave**: Guerra holandesa, historiografia, política, narrativa, publicística.

**Abstract**

The present doctoral thesis focuses on writen works that shaped the Iberian historiographical discourse about the war fought against the Dutch in America and West Africa (1624-1654). Such narratives (conceived within the genres "relation of successes", "historical relation" and "history"), come to light inside a period of about seven decades (1625-1698), by the work of authors from various origins and trajectories, residing in several places of the Iberians empires. The thesis conducts an analysis theses writings, in the lights of the different contexts that arose in the Iberian Peninsula over the period, as well as the historiographical expressions then in force. Concepts such as "success" and "perfect history", as well as the historiography of the emergence of books in modern European cultural scenario and the genre of *Ars historica* were essential for the present work. It was made possible, with these theoretical and methodological tools, to demonstrate, first of all, how the historical narrative, in the sexteenth century, dialogued with the contexts in which it was produced, either in courts and peninsular centers of power or under the disputes overseas. Furthermore, we discuss the mobilization of historiography as a political intervention tool, for visualization of individuals and "parties", and the enunciation of counter-discourses. The metaphor of "relation" and "history" as "weapons" thrive in the period. Thus, both the Iberian courts (through the aristocracy and even the ruling houses) and political groups empowered overseas put in action the institution of patronage, the expanding press, resources of propaganda and historical genre aiming to establish a convenient memory of the Dutch war. They glorify their own achievements, as well as those of their clientele and supporters, seeking simbolical and material rewards, in the present and in the future. Awards not always received. In the first chapter, we present the narratives under scrutiny and discuss its troubled reception in the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries. Then we study the production of the "relations of successes" and their collaboration to the historicity of the conflict over the reign of Philip IV of Spain and John VI of Portugal. In the third chapter, the focus turns to the genre called "historical relation", operating between the "relation of success" and "history". In the fourth and final chapter, we discuss how this entire informative repertoire in Spain and especially in Portugal is employed as source of the "perfect stories", writen to exalt both the "heroes" in the field of battle and the crowns, through the victories those histories describe.

**Keywords**: Dutch war, historiography, politics, narrative, propaganda.

**SUMÁRIO**

**Agradecimentos**
**Resumo**
**Abstract**

**Introdução**..... 10

**Capítulo 1. As narrativas da guerra holandesa e a historiografia ibérica**

**1.1. A tradição historiográfica ibérica**..... 23

**1.2. As fontes narrativas e sua fortuna crítica**
1.2.1. A historiografia seiscentista da guerra holandesa ..... 37
1.2.2. Performance nos séculos XVII e XVIII..... 48
1.2.3. A acolhida crítica nos séculos XIX e XX..... 58

**1.3. A guerra holandesa que contamos é ainda aquela escrita no Seiscentos?** ..... 67

**Capítulo 2. Primeiro ato: as relações de sucessos da guerra holandesa (1625-1654)**

**2.1. A revolta dos Países Baixos, a Península Ibérica e o Ultramar português**..... 71

**2.2. Relações, Histórias**
2.2.1. A transposição do acontecimento em fato histórico..... 79
2.2.2. A cultura escrita no Antigo Regime.
A "relaçam" manuscrita e impressa ..... 86

**2.3. Mentira, alarde e silêncio nas relações de sucessos ibéricas**
2.3.1. "Relações falsas" e narrativas inimigas..... 94
2.3.2. Panfletos do *Annus mirabilis*..... 100
2.3.3. Escrever entre revezes e conquistas (1630-1654)..... 109

**Capítulo 3. A guerra holandesa nas relações historiais (1625-1660)**

**3.1. Apuros e salvações da dinastia sitiada**
3.1.1. Bragança *versus* Áustria (1640-1662)..... 123
3.1.2. El Rei narrador..... 132

**3.2. Continente e conteúdo**
3.2.1. "Razones que no se debe imprimir":
o livro na cultura escrita do Seiscentos..... 136

3.2.2. *Idem, sed aliter*..... 144

**3.3. A "jornada dos vassalos" nas relações historiais (1625-1628)**
3.3.1. "Reducir a relaciones": relações historiais testemunhais..... 149
3.3.2. Erudição como tática..... 155

**3.4. Narrativas que chegam do sul: relações historiais da guerra em Pernambuco e Angola (1644-1660)**
3.4.1. Os Albuquerque contra-atacam..... 162
3.4.2. O despertar do mito vieiriano..... 168
3.4.3. Angola: notícias de uma luta esquecida..... 176
3.4.4. Guerra enfim relatada.....179

**Capítulo 4. A guerra holandesa nas histórias ibéricas do Seiscentos (1628-1698)**

**4.1. A ascenção de d. Pedro II e a lenta consolidação da dinastia Bragança**..... 183

**4.2. A historiografia no Seiscentos**
4.2.1. As historiografias francesa e espanhola..... 190
4.2.2. "Historia perfecta" e "história política"..... 200

**4.3. "Più ardola, e malageuole impreſa": a apoteose historiográfica**
4.3.1. Os pioneiros..... 209
4.3.2. Histórias vieirianas..... 213
4.3.3. Heróis, hereges e idólatras na "Etiopia Ocidental"..... 223
4.3.4. "Hum Livro taõ eſperado da curioſidade univerſal"..... 227
4.3.5. A história oficial e a confraternização dos vencedores..... 233

**Considerações finais**..... 244

**Arquivos e bibliotecas consultadas e suas siglas**..... 250

**Fontes e referências bibliográficas**..... 251

**Páginas virtuais e catálogos online** ..... 277

## Introdução

Nos meses seguintes à recuperação da Bahia das tropas da *West-Indische Compagnie* (WIC), em 1º de maio de 1625, a notícia acalorou os ânimos das principais cidades ibéricas. Não só se realizaram folguedos e cerimônias louvando a reconquista alcançada pela armada ibero-napolitana, como depressa entraram a circular, nas formas manuscrita e impressa, inúmeros relatos da batalha. Até o final daquele ano, grande profusão de *relações* veio a lume não só em importantes cidades da Península Ibérica – Lisboa, Madri, Évora, Sevilha, Coimbra, Toledo, Cádiz – mas também nos Países Baixos, na Itália, na França, na Alemanha e, mais tarde, na Cidade do México e em Lima[1].

Entre estas relações, as primeiras anunciavam em breves linhas a vitória católica, os fidalgos mortos na luta, as riquezas retomadas das mãos dos hereges. Com o passar do tempo, relatos mais elaborados ofereceriam aos leitores o drama da queda de Salvador, do apresto da armada restauradora, do cerco e sítio daquela praça americana, seus sangrentos combates, astutas manobras e façanhas memoráveis. Nesses escritos, pincela-se a imagem da rebeldia holandesa humilhada e castigada, e da Espanha triunfante, ensinando aos inimigos o que haveriam de esperar se ousassem contra os domínios de El-rei Felipe IV. A guerra holandesa[2], mal se iniciava, depressa era posta em tinta sobre papel.

O interesse em narrar o episódio parece ter sido considerável, tanto por parte das autoridades, autores e editores, quanto por parte dos leitores. Contudo, as maneiras de contá-lo transformam-se. Se no curso de 1625 se multiplicam os panfletos sobre o evento, entrado o ano de 1626 quase não se produzem novas *relações*. A reconquista da Bahia, com o passar dos anos, vai deixando de ser um assunto para panfletistas, transitando para o campo de interesse dos historiadores, alcançando o status de capítulo da história da Espanha. A vitória será historiada, já em fins da década de 1620 e ao longo da seguinte, por eruditos de renome e será incluída

[1] RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.* Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1949, pp. 190 e ss. Os impressos sobre a restauração da Bahia ultrapassariam as seis dezenas, a que Schwartz acresce outras, não compiladas por Rodrigues. SCHWARTZ, Stuart B. *The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640)*. The American Historical Review, vol. 96, n. 3 (jun, 1991).

[2] A expressão "guerra holandesa" designa o conjunto de conflitos entre os Províncias Unidas, de um lado, e Portugal e Espanha, do outro, como desdobramento da Guerra de Independência dos Países Baixos (1568-1648) e da expansão marítima neerlandesa, materializada, no Ocidente, pela West-Indische Compagnie. O espaço das lutas abrange as possessões lusocastelhanas no Atlântico Sul, formando um losango em cujos vértices estão Rio de Janeiro, Maranhão, Madri e Luanda (incluindo os combates em alto mar e nas proximidades dos arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores), no período entre 1624 e 1654. A preferência pelo singular expressa o desejo de apontar a unidade do conflito, mesmo em face de sua largueza intermitência. É uma única guerra, sem embargo de certa tradição regionalista – inaugurada, veremos, por algumas das narrativas seiscentistas – de fracioná-la.

entre as memórias pelas quais se engrandecia o passado da nação *Hispania* – entidade política com que os Áustria, evocando o passado romano, representavam toda a Ibéria[3].

Itinerário análogo terão as narrativas da luta contra os neerlandeses em Pernambuco, em Angola, novamente na Bahia e alhures, a partir de 1630, sem que se possam ignorar as especificidades desse segundo momento da guerra. Alguns episódios desse confronto, depois de terem sido convertidos em assunto de *relações* e tematizados por testemunhas das lutas, foram elevados à condição de "memoráveis", apresentados em cores épicas pelas mais aplaudidas penas de Portugal, especialmente durante a regência (1667-1683) e o reinado (1683-1706) de d. Pedro de Bragança. A forma, pois, como essas histórias foram sucessivamente recontadas – desde a primeira hora em que as refregas sucederam, logo após o fim da Trégua dos Doze anos entre Espanha e Países Baixos (1609-1621), até o fim do século, suscita problemas historiográficos que convém examinar.

É desse ponto de partida que o presente estudo propõe fazer sua colaboração. Seu objetivo é caracterizar o processo de historicização da guerra holandesa no Atlântico Sul através da produção de relações e histórias, entre 1625 e 1698, por parte de diversos grupos políticos atuando na Península Ibérica e no ultramar americano e africano. Tais textos serão submetidos a análise à luz, de um lado, dos cenários políticos em transformação ao longo desses setenta anos e, do outro, das formas então franqueadas pela cultura escrita para a conversão dos acontecimentos[4] em narrativas públicas. Os usos do passado[5], portanto, estão no coração de nossa temática, bem como as limitações políticas e discursivas que constrangem sua mobilização. Sujeitos direta ou indiretamente ligados à guerra mostraram, até o fim do século, contínua preocupação em presidir e controlar-lhe a historicização. Porém aquilo que importava dizer e os modelos pelos quais as enunciações podiam ser materializadas exigiam a colaboração de autores, editores e outros portadores de saberes cruciais para a emissão da mensagem.

[3] VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquia Hispánica (1580-1668)*. Madri: Arco Libros, 2000.

[4] Emprega-se aqui o conceito de "acontecimento" a partir das discussões de RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Unicamp, 2008, sobretudo pp. 171 e ss. e de DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento*. São Paulo: UNESP, 2013. "Acontecimento", enquanto "contraparte do testemunho" e irrupção no seio do real, diferencia-se de "fato", resultado do trabalho intelectual sobre aquele. O fato é pensado como um enunciado que visa a representar o acontecimento.

[5] A instrumentalização, por parte do discurso político do século XVII, das formas de expressão escrita ampliadas pela tipografia – como a hagiografia, a novela e mesmo obras de saber médico – foi problematizada por Curto. No período, "o discurso político investe os produtos tipográficos mais variados, incluindo os gêneros considerados menores", como relações e gazetas. CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 150. E também CURTO, Diogo Ramada. *A produção do discurso político seiscentista: o caso de Luís Marinho de Azevedo*. Lisboa (Viseu: Tip. Guerra): Sep. da Revista de História Econômica e Social, 1984.

Os autores das narrativas estudadas, como veremos, erigiram cuidadosas representações, compostas de passagens escolhidas com tática e desenhadas com prudência. Em nome de "partidos", isto é, grupos provisoriamente agregados em torno de interesses políticos circunstanciais, escreveram em vista do revide, quando alvejados por penas inimigas; para angariar visibilidade e consagração; ou, ao contrário, para o achincalhe de adversários. Se convinha alardear, amplificavam o feito com altissonância; diante de eventos inconvenientes, mas impossíveis de silenciar, poliam, suavizavam e, através de malabarismos retóricos, convertiam em memória honrosa o que antes fora constrangimento.

Buscará ainda este trabalho demonstrar que a perspectiva de que historiografia e política, na Modernidade, incidiam sobre a construção das narrativas históricas como imperativos. No Seiscentos, o político, mais do que parceiro fortuito, era elemento constituinte do historiográfico, ao mesmo tempo em que os grupos exercendo o poder evocavam a gravidade da história para fazer aceito o seu mando. De vez que a tarefa incontornável do gênero histórico, então, é se fazer "útil" à *Res publica* através dos feitos que relata, o político é um dos sustentáculos epistemológicos do discurso historiográfico. Sua supressão da narrativa é, teoricamente, inaceitável. Há, no máximo, textos em que a instrumentalização publicística por parte de autores e patronos à frente da operação historiante se dá em menor grau. Mas está lá.

A generalidade dos textos sob estudo será designada por meio de expressões como "relatos", ou "narrativas", evitando assim o designativo de "crônicas" com que já foram chamadas. Há boas razões para isso. A crônica, vinculada à fórmula dos "anais", e a história de ambições literárias e edificantes caminharam em veredas paralelas, porém distintas, como apontam estudos sobre a historiografia medieval[6]. Os autores do Seiscentos, noutro plano, raramente empregam o vocábulo "crônica" para se referir a suas relações e muito menos histórias, indício da caducidade do termo. Na tradição historiográfica ibérica, desde o Medievo, "pôr em crônica" implica compilar relatos reunidos sobre um tema em novo texto ordenado e escorreito. Cronistas-mores quatrocentistas como Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina eram instados a "pôr em crônica" os feitos das gerações predecessoras, congregando escritos dispersos dando-lhes nova forma literária[7]. Na Modernidade, a *relaçam* assume crescentemente esta importante tarefa de registro pré-historiográfico, em especial após a difusão da tipografia.

[6] SMALLEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages.* Londres: Thames and Hudson, 1974.
[7] BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Sintra: Europa-América p. 28. ARIÈS, Philippe. *O tempo da* história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. SARAIVA, J. Antônio & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Martins Fontes, s/d [1955], pp. 123 e ss.

Autores e patronos: tão importante quanto o escrutínio daquilo que as relações e histórias comunicam é entender quem se exprime através delas. A guerra holandesa, ao longo do século XVII, é oração pronunciada por diversos locutores. As histórias que hoje consultamos redigiram-se amiúde sob a proteção e mesmo solicitação de figuras poderosas, valendo-se de práticas de mecenato e da consolidação da imprensa em Portugal e na Espanha (onde crescia o número dos livreiros e tipógrafos na primeira metade do Seiscentos), para veicular em meio às narrativas suas versões dos fatos e, com eles, seus projetos de poder. O mapeamento desses grupos e sujeitos, situados nas cortes lisboeta e madrilena, nas cidades lusocastelhanas da América e da África, respondendo às diferentes conjunturas em que brigam por se fazer ouvir, será indispensável para o estudo da historicização aqui proposto.

As vozes que historiam a guerra, além de tão variadas, mudam ainda com o desdobrar das conjunturas. Para uns e outros partidos, se agora convinha historiar os acontecimentos, adiante a melhor estratégia bem poderia vir a ser calá-los. E assim foi. Tais escritos emergiam dialogando com as pressões político-linguísticas circundantes. Nos diversos contextos que o recorte 1625-1698 comporta, os diferentes historiadores da guerra sacavam da *langue*, da "gramática" disponível, as imagens e posturas admissíveis para a veiculação de ideias políticas. Os sujeitos, em seus embates discursivos pelo poder, explica Pocock, invocam o repertório circulante de noções (*langue*), como solo onde enraízam seus discursos conjunturais (*parole*). Proferem enunciados que, ou buscam preservar o *status quo* retórico, ou atacá-lo e renová-lo, quando nele já não estão à disposição ideias propícias ao autor. As metamorfoses da política, por sua vez, também incidem sobre a *langue*, alterando-lhe os referenciais, com efeito sobre as *paroles* enunciadas. As tensões entre *langue* e *parole* delimitam a arena onde os confrontos discursivos se travam, ajudando a identificar a faixa do que se julgava dizível e publicável[8].

No núcleo da historiografia ibérica do Seiscentos, sob cujos auspícios a guerra holandesa será transformada em texto, incide o magnetismo da historiografia clássica e dos debates historiográficos dos dois séculos anteriores. Percebe-se tanto a manutenção dos cânones greco-romanos – primitivamente assentados por autoridades como Tucídides, Políbio, Cícero, Tito Lívio e Luciano – como, em contraste, a emergência de novos preceituários, formulados desde o *Quattrocento* na Itália, na França e alhures. Estes novos modelos partem do confronto crítico entre as diferentes tradições daquele mesmo legado da cultura antiga[9], respondendo aos inéditos

[8] POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2013. O texto de Pocock examina o contexto inglês do século XVII, refletindo sobre as estruturas linguísticas em que os atores políticos se inserem e sobre a possibilidade de atualização dessas estruturas pela *parole*.

[9] Como se manifesta, por exemplo, na polêmica entre Bartolomeo Facio e Lourenzo Valla, entre 1446 e 1447, quando "pela primeira vez se defrontam sistematicamente (...) os nexos fundamentais para a definição de uma

cenários políticos e às novas *langues* em que se viam imersos os autores da Modernidade nascente. Historiadores do Seiscentos são ainda comparados a próceres clássicos: Manuel de Faria e Sousa seria o "Lívio Português", ao passo que Ericeira exibiria a maestria de Cicero.

Por outro lado, os debates em torno do gênero histórico travados nas páginas da tratadística conhecida como *Ars historica*, eram conhecidos na Península e o ideário quinhentista da *Ragion di Stato* impactaria a escrita da história no XVII[10]. É, em todo caso, objeto de controvérsia historiográfica se o paradigma clássico da escrita da história se mantinha consensual entre os eruditos do Antigo Regime[11]. A esta perspectiva se opõem análises para as quais a tradição grecorromana, não obstante sua reiterada invocação, passa a ser alvo de releituras heterodoxas no tocante a seus pressupostos, trabalho de fontes e formas de expressão – com a contestação se baseando em concepções às vezes oriundas da própria Antiguidade, conquanto alheias ao *mainstream* historiográfico[12].

Nos tratados da *Ars historica*, a maneira de conceber e escrever a história é igualmente posta à prova, como visto no debate acerca da pertinência do discurso direto tucidideano ou *sermocinatio*, isto é, a reconstrução ficcional de falas idealmente proferidas. Aquelas palavras postas nos lábios do personagem seriam "decorosas", isto é, verossímeis e pertinentes à imponência de sua figura. A crítica a esta ferramenta retórica desembocaria, entre 1550 e 1730,

'historiografia moderna'". ALBANESE, Gabriella. "A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e no nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão". *In*: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a escrita da história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 301-302. O embate atravessa temas fulcrais da historiografia ulterior, como a convivência entre princípios como o *veritas*, o *utilitas* e o *dignitas historiae*. E é travado em diferentes lugares, ao norte e ao sul da Europa.

[10] REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. E MATOS, Luís de. *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*. Lisboa: Ed. Ramos, 1965. PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Retórica e eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012. ALBUQUERQUE, Martim de. *Um percurso da construção ideológica do Estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002. ALBUQUERQUE, Martim de. *Jean Bodin na Península Ibérica: ensaio de história das ideias políticas e de direito público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1978.

[11] "A los modernos", comenta Manuel de Faria e Sousa, "parece que imitan a Cornelio Tacito, porque ven ſembradas de aforiſmos politicos ſus Hiſtorias (...). Si el oy viviera ſe eſcandalizara de que le llamaſſen Hiſtoriador: y todavia lo es más q los q pienſan imitarle". SOUSA, Manuel de Faria e. *Europa portuguesa. Segunda edicion correta, ilvstrada y anadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es nueva*. 3 vols. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-1680, vol. I, "prólogo", p. 3. BONILHA, Alexandre da Cruz. *Manuel Faria de Sousa, historiador*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2011SINKEVISQUE, Eduardo. *Estilo agudo em história: Ciceronianos & anticiceronianos do século* XVII. Sibila: revista de poesia e crítica literária (online). Ano 15, agosto de 2012. SINKEVISQUE, Eduardo. *Com furores de Marte e com astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 7, n. 13, jul-dez de 2006, pp. 331-378.

[12] Tão cedo quanto séculos XIV e XV, por exemplo, o exame a que Petrarca e Veronese submetem as fontes da Antiguidade impulsionará o renascimento da "história antiquária", com raízes também antigas, porém ostracizada desde o Alto Medievo perante a autoridade do legado historiográfico de Tucídides e outros MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru (SP): EDUSC, 2004. GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe.* Cambridge (UK): University Press, 2010. OLIVEIRA, António de. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Porto: Península - Revista de Estudos Ibéricos, n. 6, 2009

no postulado da impossível convivência entre o compromisso com a verdade e a observância às bases retóricas clássicas em que as obras históricas até então se inscreviam. Ao contrário, justamente a subordinação da história à Retórica teria engendrado inúmeros erros e distorções, acarretando, entre outros malefícios, a negligência no rigoroso trabalho com as fontes[13].

No caso do Seiscentos luso, a instrumentalização do passado e dos textos sobre ele transita no interior da historiografia cultivada na Península e observa os contextos políticos pré e pós-Restauração. O gênero histórico é amiúde acionado como veículo de justificação ou de censura, nas disputas dos partidos pelo poder em cada contexto. A "rebelião" ou "aclamação" de D. João IV, em 1640, momento político dos mais cruciais do século, impõe drástica reforma na *langue* e altera os limites do dizível e do impronunciável na Península. Para os espanhóis, importava colar aos Bragança a pecha de usurpadores e tiranos. Para os "restauradores", à urgência de responder à ação de Felipe IV nos domínios militar e discursivo, somava-se a necessidade estratégica de fazer-se reconhecer pelas demais coroas europeias. O 1º de Dezembro impactará a construção da literatura jurídica que legitima a ruptura dinástica, e mais na parenética, nos escritos econômicos e na historiografia[14].

A historicização da guerra holandesa, em meio a esta confluência de refenciais, será abordada como um contínuo diálogo com os contextos que a presidem. A narrativa da "Jornada dos Vassalos"[15], veremos, tão explorada em seu tempo, perde força após a ruptura bragantina. As relações historiais compostas no Brasil, vindo a lume nos anos finais da guerra, apequenam a façanha de D. Fadrique, reservando-lhe quase sempre pouco mais que menções, talvez por a verem desconfiadamente como triunfo castelhano, cuja rememoração não era politicamente conveniente. A exaltação dos feitos filipinos, por óbvio, já não participava da *langue* no Portugal restaurado, quando João IV executava suspeitos de traição e filocastelhanismo e

[13] Como escreveria Le Clerc, já na passagem do século XVII para o XVIII, enquanto alguns procuram "desvendar a verdade, tanto quanto possível, (...) outros pouco se interessam por ela, escolhendo, por outro lado, reportar as maiores maravilhas, pois são elas mais adequadas aos ornamentos retóricos" LE CLERC, Jean. *Ars critica*. Amsterdam: Schelte, 1712. *APUD* GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe.* Cambridge (UK): University Press, 2010, p. 8. Grafton, em sua leitura, se opõe às interpretações de autores como George Nadel e Reinhart Koselleck, para os quais "a ascensão da *ars historica* via de regra reforçou, mais do que desafiou, o modelo da história retórica". Argumenta, polemicamente, que esta tratadística era uma inovação hermenêutica com o propósito de municiar os leitores (ou, em alguns casos, orientar autores) com ferramentas críticas. O resultado seria uma nova visão da história, "como uma disciplina crítica baseada na distinção entre fontes primárias e secundárias". *Idem*, pp. 31-33.

[14] TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

[15] A expressão "Jornada dos Vassalos" intitularia um dos mais conhecidos relatos lusos da recuperação da Bahia, em 1625. GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

diversos fidalgos, na calada da noite, partiam para o exílio[16]. Igualmente, a ascensão de d. Pedro II introduz transformações na agenda política e no contexto linguístico.

Disto se antevê, como procuraremos enfatizar, que o controle da operação narrativa é objeto de aguerrida competição. A alternância e pluralidade de vozes a conduzir a historicização permitiu que sobretudo na historiografia portuguesa e, mais tarde, na brasileira, se inscrevessem determinados episódios e personagens como referenciais para recontar-se o conflito[17]. Fosse distinto o cenário das décadas de 1640 e 1650, estes talvez quedassem esquecidos sob o peso de uma historicização monopolizada pelo poder central[18].

Detectar as idas e vindas na direção do processo historiante, entre sujeitos e grupos na Península e no ultramar, será de especial importância para os objetivos aqui delineados. Os anos 1630, após a multiplicidade de escritos sobre a recuperação de Salvador, caracterizam-se pelo decréscimo das publicações sobre a perda de Olinda e pela impossibilidade de reencenar a reconquista de 1625, em vista dos reveses financeiros e militares[19]. Já nos anos 1640 e ao longo da década de 1650, sobrevivendo a duras penas a nova dinastia e com a insurreição contra os neerlandeses em Angola e no Brasil, elaboram-se – fora do espaço cortesão, geralmente – textos

[16] COSTA, Leonor F. & CUNHA, Mafalda S. da. *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates, 2010, pp. 103-127.

[17] Para discussão sobre o conceito de memória, em sua convivência e entrechoque com a escrita da história e com a expressão oral, ver o clássico estudo de HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1950]. Suas ideias são revistas em chaves menos estruturantes em POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

[18] O conceito de Estado, tal como discutido na historiografia sobre a teorização jurídica e política, é de aplicação controversa para a época altomoderna e, diante disso, preferiremos evitá-lo. Em alguns de seus escritos, Hespanha procurou não apenas reconstituir o debate acerca da existência de um "Estado absolutista" nos séculos XVI ao XVIII, mas expôs recorrentemente sua concepção da sociedade moderna composta por distintas esferas ou *corpos* autônomos e auto-regulados, com foros distintos e irredutíveis entre si, englobando a coroa, as "ordens" e outros atores políticos empoderados durante a crise do baixo Medievo. Ver: HESPANHA, A. Manuel. "A representação da sociedade e do poder". *In*: HESPANHA, António Manuel (coord.) & MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna.* Coimbra: Almedina, 1982. HESPANHA, A. Manuel. *O Estado absoluto: problemas de interpretação histórica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, sep. do do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – "Estudos em homenagem ao prof. Dr. J. J. Teixeira Ribeiro", 1979. As ressalvas de Hespanha quanto à pertinência de falar-se em "Estado", todavia, não parecem ter persuadido outros estudiosos do período, de diversas vertentes teóricas, os quais mantêm o uso do conceito para o período.

[19] O recuo não implica que desaparecessem na década de 1630. De um lado, a vitória na Bahia era integrada à história do reinado de Felipe IV, como em CESPEDES Y MENESES. *Primera parte de la historia de D. Felippe el IIII. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631, reeditada em Barcelona, em 1634. Por outro lado, não obstante os reveses em Pernambuco, prosseguiram emergindo nos anos trinta relações de batalhas ou cercos específicos, nas quais amiúde se retratavam os portugueses e espanhóis derrotando os neerlandeses, como no caso de ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de ſu Mageſtad à hecho al socorro del Braſil, y batalla que entre ella, y la de los Eſtados de Olãda ſe dieron el doze de Septiembre deſte año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos*. Sevilha: por Francisco de Lyra, 1631. E nada indica que tenha cessado a redação de relatos manuscritos, de mais rara preservação, mas igualmente historiadores do conflito. Ver, por exemplo: ANÔNIMO. *Relaçao da viagem que fez Silvestre Manso, piloto do patacho nossa Senhora do Rosário a Itamaracá, com a notícia do Assalto que os nossos fizeram em Pernambuco num forte dos olandezes, donde lhe mataram trinta e oito homens e desmontaram a artilharia, só com a perca* [sic] *de onze dos nossos na retirada, assaltos que davam todos os dias com dano considerável destes e vantagem das nossas armas*. Lisboa: ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mç 118, n. 69.

sobre a resistência ao domínio neerlandês, a rebelião de 1645, as batalhas dos Guararapes e as rendições de Luanda e do Recife. Novo refluxo nos anos 1660, até a retomada do interesse coincidente com o golpe do partido de d. Pedro e o armistício castelhano. A partir de 1675, Francisco de Brito Freyre, Raphael de Jesus e outros se valerão dos relatos das décadas anteriores, oferecendo aos poderes centrais relatos compostos segundo os paradigmas da "história perfeita", do "panegírico" e da "história política", que balizavam a escrita da história na Península Ibérica ainda na segunda metade do Seiscentos.

As vozes à frente da historicização da guerra dedicavam-se a atribuir "fama" a autores de feitos honrosos, veiculando determinada versão dos fatos, em vista de recompensas presentes e futuras[20]. Política, entenda-se, disputada nos diferentes espaços do mundo lusocastelhano, entre facções atuantes em Lisboa, Madri, Pernambuco, Luanda, jamais se reduzindo à suposta polaridade colônia-metrópole[21]. Apreciadas sob certa ótica, estas obras comunicam-nos sobre a guerra e têm sido utilizadas, desde o próprio século XVII, como repositório de informações do aspecto militar da experiência, e mais para o estudo da vida religiosa, social, política, cultural e econômica deste vasto espaço geográfico e histórico, de difícil denominação[22]. Noutro plano, estes relatos indiciam também as conexões entre a produção do texto histórico e as disputas de poder nos diversos teatros políticos dos impérios atlânticos.

[20] O tema da "fama", de especial peso na tratadística nobiliárquica, fora desde o Renascimento reavivado em discussões morais e filosófica acerca do valor da glória. Como em MONTAIGNE, Michel E. de. Ensaios. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 2002, "Da glória", vol. II, pp. 429 e ss. Ver também KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.,* p. 103. BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tesis doctoral defendida no Dep. de História Moderna da Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 2008.

[21] Evitaremos esta concepção consagrada na historiografia brasileira. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985. Mais recentemente, Camenietzki desferiu ataque contra a noção de "colônia", entendendo que vilas como Salvador e Olinda eram tidas não como espaços coloniais, mas sim cidades portuguesas na América. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Incômoda história: colônia e passado no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do PPG em Ciência da Literatura da UFRJ, n. 18, 2008, pp. 71-83.

[22] Rodrigues, décadas atrás, considerava que "a historiografia sobre os holandeses no Brasil é, talvez, um dos mais ricos e numerosos capítulos de nossa historiografia colonial". RODRIGUES, José Honório. *História da História do* Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 48. No Setecentos, eruditos como Barbosa Machado se valeriam daquelas narrativas em suas obras e produziriam obras históricas e genealógicas empregando como fontes aqueles escritos seiscentistas, tendência continuada nas centúrias seguintes. MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos políticos, e militares da antigua, e nova Lusitania em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo.* Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008 [1986], pp. 63-87. Exemplos de estudos modernos sobre diversos aspectos do período são: MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001 [1947]. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007 [1975]. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *Equus Rusus: A igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*, Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História da universidade Federal da Bahia, 2010. MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Leiden, 2011. Entre diversas outras contribuições.

O conceito de discurso político enraíza-se, obviamente, na cultura política de um período, isto é, dentro do esforço de valorização dos aspectos culturais na análise do sistema político. Isto implicará, para o presente trabalho, estudar "o conjunto de crenças, emoções, valores e formas simbólicas que orientam a ação política". Trata-se da utilização dos canais e dispositivos textuais – a dramaturgia, a poesia, a parenética, nos escritos jurídicos, as proclamações oficiais e a historiografia – com vistas a veicular e impor como verídicas certas versões dos fatos e a naturalizar determinadas concepções de ordem social. O discurso político, diz Curto, opera como mecanismo não coercitivo de controle social, no plano ideológico, cuja mediação é feita pelo "campo intelectual". Ressalve-se que, no quadro da cultura política de um período, discursos políticos não emanam apenas do poder central e dos grupos que o orbitam, sucedendo-se entrechoques que os solicitam também em domínios afastados da corte, como no "Brasil holandês" e na Luanda pós-1648. A tentativa de "monopolizar a enunciação do politicamente pensável" anima todos os agentes políticos que competem pela oitiva pública[23].

Objetivamos, pois, examinar o processo de elaboração das narrativas seiscentistas da guerra holandesa no ritmo escalonado em que emergem, ancoradas tanto na tradição de escrita da história desde séculos cultivada na Península Ibérica, quanto nos elementos peculiares à historiografia no período[24]. Será preciso demonstrar como a guerra holandesa na América Portuguesa e na África Ocidental (1624-1654) foi, em sucessivos tratos narrativos, vertida em história (1625-1698), até que, a partir dos anos 1630, na Espanha, e no último quartel do século, em Portugal, as coroas ibéricas a promovessem como assentada e integrada à narrativa heroica de suas respectivas histórias[25]. Esperando-se, doravante, a aceitação da versão "canônica" como reprodução fidedigna dos sucessos, o que naturalmente viria a ser outra questão problemática.

Como sugerido acima, mostra-se problemática a escolha do termo ou expressão que circunscreva toda área geográfica sobre que se debruça o presente trabalho. Denominações encontradas na historiografia como "faixa açucareira", para a costa atlântica do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, ou de "zonas de trato negreiro", para a costa oeste africana ocupada pelos neerlandeses entre 1641-1648, limitam-se a caracterizar amplas áreas com base apenas em uma das atividades econômicas nelas desempenhadas. Atividades que, conquanto cruciais

[23] CURTO, Diogo Ramada. *A cultura política no tempo dos Felipes (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 2011, pp. 12-15. CURTO, *A produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.,* p. 8. Esta problematização deixa em aberto a questão da recepção, a qual, por razões de limitação, não será o foco do trabalho.
[24] GRAFTON, *Op. Cit.* CURTO, *Op. cit*. CLEMENTINO, Kleber. *Clio no ultramar: elementos da historiografia portuguesa nas narrativas seiscentistas da guerra holandesa*. Recife: Clio (Revista de Pesquisa Histórica do PPG em História da UFPE), n. 32.1, 2014, pp. 63-83.
[25] MARTÍN MARCOS, David. *Península de los recelos: Portugal y España, 1668-1715*. Madri: Marcial Pons, 2014. LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II: o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

para a guerra holandesa, sequer são o foco do estudo. Mais pertinente vem a ser o conceito de "Atlântico Sul" aventado por Alencastro, que enxerga o meridião afroamericano como unidade geohistórica "bipolar", ligada não somente por aspectos econômicos, mas sociais, políticos e culturais. Todavia, importa ressalvar que "Atlântico Sul" de Alencastro é conceito forjado para explicar um "sistema de exploração colonial" a partir do qual nasce a nação brasileira e no cerne do qual agiria a sanha exploratória ibérica, enquadramento teórico de que nos afastamos[26].

Os parâmetros do recorte temporal adotados neste estudo são, para o marco inicial, as primeiras *relações* publicadas em cidades portuguesas e espanholas, imediatamente após a reconquista da Bahia, em 1625 e, para o final, a publicação em Roma, patrocinada por d. Pedro II, da *Istoria delle Guerre*, escrita em italiano pelo frade português Santa Tereza e que se valia do importante centro para dar visibilidade internacional às armas lusas[27]. Entre estes marcos, o evento é historiado por meio de diferentes práticas de escrita e editoração, sobretudo em períodos politicamente críticos, quando o panfleto e a obra histórica eram mais expeditamente recrutados pelos grupos em enfrentamento. É, pois, um estudo não da guerra holandesa, mas dos meandros de sua conversão em texto; um exame da historicidade de suas fontes, apreciadas consoante as diferentes conjunturas em que emergiram.

A escolha do trabalho com narrativas jamais poderá ignorar o fato de que tais fontes oferecem uma versão pública dos eventos. Fontes narrativas, lembra M. Bloch, são "documentos voluntários": escritos para difundir, para fazer-se ouvir e ver, elas almejam controlar o que se conhece. Em contraste com os "documentos involuntários", perante os quais o historiador comete a indiscrição de desnudar e publicizar o que se propunha íntimo ou restrito. A leitura do que o passado pretendeu legar deveria impor precauções, continua o fundador dos *Annales*, porque aquilo de que os textos voluntários nos querem convencer já nos interessaria menos, atentos que estamos a seus compromissos e manobras, e "apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que eles nos deixam entender, sem haverem pretendido dizê-lo"[28]. Em outras palavras, o labor historiográfico sobre *les sources narratives* consiste em extrair o involuntário dos "documentos voluntários", perseguir o que ocultam em meio ao que dizem.

A escrita da história e as representações elaboradas pelas sociedades modernas sobre seus passados têm, em verdade, atiçado pequena curiosidade entre os especialistas, nas últimas

[26] ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[27] D. Pedro II teria subsidiado a impressão com 5 mil cruzados e as ilustrações terão ficado ao encargo dos "mais famosos gravadores do tempo". MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana, vol I*. Amsterdam/Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958, p. 231 [tradução livre].
[28] BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, pp. 76 e ss.

décadas, relativamente a questões da história social, política e cultural. O interessado na produção historiográfica do Antigo Regime no mundo ibérico encontra, no universo de pesquisa luso-brasileiro, poucos espaços de diálogo e raros interlocutores. Nos encontros acadêmicos, nos bancos de teses dos programas de pós-graduação e em meio às publicações especializadas, do muito garimpo resultam magras pepitas. A escassez não atinge apenas as obras voltadas para a presença holandesa no Atlântico Sul: os textos de "descoberta" do Quinhentos, tal como a vária produção do Setecentos, padecem sob idêntico silêncio.

O ato historiante e as estratégias concretas de mobilização da memória, através da redação de relações e histórias, parecem enfrentar duros obstáculos para serem reconhecidos como fatos históricos. Não deixa de surpreender, aliás, que a conquista e a guerra, a produção e o comércio, os rituais da sociabilidade, a sexualidade, até mesmo a morte tenham se firmado no repertório das pertinências do historiador, mas os usos do passado, não. Obras como *O valeroso Lucideno* ou a *Historia de Portugal Restaurado* são de ordinário abordadas como fontes informativas de bastante riqueza, mas quase nunca como alvos da pergunta historiográfica. Para com os panfletos avulsos, tem sido ainda mais severa a marginalização. As relações de sucessos da guerra holandesa haviam até aqui sido poucas vezes compulsadas, não obstante numerosas e colaborarem de modo tão significativo para a representação coeva do conflito.

Esta constatação foi o ponto de partida do longo caminho percorrido nesta pesquisa. Pareceu-nos, desde o início, que as fontes lusocastelhanas em que se baseia a memória do "Brasil Holandês" reivindicavam problematização mais ampla e aprofundada, em contraste com a serventia predominantemente unidimensional e informativa com que desde muito vinham sendo buscadas. O avançar da leitura das relações e histórias – obras muitas vezes de apetitosa leitura – foi expondo, antes de mais nada, a densa intertextualidade dessas narrativas, as cópias, amputações e reconfigurações que as posteriores realizavam sobre as precedentes. O que acontecia, ia-se evidenciando, pela variedade dos recursos mobilizados pelos autores, na elaboração de suas composições. Um tanto como na *Comédie humaine*, de Balzac, heróis e vilões de uma narrativa iam reaparecendo em outras, com protagonistas e coadjuvantes às vezes trocando de papéis. Milagres testemunhados, diálogos, frases memoráveis exclamadas na hora da morte, registradas nos textos dos anos 1630 e 1640, desaparecem nos da década de 1670, ou vice-versa. A história seiscentista desnudava-se não exatamente como escrita, mas como reescrita. A caça investigativa encurralava um suculento material a atacar.

Para lidar com esta gama de problemas, que método? O aparato teórico-metodológico da pesquisa, força é confessá-lo, foi-se em boa medida desenvolvendo no curso do próprio debruçar sobre as fontes e bibliografia. Esmiuçar as relações e narrativas era, naturalmente,

caminho óbvio, mas para administrar a massa enorme de informações e extrair-lhes o conteúdo desejado, foi necessário criar categorias analíticas, debaixo das quais reunir as revelações trazidas pelo exame das fontes, tornando viável a busca posterior[29]. A tática se mostrou frutífera para os momentos da escrita, quando os aspectos nodais identificados na leitura precisavam ser reencontrados. Ainda assim, lidando com tantos volumes de fontes e estudos, persiste para o investigador o dilema do que selecionar, do que trazer para o espaço textual e submeter ao leitor. Dúvida que foi muitas vezes enfrentada tanto com a aparelhagem do método quanto com as sugestões da sensibilidade.

A tese que o leitor tem às mãos será dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, apresentaremos as fontes em que se baseia o trabalho, seus autores e os momentos em que surgem no século XVII. Também nele retraçaremos a fortuna crítica desses textos, nos séculos XVIII, XIX e XX, pela historiografia portuguesa e, mais tarde, brasileira. Discutiremos o contexto historiográfico ibérico no qual tais narrativas florescem, em diálogo com a tratadística da escrita da história desenvolvida na Europa nos séculos XV-XVII.

No segundo capítulo, discutiremos a contribuição das *relações de sucessos* (escritas entre 1625 e 1654) para a escrita da história da guerra holandesa, compondo o que ali chamamos de *pré-historiografia* do evento. Procuraremos demonstrar como as relações de sucessos transmitem as vozes de variados grupos políticos nos anos da guerra e como a história que contam, em seu conjunto, difere em enredo, episódios e protagonistas daquela que mais tarde seria consagrada na historiografia do século.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo das *relações historiais*, produzidas entre 1625 e 1660, gênero que desempenha tarefa intermediária na escrita da história da guerra. Recolhendo as narrativas dispersas das relações de sucessos, quando existiam, em um texto coeso, modificando-as ocasionalmente com o testemunho "de vista" do autor ou com a concorrência de depoimentos orais e documentos oficiais, as relações historiais, em seu hibridismo, ensaiarão um primeiro discurso historiográfico da guerra, porém não ainda em plena consonância com a *Ars historica*, pelo que são muita vez tidas como "obras menores", conquanto se admirasse seu valor testemunhal.

No quarto capítulo será investigada a escrita das *histórias*, vindas a lume entre 1628 e 1698, as quais retomam o tema da guerra lusoneerlandesa, submetendo-o aos modelos respeitados do gênero histórico. Nesta "apoteose historiográfica", a historicização da luta ganha seus contornos finais e figuras próximas ao centro do poder português revisitam e amplificam

[29] De modo próximo ao que propõe BARDIN, Lourence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

o simbolismo da vitória sobre uma grande potência inimiga, integrando o episódio à narrativa heroica dos impérios ibéricos e convertendo-o em instrumento de promoção internacional das grandezas da Espanha e de Portugal.

# Capítulo 1

## As narrativas da guerra holandesa e a historiografia ibérica

### 1.1. A tradição historiográfica ibérica

A escrita da história lusocastelhana no Seiscentos dialogava com o legado historiográfico da própria Península Ibérica, já multissecular naquele período. A "ficção histórica" da unidade de uma *Hispania* remonta aos escritos de Isidoro de Sevilha (560-630 d.C), cuja *Historia Gothorum Wandalorum Sueborum*, concluída por volta do ano 624, exaltavam as riquezas da Península e faziam da região "a honra e ornamento do orbe"[30]. Datam já da passagem do primeiro para o segundo milênio cristão as primeiras expressões historiográficas lusas, na região do Entre-Minho-e-Mondego, no então reino das Astúrias-Leão, compondo o conjunto dos chamados "anais portucalenses". Essa historiografia, tal como se verificaria nos escritos posteriores, se produzia já sob a propulsão dos acontecimentos bélicos, no contexto da expansão do reino leonês contra as fronteiras do califado[31].

No avançar dos séculos XII ao XIV, em meio aos entrechoques e alianças dos reinos situados na Península, monarcas como Afonso X de Leão e Castela e D. Dinis de Portugal valorizariam a redação de histórias como ferramentas de empoderamento simbólico. Sob os auspícios do primeiro teria sido escrita a *Estoria de España* (c.1270) e ao filho do segundo, D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, se atribui a *Crónica geral de Espanha* (1344). São obras que historiam o passado de seus reinos desde as origens bíblicas do mundo até seus dias, conferindo papel central aos Estados de onde emergem e às dinastias que as patrocinam, veio medieval que terá irrigado vasta historiografia peninsular posterior. Afonso X, aliás, coordenando a atuação de um *scriptorium* de eruditos dedicados a redigir narrativas encomiásticas à coroa e à dinastia, é tido por Kagan como o fundador, no século XIII, da "história oficial" em Castela, modelo que, adaptado à sucessão dos tempos, sobreviveria até fins do século XVII[32].

---

[30] KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona: la política de la historia en España en las edades Media y Moderna*. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010, pp. 44-45.

[31] GOUVEIA, Mário de. *O essencial sobre a analística monástica portucalense (séc. XI-XII)*. Lisboa: Lusitania Sacra, n. 25, janeiro-junho de 2012, pp. 183-226. KAGAN, *Los cronistas, Op. cit*.

[32] FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. "El taller historiográfico alfonsi. La Estoria de España y la General estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio". *In*: MARTINEZ, Jesús Montoya. & RODRIGUEZ, Ana D. (coord.). *El Scriptorium alfonsi: de los Libros de Astrologia a las "Cantigas de Santa Maria"*. Madri: Fondación Universidad Complutense, 1999, pp. 105-126. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La historiografia alfonsí y post-alfonsí en sus textos: nuevo panorama*. Paris: Cahiers de Languistique Hispanique Médiéval, n. 18-19, 1993-1994, pp. 101-132.

A historiografia "post-alfonsi" estabelecerá comunicação com aquela que, no Seiscentos, debruçar-se sobre temas como a história da nação portuguesa, a guerra espanhola e a guerra holandesa. Consolidando-se a dinastia de Avis no trono português, a tradição medieval é continuada e aperfeiçoada na *Cronica do Condestabre de Portugal D. Nun'Alvares Pereyra* e nos escritos de Fernão Lopes, em que se enaltecem os papéis da realeza e da nobreza na superação da crise política de 1383-1385. Os monarcas de Avis, acompanhando a senda afonsina, inauguram o croniciado-mor de Portugal (1434), incumbindo autores como o próprio Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina de "pôr em crônica" os feitos dos reis portugueses, isto é, reunir as informações disponíveis e organizá-las em narrativa coesa, cronológica e encomiástica. A dinastia de Trastamara, na Espanha (1369-1516), enfrentando forte contestação por parte da nobreza, ao longo do século XV, investe sobretudo na escrita da *historia pro persona*, laudatória de seus reis, como tática de afirmação monárquica.

Os métodos com que se desimcumbem da tarefa diferem. Fernão Lopes alia minuciosas pesquisas na Torre do Tombo, de que era guarda-mor, a transcrições da *Crônica do Condestabre* e de textos castelhanos. Já sucessores seus como Rui de Pina e Duarte Galvão, com menor pendor para a investigação arquivística, limitar-se-iam à reescrita das crônicas e anais anteriores, amputando-os, acrescentando-os e atualizando-lhes o estilo à luz do humanismo que no reinado manuelino se introduzia a viva força em Portugal. Esta coabitação antagônica entre a apuração rigorosa dos fatos e a atribuição da primazia à dimensão retórica do discurso, ademais, atravessará também a historiografia seiscentista, como princípios a incidir sobre a produção de suas obras[33].

Para além de uma literatura a serviço da realeza, a atuação política do reino e de seus grupos de força era também "posta em crônica" por outros historiadores. Eram penas a serviço dos domínios das grandes casas nobres e das cidades em ascensão, na continuação da tradição da *Crônica do Condestabre*, da "historia municipal" e das pretensões representacionais das elites lusitanas, castelhanas e aragonesas. Diversos humanistas e mesmo alguns dos cronistas-mores dos séculos XIV ao XVII prestariam valorosos serviços literários a famílias e facções do

[33] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 55 e ss. SARAIVA & LOPES, *História da literatura portuguesa*, *Op. cit*. A obra de Saraiva e Lopes, primeiramente publicada nos anos 1950, propõe uma interpretação em moldes marxistas para a historiografia portuguesa dos séculos XV-XVII. Fernão Lopes, por exemplo, é visto como revolucionador por enaltecer, em sua narrativa, o papel das massas populares nas agitações políticas que antecederam a ascensão de D. João I. Outras apreciações da contribuição do primeiro cronista-mór do reino para a historiografia lusa, examinando aspectos como as escolhas narrativas, o messianismo e os vínculos entre política e história podem ser lidas em REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. AMADO, Teresa. *O pensamento do cronista Fernão Lopes*. Lisboa: Revista eHumanista (Universidade de Lisboa), v. 8, 2007, pp. 133-142. GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (1380/90-1459): crônica e história em Portugal*. Niterói (RJ): Dissertação apresentada ao PPG em História da UFF, 2009.

teatro político ibérico, antes de ascenderem às honrarias régias. Pero Lopez de Ayala (1332-1407) é mobilizado para compor uma história de legitimação do assassinato do rei Pedro I de Castela, pelas mãos de seu meio-irmão Enrique de Trastamara (depois Enrique II de Castela), fundador da nova dinastia e chefe de importante facção aristocrática. Já no reinado de Enrique IV (1454-1474), Alonso de Palencia, cronista do rei, seria cooptado pelos partidos opostos à coroa, favoráveis à sua deposição e coroação de seu irmão Alfonso e, com sua morte, de sua irmã Isabel de Castela[34].

Em Portugal, antes mesmo de sua nomeação como cronista-mor, Rui de Pina recebia solicitações para compor encômios históricos para a nobreza, análogos àqueles que receberia João de Barros, já no reinado de D. João III. Mesmo antes, na segunda metade do século XV, já o segundo cronista-mor do reino, Gomes Eanes de Zurara, escrevia sob o patrocínio do infante D. Henrique e de outras casas nobres, na condição de historiador particular, a soldo de mecenas. Houve também momentos em que os escritos subverteram as narrativas admitidas e geraram desinteligências na elite. Ao longo do Quinhentos, enquanto João de Barros historiava "oficialmente" os descobrimentos manuelinos – sem que, cumpre recordar, jamais tenha angariado o croniciado-mor – Fernão de Pina, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis recontavam o passado em tintas controversa. Viam-se confrontados por sujeitos e partidos descontentes com o retrato que se lhes dava nos livros, amargando oa autores perseguições inquisitoriais por suas ideias "subsersivas".

As casas nobres portuguesas seriam demasiado ciosas da memória de sua participação nas aventuras marítimas, tal como começavam a aparecer nos relatos históricos. Tal zelo acarretaria as perseguições sofridas por Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis, não obstante a proteção que recebiam de casas poderosas. Comentam Saraiva e Lopes que a concepção de história defendida por João de Barros, propondo pintar quadros históricos em que apenas os aspectos dignificantes se tornassem visíveis, permitiu-lhe "colocar-se ao abrigo das reações das famílias dos heróis, de que foi vítima o seu rival Castanheda". Assim procedendo, Barros historiou "convenientemente os feitos dos Portugueses segundo a ideologia oficial", omitindo casos de pilhagem e pirataria, salvo em episódios públicos e notórios[35].

O emprego da história a serviço de casas nobres e mesmo de grupos em situação de ascensão social e econômica prosseguiria no Seiscentos. Como veremos, os Albuquerque,

[34] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 65-70.
[35] SARAIVA & LOPES, *Op. cit.*, p. 296. Senda diferente trilharam Góis, Castanheda e Gaspar Correia, tendo este último sido assassinado (1564) possivelmente a mando dos descendentes de Vasco da Gama, por causa das versões "hetedoroxas" que inscreveu nas *Lendas da Índia*. CURTO, Diogo Ramada. "Orientalistas e cronistas de Quinhentos". *In*: *Cultura escrita (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007, pp. 126-127.

família donatarial de Pernambuco e, após 1640, titulada em Portugal e em Castela, valer-se-ia da historicização da guerra holandesa como recurso combate numa e noutra corte. Na década de 1680, o beneditino Raphael de Jesus apenas obteria o croniciado-mor em Portugal depois de publicar o *Castrioto Lusitano*, tomo segundo todos os indícios composto por encomenda do *upstart* João Fernandes Vieira[36].

Portanto, a historiografia ibérica no Seiscentos se vê precedida por vasto repertório de obras, majoritariamente dedicadas ao ramo da história política, a serviço tanto da casa reinante quanto das demais casas nobres e de forças políticas atuantes nas diversas conjunturas que se sucedem, em meio aos apuros dos Avis, dos Trastamara e dos Habsburgo. Trata-se de uma literatura em constante contato com as produções do gênero no Além-Pireneus. Na alvorada do século XVI, os preceitos humanísticos, sobretudo no campo da retórica, passam a ser estudados e cultivados na corte lisboeta[37] e as polêmicas historiográficas em torno dos preceitos greco-latinos depressa se introduzem nas páginas de João de Barros e Damião de Góis.

Barros, o "Tito Lívio português", que terá seu nome recorrentemente celebrado nas letras da centúria seguinte, advoga a concepção da história enquanto ramificação da Retórica, valorizando aspectos estéticos e morais na representação do passados. O humanista, todavia, parece oscilar em meio às arengas teóricas da época: se no prólogo da *Década Primeira* se declara defensor do apuro investigativo e da franqueza afeitas ao princípio da *Parrhesia* grega, nas demais *Décadas* critica autores como Suetônio e António de Nebrija por exporem vícios de seus personagens, pelo mal exemplo que propagariam. Abraça, então, a noção da história como veículo de *exempla*[38]. Cumpria retratar os sujeitos sem falsidade, porém memoriando aquilo que neles fosse dignificante e calando o mais. Sem o estudo da história, adverte Barros, o homem preserva um intelecto infantil e confuso; e, ao propor uma narrativa histórica que leva ao discernimento e ao amadurecimento, a *veritas* e a *parrhesia*, sem que sejam abertamente abandonadas, são subordinadas à *utilitas*.

---

[36] SARAIVA & LOPES, *Op. cit*., pp. 142 e ss. MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre*. Florianópolis: Revista da Anpoll (Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística), UFSC, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139. LAWRENCE, Jeremy. *The Middle Indies: Damião de Góis on Prester John and the Ethiopians*. Renaissance Studies, n. 6, 1992, pp. 306-24. PUTINATO, Lucas H. *Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista*. Dissertação defendida no PPG em História da UNESP, 2007.

[37] PEREIRA, *Retórica e eloquência*, *Op. cit*.

[38] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica. Vol. I*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 219 e ss. Nas *Décadas*, dizem Lopes & Saraiva, "o amor da verdade não deve ir até ao ponto de denunciar os vícios e as fraquezas dos heróis", o que Barros ilustra ao falar do pintor que, "tendo de retratar um príncipe cego de um olho, o colocou em posição tal que só o olho são ficaria visível", síntese do procedimento de sua narrativa dos portugueses na Ásia. LOPES & SARAIVA, *Op. cit.*, p. 296.

> A primeira, e mais principal parte da Hiſtoria he a verdade dela; e porém em algumas couſas não ha de ſer tanta, que ſe diga por ella o dito da muita juſtiça, que fica em crueldade, principalmente nas couſas, que tratam da infamia de alguem, ainda que verdade ſejam[39].

Encena-se, em Portugal, polêmica teórica análoga àquela travada no Além-Pireneus: no fogo-cruzado historiográfico, o programa do João de Barros da *Década Terceira* e a oposição à vertente liviana a que se lançariam historiadores como Castanheda e, mais tarde, Diogo de Couto. Nestes últimos, também a história assumirá o tradicional propósito moralizador, mas, diferentemente do "Lívio Luso", agora pela via antagônica da censura às más práticas dos portugueses na Índia, numa denúncia que se anuncia como remédio[40]. Simultaneamente, em Castela, o Carlos I (Carlos V do Sacro Império romano Germânico) revela-se um ardoroso promotor da legitimação historiográfica de seu império, cercado de diversos historiadores e favorável à heroicização de sua figura por meio da *historia pro persona*[41]. O embate de concepções da época dos primeiros Habsburgos, na Espanha, e dos derradeiros Avis, em Portugal, é o jardim onde a historiografia ibérica sob os Felipes e os primeiros Bragança florescerá. Os séculos XVI e XVII hospedarão não sossegados consensos intelectuais, mas dissensos e arengas. Tem-se um cenário no qual

> Alguns historiadores são dominados por um sentimento muito vivo da veracidade histórica, enquanto outros propendem a considerar a história como ramo da retórica, segundo uma doutrina que vem de Cícero e Tito Lívio. Castanheda e Góis representam a primeira tendência; João de Barros põe a retórica ao serviço de uma perspectiva simultaneamente humanística e nobilitante da história nacional, deixando na sombra os factos que desdouram a majestade do conjunto[42].

Tantos influxos, contudo, não necessariamente antagonizam autores em áridas polêmicas quanto ao ideal de escrita da história; é mesmo possível encontrar esses ideais "inimigos" convivendo num mesmo texto. Para a coabitação desses preceitos teóricos, tão contrários aos nossos olhos, os historiadores facilmente criavam fórmulas de harmonização. Exemplo

[39] BARROS, João de. *Da Ásia: década terceira*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1778, prólogo sem paginação. No esforço de salvar os "mancebos" da corrupção de escritos "com algum veneno de damnoſa lição", Barros louva, no mesmo prefácio, entre outros, Tucídides. Não obstante gentio, o grego merecia aplauso porque, "contando o que commetteo contra os Athenienſes o Rhetor Antifonte, por reverencia de tão douta peſſoa, e de ſer ſeu meſtre, calou o modo, e genero de morte, que lhe foi dada per mui infame".

[40] MARQUES, Maria E. C. Magalhães. *O soldado prático e a lógica da "economia do dom"*. São Paulo: Revista da USP, n. 83, set/dez/ de 2009, pp. 126-135. Cumpre lembrar, todavia, o mecenato e proteção que a cada da Vidigueira – cujo primeiro conde fora Vasco da Gama – dedicava a Couto, e os panegíricos que este, em resposta, lhes dirige inda em fins do século XVI. CURTO, *Cultura escrita, Op. cit.*, p. 128.

[41] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 93-140.

[42] SARAIVA & LOPES, *Op. cit.*, p. 457. Não é o caso de exagerar esse "sentimento de veracidade histórica" de que falam os autores. Convém recordar que Castanheda era ligado ao governador da Índia, D. Nuno da Cunha (1528-1539), "a quem consagra os livros VII e VIII de sua *Historia*". CURTO, *Cultura escrita, Op. cit.*, p. 127.

marcado disto, em Castela, é a historiografia já sob Felipe IV, na qual as solicitações políticas da Monarquia são atendidas mediante obras panegíricas ao regime, ao rei e ao conde-duque de Olivares, mas que não prescindem de um rigoroso amparo documental que "comprova" suas alegações[43].

Em Portugal, seja nos volumes da *Monarchia Lusitana* e noutros produzidos no mosteiro de Alcobaça, seja nos escritos de Manuel Severim de Faria, Manuel de Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Mello, do terceiro conde de Ericeira ou dos mais historiadores da guerra holandesa, as obras produzidas durante o domínio filipino ou após a Restauração[44] atarefam-se por conciliar, mediante variadas táticas e dosagens, aquelas ideias que na tratadística europeia crescentemente se opunham. O exame da historiografia lusa seiscentista, desde pelo menos Alexandre Herculano, passando por Fidelino de Figueiredo e Hernani Cidade até interpretações mais recentes, tem se esforçado por separar autores acusados de apenas legarem páginas fantasiosas, mitificando o passado da nação, de outros em que supostamente madruga o zelo "positivista" da averiguação documental.

No caso da *Monarchia Lusitana*, por exemplo, há largo consenso entre os que os têm analisado, desde o século XIX, de que seus sucessivos volumes constituem manifestações intelectuais irregulares. Frei Antônio Brandão e seu sobrinho frei Francisco Brandão, responsáveis pelas partes 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, seriam pesquisadores conscienciosos e diligentes vasculhadores dos arquivos do reino, enquanto outros como frei Bernardo de Brito e frei Raphael de Jesus, responsáveis pelas partes 1ª, 2ª e 7ª, pouco interesse achariam nestes cuidados, legando páginas em que o esmero no palavreado sobrepassaria o rigor apurativo. Esta leitura, para além da caricatura que erige dos autores mais afastados do paradigma hegemônico do século XIX, perde de vista precisamente os referenciais em disputa na escrita da história no Antigo Regime. Tanto em 1609, quando Bernardo de Brito leva ao prelo a segunda parte da *Monarchia Lusitana*, quanto em 1683, quando Raphael de Jesus lhe publica a sétima parte, a tratadística admitia como dignas do gênero histórico ambas as abordagens.

Ademais, mesmo nos escritos "retóricos" em que os intérpretes tardios apenas surpreenderiam dissertações fantasiosas e pobremente embasadas, seus prefácios e capítulos manifestam compromissos conciliatórios entre as noções de *veritas* e *utilitas* que ecoam o

[43] KAGAN, *Los cronitas, Op. cit.*, pp. 283-348.

[44] Em seu panorama da historiografia portuguesa do século XVII, Veríssimo Serrão distingue três vertentes: a herança historiográfica lusa, a pressão dos contextos filipino e restauracionista. A abordagem nacionalista de Serrão descobre pouco diálogo entre os historiadores portugueses do Seiscentos e seus pares no além-Pireneus, até mesmo na Espanha; entendimento de que certamente discordamos. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica. Vol II*. Lisboa: Ed. Verbo, 1973.

debate historiográfico europeu do tempo. O castigado frei Bernardo de Brito, por exemplo, taxado de esteta inverídico, acusado de inventar autores, forjar documentos e distorcer interpretações, escrevia na primeira parte da *Monarchia*:

> Confeſſo de mim, que não dera em tantas couſas, faltandome algũs liuros de mão exquiſitos, & muy antigos, que deſcubri, aſſi na liuraria do Real Mosteiro de Alcobaça, como em outras, que vi em diuersas partes de Espanha. E inda de fóra della, me proui por minhas intelligencias de originais antigos, & quando eſtes ſe me negauão, trabalhaua por auer os traſlados delles, tirados com muita fidelidade. Deſte modo me vim a enriquecer de couſas antigas, em forma, que muy poucas antiguidades exqueſitas me ficarão, ſem lhe[s] dar algũa vista, & tirar dellas, o que competia pera ornar eſta Monarchia[45].

Palavras em tal medida semelhantes à que encontraremos em seu continuador, o alegadamente "científico" e "documentado" frei Antônio Brandão:

> Em comprimento pois deſta tão preſiſa obrigação gaſtei perto de dez annos em buſcar, & ler doações, privilegios, eſcrituras, & livros dos principais archivos das Sès, & Mosteiros deſte Reino, & alguns das cidades, & villas delle, & principalmente o cartorio da Torre do Tombo (...): & do que colhi com eſte trabalho conferindoo com as hiſtorias impreſſas, & manuſcriptas (de que ſe não deve admittir couſa algũa ſem fazer eſtas conferencias) teci, & pus em limpo os dous volumes que offereço[46].

Não é nosso objetivo comparar o valor dos textos dos frades alcobacenses, senão argumentar que ambos, tão afastados um do outro à luz da crítica do século XIX, em verdade compunham no interior de um mesmo preceituário e paradigma. Embora escrevam com desigual qualidade, consoante os critérios de seus intérpretes, os diversos autores da *Monarchia Lusitana* – e ao lado deles os historiadores lusitanos do período filipino, os encomiastas da Casa de Bragança, os ocupados com a história religiosa, militar, na Península ou no ultramar – produziram seus escritos em meio a uma acirrada controvérsia acerca do fazer histórico, da função da verdade na investigação do passado. A distinção analítica que autores posteriores, como Herculano e Serrão, fizeram ao comparar os escritos dos dois frades não era de modo algum o entendimento do Seiscentos: então, ambos os cistercienses compunham conforme as diretrizes do gênero, mesmo no registrar milagres como fatos, mesmo naquilo que hoje soa inacreditável. O cânone historiográfico mudava, era trespassado por novas ideias e a "crise" referencial transpira em suas penas. Para empregar o conceito de Hartog, experimentava-se uma

[45] BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusitana: parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso snor Iesu Christo*. Lisboa: no mosteiro de Alcobaça, 1597, "Prologo", p. 5.
[46] BRANDÃO, Antônio. *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contem a Hiſtoria de Portugal deſde Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonſo Henriques*. Lisboa: impressa no mosteiro de São Bernardo por Pedro Craesbeck, 1632, "prólogo" não paginado.

fratura no regime de historicidade[47], perante os questionamentos dirigidos ao modelo clássico por parte dos primeiros polemistas da *Ars historica* e da pesquisa antiquária.

Se autores como Manuel Severim de Faria e José Pellicer de Ossau y Tovar se destacam pela ampla gama documental em que se amparam seus escritos, ou se D. Francisco Manuel de Mello e Antonio de Solís, na segunda metade do século, meditavam sobre o trabalho histórico numa aproximação com o método cartesiano, nem por isso a dimensão dos *exempla*, de uma história que persegue propósitos educativos e por isso promove exemplos edificantes, evanesce. Ao contrário, sobrevive nelas, ao longo de toda a centúria, aqui minguando, ali revivescendo como recursos disponíveis na *langue* para que os historiadores e agentes políticos as mobilizassem em suas *paroles*. Assim também a ideia da ação providencial orientadora dos acontecimentos, a presença do *sermocinatio* tucididiano, ou a atribuição de origens bíblicas e mitológicas aos reinos, como lemos em Juan de Mariana e frei Bernardo de Brito, são noções que se enraízam no que então se entendia como pertinente ao trabalho erudito e respeitável.

Saraiva e Lopes apontam como Bernardo de Brito, acusado de falsidade e distorções, não deixa de amparar-se na abundante erudição clássica e renascentista. "Alega sempre numerosos autores a confirmar as suas prodigiosa alegações", dialogando com a "pseudo-arqueologia de certos humanistas tardios", além de "uma filologia incipiente que se exercia sobre as aparências etimológicas da toponímia e da antroponímia". Desse modo, ao nomear Íbero e Ulisses como fundadores históricos da nacionalidade portuguesa, Brito procedia dentro dos cânones historiográficos e eruditos que remontavam ao medievo e ao debate humanista. Embasamento teórico-metodológico, ademais, em tudo semelhante ao que faziam os historiadores castelhanos dos últimos dois séculos.

> Quase toda reconstituição da pré-história portuguesa, na *Monarquia Lusitana* (1º e 2º partes) assenta em autores deste tipo que se haviam ocupado de assuntos hispânicos, sobretudo o quatrocentista Ânio de Viterbo; e a sua metodologia da história é análoga à dos espanhóis João de Mariana, Floriano de Ocampo e Romano Higuera, quase seus contemporâneos[48].

Sob os Felipes, fecunda terá sido o diálogo da historiografia espanhola com a de Portugal. A *Historia de rebus Hispaniae*, do padre Juan de Mariana (Toledo, 1592), com duas edições latinas e uma tradução castelhana (Toledo, 1601) tantas vezes reimpressa no século XVII, propugnará na Península pela ideia de uma *Hispania* composta de reinos diversos, porém una.

[47] HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Também HARTOG, François. *Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*. Revista de História da Universidade de São Paulo, n. 148 (1º 2003), pp. 9-34.
[48] SARAIVA & LOPES, *Historia da literatura portuguesa*, *Op. Cit.*, pp. 461-462.

Ideia reforçada, aliás, pela *Historia general del Mundo* (Madri, 1601), de Antonio de Herrera y Tordesillas[49]. Vê-se claramente a força desta imagem geopolítica, entre outras, nas obras de Manuel Severim de Faria, Manuel de Faria e Sousa e nos panfletos da guerra holandesa do período pré-restauracionista.

Enquanto os historiadores alcobacenses, disputando o croniciado-mor com outros pretendentes[50], redigiam sua história das longínquas origens de Portugal na *Monarchia Lusitana*, além da história da Ordem de Cister, outras experiências historiográficas enriqueciam o gênero e abriam perspectivas. Diogo do Couto, por exemplo, revivescia nas *Décadas da Ásia* (a partir de 1602) com que prosseguiu o trabalho de João de Barros e no *Soldado Prático* (1616) a verve crítica e polêmica de antecessores como Castanheda e Damião de Góis, angariando poderosas inimizades entre famílias vinculadas à Índia, ao mobilizar o texto histórico como instrumento denunciador de abusos das autoridades[51].

Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, apressa a introdução dos preceitos antiquários na historiografia portuguesa, inventariando notícias de numismática e heráldica e enaltecendo, para além das façanhas políticas, as criações dos homens de letras portugueses do passado, como Camões e mesmo do recém-finado Diogo do Couto. Mas era um caso relativamente isolado e seu impacto, em grande medida, de pouca reverberação e profundidade. Na Espanha, apenas nos anos 1670 os chamados *Novatores* dirigiam armas críticas contra os métodos historiográficos até então vigentes. Em Portugal, iniciativa análoga, em caráter institucional, será vista apenas com a fundação da Academia Real de História, em 1720[52]. Antes dela, em textos como a *Historia de Portugal Restaurado*, do terceiro conde de Ericeira, assiste-se ao diálogo com preceitos historiográficos discutidos no século, na França e na Itália, e vislumbra-se o afastamento da narrativa de base providencial, ainda bastante praticada.

---

[49] Lista a que se pode incluir também Gregório López de Madera, autor das *Excelencias de la monarchia y reyno de España* (1597). Os três "representam o projeto de uma Espanha unificada, embora compatível com a especificidade de cada um dos reinos". CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.,* p. 150.

[50] O croniciado-mor foi subtraído de Cister entre 1615 e 1629, ocupado, sucessivamente, por João Batista de Lavanha e por D. Manuel de Meneses. À morte do cronista-mor Francisco de Andrada, em 1613, seu filho, Diogo de Paiva de Andrade, pelejou pelo posto, no que se frustrou. Amargurado, Paiva de Andrade publica um *Exame de Anteguidades*, diatribe contra as primeiras partes da *Monarchia Lusitana*, escritas pelos que lhe ganharam o posto, ralhando-lhe os erros e lacunas e motivando resposta da ordem, na pessoa de frei Bernardino da Silva (*Defensão da Monarchia Lusitana*, 1620). SERRÃO, *Op.* cit., pp. 54-55. Não obstante a *Defensão*, a historiografia alcobacense doravante acusaria o impacto das críticas e adotaria abordagem mais rigorosa na redação da história de Portugal, bem como na de sua própria ordem.

[51] SARAIVA & LOPES, *História da literatura portuguesa, Op. cit.*, pp. 457 e ss. MARQUES, *O soldado prático e a lógica do dom*, *Op. cit.*

[52] KAGAN, *Los cronitas, Op. cit.*, pp. 349-400. MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

Nos primeiros decênios do século XVII, nas obras de Manuel de Faria e Sousa e Bernardo de Brito, "pode reconhecer-se uma tendência para a epitomização e popularização da história de Portugal, impulsionada por um público largo". Enquanto a crônica geral do reino era um trabalho promovido pela coroa, de cunho oficial, "os novos epítomes, sumários, diálogos, etc., são, pelo contrário, estimulados por esse público que já encontrávamos a propósito dos romances de cavalaria, da literatura de viagens". Daí, por exemplo, o apelo do discurso ao mesmo tempo erudito e fantástico dos primeiros volumes da *Monarchia Lusitana*, obra em que convivem o novelesco, o miraculoso, a tradição retórica do gênero histórico *à la* João de Barros, ao lado do "surto de novos métodos paleográficos, diplomáticos, cronológicos e comparativos, característicos de uma historiografia documental já praticada pelos humanistas"[53].

Inúmeros intérpretes atribuem à literatura sob a União Ibérica o exercício de buscar, no passado, os elementos da grandeza portuguesa numa tática de trincheira intelectual contra o "domínio estrangeiro". Conforme Serrão, não só a história que se redigia em Alcobaça, mas ainda "esforços de iniciativa pessoal ou no ambiente de congregações religiosas" mostravam-se "inspirados pelo desejo de permanências do sentimento nacional". Para Hernani Cidade e tantos outros, o estudo do passado português, de seus reis, heróis e artistas, corresponderia à exaltação da nacionalidade contra a ameaça de anexação espanhola, repudiada pela população. Assim, a escrita da história do período estaria comprometida com a celebração da tradicional independência lusa, sendo instrumentalizada contra a corte madrilena, porém mascarando as críticas debaixo dos recursos retóricos da erudição clássica e do elogio patriótico. Por muito que tais elementos ecoem de diversas obras entre 1580-1640, como apontam os citados autores, tais leituras merecem ser matizadas quanto à amplitude nacional do sentimento autonomista a que aludem. O "autonomismo", enquanto programa político, esteve distante de traduzir o "sentimento do povo português" e conviveu com outras manifestações políticas, até mesmo opostas; é o trabalho discursivo posterior à aclamação joanina que promove sua elevação ao status de uníssono clamor popular[54].

[53] SERRÃO, *Historiografia, Op. cit.,* II, pp. 80-96. SARAIVA & LOPES, *História da literatura, Op. cit.*, 575 e ss., 459-462. Pocock, aliás, já chama a atenção para a polissemia e ambivalência de ordinário encontrável nos escritos políticos, nos quais "o autor pode mover-se em meio a esses padrões de polivalência, empregando-os e recombinando-os de acordo com sua própria habilidade", reflexão válida não obstante o pensador inglês não abordar, em sua análise, textos propriamente historiográficos. POCOCK, *Linguagens do ideário político*, p. 32.

[54] CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Felipes*. Lisboa: Sá e Costa, s/d [1940]. SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, *Op. cit.,* vol. II, p. 79. SARAIVA & LOPES, *História da literatura*, *Op. cit.* BOUZA ÁLVARES, *Portugal no tempo dos Felipes, Op. cit.*, é obra seminal para a compreensão do cenário político no Portugal filipino, indicando as fissuras na nobreza para além de uma dicotomia "lusitanos *versus* castelhanos", aludindo às divergências entre "berganzones", a "parcialidade" e fidalgos de simpatia olivarista.

Uma obra em que a controvérsia sobre o "autonomismo" pré-restauracionista se exacerba é *Flores de España excelencias de Portugal*, publicadas em 1631 pelo futuro apologista da Restauração, Antônio de Sousa de Macedo. O texto, de um lado, exalta os valores de Portugal, sua geografia, os atributos de seu povo, seus literatos, historiadores, teólogos. Ademais, o mesmo autor mais tarde excitaria sua verve pela aclamação joanina no *Lusitania liberata ab injusto castellanorum dominio* (1645) e, na década de 1660, ressoaria as vitórias na guerra contra a Espanha nas páginas de seu *Mercurio Portuguez*, um dos primeiros exemplares da imprensa periódica no país[55]. Por outro lado, Macedo dedica as *Flores de España* a Felipe IV, a quem denomina "protetor" daquelas excelências portuguesas que festeja.

Mera bajulação cortesã? É discutível. Na metáfora botânica macediana, Portugal é a mais formosa das "flores de España", vívida concepção que a um tempo colore a identidade lusa, porém plantando-a no solo do jardim hispânico. Felipe é associado a "los glorioſiſsimos Reyes deſta Monarchia, ſus aguelos (sic)" e Portugal, partícipe do maior império do mundo, situa-se na Europa, o melhor dos continentes, e na Espanha, a melhor parte da Europa:

> Si Aſia ſe alaba de aver tenido grãdes monarchias, mire la Romana, y Española de oy, y verâ como las ſuyas quedan pequeñas, y abatidas (...). Deſpues deſto eſtà Portugal en la mejor parte de Europa, que es España, vencedora del mũdo en todas las prerrogativas, y excellencias de bondad del cielo, fertilidad de la tierra, virtudes de hombres, riqueza de Reynos, conquiſtas, triumphos, titulos gloriosos, por los quales es llamada cabeça de Europa por muchos Autores[56].

Estudos das visitas de Felipe II e Felipe III a Lisboa ou do azáfama discursivo dos Áustria a defender a coroa como sua herança mostram como a historiografia depressa entrou a representar a Hispania como comunidade política (ainda que valorizando a identidade lusitana) e o rei Habsburgo como legítima majestade portuguesa, digna de celebração e memória. Os escritos de um D. Manuel de Meneses ou de Manuel Severim de Faria só a muito custo se poderiam taxar de independentistas: nem nos *Discursos varios políticos* (1624), nem nas *Notícias de Portugal* (1655), o chantre de Évora parece sugerir inconveniência no domínio filipino[57]. Tampouco Manuel de Faria e Sousa poderia ser considerados autonomista, e não

[55] Para um estudo da atuação de Macedo na imprensa, ver CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. *Mais na opinião que nas forças: Antônio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1666)*. Ro de Janeiro: dissertação defendida no PPG em História Social da UFRJ, 2009.

[56] MACEDO, Antônio de Sousa de. *Flores de España excellencias de Portugal, en que breuemente ſe trata lo mejor de ſus hiſtorias, y de todas las del mundo deſde ſu principio haſta nueſtros tiempos, y ſe deſcubren muchas coſas nueuas de prouecho, y curiosidad*. *Primeira parte*. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1631, "Al Rey nvestro señor" e pp. 3v-4.

[57] Como demonstraremos no capítulo 3, parecem-nos equivocadas as interpretações que incluem a *Recuperação da cidade de Salvador*, de D. Manuel de Meneses, como relação anticastelhana. Quando ao chantre, apenas uma interpretação ideologicamente impulsionada poderia extrair "autonomismo" de seus elogios a Camões e a João de

apenas por escrevere em castelhano. A *Epitome de las historias Portuguesas*, publicada em 1628, detalha e comemora a sucessão de 1580. Simultaneamente, a facção filipina da nobreza em Portugal (significativa até 1641 e parte dela antiolivarista até o fim) também veiculava, em relações e outras obras, sua ótica iberista. As vozes da historiografia do período, em sua variedade, recusam enquadramentos fundados na uniformidade[58].

Ora, se nos primeiros decênios do Seiscentos o autonomismo brigava por espaço nos duelos intelectuais e nas esferas do poder, após 1640 será catapultado ao status de discurso oficial. Um exemplo, entre outros: data de 1648 a biografia que Francisco Manuel de Mello escreve sobre o duque Teodósio, pai de D. João IV, a pedido do novo rei "para elevação dos fastos da Casa de Bragança". Mello objetiva demonstrar que "durante o período filipino, não se apagara em Portugal a chama da autonomia", sendo o velho duque considerado por todos, nos anos do "cativeiro castelhano", "monarca em potência", "esperança dos patriotas nacionais[59]".

Ao longo do reinado joanino (1640-1656), tematiza-se a aclamação bragantina como determinação da Providencia divina, consoante a tradição baixo-medieval e os elementos milenaristas presentes na cultura política lusa[60]. Não só Severim de Faria, acrescenta ao texto publicado de suas *Notícias de Portugal* (1655) uma interpretação da Restauração inscrita nos desígnios do céu. No decênio anterior, autores como o padre João de Vasconcelos e frei Manuel Calado, dedicando-se à história do passado recente, enxergarão a interferência da *civita dei* nos negócios portugueses, consoante os termos do ideário milenarista e sebastianista, de tanta reincidência no ideario político da nação.

D. João IV seria, nas penas desses apologistas, o "Encoberto" retornado, realizando a promessa de Cristo ao primeiro rei português, D. Afonso Henriques, no campo de batalha de Ourique, mediante a recuperação da coroa "usurpada" pelos Felipes. Em sermões, nas relações que então se imprimiram e nos escritos históricos do período, os pecados lusos, frutos dos

---

Barros ou dos estudos que fez de moedas, dos brasões portuguesas, das universidades ibéricas. Se nos introitos das *Notícias de Portugal*, que publica após a Restauração, atribui a aclamação de D. João IV à Providência divina, disso seria imprudente deduzir qualquer conteúdo subversivo no manuscrito concluído na década de 1620. FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officina de António Isidoro da Fonseca, 1740 [1655], "Aos leitores", sem paginação.

[58] MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Felipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. Na *Epitome*, faz-se um retrato favorável de D. Cristóvão de Moura, preposto de Felipe II na corte lusa durante a crise sucessória de 1578-1581, o qual nos movimentos do bastidor político "moſtrava una maravilloſa diligencia". Os privilégios que Felipe II oferece ao reino, caso o jurasse, adverte Sousa, observá-los-ia mais tarde. E graceja, ao falar de Felipe II: "Sepamos aora quien es el conquistado, ſi el Rei de quien un Reino ſaca tales gracias, ſi el Reino de quiẽ un Rei no pudo ſerlo ſin ellas?" SOUSA. *Epitome*, pp. 563, 584.

[59] SERRÃO, *Historiografia portuguesa*, II, pp. 178-180.

[60] BOURDÉ & MARTIN, *As escolas históricas*, p. 19-20. HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. RIBEIRO, Marília de Azambuja. "Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. XVI-XVII), *Magallánica – Rev. de História Moderna*, 3, 2015, p. 77-100.

"excessos" cometidos nas conquistas, teriam excitado a ira divina, a qual interrompera (ou "atenuara", como então se dizia) a sucessão dinástica de Afonso Henriques, quando da morte sem descendência do cardeal Henrique, castigo que Deus se apiedara a abrandar "no ano de quarenta"[61]. Volumes dedicados a outras épocas não deixam de entoar alusões à miraculosa ascensão do "rei natural" nem de tecer paralelos entre os prodígios de antanho e de então[62].

A representação de um Portugal soberano e glorioso no outrora e no presente será taticamente agasalhada pelo Estado em guerra de secessão[63], promovido em incontáveis panfletos, sermões, arrazoados jurídicos justificadores do golpe restaurador e impactando a escrita da história praticada no país. Esta última verá transformadas suas linhas discursivas tanto no curso da guerra lusocastelhana quanto, de forma especial, da década de 1670 em diante, com Portugal já em paz com seus vizinhos. Então a historiografia enaltecerá as vitórias militares sobre Espanha e Holanda, em meio às maquinações diplomáticas do fim do século. Com franceses e ingleses disputando a hegemonia continental e valorizando na refrega a importância estratégica do apoio de D. Pedro II, o monarca bragantino procurará promover a imagem internacional do reino mobilizando, entre outros recursos, o arsenal historiográfico[64].

Nos reinados de d. Afonso VI e de d. Pedro II, com os quais alcançamos o outro polo de nosso recorte e o fim do século, o trabalho historiográfico em Portugal intensifica seu diálogo com a tratadística europeia que, já nas décadas anteriores o inspirava e renovava. No ambiente linguístico, uma nova *langue* se configura. É visível, nessas décadas finais, o recuo das abordagens providencialista e milenarista no gênero histórico. O texto historiográfico talvez mais importante do período petrino, a *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira, não somente descreve a crise sucessória de 1578-1581, emudecendo o profetismo sebastianista – no que, aliás, referenda a interpretação anterior da *Epitome* de Manuel de Faria e Sousa, a quem Ericeira considera precursor – mas adota idêntica postura diante da ascensão joanina.

[61] COSTA & CUNHA*, D. João IV, Op. cit. CALADO, Lucideno, Op. cit., pp. 83-94.*
[62] É o caso da quinta parte da *Monarchia Lusitana*, ocupada do governo de D. Dinis e em cujas páginas frei Francisco Brandão inclui louvores e homenagens à providencial ascensão de D. João IV, na primeira década de seu reinado. BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis.* Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1650.
[63] O ambiente de suspeição que se instaura na corte joanina transforma a simpatia castelhana em alta traição, registrando a documentação, em especial nos primeiros anos, fugas de fidalgos na calada da noite, prisões de acusados de conspiração e intensa publicística, doméstica e estrangeira. COSTA & CUNHA. *D. João IV*, *Op. cit.*
[64] CARDIM, Pedro. "La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667)". *In*: MARTÍN MARCOS, David (ed.). *Monarquías encontradas – Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013. Tema também recorrente na literatura da segunda metade do século XVII é a biografia dos reis Bragança e a narrativa dos eventos que levaram à deposição de Afonso VI, em 1667. SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, II, p. 155.

Em suas páginas, as motivações jurídicas e políticas se sobrepõem às transcendentais e estas, quando presentes, desempenham importância coadjuvante ou até mesmo são postas sob suspeição. Se não, vejamos: quando advém o 1º de Dezembro, organiza-se procissão na cidade e, na caminhada, o povo em uníssono grita

> Que hũa Imagem de prata de Chriſto crucificado, q levava hum Capellão a quem tocava diante do Arcebiſpo, deſpregára o braço dereyto. As felicidades de Portugal & a juſtiça daquella acção podem perſuadir que ſeria milagre; ſe ſucedeu o caſo, foy pela occaſião muyto myſterioſo[65].

Importa insistir, entretanto, que as vozes de Florian de Ocampo e de João de Barros, a considerar a história como ramo da Retórica, jamais desaparece do horizonte literário desses anos, reanimado pelos trabalhos de frei Raphael de Jesus, abade beneditino a quem, em meio a arengas políticas na corte, o croniciado-mor é concedido em 1681, para amargura dos cistercienses, que desde muito detinham a honraria. Tampouco se extinguem os escritos de alicerce providencial, que agora se recolhem às páginas da historiografia produzida pelas ordens religiosas, ocupadas da história de si próprias e de seus santos. Especialmente franciscanos e dominicanos "procuram assentar os seus marcos históricos e a ação que tinham exercido em prol da Nacionalidade" em livros nos quais o sobrenatural e milagroso perpassa os parágrafos, enquanto os jesuítas, por sua vez, enaltecem seu passado evangelizador nos espaços ultramarinos[66].

Assim, no apagar do Seiscentos, antes da institucionalização a que se verá submetida no próximo século com a fundação da Academia Real, a historiografia portuguesa se manifesta aberta aos influxos transpirenaicos, variegada e controversa, para além de qualquer enquadramento uniformizador. As características surpreendidas na *Istoria delle guerre del Regno del Brazile*¸ que o padre Santa Teresa publica em Roma, em 1698 – o amparo e cópia dos escritos precedentes, a já discreta presença do sobrenatural, o anticastelhanismo, o requinte retórico do discurso[67] – perfazem a suma dessa centúria em que a historiografia a um tempo tanto conserva e tanto renova.

[65] ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, *Op. cit.* p. 104.
[66] SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, *Op. cit.*, pp. 217 e ss.
[67] SANTA TERESA, *Istoria delle guerre, Op. cit.* Para as fontes de Santa Teresa, MELLO, "A 'Istoria' de frei Santa Teresa", *In: Estudos Pernambucanos, Op. cit.*

## 1.2. As fontes narrativas e sua fortuna crítica

### *1.2.1. A historiografia seiscentista da guerra holandesa*

A construção da narrativa da guerra holandesa, no século XVII, ocupa intervalo de cerca de sete décadas, correspondente ao recorte proposto no presente trabalho (1625-1698). No curso desse intervalo, os diversos autores dedicados à sua historicização se valem de diferentes formatos, disponíveis no repertório da cultura escrita, para relatar acontecimentos passados. Ainda que a luta tenha sido tematizada em dramas teatrais, poemas e outras manifestações literárias, o atual trabalho se concentrará em três gêneros de escrita: a "relação de sucesso", a "relação historial" e a "história", cujos aspectos serão averiguados nos capítulos posteriores. O referencial de análise a permitir a diferenciação entre os gêneros se funda, em parte, na terminologia empregada por alguns autores no próprio século XVII e, mais ainda, das distintas propostas de intervenção política inscritas nesses formatos. Os autores e o público, então, pareciam compartilhar dos objetivos e elementos essenciais de uma relação ou de uma história. Na altura, as relações de sucessos e as histórias eram gêneros de larga tradição, enquanto as relações historiais consistiam em híbrido ainda recente, intermediário, no processo de historicização, entre as primeiras e as últimas. São de grande valor, para a caracterização das especificidades desses formatos, a historiografia sobre a escrita da história e os estudos de Comunicação Social dedicados ao "proto-periodismo", categoria em que se incluem panfletos avulsos relações dos séculos XVI ao XVIII[68].

Os primeiros ensaios de conversão da guerra holandesa em texto são tão antigas quanto o próprio evento. Moradores de Salvador que fugiram da cidade em 1624 e sustentaram no interior precária resistência aos invasores flamengos, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, produziriam relações do sucessos descrevendo a invasão e as refregas diárias, tal como fariam os diversos partícipes da recuperação de 1625[69]. Em Portugal, o despacho da armada

[68] GRAFTON, *What was History?*, *Op. cit.*, KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.* GAY, Peter. *O estilo em história: Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. OLIVEIRA, Maria Leda. *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. 2 vols. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. LANCIANI, Giulia. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Ed. Caminho, 1997. SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al*. *A gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições da Univ. Fernando Pessoa, 2007.

[69] Exemplo de relação sobre a resistência de 1624 é o manuscrito de frei Francisco de San Juan, examinado e transcrito em MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624*. Madri: Hispania Sacra, LXIII. 127, enero-junio 2011. O padre Antônio Vieira, outra testemunha do assalto neerlandês, insere dele um relato na "Carta Ânua" de 1626. A narrativa, todavia, compunha um documento interno da ordem inaciana, sem as pretensões publicísticas encontráveis em outros papéis da época. VIEIRA, Antônio (autor) & PÉCORA, Alcir (Org.) *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

restauradora inspirou também alguns textos que listavam os combatentes alistados, as provisões e o potencial bélico a desafiar os neerlandeses, às vezes em forma de mapa[70].

A escrita destes panfletos – alguns cedo levados ao prelo, enquanto outros permaneceriam manuscritos pelos séculos vindouros – prosseguiria por toda a guerra no ultramar, cessando depois de 1654, mas até lá se avolumando ou rarefazendo ao sabor da dinâmica política e dos desdobramentos da guerra. O que não admira, pois a decisão de alardear ou de silenciar eventos, fosse tomada pelas autoridades em Madri e Lisboa ou pelos partidos e sujeitos em Pernambuco, na Bahia, em Angola, respondia aos vaivéns do conflito militar e do equilíbrio conjuntural tão mutante nos anos finais da União Ibérca e com a lenta consolidação da dinastia bragantina. A coleção das relações de sucessos redigidas nesses trinta anos de guerra é exaustivamente numerosa e não raro anônima, com muitas conservadas em manuscritos e outras publicadas em cidades ibéricas como Lisboa, Madri, Évora, Porto, Sevilha e outras ali e no exterior, em importantes centros na Itália, nos Países Baixos, na Alemanha, na França e alhures.

Naqueles mesmos trinta anos em que proliferaram na cultura escrita ibérica as "publicações noticiosas ocasionais"[71] sobre a guerra holandesa, o tema foi também submetido a diferente tratamento, mais detido, mais abrangente do que a abordagem pontual encontrada nos panfletos de primeira hora. As *relações historiais* são muitas vezes contemporâneas das relações de sucessos e compartilham com elas, também, o compromisso de "relatar", de enunciar eventos ainda em grande medida inéditos. Diferenciam-se, porém, pelo caráter de registro minucioso de que amiúde se revestem e pela ampliação da perspectiva com que subsumem os episódios particulares a contextos histórico-políticos de mais vasto escopo. Ocupam posição intermediária entre as funções do relatar e do historiar, distintas no Seiscentos. Escrita por nova leva de autores e reagindo a diferentes pressões, a história que contam as relações historiais ampara-se nas relações de sucessos precedentes – quando as há – em depoimentos orais e relatórios oficiais. Não raro introduzem modificações nas primeiras narrativas do evento, contestando afirmativas, destacando episódios e sujeitos ou alterando hierarquias e protagonistas.

Após a triunfal recuperação de Salvador, em maio de 1625, a Península Ibérica inunda-se de panfletos comemorativos da vitória, sobretudo nas semanas seguintes à chegada da nova,

[70] ANÔNIMO. *Relação dos Nauios, gente de mar e guerra, prouisão de mãtimentos, artilharia e monições com q foi prouida a Armada q se aprestou pera a restauração da Bahja, de que he Capitão geral Dom Manuel de Meneses, q partiu em 22 de Nouembro de 1624*. BA, 51-VII-44.

[71] SOUSA (Coord.), *A gênese do jornalismo lusófono*, p. 41 emprega a expressão e comenta que tais "folhas volantes" eram amiúde impressas *in quarto* (15 X 20 cm). Tengarrinha acrescenta que abordavam as matérias "com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade". TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 29.

no começo de julho. Mas em novembro, o padre jesuíta Bertolameu Guerreiro obtinha das autoridades lisboetas as licenças exigidas para a publicação de relato diferente. Sua *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal*, em pouco mais de uma centena de páginas, ia muito além de noticiar uma expedição vitoriosa, como as relações de sucessos costumavam. Guerreiro sintetizava o drama da perda e restauração de Salvador para a nação portuguesa. Descrevia não apenas a expedição restauradora da praça perdida, tal como os papéis que o precederam, mas ainda o impacto causado pelas novas da perda do ano anterior no moral da nação, as firmes diretivas de Felipe IV e de seus governadores em Lisboa diante da crise e o resoluto engajamento da nobreza, do clero e do povo luso na operação restauradora[72].

Pela mesma altura, segundo sua própria afirmação, concluía um relato análogo o cronista-mor do reino de Castela, Thomas Tamayo de Vargas, embora só o viesse a publicar nos começos de 1628[73]. Vargas igualmente ultrapassa o noticiar de um cerco vitorioso e, como seria de esperar de sua posição junto à coroa espanhola, substituía o protagonismo luso do escrito de Guerreiro por uma representação que integrava os portugueses ao quadro da monarquia católica fraternalmente unida, sob o comando de Felipe IV e de seus ministros e generais, contra o flamengo rebelde e herético. O interesse castelhano pelo relato do episódio se revela, ainda, com a composição dos textos do soldado Juan de Valencia y Guzmán e Eugenio de Narbona y Zuñiga, futuro bispo de Toledo, compostos entre fins dos anos 1620 e início dos anos 1630[74].

Vê-se desde logo que operação militar que expande a guerra flamenga para a América e a operação discursiva que a converte em texto nascem gêmeas. Não somente derrotar os inimigos e bani-los: contar a guerra era imperativo, era urgência, fosse para os poderes centrais, fosse para os partícipes da vitória. Importa compreender este afã textualizador como crucial na cultura política do seiscentos, como reforço à coesão social em um contexto internacional conflituoso. Madrugar na veiculação de notícias divulgando os heroísmos e a vitória, mais do que assunto meramente editorial, era tido pelos poderes centrais e por alguns dos grupos e

[72] GUERREIRO, *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal*, *Op. cit*. As licenças civis e eclesiásticas, que de praxe antecedem o texto da obra, foram concedidas entre 7 de novembro e 22 de dezembro de 1625, apondo-se a taxação "em hum toſtão em papel", no Natal do mesmo ano.

[73] VARGAS, Thomas Tamayo de. *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe IV el grande Rei Catholico de las Españas i Indias.* Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628. A licença de publicação é expedida a 20 de janeiro de 1628.

[74] VALENCIA Y GUZMAN, Juan de. *Compendio Hiſtorial de la jornada del brazil y ſucesos della. Donde se da cuenta de como gano el Rebelde olandez la Ciudad del Salvador, y Bahia de todos sanctos, y de su Restauracion por las Armadas de España cuyo general fue Don Fadrique de Toledo Osorio Marquez de Villa nueva de Valdueza Capitan general de la Real Armada del mar Occeano, y de su gente de guerra de el Reino de Portugal el año de 1625*. Recife: Pool Editorial, 1984. NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623* [sic], Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. 69, 1950, pp. 155-231. Conserva-se cópia ms. na BA, 46-X-9, fls. 31 a 174, da qual se fez a edição fluminense.

sujeitos envolvidos como matéria política de grande magnitude, dada a conhecida interdependência entre "propaganda"[75] e fama, apresentando-se o perigo de que os adversários difundissem versões inconvenientes dos fatos, atacando o moral da nação. Como escrevia Luis Marinho de Azevedo, em 1642, rememorando Tácito, "la fama es de mucha fuerça em las emprezas nuebas, y de los primeiros suceſſos de la guerra nace el miedo, o la confiança"[76].

A década de 1630 e a primeira metade dos anos 1640 se revelam intervalo de refluxo e maré baixa na publicação de narrativas sobre a guerra holandesa. Reflexo provável da conjuntura política na Península Ibérica e dos próprios desdobramentos desfavoráveis do conflito na América, com a perda progressiva de territórios no Brasil e o fracasso das expedições restauradoras arregimentadas naqueles anos.

Se a publicação de novos relatos declinava, a integração dos textos disponíveis em Histórias – isto é, em escritos afeitos ao cânone do gênero histórico, como então era entendido – se inicia desde cedo. No ano seguinte à expedição de D. Fadrique de Toledo, Manuel Severim de Faria dá ao prelo, sob pseudônimo, um anuário dos sucessos portugueses entre março de 1625 e setembro de 1626, em meio aos quais destaca a recuperação da Bahia[77]. A vitória de 1625 é catapultada à posição de capítulo da história de Portugal já em 1628, quando Manuel de Faria e Sousa a inclui em sua *Epitome de las historias portuguesas*, na qual erige uma síntese histórica da nação lusitana desde suas origens até a atualidade. Frei Vicente do Salvador dedicaria também à vitória na Bahia os derradeiros capítulos de sua *Historia do Brazil*, entretanto não publicada até o século XIX[78]. Entre os castelhanos, Gonçalo de Céspedes y

[75] CURTO, *O discurso político em Portugal*, pp. 92 e ss. O "fazer-se enxergar" seria essencial à formação do Estado moderno e o autor mapeia as diferentes pressões políticas sobre o mecenato e a tipografia. Para o caso da perda e restauração de Pernambuco, menciona o "pequeno surto de textos de caráter justificativo e celebratório" resultante. CURTO, D. Ramada. "Os holandeses no Brasil: lutas e discursos". *In*: *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV ao XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009, p. 272. Burke adverte para os perigos do uso do termo "propaganda" no século XVII. Embora existisse o vocábulo, seu sentido divergia do atual. A *Congregatio Propaganda Fidei* romana, por exemplo, "foi um comitê para 'a propagação da fé', não para fazer 'propaganda' no sentido político do termo". BURKE Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 16.

[76] AZEVEDO, Luis Marinho de. *El Principe encvbierto, manifestado em qvatro diſcurſos políticos, exclamados al rei don Phelippe IIII, de Castilla por un vaſſallo que lo fue ſuyo haſta las nuebe de la mañana del ſiempre memorable dia Sabbado primero de Dìciembre del año de 1640. Escrivelos Lucindo Luſitano*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642, p. 48. O trecho é mencionado por CURTO, *A produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.*, p. 8.

[77] "As mais celebradas vitorias, que neſte Reyno teuemos, eſte ano, forão as do Brasil". FARIA, Manuel Severim de. *Relação Vniversal do que svccedeo do Ocidente, & Oriente, deſdo mês de Março de 625. atê todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & corioſidades. Ordenada por Franciſco d'Abreu natural da Cidade de Lisboa*. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626, p. 7. Tais compilações de relações em anuários, desde o século XVI, em Portugal e alhures, mais que zelo para com a preservação da memória, são consideradas precursoras diretas do periodismo moderno. SOUSA, *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.,* pp. 11 e ss.

[78] SOUSA, Manuel de Faria e. *Epitome de las historias portvgvesas*. Madri: por Francisco Martinez, 1628, pp. 596 e ss. SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brazil*. Edição e prefácio de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação da Bibliotheca Nacional, 1889.

Menezes seguir-lhe-ia a trilha em sua *Primeira parte de la historia de D. Felippe el IIII*, impressa em Lisboa em 1631, matriculando igualmente o sucesso americano entre os feitos do monarca Habsburgo. Nessas obras portuguesas e castelhanas comemora-se o triunfo dos exércitos católicos contra o atrevimento flamengo e pinta-se Felipe IV como legítimo monarca da nação portuguesa e dos reinos da Hispania, a zelar por seus territórios ameaçados[79].

Nos fins da década de 1640 e pelo decênio seguinte, quando a sedição dos Bragança alija os Habsburgos do controle político sobre os domínios portugueses e principia a guerra luso espanhola (1641-1668), a publicação de textos com as características das relações historiais ganha novo alento, especialmente no esforço de construir narrativas de mais largo fôlego, associando os eventos na narração coesa de uma "guerra brasílica" que já então se demorava vinte anos. Entre julho e agosto de 1644, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, obtinha em Madri – pois alinhara-se entre os fidalgos portugueses optantes pela fidelidade a Felipe IV depois de 1640[80] – as licenças para a publicação de suas *Memorias diarias* dos primeiros nove anos da guerra em Pernambuco (1630-1638), aventando sua versão para a derrota e perda do patrimônio que sua família detivera desde a instauração do regime donatarial, um século antes. Contudo, somente em junho de 1654 – demora pouco usual, mesmo tendo em conta a marcha lenta com que amiúde se concediam licenças em Portugal e Espanha[81], mas explicável pela ação dos adversários da família Albuquerque para sabotar a impressão – o autor obteria o "privilégio", o direito de exclusividade na impressão da obra, finalmente levando-a ao prelo[82].

Por volta de 1645, o frade da Ordem de São Paulo da Serra d'Ossa, frei Manoel Calado do Salvador, residente em Porto Calvo[83] e que mais tarde conviveu com os flamengos no Recife nassoviano, principia a redação de seu "tratado", como o denomina, da guerra contra os

[79]. CESPEDES Y MENESES, Gonçalo de. *Primeira parte de la historia de D. Felippe el IIII. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631, pp. 508 e ss. Uma nova edição "integral" da obra de CESPEDES Y MENESES seria ainda publicada em Barcelona, em 1634.

[80] Para a nobreza lusa "exilada" em Madri, ver BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal no tempo dos Felipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 271-291.

[81] CAMENIETZKI, por exemplo, acompanha as "andanças" nas malhas da cesura portuguesa que precederam a publicação da *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos. Embora comente a "longa *via crucis* do padre Vasconcelos", entre as primeiras licenças e a autorização para circulação e vendagem da obra transcorrem quatro anos (1661-1665). CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014, pp. 102-107.

[82] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654. A tardança, fruto da ação política de inimigos dos Albuquerque em Madri, será discutida no capítulo 3.

[83] A cerca de 150 Km ao sul de Olinda, na antiga capitania de Pernambuco. Hoje, pertence ao estado de Alagoas.

invasores: *O valeroso Lucideno, & triumpho da liberdade*[84]. Embora não seja possível precisar o exato papel de João Fernandes Vieira na composição da obra (se a encomenda, se a patrocina, se lhe é oferecida pelo escritor à vista da proteção e mecenato que lhe poderia dar o poderoso senhor de engenho), é certo que o madeirense disputa com o próprio autor, no enredo, o protagonismo da ação. Abrangendo desde a "destruição e ruína de Pernambuco", a partir de 1630, até a eclosão do movimento insurrecional de junho de 1645 e as refregas que se sucederam neste e no ano seguinte, quando a narrativa se encerra, frei Calado, tal como fizera Duarte de Albuquerque Coelho – e antes deles Bertolameu Guerreiro e Tamayo de Vargas – oferece aos leitores uma narrativa integrada do conflito e uma trama em grande medida inédita, com novos heróis e protagonistas e episódios até então desconhecidos perante o público ibérico.

Abarcando as *Memorias diarias de la guerra del Brasil* apenas os anos 1630 e não se estendendo o *Valeroso Lucideno* para além de 1646 (quando seu autor embarca para Portugal depois de tantos anos no Brasil), após o cessar-fogo lusoneerlandês, em 1654, levantava-se a necessidade de superar as exposições incompletas e deitar ao papel toda a saga do conflito, incluindo notícias dos incidentes no Maranhão, no Rio de Janeiro e em Angola. Daí a redação da *História da Guerra de Pernambuco*, da lavra do mestre de gramática Diogo Lopes Santiago, figura sobre quem poucas notícias se preservaram. O livro, encomiástico às ações e à figura de João Fernandes Vieira, muito provavelmente terá sido trabalho de sua encomenda, cuja narrativa, segundo pistas contidas no escrito, concluiu-se entre 1654 e 1656, mas que, ao contrário das demais relações historiais mencionadas, permaneceria em formato manuscrito até o último quartel do século XIX, quando Francisco Adolfo de Varnhagen finalmente o levaria ao prelo. A obra abre-se com a formação da *West-Indische Compagnie* e alude brevemente a seu ataque sobre Salvador, em 1624, constituindo, portanto, em termos cronológicos, a mais antiga historia da completude temporal da guerra holandesa[85].

Paralelamente, as lutas contra os neerlandeses no oeste africano (1641-1648), entrada a década de 1650, seguiam largamente ignotas para o público português, exceto em restritas esferas. Conhecem-se algumas poucas relações, escritas nos anos 1640 – dirigidas ao rei português ou descrevendo missões religiosas em meio ao conflito – nem todas então publicadas.

---

[84] CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade. Primeira parte*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648. Exemplos do uso do termo "tratado" no "prólogo ao leitor" e à p. 39.

[85] SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Com prefácio de J. A. Gonsalves de Mello. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004. A primeira edição da obra se deu na revista do Instituto Historico, Geográfico e Etnographico do Brasil, publicada no Rio de Janeiro, em fascículos, entre 1875-1880 (n. 38 a 43). No capítulo terceiro, procuraremos contestar a datação do manuscrito (1661-1675) proposta por Gonsalves de Mello.

É apenas em 1651 que se imprime, em Lisboa, uma primeira narrativa da guerra lusoneerlandesa em Angola e no Congo, desde a captura de Luanda até a rendição dos holandeses por Salvador Correa de Sá, em agosto de 1648: é o *Manifesto das ostilidades*, escrito por Luis Fellis Crus, secretário do governo português naquela província africana.

Não obstante as licenças para a impressão datarem de fevereiro de 1651, dedicatória dirigida a D. Catharina de Vellasco, esposa de Salvador Correa de Sá, esclarece que o relato estava redigido em julho de 1649, portanto menos de um ano após a restauração da praça. Crus, refugiando-se com os moradores de São Paulo de Luanda no interior, após a captura da cidade pelos neerlandeses, testemunhara diversos conflitos dos quais oferece um sucinto e duro relato, enfatizando o sentido providencial dos sofrimentos ali experimentados pelos lusitanos, as violências perpetradas pelas alianças dos flamengos com os africanos sob o comando da rainha N'Zinga e de sobas "traidores" e a recuperação da praça por Salvador de Sá, com a armada que trouxera do Rio de Janeiro[86].

Terminava-se a década de 1650, portanto, com a guerra holandesa nos domínios atlânticos relatada, não obstante desconhecida. Apesar desta coleção de escritos, ainda na década de 1660 incomodaria aos letrados o sentimento de que aquele grande feito, a saber, a vitória na África e no Brasil sobre um dos mais poderosos impérios do mundo, não andasse devidamente historiado nem afamado em língua portuguesa. Não era para menos: as *Memorias diarias* encerravam-se com o cerco nassoviano de Salvador, em 1638; o *Lucideno* avançava o relato até pouco depois da insurreição pernambucana de 1645 e estava banido pela censura inquisitorial romana desde 1655; a *História da Guerra de Pernambuco* era manuscrito de diminuta circulação, provavelmente, àquela altura, somente conhecido por estreito grupo de leitores em Pernambuco. Carecia-se ainda de um tomo que divulgasse o sucesso em um enredo unificado, enobrecendo-o com grandiloquência de linguagem e com acrescentamentos de "avizos, & preceitos com conselhos", como então se entendia ser característico das melhores Histórias[87]. Um papel que, enfim, visibilizando, o engrandecesse. Tanto para os portugueses n'aquém e n'além-mar quanto para o mais do público europeu, a perspectiva lusa da guerra holandesa aguardava pena que a abrilhantasse e acabasse a tarefa de sua historicização.

[86] CRUS, Luis Fellis. *Manifesto das ostilidades que a gente que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os Vassalos del Rei de Portugal neste Reyno de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os Principes; e dos motiuos que obrigarão ao General Salvador Correa de Sá e Benavides a dezalojar estes soldados Olandezes delle, sendo mandado a esta Costa por Sua Magestade a differente fim*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651. O *Manifesto* é reeditado em Coimbra, em 1921, no *Boletim da Classe de Letras da Universidade*, por E. Prestage.
[87] AZEVEDO, *El Principe encvbierto*, *Op. cit.*, CURTO, *A produção do discurso político, Op. cit.*, p. 6.

Compreende-se assim a iniciativa de Francisco Manuel de Mello ao incluir em suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza* (que vinham sendo escritas desde 1649) uma relação da guerra, de cerca de quarenta páginas, publicando-a em Lisboa, em meados de 1660. Na quinta e última das *Epanaphoras* de que se compunha o volume, denominada *Triunfante*, depois de abordar episódios como as Alterações de Évora (*Epanaphora Politica*) e a descoberta da Ilha da Madeira (*Epanaphora Amorosa*), Mello endereça aos portugueses e "particularmente aos Eſtrangeiros" suscinto relato das lutas contra os holandeses, desde a fundação da WIC até o cerco e rendição final do Recife, em janeiro de 1654. Lamentava o historiador, no introito da quinta *Epanaphora*, que aqueles feitos praticados contra os flamengos "tantas vezes foraõ inculcados, pella parte cõtraria, em tratados, & liuros", ao passo que "não houue atègora, quem por noſſa parte, em forma decente, publicaſſe um ſó volume"[88]. D. Francisco Manoel, por meio de seu relato, não apenas responde à polêmica internacional sobre os sucessos da guerra, mas, tematizando-a, inscreve-a junto a outros feitos portugueses considerados célebres e dignos de rememoração, postulando-lhe um papel de destaque entre os episódios memoráveis na trajetória histórica do reino de Portugal.

Após a publicação das *Epanaphoras de varia historia Portugueza*, experimenta-se novo interregno no trabalho de historicização da guerra holandesa e chega ao fim a época da escrita das relações. Pela década seguinte, o tema da vitória sobre os flamengos queda adormecido, enquanto se travavam sangrentas batalhas na fronteira lusocastelhana, golpes palacianos depunham a regente D. Luísa de Gusmão e depois o rei D. Afonso VI, Portugal firmava as pazes com os Países Baixos e com a Espanha, alcançando que o papado finalmente reconhecesse a regalia da Casa de Bragança.

Todavia, após a ascensão de d. Pedro à condição de príncipe regente em substituição ao seu irmão destronado, entrada a década de 1670, reaviva-se o interesse pelo assunto. A partir de 1675 até o final do século, no curso do reinado petrino, em rápida sucessão, nova leva de livros retomará a guerra holandesa – como tema central ou secundário – não mais no modelo das relações de sucessos ou historiais, porém consoante os cânones do gênero histórico secularmente praticado em Portugal.

[88] MELLO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia Historia Portvgveza a ElRey Nosso Senhor D. Afonso VI. Em cinco Relaçoens de svcessos pertencentes a este Reino*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente, com todas as licenças necessárias, 1660, p. 482. A trajetória acidentada de Mello, incluindo seu exílio no Brasil a partir de 1655, pode ser encontrada em PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manoel de Mello: esboço biográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914 e em PRESTAGE, Edgar. *Francisco Manoel de Mello*: Oxford (UK): Oxford University Press, 1922.

A partir de agosto de 1674, começam a ser concedidas as licenças para a publicação de um manuscrito de Francisco de Brito Freyre, ex-governador de Pernambuco (1661-1664) e almirante da armada da Companhia Geral de Comércio que, em fins de 1653, associara-se ao mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes no golpe final contra os holandeses. A *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica*, impressa em 1675, em Lisboa, numa edição luxuosa e requintada, mais do que a guerra propriamente dita franqueia aos leitores uma história da expansão portuguesa na América, desde seu primórdio até o assédio holandês a Salvador em 1638. Trazendo em sua folha de rosto a expressão "década primeira", à guisa de João de Barros e Diogo do Couto, prenuncia o projeto de uma história em duas partes, a segunda das quais se haveria de debruçar sobre a continuidade da guerra após a restauração joanina, até a insurreição de Pernambuco e a reconquista final da província[89].

Poucos anos mais tarde, em 1678, concediam-se licenças para duas outras obras, que circulariam nos anos seguintes, escritas ambas por renomados eruditos do reino. Em 1680, estava taxada e com privilégio de impressão para seu autor o *Castrioto Lusitano*, concluída pelo menos cinco anos antes pelo frade beneditino Raphael de Jesus, abade do convento de Lisboa desde 1679. Admirado sermonista e historiador, além de bem relacionado na corte, frei Jesus ocuparia o cargo de cronista-mor do reino por alvará de novembro de 1681 e, sob essa distinção, continuaria a escrita da *Monarchia Lusitana*, até então composta pelos frades de São Bernardo em Alcobaça[90]. Dedicado a historiar os "varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas", o *Castrioto* era, segundo toda a evidência, encomenda de João Fernandes Vieira (que redige uma dedicatória a d. Pedro, constante na edição), reservando-se-lhe no enredo apologético tal protagonismo no comando da recuperação dos domínios portugueses como não era encontrável nas demais obras até então compostas sobre o assunto, nem mesmo em seus panegíricos[91].

---

[89] FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica. Decada primeira.* Lisboa: na Officina de Joam Galram, 1675. Segundo Barbosa Machado, Freyre iniciara a redação da "Década segunda" da História, que "comprehendia a Reſtauração de Pernambuco", porém, embora apenas falecesse em 1692, "deixou a imperfeita". BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca Lusitana Hiſtorica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ deſde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1758, vol. II, pp. 125-126.

[90] MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op.cit.*, vol. III, pp. 632-633.

[91] JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano: parte I. Entrepresa, e restauraçaõ de Pernambuco; & das capitanias Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas*. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679. Como se verifica no volume impresso, apesar das licenças serem emitidas entre março de 1678 e dezembro de 1679, a taxação apenas é fixada em janeiro de 1680, começando a circulação depois desta data. As informações de que a obra fora concluída em janeiro de 1675 e de que o privilégio de impressão do autor apenas seria concedido em 1680 constam em MELLO, *Estudos pernambucanos*, pp. 125-126.

Pela mesma época, obtinha também o terceiro conde de Ericeira, D. Luís de Menezes, as licenças para a sua *História de Portugal Restaurado*, cujo "tomo I" sai impresso em Lisboa, em 1679 (o segundo tomo apenas seria publicado em 1698). O livro propunha, em seu prólogo, continuar a história da nação portuguesa escrita pelo "moderno Livio Manoel de Faria & Sousa", a partir do ano de 1640, quando o precursor a interrompera. Na apresentação dos eventos dos anos finais do domínio filipino e dos iniciais da dinastia bragantina, "atè a paz celebrada entre esta Coroa & a de Castella", erige uma história portuguesa em que os sucessos na Europa e nas conquistas se desdobram simultâneos e interligados. Entrelaça aos esforços do reinado joanino por consolidar-se os eventos bélicos sucedidos no Brasil e em Angola contra os holandeses, retomando na tarefa alguns dos escritos até então produzidos sobre os feitos[92]. A obra de Ericeira, portanto, promove, de modo mais orgânico do que o realizara Francisco Manoel de Mello vinte anos antes, a integração da guerra holandesa à narrativa da história de Portugal. Aquela vitória, seus sucessos memoráveis e seus próceres, transferiam-se para os capítulos "oficiais" do passado do reino, como ápice do longo trabalho de historicização que vinha sendo empreendido desde tantas décadas.

De Angola, nos primeiros anos 1680, chegava a Lisboa, oferecido ao príncipe d. Pedro, um volumoso manuscrito, relatando a *Hestoria das Guerras Angolanas*, entre as quais se incluía, com destaque, a guerra holandesa[93]. Seu autor, Antonio de Oliveira Cadornega, antigo combatente na guerra e pró-homem da freguesia de Luanda, esforçava-se por evitar que caíssem no esquecimento os parcamente relatados feitos lusos na África Ocidental. Provavelmente antes do fim da década de 1680, o frade carmelita João José de Santa Teresa concluía a escrita, em língua italiana, de sua *Istoria delle guerre del Regno del Brazile*, cujas "*parte prima*" e "*parte seconda*" obteriam as devidas licenças em 1697 e seriam impressas em Roma, em 1698. Santa Teresa, de nome secular João de Noronha Freire, residente na Itália desde inícios dos anos 1670, era autor de traduções e escritos sacros admirados do público leitor italiano[94]. O frade empresta

[92] MENEZES, Luís de (conde de Ericeira). *História de Portugal restaurado. Tomo I.* Lisboa: na Officina de Joaõ Galraõ, 1679, "Prologo" não paginado.

[93] CADORNEGA, Antonio de Oliveira. *Ao m.to alto e mui poderozissimo Princepe d. Pedro nosso Sr.offerece a seos reais pes esta Hestoria das Guerras Angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega Cap.am reformado e cidadam de S. Paulo de Assumpçam, natural de Villa Viçosa*. BNP, ms. reservados, cota AT/L54/1-2. A primeira edição integral da obra sairia apenas nos anos 1940, sob direção de José Matias Delgado. CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. 3 vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942.

[94] SANTA TERESA, Giovanni Gioseppe di. *Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda, composta, ed offerta alla sagra reale maesda di Pietro Secondo re di Portogallo.* 2 vols. Roma: Estamparia dos herdeiros de Corbelletti, 1698. Notou Gonsalves de Mello que Santa Teresa se refere ao "Eminentissimo Senhor Cardeal Pietro Ottoboni", sendo que Ottoboni fora eleito papa no conclave de 1689, adotando o nome de Alexandre VIII. MELLO, J. A. Gonsalves de. "A 'Istoria" de frei Santa Teresa". *In*: *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, p. 138.

então seu prestígio para a difusão internacional da história da vitória portuguesa sobre os holandeses, valendo-se da posição estratégica de Roma na política e diplomacia europeias.

Tal como suas antecessoras da época da regência petrina, a *Istoria delle guerre* funda sua construção narrativa nas relações historiais disponíveis, mas se vale já também das histórias da década de 1670, como o *Castrioto Lusitano*, não obstante cale referências a fontes e à historiografia portuguesa que a precede[95]. Com o apagar do século XVII, a historiografia ibérica encerrava seu trabalho de transposição do acontecimento militar em história. A *Istoria delle guerre*, em verdade, inaugura o esforço de internacionalização das glórias portuguesas, característico do reinado de d. Pedro II[96], apoiando-se na narrativa consolidada nos anos 1670 e em escritos anteriores.

### 1.2.2. *Performance nos séculos XVII e XVIII*

Manuscritos e impressos do mundo luso sobre o tema da guerra flamenga têm, desde o século XVII, informado os mais diversos estudiosos do que se convencionou denominar o "período holandês". Neste intervalo de mais de trezentos anos que nos aparta destas obras, a "história das lutas contra os holandeses" foi mobilizada para muitos propósitos, animando-se os historiadores na tarefa pela vantagem de disporem de tão rico manancial de notícias, contemporâneo àqueles eventos e seus personagens.

Na historiografia espanhola, a triunfante recuperação de Salvador pela armada de d. Fadrique de Toledo, embora em seu tempo tenha motivado um volume considerável de impressos, é tema que, com o tempo, perde relevância diante de outros acontecimentos do reinado de Felipe IV, sobretudo as guerras contra a França e os Países Baixos. Desse modo, apesar da precoce transição daquele evento das relações para as histórias (concluída já no intervalo 1625-1634), os historiadores espanhóis posteriores à ruptura de 1640 tenderão a se desinteressar pelo episódio, possivelmente percebendo-o como afeito ao passado lusitano, já não mais *hispanico*. A vitória contra o cerco nassoviano de 1638, de menor relevância política, segue o mesmo trajeto. No conjunto da tradição historiográfica legada pelo Seiscentos, a guerra holandesa é assunto português, reservando-se aos Bragança os maiores benefícios representacionais da instrumentalização daquele sucesso.

[95] *Idem,* p. 139.
[96] MARTÍN MARCOS, *Península de los recelos, Op. cit.*

Tendo o tema despertado contínuo interesse no mundo luso, em diferentes momentos históricos, dispomos de caudalosa bibliografia a dialogar com aquelas narrativas, transcrevendo-as, parafraseando-as, interpretando-as, criticando-as. Durante um período de dois séculos, os textos do Seiscentos consistiram na fonte primordial para se historiar a presença neerlandesa no Atlântico Sul entre 1624 e 1654. Mesmo quando eruditos brasileiros e europeus, nos meados do Oitocentos, saíram a esmiuçar arquivos na Península Ibérica e nos Países Baixos, em busca de correspondências e relatórios militares, nem por isso renunciaram ao préstimo do repertório narrativo tradicional, o que tampouco fariam os historiadores do século XX[97].

O processo e as circunstâncias pelas quais esta bibliografia foi revisitada através do tempo reclama ainda adequada problematização e inquérito. Este não será nosso objetivo aqui, senão delinear algumas das leituras empreendidas na posteridade do Seiscentos, de modo a melhor compreender em que medida a representação da guerra foi fixada em seu próprio século e preservada pelas historiografias posteriores.

Proveitoso para esta apreciação da recepção dos textos seiscentistas nos séculos vindouros vem a ser o conceito de *performance discursiva*, proposto por J. Pocock, isto é, a força que um texto exerce sobre os outros agentes políticos e seus textos, no agora e no porvir. Cada nova obra é como uma pedra arremessada na superfície da lagoa historiográfica: a perturbação que provoca na água, eis sua performance. O impacto que as histórias da guerra holandesa terão sobre os meios eruditos portugueses, na Península e no Ultramar, a ação de suas *paroles* sobre o contexto da *langue* político-historiográfica (consagrando-a ou desafiando-a) e, para além, as sucessivas releituras a que são submetidas na posteridade alicerçam a maneira como hoje recontamos o evento.

Em outras palavras, a história da guerra que herdamos, em grande medida, é a suma não só do que escreveram seus primevos historiadores, mas também do itinerário de tais escritos no futuro; herança derivada do repertório inscrito nos papéis do século XVII, mas ainda das suas

[97] Aqui é referencial o capítulo em que Cabral de Mello discute a "cultura histórica do nativismo", mapeando algumas das releituras das "crônicas luso-brasileiras", no curso dos séculos XVIII e XIX. MELLO, *Rubro veio*, pp. 63-87. Não adotaremos, todavia, a nomenclatura "luso-brasileiro", nem para as narrativas, nem, de modo geral, como gentílico dos seus autores e personagens nascidos ou residentes na América Portuguesa, pela semântica nacionalista que, a nosso ver anacronicamente, o vocábulo carrega. Tal como manifestam os escritos do século XVII, assistissem esses sujeitos nas capitanias da América, em Luanda, no Algarve ou na Estremadura; militassem nas fronteiras do Alentejo contra os espanhóis, na Bahia, em Angola ou em Pernambuco contra os holandeses, eram "portugueses" os que lutavam. A própria ideia de "colônia", como se observou recentemente, é talvez anacrônica e está a reivindicar revisão. CAMENIETZKI, *Incômoda história*, *Op. cit*. Aludindo aos moradores expulsos de Salvador em 1624, que sustentaram do interior a resistência contra os neerlandeses, escreve Brito Freyre que eram muitas as saídas inimigas para saquear, por mar e por terra, "porèm deſtas, & de muitas outras entradas, ſe recolhèraõ ſempre com perda de gente, & de credito; deixando *os Portugueses* com reputação, & sem dano". Assim é no mais das narrativas do período. FREYRE, *Nova Lusitania*, *Op. cit.,* p. 86 (grifo nosso).

releituras e reavaliações nas centúrias seguintes, quando autores como Manuel Calado, Raphael de Jesus e Brito Freyre se tornam alvo de escrutínio, enquanto outros, como Lopes Santiago e Santa Teresa, caem no esquecimento.

> O historiador começa agora a concentrar sua atenção sobre outros textos, escritos e publicados pelos que leram o texto considerado em primeira instância e que estavam respondendo direta ou indiretamente a ele. Sua principal necessidade é compreender como as inovações do primeiro autor, selecionadas em meio ao restante de seus atos de fala, puderam se impor aos leitores, de maneira a compeli-los a respostas congruentes com essas inovações. Ele começa por pressupor que uma enunciação atua sobre a consciência de seu receptor, que o que é lido não pode ser des-lido[98].

Ainda no século XVII, a interlocução entre os textos dedicados à saga da perda e recuperação do Brasil das mãos dos holandeses foi recorrente[99]. Há performance, as ondulações que provocam alguns dos textos são significativas. Num momento em que ideias como autoria, plágio e originalidade não norteavam a produção intelectual nem, *a fortiori*, o gênero histórico – cultuando-se, antes, o ideal da narração verdadeira, pedagógica, embasada em testemunhos confiáveis e vertida em estilo grandioso – era comum autores se socorrerem de textos precedentes para a construção de suas próprias versões dos fatos[100]. É assim que, desde cedo, as relações da recuperação de Salvador, em 1625, parafraseiam-se, transcrevem-se; também o texto de Diogo Lopes Santiago, na década de 1650, empreende uma seleção e colagem do *Valeroso Lucideno* e, por fim, as obras do período 1675-1698 fazem largo uso dos escritos anteriores, aqui os copiando, ali os emendando[101]. A originalidade não é um dever; a utilidade é. Daí a intertextualidade, ajudando as obras a cumprir os propósitos políticos a que almejavam.

---

[98] POCOCK, *linguagens do ideário político*, p. 44.

[99] J. A. Gonsalves de Mello conduziu exaustivas análises comparativas entre alguns dos "cronistas da parcialidade luso-brasileira". Nelas, procurava determinar o grau de originalidade das obras à disposição e, consequentemente, a validade que teriam ou não para a moderna pesquisa histórica. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração.* Recife: Universidade do Recife, 1954. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2ª edição, 1986 [1960].

[100] Comenta Cabral de Mello que, no século XVII e no seguinte, os critérios de apreciação do gênero histórico eram distintos dos do presente, "exigindo-se, sobretudo, a narração de uma intriga histórica de maneira elevada e agradável, segundo o gosto literário predominante". MELLO, *Rubro veio*, p. 69. Laura Beck Varela, estudando o caso da literatura jurídica a partir da obra de Arnoldus Vinnius, baseia-se em ampla bibliografia para destacar o gradativo rechaço da cópia plagiária, sobretudo a partir do último quartel do século XVII, com "evoluciones distintas en cada campo del saber". VARELA, Laura Beck. *Literatura jurídica y censura: fortuna de Vinnius en España.* Valencia: Tirant, 2013, pp. 64-75.

[101] CALADO, *O valeroso Lucideno*, *Op. cit*. SANTIAGO, *História da Guerra de Pernambuco*. *Op. cit*. As obras do período 1675-1698 são oss já citado FREYRE, *Nova Lusitania*, *op. cit*.; JESUS, *Castrioto Lusitano, Op. cit.*; MENESES, D. Luís de (conde de Ericeira). *História de Portugal Restaurado. Tomo I*. Lisboa: oficina de João Galrão, 1679; SANTA TERESA, *Op. cit.*

Com o findar do século, a operação de transposição da guerra holandesa em narrativa histórica parece assumir, ao menos por algum tempo, a feição oficial de episódio integrado à história do reino de Portugal. O episódio fora versado por alguns dos mais ilustres autores do século, sob os auspícios da casa de Bragança. Uma primeira tentativa de exposição integral do conflito se dá ainda nos anos 1650, com a *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Santiago, mas o manuscrito não alcança os prelos seiscentistas. D. Francisco Manuel de Mello, em sua *Epanaphora Quinta*, expõe sumariamente o percurso da guerra, num texto que possui os elementos híbridos da relação historial. Somente em 1679 o em breve cronista-mor do reino, Raphael de Jesus, traria ao todo o alcance temporal do conflito em uma história[102].

Uma vez aclamado d. Pedro II, com a morte do deposto Afonso VI (1683), estando o reino em paz com seus vizinhos havia já quinze anos, era oportuno o momento para a afirmação da dinastia bragantina e para o investimento na imagem internacional de Portugal enquanto nação soberana e poderosa. Uma obra histórica, retumbando uma vitória militar contra uma das grandes potências da época, porventura colaborava com tal programa. Daí, ainda em fins do Seiscentos, a publicação da *Istoria delle guerre*, do carmelita português João José de Santa Teresa. Lançada em Roma e dedicada ao rei D. Pedro II, que a custeara. A obra, endereçada diretamente ao público italiano – "io nell'Italia, o per l'Italia ſcrivo", diz o autor em seu prefácio – se informa sobretudo em duas narrativas predecessoras, difundindo estrategicamente na Sé papal a imagem de uma monarquia triunfal, de um Portugal glorioso outrora e no presente[103].

Entrado o século XVIII, cessa o esforço dos autores pela recontagem dos "varios, e bellicos successos entre portuguezes, & belgas". Parecia desnecessário reapresentar a guerra, o que não deve ser confundido com um esquecimento do tema, cujo interesse, especialmente no Brasil, jamais desaparece, passando o acontecimento a reemergir nos escritos de Setecentos consoante novas demandas. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a coleção de histórias legadas pelo período 1648-1698 (mais fortemente do que as relações do período 1625-1654) perfaziam

[102] MELLO, *Epanaphoras, Op. cit.* MELLO, *Estudos pernambucanos*, pp. 109 e ss. A mais antiga versão conhecida da *Historia* de Santiago é o manuscrito 111, conservado na Biblioteca Municipal do Porto, possivelmente cópia tardia do original.

[103] SANTA TERESA. *Istoria delle guerre, Op. cit*. Para um estudo do esforço português para projetar-se entre as potências europeias na segunda metade do século XVII, ver MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit*. e MARTÍN MARCOS (ed.), *Monarquías encontradas*, *Op. cit*. MELLO, *Estudos pernambucanos*, pp. 135 e ss. comenta que a *Istoria* foi objeto de segunda publicação em 1700, mas curiosamente a atribui à ruim acolhida dos italianos à obra. A comparação de ambas as edições – que ultrapassa o escopo do presente trabalho – poderia lançar luz sobre a questão, indicando talvez o contrário, a saber, que a segunda emissão decorresse da boa procura da primeira, coisa de modo algum impossível, sendo o autor admirado pelos leitores romanos, com vendagens de milhares exemplares. De qualquer forma, o interesse publicístico da *Istoria* não se atinha a questões de vendagem, sendo a edição, ademais, custeada pela coroa portuguesa. As fontes principais de Santa Teresa, também segundo Mello, são, além do *Castrioto Lusitano*, acima citado, COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit*.

uma biblioteca respeitada pelos eruditos setecentistas, sendo alguns daqueles trabalhos considerados "histórias, isto é, obras acabadas a que, supunha-se, nada havia a acrescentar, donde não lhe surgirem concorrentes entre os escritores do século XVIII". A afirmativa, contudo, parece merecedora de maior problematização[104].

A lógica sob a qual os autores setecentistas se apropriaram das fontes do século anterior não se coaduna com a recepção passiva nem canônica delas, abrindo-se verdadeiro colóquio entre os dois séculos, travado às vezes na linguagem do apreço e da gratidão, porém não raro desconfiado, conflituoso, sensível às tomadas de posição expressas nas histórias e às contingências que mobilizavam cada novo autor. Estando já àquela altura a guerra neerlandesa historiada por penas renomadas, em obras relidas e mesmo institucionalizadas no mundo português[105], compreende-se que o século XVIII abandonasse ou ao menos adiasse a tarefa de reescrevê-la. Mas, se não a reescreve, recruta-a, repete-a, contesta-a segundo os fins políticos que o tempo impunha. Os escritores de Setecentos acolhem crítica seletivamente as obras herdadas da centúria anterior, não só para informar-se nelas mas, mais ainda, para fazê-las dizer o que agora convinha – ou desmenti-las e denunciá-las, se não o diziam.

Diversos escritos históricos de Setecentos, n'Aquém e n'Além mar, abordarão o período e discutirão com as fontes seiscentistas, submetendo-as a diferentes julgamentos de validade e mérito. Não esqueçamos, aliás, que naquele quadrante a historiografia do mundo português institucionalizava-se, proliferando academias de eruditos na Península e no ultramar, a partir do exemplo lisboeta da Academia Real da História, fundada em 1720. Os institutos almejavam a escrever a história secular e eclesiástica do reino, a partir de "memórias" apoiadas em testemunhos e documentos fidedignos. Em suas tertúlias e publicações, as razões de Estado reforçavam seu peso sobre a escrita da história e, ao mesmo tempo, discutiam-se a crítica e o

[104] MELLO, *Rubro veio*, p. 64. Mello cita a *História militar do Brasil* (*circa* 1762), de José de Mirales, membro da Academia Brazílica dos Renascidos, argumentando que o autor escusou recontar a guerra holandesa pelo "louvável acerto" das histórias portuguesas disponíveis. O exame da *História militar*, contudo, mostra que, no trecho citado por Mello, Mirales listava os regimentos do Brasil, pensando desnecessário repetir como "teve princípio o Militar em Pernambuco", a criação de suas guarnições, a sucessão de seus oficiais e dos "governadores daquelas capitanias", pois escritores "famosos" como Brito Freyre e Raphael de Jesus deixaram "larga, e individual notícia" dessas forças e daquela guerra e restauração. Embora, de fato, enalteça a qualidade dos historiadores anteriores, Mirales nem por isso se furta, páginas antes, a aludir aos "insultos com que desde o anno de 1624 até 1627 infestaram os holandeses a Bahia, e costa do Brasil", descrevendo, mais, a chegada neerlandesa em 1630 e os esforços de Matias de Albuquerque na defesa. MIRALES, José de. *História militar do Brasil desde o anno de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve princípio a fundação da cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, até o anno de 1762*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXII, 1900, pp. 61-65, 69.

[105] Encontram-se vários casos nos quais as narrativas seiscentistas da guerra holandesa foram utilizadas em provanças para a concessão de hábitos das ordens militares e para familiatura no Santo Ofício, bem como citadas em petições administrativas. Ver, por exemplo, MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1989], pp. 70, 111, em que se aponta o uso da "crônica de Brito Freyre" e de outras nas provanças de Felipe Pais Barreto, a contestar a acusação de cristão-novice contra seu bisavô, Antônio de Sá Maia.

método investigativo mais propício ao desnudamento exato do passado. Persistia o esforço de conciliação entre a tradição retórica cícero-liviana e as práticas do antiquariado erudito crescentemente avessas àquele paradigma, e progressivamente admitidas[106].

Em 1745, Diogo Barbosa Machado (1682-1772), membro da Academia Real, publicava em Lisboa seus *Fastos politicos, e militares da antigua, e nova Lusitania*. A obra, em conjunto com a monumental compilação de opúsculos, estampas e mapas do abade de Santo Adrião de Sever almejava a preservar e dar visibilidade ao passado português, cuja excelência lhe teria permitido estender seu domínio por todas as partes do mundo[107]. No prólogo aos *Fastos*, Machado se queixa das muitas incertezas que nublavam os séculos anteriores, motivo pelo qual se determinou observar regras de "ſolida critica", sendo a primeira delas recusar a autoridade "daquelles authores que viviaõ muito remotos do lugar do ſuceſſo de que escreviaõ, e ſeguir aquelles que aſſiſtiaõ no Paiz onde ſe deo a batalha ou foraõ teſtemunhas do conflicto".

Com este critério, avalia os livros em que se informaria: para a Índia do Quinhentos, repelia João de Barros, mesma atitude adotada para com o conde de Ericeira, no tocante à Aclamação de 1640, pois, apesar das excelências de ambos, escreviam de oitiva e de segunda mão. Se assim procedia Machado com relação aos sucessos do Oriente e da Europa, "em os da America" prefere "a Duarte de Albuquerque Coelho nas suas *Memorias Diarias* que a Francisco de Brito Freire em a *Nova Lusitania*", de vez que Coelho testemunhara as lutas que descrevera e Freyre só participara do cerco do Recife, em 1654, aliás utilizando o próprio Coelho como informante-mor de sua história[108].

Ao mesmo tempo, outros eruditos do reinado de d. João V, como o segundo marquês de Alegrete (1662-1734) e o acadêmico d. José Barbosa (1674-1750), revisitando os historiadores da centúria anterior, não poupariam duríssimas críticas a frei Raphael de Jesus. O primeiro o considerava indigno de continuar a *Monarchia Lusitana*, "por lhe faltarem todas as qualidades necessarias para o emprego de chronista-mór". O segundo sentencia do *Castrioto Lusitano* ser

---

[106] GRAFTON, *What was history? Op. cit.* MOMIGLIANO, *As raízes clássicas*, *Op. cit*. Para estudos sobre as academias setecentistas, ver MOTA, *A Academia Real da História, Op. cit* e KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos (UFBA), 2004. Tal institucionalização vem a ser desdobramento do valor desde sempre atribuído pelos Bragança à função propagandística e legitimadora do gênero histórico, visível já no pós-restauração.

[107] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado". *In*: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI – XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 201-204.

[108] MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos politicos, e militares da antigua, e nova Lusitania em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo.* Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745 (prólogo não paginado). As "regras de sólida crítica" Machado afirma extraí-las de eruditos como Jean de Launoy, autor de uma *Historia Universitatis Parisiensis*, publicada em Paris em 1665, o que sugere seu contato com a tratadística transpirenaica.

livro que "de todo se mallogrou, pelos termos improprios de que usa o auctor", em sua redação tida como descomposta e desarmoniosa. Concordando com Alegrete, Barbosa avalia que em obras como a *Monarchia Lusitana* a "gravidade histórica" teria sido "desfigurada", formando "um todo monstruoso". Críticas que, vê-se, visam ao aspecto literário das obras do frade[109].

Método semelhante adota, na Bahia, o franciscano Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), por sua vez membro da Academia Brasílica dos Renascidos e autor do *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, impresso em Lisboa em 1761, História dos frades menores da província franciscana do Brasil, inclusive de sua atuação no período da dominação holandesa. Tal como Barbosa Machado, Jaboatão esposa o preceito moderno de que o testemunho direto captura informação de maior fidedignidade. Faz, assim, coro ao confrade acadêmico na denúncia ao caráter subsidiário da *Nova Lusitânia*, de Brito Freyre, preterindo-a frente às testemunhais *Memorias diarias*. Porém, longe da seleção desinteressada, o apreço de Jaboatão por uns autores e não outros esconderia, cogita Mello, "motivação corporativa": o franciscano flagrara nos religiosos Manuel Calado, da ordem de São Paulo, e Raphael de Jesus, da regra beneditina, atitude inamistosa para com os seráficos, ambos "maliciosamente omitindo o papel da Ordem franciscana na guerra holandesa", ao passo que "não esqueciam seus irmãos de hábito"[110].

Temos, assim, critérios acadêmicos entrelaçando-se a desinteligências políticas, na recepção setecentista dos textos de autores como Albuquerque Coelho, Manuel Calado, Raphael de Jesus e Brito Freyre. Dá-se um diálogo às vezes tenso, em que as motivações para o elogio ou a reprovação nem sempre vêm à tona. A severidade de Jaboatão com o *Lucideno* assume às vezes a dureza do desmentido direto, não obstante envernizado por expressões de respeito e cortesia. Para a execução de Calabar (1635), em que Calado jurara ter ministrado a última assistência e sacramento ao condenado, Jaboatão o põe à prova acareando-o com o texto das *Memorias diarias*, inferindo que teriam sido capuchinhos, "os nossos", a realizá-lo. Debochado, Jaboatão afirma que, se frei Calado efetivamente praticara o que se atribuía, muito teria de que reclamar a seus contemporâneos, sobretudo a Coelho, que nunca o corrobora:

> E sendo assim como fica advertido, que o não pretendemos de propósito negar, e só apontarmos as razões de dúvida, que se podem oferecer, e que não obstante elas sempre o sobredito Padre [Calado] fosse o Ministro daquele católico e piedoso ato, mui grande queixa podia ter ele de quem escreveu aquelas *Memorias diarias*, da pouca, ou nenhuma, que dele fez, não só nesta ação, e assistência à morte de Calabar (...), como em outras tão bem notáveis (...), os quais serviços, que tão bem diziam ordem ao Rey, relata o mesmo

[109] SILVA, Innocencio Francisco da (*et. al*.). *Diccionario Bibliographico Portugues*. 23 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923, vol. 7, (1862), pp. 48-49, verbete: "Fr. Raphael de Jesus".
[110] MELLO, *Rubro veio, Op. cit.*, p. 70.

> Padre em toda a obra do seu *Valeroso Lucideno* (...). E que destes primeiros oito anos, que foram os mesmos, que em Pernambuco assistiu tão bem o seu Donatário, não faça [Coelho] nas suas *Memorias*, alguma dos grandes serviços do P. Fr. Manoel do Salvador.

E enumera, sarcasticamente, as "ações heróicas, dignas de memória" com que Calado se promovia, inclusive a de ter levantado com sua fazenda "esquadra de soldados" a lutar contra os holandeses e mais tarde ter guardado o cadáver do general Rojas y Borja, baleado na Batalha de Mata Redonda (1636), para que se sepultasse sem vilipêndio. Perguntando-se Jaboatão, ao fim do arrazoado, se Coelho não se teria acaso esquecido de registrar tantas proezas, decide que não, porque em tudo o autor das *Memorias diarias* fora diligente, não se descuidando de detalhes, incluindo, recorda estrategicamente, os desvelos do custódio franciscano frei Cosme de São Damião, preso pelos holandeses enquanto no cumprimento de seus seráficos deveres[111]. Portanto, no *Novo Orbe Seráfico*, se Brito Freyre é defenestrado por não oferecer testemunho de vista, Calado, mesmo o trazendo, é desqualificado enquanto fonte para a história da província franciscana no "tempo dos flamengos" e, no geral, proscrito como historiador. Jaboatão atende a variadas motivações, oscilando entre razões de erudição e de política.

Igual combinação de investigação segundo critérios "acadêmicos" e ao sabor de compromissos políticos orienta a recepção das narrativas seiscentistas por parte de outros autores da América Portuguesa. O genealogista Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), autor da *Nobiliarchia Pernambucana*, em que procurou mapear (ou, em tantos casos, disfarçar e enobrecer) as origens das famílias principais da capitania, não só consulta largamente as narrativas da guerra holandesa, mas data daquele evento a ascensão social de muitos ramos, por conta dos serviços militares então prestados[112]. O mesmo fazem o senhor de engenho na Bahia Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), autor da *História da América Portuguesa*[113], e o frade Domingos do Loreto Couto, autor de *Desagravos do Brasil e glórias*

[111] JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [1761], pp. 172-175.
[112] BORGES DA FONSECA, A. J. Vitoriano. *Nobiliarchia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925. A obra, originalmente em 4 volumes manuscritos, cujos originais não mais existem, exceto o quarto, foi composta ao longo de mais de trinta anos, entre 1748 e 1781.
[113] ROCHA PITTA, Sebastião da. *Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do ſeu deſcobrimento, até o de mil e ſetecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1730. Trata-se, convém recordar, da primeira história com esse título publicada. A lacuna, àquela altura, já devia desconfortar, pois o jesuíta Luís de Carvalho, na década de 1720, propusera à Academia Real encarregá-lo oficialmente de uma História do Brasil, o que não foi concedido em vista da prévia incumbência a Rocha Pitta. JESUS, Roger Lee Pessoa. *A História da América Portugueza (1730) de Sebastião da Rocha Pitta: o contexto, o autor, a obra*. Coimbra: Revista de História da Sociedade e da Cultura, n. 11 (2011), pp. 146-147.

*de Pernambuco*, escrito em defesa dos "ilustres varões de Pernambuco, (...) pelo generoso valor com que foram o terror dos inimigos, e a desolação dos contrários da Monarquia Portuguesa"[114].

Eram Borges da Fonseca e Loreto Couto membros supranumerários da Academia Brasílica dos Renascidos e Rocha Pitta, supranumerário da Academia Real lisboeta, condição que de forma alguma homogeneíza a recepção e mobilização, em suas obras, das narrativas do século anterior. Não aderem ao preceito do testemunho "de vista" como garantia, caro a Barbosa Machado e a Jaboatão. O genealogista Fonseca compulsa vasta bibliografia e, quando as árvores consanguíneas o remetem a eventos da época flamenga, privilegia sobretudo o texto de Brito Freyre, por reputá-lo grave e confiável. O "transitado" Couto, por sua vez, prefere a narração do Raphael de Jesus, que sequer visitou o Brasil (mas compôs um relato da perspectiva do partido vieiriano, elogioso aos "da terra" que a seu lado lutaram), parafraseando-o, transcrevendo-o fielmente, sem jamais mencioná-lo, nem ao *Valeroso Lucideno*, de que também se vale[115]. Mais esclarecedor, porém, do que a seleção que realizam entre os autores, são seus movimentos e recortes no interior das obras escolhidas, nas conversações e querelas que travam com seus predecessores da centúria anterior.

O diálogo de Rocha Pitta com as *Histórias* obedece a protocolo semelhante. Anuncia, desde seu prólogo, o propósito de expor "ao publico juízo" as "grandezas, e excellencias" da América colonizada pelos portugueses. E, enumerando os escritores que, não havia muito, tinham tornado a guerra holandesa "diffuſamente narrada", promete brevidade ao abordá-la. Todavia, esta "síntese" se derrama por dois dos dez livros da *História da América Portuguesa*, indício da importância do tema, no Setecentos, para a história dos domínios lusoamericanos.

Seu discurso encomiástico da América leva Rocha Pitta, como a Loreto Couto, a recusar a explicação providencialista do *Castrioto Lusitano* para a conquista neerlandesa, antes culpando a incúria dos Felipes e de Olivares pela incapacidade defensiva da região. A leitura providencialista, representando Pernambuco como terra de pecados contra a qual o braço divino se voltava, não convinha ao acadêmico baiano. Explica-se a chegada flamenga, ao contrário, censurando a Espanha por aplicar-se a "fauſtos, feſtejos, galas, e outros divertimentos de

---

[114] COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco. Discursos brasilicos, dogmaticos, belicos, apologeticos, moraes e historicos repartidos em oito livros, nos quaes se descrevem, o descobrimento do Brazil, e conquistas das capitanias de Pernambuco, com varias noticias Historicas, e Geograficas do mesmo Paiz, memorias dos seus principais habitadores, acçoiñs ilustres de seus naturais, sem razão das varias Calumnias, nascidas de menos verdadeiras noticias, e outras couzas dignas de atenção*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, vols. 24 e 25, 1902-1903, p. 4. Estudo da trajetória do frade dantes franciscano e que "transitou" para a ordem beneditina se acha em MELO, Bruno Kawai S. M. *Desagravos e glorias: trânsito, transitados e relações jurídico-religiosas no Império Português (1696-1762)*. Recife: dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2014.

[115] MELLO, *Estudos pernambucanos*, pp. 184-186, 215. Nestas reflexões dos anos 1960, Gonsalves de Mello realiza estudos biográficos e bibliográficos pioneiros sobre Borges da Fonseca e Loreto Couto.

Palacio, e de Corte, sem attençaõ à defenſa das Conquistas, que tinha deixado ſogeitas aos golpes dos ſeus inimigos". Rocha Pitta procede ao escrutínio desses informantes seiscentistas e, muito embora no mais de seu texto os subscreva, quando Raphael de Jesus denigre a bravura flamenga, repreende-o: enquanto os romanos concediam os maiores galardões aos que "sogeitavaõ as Nações mais valeroſas, e porfiadas", manifesta-se "com diferente sentimento"

> O Author do Caſtrioto Luſitano, que parece quer acreditar o noſſo valor com diminuir o dos Hollandezes, e negandolhes o nome de Soldados, e pondolhes o de Tratantes, sem advertir, que do ſeu negocio naõ podiaõ reſultar às noſſas armas a gloria, que nos deu o ſeu esforço. E por credito das vitorias, que delles alcançámos no Braſil, benemeritas de fama entre as mayores, e mais ſanguinolentas, que tem havido no Mundo, nos parece preciſo moſtrar a natureza, conſtancia, e valor dos noſſos contrarios[116].

Já Loreto Couto, atendendo também a razões "patrióticas" (sua "pátria" sendo a capitania de Pernambuco, cujas glórias quer preservar do esquecimento em que cuidava achá-las), denuncia os "vários historiadores" atarefados em "persuadir ao mundo (...) que os pecados, e vícios dos Pernambucanos" haviam excitado a cólera divina, cujo castigo teria sobrevindo nas esquadras holandesas. O "transitado" não nomeia os tais "vários historiadores", porém as Histórias conhecidas no Setecentos que excelem nesta explicação providencial são, com efeito, o *Lucideno* e o *Castrioto*. O último, aliás fonte corriqueira dos *Desagravos*, é admoestado neste quesito, pois não convinha a um patriota admitir tal mácula de Gomorra sobre sua terra. A Providência, retruca Couto, é indevassável e não conviria invocá-la quando "para Pernambuco ser conquistado pelos holandeses houve naquele tempo tanto concurso de causas naturais[117]".

Se Couto repreendia o *Lucideno* e o *Castrioto* pelas leituras que davam de um Pernambuco alvo da fúria do céu, Borges da Fonseca, em seu afã de abrilhantar as famílias nobres da terra, convoca caudaloso repertório de obras e terá sido, acaso, o mais diligente leitor das narrativas seiscentistas em sua centúria. E leitor singular. O partidarismo local que em Loreto Couto angariava elogios, motivava reproches no linhagista. Fonseca acusa Calado e Raphael de Jesus de deturpação, de lisonja, de difamarem os desafetos de João Fernandes Vieira. A descendência dos desonrados – acusados de na guerra holandesa terem praticado o judaísmo, o oportunismo, a traição – saudava agora no genealogista a estratégia de "pôr os

[116] ROCHA PITTA, *Historia da America Portugueza*, *Op. cit.*, "prologo" e pp. 211-215.
[117] COUTO, *Desagravos*, pp. 75-76. Cabral de Mello destaca as poucas menções diretas aos "cronistas do período holandês" em Couto, em contraste com a "frequência com que exibindo erudição, invoca autores da Antiguidade clássica". MELLO, *Rubro veio*, p. 69. MELLO, *Estudos Pernambucanos*, p. 215. O anseio do "transitado" de glorificar sua terra afasta-o da fase inicial de derrotas na cronologia da guerra em Pernambuco (1630-1637) e o atrai a autores também encomiásticos dos sucessos da gente local, como frei Calado e frei Jesus, aborrecendo-lhe uma redação menos apaixonada, como a da *Nova Lusitania*.

pingos nos is" e desagravar injustiçados nos manuscritos e impressos de antanho. Exemplar, na *Nobiliarchia Pernambucana*, a "desconstrução" da má imagem impingida ao "homem de grande juízo" Antônio Cavalcanti de Albuquerque, a quem, insiste Fonseca, Fernandes Vieira devia a ideia original da Insurreição de 1645, porém de quem "fizeram os escritores de nossa terra, menos gloriosa a sua Memória". No esforço de expurgar o que reputava calúnia a pesar contra os Albuquerque, o linhagista ataca as "narrativas vieirianas":

> Antônio Cavalcante de Albuquerque, a quem chamavam o "da guerra" e a cuja ideia devemos a restauração de Pernambuco, da qual foi executor João Fernandes Vieira, ou por mais rico ou por mais feliz, o que digo por ter visto vários documentos antigos que me tiraram do embaraço que poderá causar à posteridade a lisonja que ditou muitos períodos do rústico, ainda que valeroso Lucideno, e a maior parte do Castrioto Lusitano, chegando a dependência até onde podia chegar o ódio no caráter que lhe fizeram estes autores[118].

As leituras de Couto e de Rocha Pitta, portanto, produzem juízos e interpretações distintos das de Fonseca, Barbosa Machado e Jaboatão, o que manifesta a variedade com que, no reino e no ultramar setecentista, se acolheram as narrativas da guerra flamenga. Cem anos após o cessar-fogo, aos olhos dos acadêmicos do mundo português, parecia menos importante retrilhar a cronologia de seus eventos, porém urgente reavaliar versões consagradas, tecer a crítica das Histórias, estabelecer quais relatos eram idôneos e quais cumpria retificar ou banir. A curiosidade pelo período e a noção de suas oportunidades representacionais e políticas continuam vivas. A redação de Rocha Pitta é estimulada e comemorada na Academia Real; Fonseca, como vimos, tinha poderosos apoiadores de suas pesquisas genealógicas; Couto oferta luxuoso exemplar dos *Desagravos* a D. José I, como parte de sua propaganda patriótica, atento à oportunidade aberta pela ascensão do "pernambucano" Sebastião de Carvalho e Melo[119].

---

[118] FONSECA, *Nobiliarchia Pernambucana,* vol. I, p. 420 e vol. II, p. 207. Há também o caso em que, havendo Calado acusado o senhor de engenho Fernão do Vale de judaísmo e colaboracionismo, e tendo os cochichos "transitado das páginas de *O Valeroso Lucideno* para a tradição oral", Borges, para reabilitar-lhe a memória, despista a matéria. Fala, assim, genericamente da "inveja dos malévolos" a difamar as excelências da família do Vale, embora "as fontes neerlandesas hoje conhecidas confirmem amplamente as acusações feitas na época por frei Manuel Calado sobre o colaboracionismo de Fernão". MELLO, *O nome e o sangue*, p. 100. FONSECA, *Nobiliarchia Pernambucana*, I, p. 345. Mello alude ao "bom-mocismo genealógico" como característica do gênero e, no caso em estudo, como tendência a difundir visão nobilitante das famílias locais incluídas na obra, não cabendo esperar do autor uma atitude "denuncista" para com a mesma elite de que era membro e a quem se dirigia. Convém, no entanto, apontar a existência alhures também dessa literatura genealógica "denuncista", dedicada ao desvendamento de "fraudes" e "inverdades" nos costados alegados pelas famílias principais. Ver FIGUEIRÔA-REGO, João de. *A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: alguns aspectos*. Lisboa: Actas do Congresso Internacional "O Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades", 2005.

[119] O título de conde de Oeiras apenas lhe seria concedido em 1759 e o de marquês de Pombal, em 1769. A obra, concluída em 1757, é oferecida ao rei D. José, através de d. Sebastião de Melo, a quem Couto atribuía origens familiares pernambucanas. MELLO, *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 195, 223.

Temos, portanto, esta intensa revisitação das fontes do século anterior no Setecentos, com o objetivo de recrutar o evento e seus informantes perante as questões a que procurava dar resposta o gênero histórico no século XVIII. Barbosa Machado, Rocha Pitta, Loreto Couto, redigindo com diversos enfoques os sucessos do império português, consideraram incontornável apresentar, como festivo capítulo de seu passado, o episódio do embate lusoneerlandês. O que demonstra que o fato, mediante a colaboração das muitas mãos que o haviam narrado, rompera os limites da "história local" e fora deveras integrado à história do reino de Portugal. E isto não apenas por parte de alguns letrados "esquecidos" do ultramar[120], mas, no geral, pela *intelligentsia* portuguesa, n'aquém e n'além mar, ao longo dos reinados joanino, josefino e mariano.

### *1.2.3. A acolhida crítica nos séculos XIX e XX*

Tampouco com o advento das reformas liberais e a proclamação da independência política do Brasil dissipa-se a atenção com o evento já firmado no rol dos fatos históricos. Entre os historiadores liberais lusos, a cujo olhar a União Ibérica passa a ser relida como afronta à soberania e época de decadência, o contar a história pátria do século XVII impunha evocar episódios como a Recuperação de Salvador, a perda de Pernambuco, batalhas importantes como a de D. Antonio de Oquendo (1631) e o desastre da armada do conde da Torre (1640).

A história da guerra holandesa se insere, por exemplo, na *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, de Luís Antonio Rebello da Silva, plenamente entrelaçada à história do reino, tal como a encontrávamos na *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira. Nos capítulos de Silva, os eventos do ultramar e da Ibéria são pintados em simultaneidade, coligados, partícipes das mesmas tensões da política internacional. Trata-se de uma guerra portuguesa, iniciada pelo mau governo filipino e encerrada pelos méritos da Restauração, evento restituidor da independência portuguesa frente aos planos anexadores da Espanha. A guerra holandesa, em Silva, é desdobramento do grito autonomista de 1º de dezembro de 1640 e episódio de exaltação da identidade e da nacionalidade lusitana. Quanto ao concurso das fontes para o conflito lusoneerlandês, já na introdução ao primeiro volume o historiador comemora o achamento de novos documentos e, se ocasionalmente ainda compulsa algumas

[120] Este nome de "esquecidos" com que se apelidaram os "academicos brazílicos" ressoa ressentimentos e, acredita Kantor, "carregava certa ironia, fazendo alusão ao desejo de incorporação dos eruditos americanos ao orbe literário metropolitano". KANTOR, *Esquecidos e renascidos*, *Op. cit.*, pp. 94-95.

das velhas narrativas seiscentistas, como o *Valeroso Lucideno*, predomina o embasamento em autores modernos como Netscher e Varnhagen[121]. O assunto, conquanto apareça incluído em histórias políticas de Portugal do século, como as de Rebello da Silva e de Manuel Pinheiro Chagas, pouco interesse desperta enquanto tema autônomo na historiografia do período.

Já no Brasil das primeiras décadas de Oitocentos renova-se o interesse pela memória daquela guerra. Confeccionam-se então as primeiras obras de história dedicadas ao público escolar, voltadas à "emancipação" da "mocidade brasileira", tal como o *Compêndio da História do Brasil*, do membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869). Secção considerável do livro retrata a guerra holandesa e, ao lado já da consulta aos escritos de Rocha Pitta e a outros trabalhos ainda mais recentes, o *Lucideno*, a *Nova Lusitânia,* o *Castrioto* e as *Epanaphoras* informam a narrativa dada aos jovens. Ademais, o interesse programático pela construção de heróis nacionais e de uma memória comum, problema político a que o IHGB almejava dar solução, leva Abreu e Lima a ecoar as simpatias do *Lucideno* e do *Castrioto* por Fernandes Vieira, o qual "por todas as partes era reconhecido como chefe supremo" (...) cujas qualidades brilhantes e façanhas memoráveis o recomendam à posteridade". Também seus partidários na aclamação merecem no *Compêndio* o tratamento de "generosos defensores do Brasil" e os inimigos de Vieira, "ciosos de sua fama", são pintados como detratores e traiçoeiros, a conspirar para assassiná-lo[122].

Em Pernambuco, José Bernardo Fernandes Gama (n. 1809), tenente reformado do exército que lutara pela independência, em 1822, publicava (1844-8) as *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*, imbuídas do antilusitanismo do contexto do ciclo de revoltas de 1817-1848. Em período politicamente propício ao encômio da história e dos mártires locais[123], Gama propõe "recopilar os facto (sic) aqui, e alli espalhados nas obras dos escriptores que trataram das cousas do Brasil". As aspirações "patrióticas" e o nativismo presidem sua eclética

[121] SILVA, Luís Augusto Rebello da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871. Consultem-se os vols. 3 e 4. Notas sobre a contribuição historiográfica de Rebello da Silva em SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal, vol. IV (1580-1640)*. Lisboa: Verbo, 1978, p. 142. Para um exame da historiografia do século XIX sobre a Restauração, discutindo autores como Pinheiro Chagas e Oliveira Martins, TORGAL, *Ideologia política*, *Op. cit.*, pp. 9-17.

[122] ABREU E LIMA, J. I. de. *Compêndio de História do Brasil.* Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert editores, 1843, pp. 109-120. O tema ocupa parte do cap. III e o IV. Para um estudo da obra de Abreu e Lima, ver MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP, 2007, especialmente pp. 126, 188 e 244.

[123] Datando de então a obra de MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Tipografia de F. C de Lemos e Silva, 1853, dedicada aos "pernambucanos ilustres em toda a virtude", listando-os e apresentando-lhes os feitos.

apreciação das fontes, ora afirmando preferir testemunhos oculares, para adiante endossar Brito Freyre contra os mesmos testemunhos e chamá-lo "o melhor historiador dessa guerra"[124].

Com o *Lucideno*, as *Memorias historicas* estabelecem fértil e tenso diálogo. Gama saúda Calado por só enaltecer Fernandes Vieira quando "digno de louvor" e desmentir o *Castrioto* em suas melífluas lisonjas ao madeirense. Os "historiadores portugueses" (Raphael de Jesus, Brito Freyre) amargam duras repreensões por minorarem o "valor Pernambucano", atribuindo o mérito da revolta ao "estrangeiro" Fernandes Vieira ou acusando soldados locais pelo disparo que matara D. Luís de Rojas y Borja. Porém Gama, ao flagrar no *Lucideno* explicações providenciais, refreia a boa opinião. Calado, reclama ele, "segue muito o maravilhoso" e, acompanhando o "espírito de seu século",

> Descobre milagres nos fatos d'esta ação: O Castrioto Lusitano porém (...) segue em a narração deste fato caminho contrário, apresenta os fatos singelamente. (...) Pareceu-me que nesta parte era preferível o Castrioto Lusitano, que, sendo sempre exagerado, quando tece o panegírico de João Fernandes Vieira, e outros portugueses, é no mais algumas vezes preferível a todos os escritores desta guerra, embora também ache milagrosos muitos fatos, e refira outros que só por milagre podiam acontecer[125].

Cabral de Mello comenta que as *Memorias historicas* foram "publicadas às vésperas das primeiras contribuições modernas ao estudo do assunto", aludindo aos escritos de P. M. Netscher e de F. A. de Varnhagen, cujo repertório de fontes se ampliou com pesquisas em arquivos ibéricos e holandeses, redescobrindo *relações* publicadas no século XVII ou conservadas em manuscrito, bem como cartas e relatórios das autoridades neerlandesas no Recife. Depois de 1850, era tempo de re-narrar a história da antiga guerra, com base em metodologias julgadas próprias à investigação científica.

É o que empreenderá Varnhagen, primeiro em sua *História geral do Brazil* e, de modo especial, na *História das Lutas contra os holandeses no Brazil*. Ressalta das obras, porém, não o abandono das fontes narrativas nem da tradição interpretativa dos duzentos anos anteriores, mas o contrário: notável continuidade e diálogo com ambas, o uso intensivo daquelas Histórias, sem embargo da linguagem réproba com que as desqualifica, sobretudo na *História das lutas*. É usual apontar-se a ruptura que a obra de Varnhagen representou, donde se lhe pespegarem os

[124] GAMA, *Memorias historicas*, vol. II, pp. 29, 133. Dispondo então dos escritos de eruditos como Robert Southey e Alphonse de Beauchamps, que em suas Histórias haviam abordado a guerra holandesa e estudado os autores do Seiscentos, franqueava-se-lhe mais completa visão do repertório das narrativas sobre o conflito holandês do que do que a de seus antecessores de Setecentos.
[125] *Idem*, vol. III, pp. 35-36. Para as fontes de Gama, MELLO, *Rubro veio*, pp. 64-83 e passim.

títulos de "Heródoto Brasileiro" e "fundador da história do Brasil"[126]. Contudo, no caso em tela, o acesso à nova tipologia documental, embora retificando e esclarecendo pontos controversos, no todo chancela as linhas mestras da história narrada no século XVII e discutida no XVIII.

Prefaciando a *História das lutas*, Varnhagen passa em revista as principais histórias legadas do Seiscentos. E as julga em termos análogos àqueles firmados por alguns dos autores que o precederam, mas mais duros: dos textos que não são testemunhais, como as *Epanaphoras* e a *História de Portugal Restaurado*, "julgamo-nos dispensados de mendigar subsídios"; não é mais simpático a Raphael de Jesus, reputado inventor de discursos e que "se compraz em fazer gala de muita retórica", ou a Brito Freyre, taxado de mero copista inconfesso das *Memorias diarias*. Críticas, como vimos, já então centenárias. Albuquerque Coelho lhe parece, aliás como a Jaboatão e a Barbosa Machado, o único meritório autor de um "livro-documento", não obstante suas páginas devam "ser lidas com certa prevenção", por causa do rancor do donatário para com a letargia de Madri no socorro a seu irmão, Matias de Albuquerque.

A nenhum outro texto, todavia, Varnhagen opõe reservas como ao *Valeroso Lucideno*. Se admite o visconde que "como testemunha de vista, deve este autor ser consultado", reserva-lhe, por outro lado, epítetos os mais desabonadores: é "inquestionavelmente muito inferior", porque "se mostra de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos" nem de Fernandes Vieira e, "além disso, falta muitas vezes à dignidade histórica", inscrevendo "todos os boatos que, para exaltar o povo miúdo contra os holandeses, faziam-se correr nos acampamentos". Varnhagen reprova os poemas que Calado interpola à ação e chega a desestimá-lo "no que toca à falta de correção da linguagem"[127]. Todavia, se ocasionalmente sublinha a "malícia" do frade, não deixa de tê-lo como uma das pilastras em que sustenta a narração.

Se as invectivas de Varnhagen contra as fontes narrativas se alinham a certa tradição crítica centenária, também estimulam ramificações em seu estudo. Capistrano de Abreu, em 1907, não formula nos *Capítulos de história colonial* crítica comparável aos esforços de Varnhagen. Como o predecessor, Abreu vê nas "guerras flamengas" um ponto de inflexão da história do Brasil, mas nem por isso aprofunda a discussão varnhageniana sobre o valor das

[126] VARNHAGEN, *História das lutas*, *Op. cit*. Já em VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez, 1854-1857, reservara larga seção à guerra batava, baseando seu relato majoritariamente no *Valeroso Lucideno*, não obstante as duras queixas que lhe endereçaria mais tarde. Apreciações da contribuição de Varnhagen em REIS, J. Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, pp. 23-50 e WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[127] VARNHAGEN, *História das lutas*, prefácio, pp. 13-23 e 201. Borba de Morais se queixava a propósito da "irritante injustiça" da avaliação de Varnhagen sobre Calado. Em todo caso, nem mesmo o azedume do visconde ao "mau português" do frade constituía novidade, pois "no século XIX, quando os *Seiscentistas* eram lidos apenas por causa de sua linguagem, o *Valeroso Lucideno*, embora raro, não era muito procurado". MORAIS, *Bibliographia Brasiliana*, *Op. cit.*, pp. 123-124 [tradução livre].

fontes narrativas[128]. Inaugura, porém, distinta vereda: Abreu é pioneiro ao biografar um daqueles autores, justamente Manuel Calado, acaso o mais açoitado até ali pelas "imperfeições" de seu texto. No ensaio *Memórias de um frade*[129], o historiador cearense toma por fonte o que já escrevera de si o próprio Calado no *Lucideno*; a eleição do frade-soldado-historiador como protagonista, em meio a generais, navegadores e fidalgos exprime nova consideração deste legado historiográfico. Com Varnhagen e Abreu, a historiografia do Seiscentos, tida como noticiário rico, porém desconfiável, é aos poucos reconhecida como objeto de interesse intelectual específico, digno da azáfama do historiador e combustível de polêmicas.

O estudo das narrativas seiscentistas da guerra holandesa trilhava o caminho da autonomização. A acareação delas, como vimos, era praticada desde o século XVII e, com novo fôlego, depois de Rocha Pitta, como método de validação do conhecimento histórico e critério de seleção e justificação das versões dos fatos escolhidas. Sempre, todavia, tendo-se o acontecimento militar como horizonte, amiúde transferindo este trabalho crítico para as margens e rodapés do discurso, como secundário a ele. Investigar as *Histórias* do período flamengo, com as contribuições de Varnhagen e Abreu e Lima, já não caberá somente como apêndice do contar a guerra, mas começa a se colocar como problema historiográfico singular. Esta gradativa viragem, no curso do novo século, proliferará em estudos no campo da história, da literatura e da filologia.

Entrado o século XX, o tema da guerra holandesa parece padecer, entre os estudiosos portugueses, crescente abandono: mesmo as obras gerais e de síntese, as "Histórias de Portugal", ou lhe fazem ligeira menção, apoiada quase exclusivamente na historiografia moderna, ou transitam pelo período indiferentes àquela porfia ultramarina, como se considerando o episódio alheio ou desimportante. Na conhecida *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres e que começa a ser impressa em 1928 (conhecida como *História de Barcelos*), o conflito é abordado nos volumes 5 (1933) e 6 (1934), como parte do estudo da

[128] ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907]. A expulsão dos holandeses teria convencido os pernambucanos de sua grandeza e heroísmo, iniciando novo período de contestação ao domínio colonial que ganharia força até a Independência. Esta representação dos "combatentes de Pernambuco" seria amplificada não apenas nas mostras do reconhecimento oficial, mas ainda pelas páginas "dos historiadores, como Manuel Calado e Rafael de Jesus, cujas obras foram logo publicadas e Diogo Lopes de Santiago, inédito até nossos dias". *Idem,* p. 124. Para um balanço da contribuição de Abreu para a historiografia, ver REIS, I*dentidades do Brasil*, *Op. cit.*, pp. 85-114.

[129] ABREU, J. Capistrano de. "Memórias de um frade". *In: Ensaios e estudos (crítica e história): 1ª série*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1931 (originalmente em RIAP, n. 65, 1907), p. 285. Abreu, longe de limitar-se a dizer das andanças de Calado, toma-as para contestar seu precedessor. "Pelo testemunho de frei Manoel vê-se que Varnhagen não compreendeu verdadeiramente como as coisas passaram, e sua narrativa (...) contém em todo caso mais de caricatura que de historia".

dominação filipina e da Restauração, sobretudo nos capítulos reservados ao "domínio ultramarino", da lavra de Jaime Cortesão[130].

Oposta situação deparamos no Brasil, onde o assunto adquire o patamar de episódio canônico no panteão historiográfico. Não só se avoluma a bibliografia sobre a guerra, mas ainda se lançam luzes sobre a vida social no "tempo dos flamengos", a biografia de seus principais personagens, as experiências artísticas e científicas, o convívio entre as religiões sob a tutela de Maurício de Nassau[131] e, o que nos é de especial interesse, estuda-se, com o apoio de nova documentação, a historiografia coeva resultante das experiências de convívio e de luta entre portugueses e neerlandeses.

Termômetro desta acolhida será a inclusão da *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador e do *Lucideno* como manifestações da "inteligência brasileira" do período colonial[132] e, especialmente, a publicação, ainda nos anos 1940, de importante guia bibliográfico sobre o "domínio holandês", oferecendo aos pesquisadores minucioso rol do material disponível sobre o tema, desde a época dos eventos até então[133]. Nos volumes de síntese do período colonial e "histórias do Brasil", segue-se a clareira aberta por Rocha Pitta, Abreu e Lima e Varnhagen e o tema se consolida como incontornável, embora não se costume encontrar nos seus capítulos debate sobre a produção de narrativas no período, às vezes sequer menção a elas[134].

---

[130]SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal, vol. IV: governo dos reis espanhóis (1580-1640)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1979, volume no qual o assunto dos "holandeses no Brasil" ocupa algumas páginas, com raro uso das narrativas seiscentistas e predomínio de autores brasileiros (Varnhagen, Cabral de Mello, J. Honório Rodrigues), inexistindo referência a modernos historiadores portugueses do tema; HESPANHA (coord.) & MATTOSO (dir.), *História de Portugal, vol. IV*, *Op. cit*., na qual o evento não recebe nenhuma alusão, caso idêntico ao de TENGARRINHA, José (org.), MATTOSO, José (et al.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. O salazarismo, é certo, incentiva publicações da e sobre a época: além da primeira edição da *Historia geral das guerras angolanas*, de João Cadornega, vem a lume também VASCONCELOS, J. A. Amaral Frazão de. *Henrique Dias, herói da restauração de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. Mas o ímpeto depressa se desfaz.

[131] Remetermos o leitor à nota 23, não ignorando a extensão inabarcável da bibliografia do "Brasil holandês". Convém mencionar as biografias escritas no meado do século XX sobre os "heróis" das lutas contra os holandeses, entre as quais: CALMON, Pedro. *Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940; VIANA, Helio. "Matias de Albuquerque". *In*: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, n. XL, 1946, pp. 46-84; MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000 [1956].

[132] Como fará o crítico literário MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, vol. I: 1550-1794*. Ponta Grossa (PR), Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010 [1976], para quem a obra de frei Vicente é "o primeiro livro que se pode legitimamente considerar como pertencente tecnicamente ao gênero historiográfico" e o *Lucideno* brindado como "um dos livros mais originais, senão o mais original do século XVII", obra arrojada "em que frei Manuel Calado encontrava o assunto e o talento necessários para a invenção de uma epopeia moderna", respectivamente pp. 120, 140.

[133] RODRIGUES, J. H. *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit*. MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Amsterdam – Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958.

[134] Acham-se alusões ao texto de Calado, citado diretamente como testemunha da vida social do Recife sob Nassau, em MELLO, J. A. Gonsalves de. "O domínio holandês na Bahia e no Nordeste". *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. Tomo I, vol. 1: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de

Em meio à vastidão da bibliografia especializada das últimas décadas voltada para o tema do "Brasil holandês", a qual tem competentemente explorado a riqueza das fontes narrativas do período, dois historiadores despontam no estudo da historiografia do período, a saber, J. A. Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. Coube sobretudo ao primeiro, publicando a partir dos anos 1930, aprofundar as reflexões de Varnhagen e de Abreu. Esclarecendo aspectos da biografia dos autores seiscentistas e do contexto histórico de produção daquela historiografia, bem como empreendendo minuciosos estudos intratextuais, Gonsalves de Mello demonstra as transposições e empréstimos entre autores, precisa a datação e a autoria em casos controversos e, ao cabo, mesurando a originalidade das informações que carregavam, propõe a efetiva contribuição de cada uma daquelas histórias para a atual historiografia do período[135]. O pesquisador se debruça sobre as narrativas da época com interesses filológicos e exegéticos, a partir de critérios como o ineditismo das notícias e a correição das opiniões, a fim de sublinhar-lhes o valor para os investigadores da atualidade.

Na biografia *Frei Manuel Calado*, por exemplo, Gonsalves de Mello retruca o mau juízo dos "vários historiadores que, desde Raphael de Jesus, haviam desferido ataques a Calado", sobretudo Varnhagen, o qual esperara surpreender no frade o historiador erudito e desapaixonado. Se não o era, reflete Mello, nem por isso se invalidava o *Lucideno*, pois "ao compararmos algumas das suas informações com documentos holandeses contemporâneos, tínhamos podido comprovar sua fidedignidade". Ao mesmo tempo, seu caráter testemunhal, tal como já sugeriam outros desde Setecentos, "empresta à crônica um valor único", sendo o texto pródigo em informações de primeira mão e "o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646". Assim, o grande mérito do *Lucideno* – "um dos documentos mais preciosos da bibliografia em língua portuguesa" – e o motivo por que sua consulta se impõe aos modernos historiadores decorre, para Mello, exatamente da originalidade e frescor da narrativa, bem como da caução que lhe propiciaram fontes administrativas e privadas vindas a lume desde o século XIX[136].

---

Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1961), pp. 260-280. Já em FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, a escrita se baseia em recente historiografia sobre o período, procedimento comum a outras obras análogas.

[135] De sua produção, parte da qual já citada, destacamos MELLO, J. A. Gonsalves de. "A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano". *In*: *Estudos Pernambucanos*, pp. 109-133, em que se investigam diversos aspectos (autoria, datação, ineditismo das informações, "crédito que merece", etc., bem como MELLO, *Frei Manuel Calado*, em que o *Lucideno* e as diversas apreciações que merecera são esmiuçados e, na contramão da avaliação de Varnhagen e de autores como Pedro Souto Maior e Hermann Wätjen, o *Lucideno* é apontado como das mais valiosas contribuições para o estudo do período flamengo.

[136] MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.*, pp. 8, 12. Mello saúda no *Lucideno* a "vivacidade encantadora" do estilo e a transcrição de documentos valiosos de outra forma inacessíveis, como proclamações e relações escritas em Pernambuco no curso da Restauração. *Idem*, pp. 12, 15. Já no *Tempo dos flamengos*, celebrara

Justamente esta busca pela originalidade e frescor o conduz à depreciação daquelas obras que incorreriam na cópia de trechos e notícias inicialmente publicadas por testemunhas como Calado e Duarte de Albuquerque Coelho. É neste sentido a avaliação reticente que faz da *História da Guerra de Pernambuco*, que "copiou largamente de Frei Manuel Calado; às vezes cópia serviu, palavra por palavra", estimando em "cerca de 40 a 45% do total de páginas" replicantes, embora, naquilo que não seja cópia, o manuscrito traga "informações muito valiosas". Tal como outros autores que o precederam, particularmente no século XIX, Mello é ainda mais severo com o *Castrioto*, porque nada anuncia de inédito, mera mímese de Calado, Santiago e outros, "sendo do autor apenas a redação e os conceitos literários". Dessa forma, aquela que no século XVIII constara entre as mais aplaudidas Histórias da guerra holandesa é proscrita: "conhecidas as suas fontes, o *Castrioto Lusitano* perde completamente a sua importância, pois (...) só apresenta os erros com que transcreveu algumas das informações nelas obtidas". *Damnatio memoriae* que também recomenda à *Istorie delle guerre*, de Santa Teresa, redundante nas mesmas "imperfeições"[137]. Mello investiga ainda a recepção das narrativas do Seiscentos nos textos do século seguinte, ao mapear os trechos em que Borges da Fonseca e Loreto Couto, em seus escritos, as mobilizam[138].

A partir dos anos 1960, apoiando-se grandemente nos estudos de Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello se engaja em tais inquéritos, dentro de seus estudos sobre temas como o "imaginário da restauração pernambucana" e os usos políticos da genealogia para a elite da capitania depois da Guerra dos Mascates. Explorando os usos das narrativas do século XVII, tanto na historiografia dos séculos XVIII e XIX quanto nas provanças para a familiatura do Santo Ofício, concessões de hábitos das ordens militares e petições administrativas, Cabral de Mello empreende notável projeto de releitura da história de Pernambuco no período entre a

no livro o "mais importante testemunho sobre Pernambuco sob o domínio holandês". Também defende as *Memorias diarias*, "outro livro que tem sido menosprezado e que me parece deve ser reabilitado", embora, como vimos, a fortuna crítica do texto de Duarte de Albuquerque Coelho tenha sido no geral favorável. MELLO, *Tempo dos flamengos*, *Op. cit.*, pp. 35-36.

[137] MELLO, *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.*, pp. 17-22. MELLO, *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 109-146, reitera e desenvolve os fundamentos desses juízos, descrevendo os trechos de cópia "servil" e paráfrase e estabelecendo a serventia que as obras ainda teriam, ou não, para a historiografia da atualidade. Curiosamente, Mello, como a maioria dos setecentistas, é mais favorável em sua avaliação da *Nova Lusitânia*, da qual, embora reconheça os muitos empréstimos que faz das *Memorias diarias*, recusa a proscrição a que o condenara Varnhagen, recordando as demais fontes a que recorreu Brito Freyre, sua "experiência pessoal dos lugares" e o recolhimento de notícias *in loco*, em suas viagens a Pernambuco. Ver MELLO, *Tempo dos flamengos*, *Op, cit.,* pp. 33-35.

[138] MELLO, J. A. Gonsalves de. "A Nobiliarchia Pernambucana" e "Loreto Couto e os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco". *In*: *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 147-194, 195-224.

guerra holandesa e o ciclo revolucionário que se finda em 1848, argumentando pelo grande dínamo que aquele primeiro evento e sua memória representariam para as épocas posteriores[139].

De um modo mais geral, os escritos de Cabral de Mello dedicados àquela historiografia referendam as conclusões de Gonsalves de Mello quanto a seus méritos e problemas. Contribuição maior, no entanto, oferece ao reconstruir o diálogo entre as contingências em que se viram enredados aqueles autores ou seus patronos e seu apelo ao gênero histórico para dar voz pública a versões dos fatos distintas das divulgadas por adversários. Assim, se Cabral de Mello não se revela inovador no estudo interno das fontes narrativas, baseando-se no que já firmara Gonsalves de Mello, dá-nos muitas vezes o retrato dinâmico das lutas de que emergiram no Brasil, em Lisboa, em Madri[140].

É no veio desta bibliografia[141] que o presente trabalho se insere, acenando, no entanto, com uma proposta que em certa medida se afasta da leitura até aqui realizada deste repertório de fontes narrativas. Ainda que estude obras cuja unidade reside na tematização da guerra holandesa, esta não é uma tese sobre o "Brasil holandês", conceito de que não nos valemos. É, ao contrário, um estudo do impacto que este evento militar – o entrechoque entre portugueses e neerlandeses nas costas do Brasil e da África Ocidental e no oceano que as permeia – teve sobre a historiografia ibérica do século XVII.

Interessa-nos não a guerra, não a história social, artística ou intelectual do convívio lusoneerlandês, mas o conjunto dos empreendimentos político-discursivos, concretizados por uma multidão de castelhanos e portugueses, reagindo às diversas conjunturas entre 1625 e 1698,

---

[139] Como escreve, "o conhecimento nativista do domínio holandês baseou-se nas crônicas luso-brasileiras impressas na segunda metade do século XVII", ou, mais precisamente, começando em 1648 com o *Valeroso* Lucideno. MELLO, Evaldo Cabral de. "A cultura histórica do nativismo". *In*: *Rubro veio*, *Op. cit.* pp. 63-87. Os usos político-genealógicos das narrativas é examinado em MELLO, *O nome e o sangue*, *Op. cit*. Para um balanço de sua obra, ver SCHWARCZ, L. Moritz (org.). *Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2008.

[140] Exemplo disso em MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, pp. 26-43, no qual o escrutínio da fase inicial da luta em Pernambuco, na década de 1630, conduz o autor a reflexões do papel da escrita no próprio momento da guerra e das versões de alguns episódios envolvendo a família donatarial conservados nas obras das décadas de 1660 e 1670. Já em MELLO, *João Fernandes Vieira, Op. cit.*, publicada originalmente nos anos 1950, encontramos percepção igualmente dinâmica do uso político do gênero histórico por parte de Fernandes Vieira, nas distintas obras que patrocinou ou estimulou. O caráter biográfico do livro de Gonsalves de Mello, no entanto, não o leva a explorar outras implicações políticas para além do projeto vieiriano. Em anos mais recentes, Cabral de Mello tem editado antologias nas quais a história do período é contada a partir de extratos das próprias narrativas coevas, com vistas a mais largo público, pela aposta de que "esses velhos textos venham convencer o leitor de que um documento pode ser mais interessante, e frequentemente o é, do que toda uma monografia histórica". MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 24.

[141] Importa assinalar ainda as recentes contribuições do historiador baiano Pablo Iglesias Magalhães, sobretudo no garimpo, edição e publicação de relações pertinentes aos episódios bélicos na Bahia e pouco ou nunca exploradas, como em MAGALHÃES, *Equus rusus*, *Op. cit*, vol. III. Em Portugal, Curto tem examinado algumas daquelas narrativas, interpretando-as como manifestos de uma "cultura imperial", mediante a qual os portugueses teriam pensado e registrado sua expansão ultramarina. CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.,* pp. 17, 259 e ss.

mediante os quais o acontecimento se converteu em historiografia, inscrito nos quadrantes do gênero e assim legado para os séculos vindouros. Os capítulos a seguir procurarão indicar o quanto este percurso foi sinuoso, curvilíneo, sensível a interferências difíceis de prever, com o fato sendo manobrado para defender, para acusar, para envilecer, assim na alta política e na construção da imagem internacional de Portugal, como no âmbito das disputas políticas excêntricas e locais, em Lisboa, em Pernambuco, em Madri, em Luanda.

### 1.3. A guerra holandesa que contamos é ainda aquela escrita no Seiscentos?

Uma estratégia frequentemente mobilizada por novas perspectivas historiográficas que emergem e lutam por firmar-se em meio às disputas discursivas de uma época é o ataque às linhas interpretativas então vigentes. Empregando recursos que vão da generalização à caricatura, constroem-se réplicas debilitadas dos paradigmas historiográficos sob ataque, que assim se fragilizam ante a operação demolidora[142]. Foi este, por exemplo, o método que aplicaram os historiadores dos *Annales* depois de 1930, para criticar debaixo da pejoração de "positivistas" inúmeras obras escritas a partir de preceitos distintos e mesmo antagônicos, nas décadas anteriores, em vários países. Charles Carbonell, em artigo em que desvela a operação discursiva dos *Annales*, lista célebre rol de historiadores que, ao longo do século XX, cometeram a "impostura" – "*d'une plume souvant féroce*" – de rotular como "positivistas" autores tão distintos quanto Leopold von Ranke, Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Ernest Lavisse, Hippolyte Taine e Charles Seignobos. Não era, porém, impostura, era estratégia: como esclarece Lucien Febvre, era a recusa da "*histoire des vaincus de 1870*" que, depois do fracasso diante da Alemanha bismarckiana, assumiria e ecoaria a inferioridade francesa em suas obras. Era preciso mais do que criticá-los. Urgia combatê-los[143].

Por sua vez, parte destas obras oitocentistas alvejadas pelos franceses dos *Annales* introduzira, em seu tempo, análoga desqualificação das prerrogativas e métodos antecessores. De modo a advogar sua cientificidade, denunciavam-se tanto os arroubos intuitivos do fraseado

[142] Os deslocamentos, descontinuidades e rupturas nos diversos campos do saber, inclusive em suas dimensões política e discursiva, a partir de conceitos como *episteme* e *paradigma*, podem ser melhor compreendidos pela leitura de FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969] e KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

[143] CARBONELL, Charles-Olivier. *L'histoire dite positiviste en France.* Romantisme: 1978, n. 21-22. Les Positivismes, pp. 173-185. FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992 [1952], "Avant-propos". Reis comenta que o título de "positivista" englobou inclusive o método crítico historicista alemão, de prerrogativas opostas à filosofia comtiana. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 92.

romântico de um Jules Michelet, quanto a tradição historiográfica do que naqueles anos começa a merecer o nome de *Antigo Regime*. Esta última vertente, em contraste com a racionalidade que alicerçaria as pesquisas históricas no século XIX, é descrita como filosófico-especulativa e tendente à mistificação, fundada em ideias que a história dita científica deveria abandonar[144] – uma vez que era portadora de narrativas alinhavadas sem o adequado aparato metodológico.

Justamente porque estudados em bases tão "equívocas", pensavam os críticos oitocentistas, os períodos e questões abordados nquela historiografia "pré-científica" precisariam ser revistos à luz de métodos racionalmente conduzidos e de documentos julgados legítimos, para uma apresentação do passado conforme ao ideal do *wie es eigentlich gewesen* rankeano. Só doravante, mediante a iluminação da ciência sobre a investigação do passado, conviria confiar na exposição da verdade histórica, recaindo sobre as obras de outrora a suspeita de "ignorância" e "deturpação". Sintetizando esse recuo *ad infinitum,* comenta Peter Burke,

> Tem sido recentemente argumentado que a substituição de uma história antiga por uma nova (mais objetiva e menos literária) é um tema recorrente na história da escrita da história. Tais afirmações foram feitas pela escola de Ranke no século dezenove, pelo grande estudioso beneditino Jean Mabillon, que formulou novos métodos de crítica da fonte no século dezessete, e pelo historiador grego Políbio, que denunciou alguns de seus companheiros como meros retóricos, cento e cinquenta anos antes do nascimento de Cristo[145].

Flagraremos esse assassinato dos clássicos" também no que diz respeito à historiografia brasileira do século XIX sobre a guerra holandesa. Seja como fruto do cientificismo em vias de disseminação, seja em decorrência do sentimento patriótico antilusitano reforçado após 1822, os autores daquele tempo tecerão progressivas críticas às "histórias" e "tratados", legados pela época do Brasil lusitano, acerca da presença dos neerlandeses nas capitanias do norte e em Angola, no período 1624-1654. Embora a recepção das obras do Seiscentos no século XVIII tenha sido já vária e controversa, com os intérpretes portugueses em Lisboa, na Bahia e em Pernambuco divergindo quanto ao valor e acuidade de cada uma das "histórias" conhecidas, os autores oitocentistas oporão crescente resistência àquela herança narrativa.

Já na década de 1840, J. B. Fernandes Gama dirigia reprimendas "*d'une plume souvant féroce*" a autores como Raphael de Jesus e Manuel Calado, a ambos acusando de ingênua "piedade" e de se deixarem cegar pelas "ideias do seu século"[146]. Embora Calado já tivesse sido

[144] REIS, José Carlos. *A história entre a ciência e a filosofia*. São Paulo: Ática, 1996, pp. 5-25.
[145] BURKE, Peter. "A Nova História, seu passado e seu futuro". *In*: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992.
[146] Nas interpretações milagrosas de alguns sucessos ou no ralharem contra mulheres portuguesas por se casarem com neerlandeses, o que no Seiscentos se considerava traição à fé, mas a Fernandes Gama nada continha de

objeto de ressalvas na centúria anterior, o livro de Raphael de Jesus era por muitos tido como dos mais prestigiados sobre o assunto, a ponto de imprimir-se dele uma segunda edição em Paris, em 1844. O século XIX, com efeito, parecia obstinado em severamente revisar a velha história da guerra holandesa. Pouco mais de vinte anos depois de Fernandes Gama, Varnhagen, amparado na leitura de documentos oficiais até então inéditos, consultados sobretudo nos Países Baixos, procederia à sistemática desqualificação das primeiras narrativas do conflito. Calado sofrerá os mais duros golpes, mas Raphael de Jesus e outros em cujos livros até então se admirava a eloquência e dignidade próprias do gênero histórico, como Francisco de Brito Freyre, sairão chamuscados da belicosa argumentação do visconde de Porto Seguro[147].

Entretanto, é importante destacar como, em aparente contradição, os textos excluídos do panteão historiográfico no Oitocentos permaneceriam, sem embargo, como principais fontes dos mesmos livros que as proscreveram. Raphael de Jesus é presença constante no escrito de Fernandes Gama, e Manuel Calado, no de Varnhagen, apesar da denúncia que fazem os oitocentistas do que consideram distorções e erros naquelas fontes então bicentenárias.

Já no século XX, quando a crítica varnhageniana das fontes seria retomada e reformulada à luz de nova documentação oriunda dos arquivos neerlandeses, decerto se retificarão passagens e alegações inscritas nos relatos seiscentistas, permitindo melhor compreensão das estratégias retóricas e políticas mobilizadas nas obras. Contudo, os estudiosos também encontrarão a contraprova de muito do que haviam afirmado os velhos impressos e, ao contrário do que talvez supusesse Varnhagen, a consulta aos documentos flamengos terminou por revalorizar algumas das velhas fontes narrativas portuguesas[148].

De fato, é lícito concluir que a história da guerra holandesa que hoje conhecemos e recontamos é, em suas linhas mestras, aquela escrita no século XVII. As historiografias posteriores, tanto a do mundo português no Setecentos quanto as do Brasil independente nos séculos XIX e XX operam sobre o legado de um *modus narrandi* essencialmente firmado entre 1625 e 1698 – quando o acontecimento da guerra foi primordialmente convertido em relato e recriado em história – sem com isso se desprezarem as inovações teórico-metodológicas

réprobo. FERNANDES GAMA, José Bernardo. *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*. 4 vols. Recife: na tipografia de M. F. de Faria, 1844-1848, vol. II, pp. 25, 228-229.

[147] VARNHAGEN, Francisco. A. de. *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1625 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002 [1871], em especial o texto introdutório.

[148] Manuel Calado é certamente o autor mais beneficiado no processo, enquanto os textos de Brito Freyre, Jesus e Santa Tereza enfrentam a acusação de apenas copiarem narrativas anteriores. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração.* Recife: Universidade do Recife, 1954. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2ª edição, 1986 [1960].

posteriores ou o desvendamento investigativo de aspectos antes secundarizados[149]. Varnhagen, acaso o último grande historiador a publicar em livro uma narrativa do evento, em verdade se ampara largamente na mesma tradição que chicoteia e, assim no edifício de sua narração como em sua crítica documental, aparentemente inova menos do que preconiza[150].

Decorre daí a importância de estudar tais obras coetâneas ou temporalmente próximas do conflito, reconhecendo a solidez da historicização que arquitetaram. São, mais do que fontes, produções intelectuais imersas na cultura política e historiográfica de seu século, bem sucedidas em construir soluções perante o desafio de representar o real.

Pretendemos ingressar neste já tricentenário debate com a proposta de refazer analiticamente o itinerário desta historicização. Nos próximos capítulos, submeteremos as relações e histórias lusocastelhanas atrás listadas a um exercício crítico que mapeie os elementos contextuais que estimularam sua emergência. As urgências das esferas políticas em competição, os cânones e canais da expressão escrita, a editoração como tática, todas serão identificadas em suas funções intervenientes e convocadas para ajudar-nos a flagrar as narrativas sendo construídas – nos formatos adequados aos sujeitos historiantes – e mobilizadas. Mas isto não é ainda tudo, porque procuraremos, a partir deste mapeamento e das pistas contidas nas fontes e em outros documentos, formular a velha pergunta: *cui bono*? Em favor de quem se escreveram os "varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas"? Em resumo, a partir de onde, de que formas e para quem: eis as questões centrais que o leitor encontrará nos capítulos a seguir, constituindo a resposta a elas a contribuição proposta por este trabalho ao campo do saber com que dialoga.

[149] Algumas das mais importantes obras dedicadas ao tempo da guerra flamenga, nos séculos XX e XXI, aplicaram-se não à revisão de sua narrativa, mas à pesquisa de questões "transversais" dentro do tema: as fontes de financiamento da guerra, a vida social sob os holandeses, a presença do judaísmo no Recife nassoviano, as experiências nas artes plásticas ou as condições da soldadesca nos anos de luta. Além das obras citadas na nota 12 acima, mencionem-se MELLO, J. A. Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1996. VIEIRA, Daniel de S. Leão. *Topografias imaginárias: a paisagem política do Brasil Holandês em Franz Post, 1637-1669*. Tese defendida na Faculdade de Humanidades da Universidade de Leiden, 2010.

[150] Acerca de Fernandes Vieira, por exemplo, diz Curto que, baseados nas obras seiscentistas, "os historiadores do século XIX, à cabeça dos quais se encontrava Varnhagen, mitologizaram a figura do madeirense e projetaram nas suas interpretações preconceitos nativistas, porventura mais adequados para explicar os conflitos oitocentistas entre patriotas e reinóis do que para compreender as dinâmicas sociais e políticas de meados do século XVII". CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit*., pp. 272-273.

## Capítulo 2

## Primeiro ato: as relações de sucessos da guerra holandesa (1625-1654)

### 2.1. A Revolta dos Países Baixos, a Península Ibérica e o ultramar português

O "Brasil Holandês", para emprestar a expressão consolidada na historiografia e no idioma cotidiano, é capítulo no interior da mais ampla narrativa dos confrontos entre Espanha e Províncias Unidas, a que se incluiu Portugal, tragado ao redemoinho face ao reconhecimento, nas Cortes de Tomar, da pretensão de Felipe II ao cetro lusitano. Após o desastre de Alcácer-Quibir e a morte sem descendência do cardeal-rei D. Henrique, em 1580, a união da coroa lusitana à autoridade da Casa de Habsburgo agrega Portugal a uma monarquia havia mais de dez anos envolvida em encarniçada guerra contra uma confederação de províncias rebeladas distantes mais de mil e seiscentos quilômetros a nordeste de Madri. Ali, a autoridade espanhola era repudiada por diversos grupos políticos, capazes de mobilizar eficientemente recursos econômicos, militares e discursivos e, com isso, de opor sólido obstáculo às tentativas castelhanas de esmagar-lhes a resistência e restabelecer sua governança sobre aquelas populações[151].

Os insurgentes, em luta pela independência política, haviam adquirido controle sobre a maioria das cidades ao norte da região de Flandres (*Vlaanderen*), com o apoio de príncipes alemães luteranos, de ricos huguenotes e da coroa britânica, sob a liderança de Guilherme de Orange (Willem van Oranje)[152]. Contudo as ações militares do general de Felipe II, D. Fernando Álvares de Toledo, duque de Alba, e de seu filho D. Federigo de Toledo desbaratariam os

[151] ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch republic: its rise, greatness and fall (1477-1806)*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995, pp. 137-184. DURANT, Will. *História da Civilização, vol VII: começa a idade da razão (1558-1648)*. Rio de Janeiro: Record, s/d, pp. 394-416. Tão logo Carlos V transferiu a soberania dos Países Baixos para seu filho Felipe, em outubro de 1555, iniciou-se relação crescentemente hostil com proprietários de terras neerlandeses e calvinistas da Holanda e da Zelândia, culminando com a resistência aberta a tentativas de tributação e à ação da Inquisição, no governo da duquesa Margarida de Parma (1559-1567). A rebeldia seria reprimida pela intervenção militar do duque de Alba, em 1567.

[152] Durante as conversações para o acordo de paz de Cateau-Cambrésis (1559), entre ingleses, franceses e espanhóis, Orange, ainda como embaixador plenipotenciário de Felipe II, receberia a alcunha de *Le Taciturne*, por sua postura reservada e prudente. Guilherme era também senhor de propriedades no condado alemão de Hesse-Nassau, de onde lhe provém o sobrenome mais familiar à historiografia brasileira. DURANT, *História da civilização*, *Op. cit*., p. 395. Johan Maurits van Nassau-Siegen, o João Maurício de Nassau que governaria os territórios holandeses na América entre 1637 e 1644, era neto de um irmão do Taciturno (e afilhado do homônimo Maurício, filho de Guilherme). MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

exércitos de Guilherme, de seu irmão Luís de Nassau e dos condes Van den Berg, Culemborch e Hoogstraten. Cidades apoiadoras de Orange, como Zutphen e Haarlem, seriam rendidas e castigadas à custa de centenas de milhares de vidas, com algums crônicas neerlandesas narrando horrores que reforçariam os rancores contra a suserania castelhana[153]. Enquanto os portugueses aclamavam Felipe, sob a ameaça das tropas do mesmo duque de Alba, a rebelião neerlandesa padecia, militarmente enfraquecida. Porém a recusa ao domínio espanhol angariava apoios com o repúdio às atrocidades atribuídas a Alba e à atuação da Inquisição, desenhando-se difícil, no curto prazo, a redução daqueles territórios à autoridade filipina.

Vivia-se acelerada revolução nas estruturas social, institucional e econômica dos Países Baixos, cujos efeitos convulsionariam os impérios ultramarinos ibéricos, pondo portugueses e neerlandeses em rota de colisão. J. Israel de tal maneira impressiona-se com a velocidade e densidade da transformação, que a apelida de "milagrosa". Aponta, como fatores que ajudam a compreender o "milagre holandês", o desenho da estrutura político-institucional da república nascente; a partir de 1585, a volumosa emigração de flamengos e valões das províncias do sul (sob controle espanhol), para as do norte, dinamizando cidades economicamente estagnadas havia décadas; a diminuição das tropas espanholas na região – deslocadas para ataques contra a Inglaterra e a França – permitindo às forças neerlandesas, depois de 1590, a captura de centros como Breda, Steenwijk e Groningen; a suspensão do embargo contra os navios neerlandeses na Península Ibérica (1590), elevando Amsterdam a centro distribuidor de *commodities* de alto lucro ("*rich trades*"), como a pimenta e o açúcar oriundos da Ibéria, reexportando-as para a Alemanha, para o Báltico e para a Rússia. Para Israel, "a explosiva expansão de seu comércio, que se seguiu, transformou a República no maior empório da Europa e lhe concedeu uma primazia no comércio mundial que duraria século e meio", florescimento sem paralelos na história conhecida[154].

Contando com uma rica classe comercial e manufatureira, as Províncias Unidas disporiam de recursos para incrementar sua atividade militar e naval, impondo à monarquia espanhola

[153] Para um bem documentado estudo acerca do papel das crônicas, textos políticos e demais escritos neerlandeses na formação de uma "consciência patriótica" que fortaleceu o repúdio à Espanha, ver SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro. Uma interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 61-100.

[154] ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, p. 307 [tradução livre]. O autor examina os aspectos militares, econômicos e políticos dessa transformação às pp. 241-275, 307-327, datando deste momento a "Idade de Ouro", com o aparecimento de artistas como Rubens, Rembrand, Van Dyck e Hals. SCHAMA, *O desconforto da riqueza*, *Op. cit.*, pp. 289-368 investiga os impactos dessa prosperidade nos centros urbanos dos Países Baixos. DURANT, *História da civilização*, *Op. cit*., pp. 413-418 acrescenta que a emigração do sul para o norte da região incluiu também católicos, com cidades como Amsterdam, Rotterdam e Haarlem prosperando como destinos dessa afluência. Ademais, sob o governo do arquiduque Alberto, a partir de 1592, Antuérpia e Bruxelas "desfrutaram notável ressurreição", cujos frutos são igualmente colhidos por suas vizinhas setentrionais.

amargas derrotas na "guerra de Flandres" e logo expandindo o *theatrum belli* para suas colônias. Em março de 1594, mercadores neerlandeses e emigrantes da região da atual Bélgica (então Flandres e Valônia), procuraram valer-se do crescente controle que detinham sobre a revenda de especiarias para o norte da Europa e fundaram em Amsterdam uma empresa com o objetivo de negociar diretamente com as zonas longínquas produtoras de cravo, pimenta e noz-moscada. A *Compagnie van Verre* armou navios e zarpou no ano seguinte para as Índias Orientais e de lá retornou, em 1597, com cerca de um terço da tripulação original e pequeno estoque de produtos do Índico. Ainda que tenha proporcionado magros lucros, a transação animou outros e investiu-se pesadamente nesse filão. Nos anos finais do século, quando a Espanha, alarmada, procurou reintroduzir o embargo comercial aos navios neerlandeses, já oito *Compagnies* faziam a rota do Cabo da Boa Esperança.

As cifras se multiplicariam nos anos seguintes, até que a queda dos lucros concorrenciais pressionasse os empreendedores a unificar suas iniciativas sob a proteção de um monopólio autorizado pelos Estados Gerais. Das negociações emerge a *Vereenigde Oostindische Compagnie* (Companhia Unificada das Índias Orientais, VOC), em 1602. O Estado, nos estatutos de sua fundação, não só lhe outorgava isenções fiscais, apoio militar e econômico, mas o direito de manter guarnições, impor governadores às populações asiáticas e conduzir a diplomacia com potentados locais[155]. Estava, pois, desenhada a arena da luta contra os domínios ibéricos no litoral sul da Ásia e nas ilhas índicas da Malásia e da Indonésia. Daí os ataques neerlandeses à navegação luso-castelhana, daí o entrechoque europeu repetir-se em tantos quadrantes, com as ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental africana, assediadas ainda no apagar do século XVI, bem como Moçambique e outros entrepostos lusos no Índico, no alvorecer do XVII[156]. A luta pela independência das Províncias Unidas alarga-se, transmuta-se em disputa geopolítica pela captura das fontes de força escrava e de produtos agrícolas de alta demanda, como o cravo, a pimenta, o sândalo e o açúcar, cujo afluxo, se suprimido, acreditava-se que poderia minar a capacidade de mobilização militar lusoespanhola[157].

---

[155] ISRAEL, *The Dutch Republic*, *Op. cit.*, pp. 317-323. EMMER, Pieter. "Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII". *In*: PÉREZ, J. M. Santos & SOUZA, George F. C. de. *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ed. Universidad Salamanca, 2006, pp. 19-21.

[156] BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 123-126. Barcos de guerra neerlandeses investiram São Tomé em 1598-9 e Moçambique em 1607 e 1608, todavia sem sucesso. As "Ilhas das Especiarias" (Ternate, Tidore, Amboina) seriam conquistadas aos portugueses em 1605. Possessões castelhanas no Peru e no México também seriam atacadas na década de 1620, bem como as Filipinas, até a assinatura da Paz de Münster, em 1648, entre neerlandeses e espanhóis. Domínios portugueses continuariam sendo assediados até a década de 1660.

[157] "Impulsionadas", escreve Pablo Magalhães, "pela atividade de banqueiros e comerciantes, pelo conceito de predestinação decorrente da confissão calvinista e pela guerra de independência contra a dinastia dos Habsburgo, que ocupava o trono da Espanha, as Províncias Unidas disputavam uma colocação entre as superpotências da

Logo a expansão colonial neerlandesa, enquanto desalojava os portugueses de suas conquistas na Ásia e na África, atingiria também o coração da América Portuguesa: pirateando, com numerosa frota e experientes almirantes, as embarcações empregadas na *carreira* atlântica, investindo contra a Bahia de Todos os Santos, em 1624, e a Baía da Traição, em 1625, até por fim render Olinda e capturar as capitanias setentrionais do Estado do Brasil, a partir de 1630[158]. Principiaram, já antes da Trégua dos Doze Anos, as conversações para a fundação de nova *Compagnie* monopolística para o Ocidente, atuando a oeste do Cabo da Boa Esperança, onde cessava a jurisdição da VOC. O consenso em torno da proposta crescia, inspirado nas idéias de expansão colonial do emigrado da Antuérpia Willem Usselincx, cujos planos expostos

> Perante os estados da Holanda e da Zelândia então, foram apoiados por um clamor público que alardeava tanto as riquezas a serem obtidas com a quebra dos impérios coloniais da Espanha e de Portugal, capturando suas colônias, quanto os benefícios de enviar colonos para áreas no presente não ocupadas pelos ibéricos, sobretudo as Guianas e os atuais Argentina e Chile[159].

O projeto da Companhia Ocidental avançava nos trâmites para a concretização, nos primeiros anos do século XVII, até que o Grande Pensionário da Holanda, Johan van Oldenbarnevelt, sustasse as iniciativas, diante do perigo que representavam para os acordos de paz concertados com a Espanha e que resultariam na trégua de 1609. Os neerlandeses, assim, prosseguiriam comerciando nos entrepostos luso-castelhanos do Atlântico, mas em condição fragmentária e regime de concorrência, impedidos pelo interregno da trégua e por sua dispersão de expandir sua atividade para a conquista de novas praças ocidentais – até que expirasse o armstício, em junho de 1621, se reunisse o amplo capital necessário e se fundasse a *West-Indische Compagnie* (WIC). Doravante, toda a extensão do território ultramarino ibérico, na Ásia, na África e na América se acharia debaixo da ameaça das armadas neerlandesas,

época". MAGALHÃES, *Frei Francisco de San Juan*, *Op. cit.*, p. 156. Na primeira fase da guerra, anterior à Trégua dos Doze Anos (1609-1621), a Espanha objetivaria restaurar sua soberania sobre as províncias e extinguir a heresia calvinista. No entanto, após 1621, tais metas seriam reconhecidas como inalcançáveis e "foram abandonadas em favor de cálculos estratégicos atinentes ao equilíbrio europeu", em meio às disputas dinásticas entre Habsburgos e Bourbons e aos conflitos entre potências católicas e protestantes. MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, p. 19.

[158] Para J. Honório Rodrigues, a história das lutas luso-neerlandesas pertinente à História do Brasil apenas se inicia ao final da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), por só então criar-se a *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais ou WIC). RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, estudo introdutório, p. XIV. Entretanto, cumpre apontar que já antes da trégua os holandeses navegavam o atlântico sul. *Compagnies* privadas mantinham trato com a Guiné e com entrepostos americanos e tão cedo quanto 1606 se queixavam da baixa nos preços dos produtos, situação análoga à que havia levado à formação da "Companhia Unificada" no Oriente. Ernst van den Boogaart aponta que, já no começo do século XVII, a tripulação do almirante Heemskerck tomara conhecimento da ilha de Fernando de Noronha, desenhara-a e descrevera-a, de modo que "as observações deles circularam entre os dirigentes e orientadores da expansão ultramarina neerlandesa". BOOGAART, Ernt van den. "Morrer e viver em Fernando de Noronha (1630-1654)". *In:* GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 2007, p. 19.

[159] ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, pp. 325-327 [tradução livre].

sucedendo-se episódios bélicos em todos esses domínios que tão fortemente impactariam a economia, a política e a cultura escrita do mundo luso-castelhano.

Este entrelaçamento histórico entre a revolta dos Países Baixos e a perda de colônias no ultramar era evidente para alguns dos autores que já em Seiscentos se debruçaram sobre aqueles eventos. Nas narrativas escritas sobre os ataques ao ultramar ibérico é comum se referirem aos flamengos não só pelo depreciativo religioso de "heréticos", mas igualmente pelo anátema político de "rebeldes", porque, "esquecidos de Deus [e] da obediência devida ao seu Rei e Senhor natural", com empáfia, "intentavam fundar um novo império", como escreve D. Manuel de Menezes, em seu relato da recuperação da Bahia[160]. Por sua vez, o cronista-mor de Castela, D. Tamayo de Vargas, na sua *Recuperacion de la ciudad del Salvador*, publicada em Madri em 1628, principia seu relato com uma sucessão de capítulos em que descreve e condena a "deslealtad de los Holandèſes continuada con la anſia de hazerſe mas poderosos" e ridiculariza sua "vana pretenſion" perante o que constituiria a excelência ibérica, a saber, a perícia na navegação dos oceanos. Acusa a inveja estrangeira, que brotaria da admiração da extensão do império da Espanha, "compueſta de la grandeza del Vniverſo, bañada de todos ſus mares". Daí ter sucedido em Flandres

> La rebelion de algunas Provincias, que a ſombra de la libertad de la Religion intentaran contra el derecho de la Naturaleza i de las Gẽtes (...), tomando las armas conta la Magestad de don Philippe el prudente ſu ſeñor natural, a perſuaſiõ de Guilhelmo de Naſſau Principe de Oranges, i de otros rebeldes.

E, continua o cronista, diante da recusa de Felipe IV, ao cabo da Trégua dos Doze Anos, de "conſentir en ſus Reinos amiſtad con enemigos de la Igleſia de Roma", reacendera-se a guerra em Flandres, com a retomada católica de praças importantes como Breda. El-Rei povoara o mar de armadas e os holandeses, aliando-se a hereges na Inglaterra, na França e na Alemanha,

[160] MENEZES, D. Manuel de. *Recuperação da cidade de Salvador*. Ed. F. A. de Varnhagen *In*: Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, t. XXII, 1859, pp. 357-411 (1º parte) e 527-633 (2º parte), p. 357. Para Pablo Magalhães, a associação entre a Guerra dos Oitenta Anos e a invasão da Bahia, em 1624, seria apenas recorrente entre os espanhóis "mas inédita, contudo, em autores portugueses, que entenderam a perda da Bahia apenas como episódio particular de agressão dos neerlandeses a um território ultramarino de Portugal". O argumento é controverso, pois além do português D. Jerônimo de Ataíde, que Magalhães julga uma exceção, D. Manuel de Meneses também entrelaça ambos os eventos e outros escritores, se não os interligam explicitamente, depreciam os neerlandeses com alusões à sua rebeldia e o assalto à Bahia como manifesto de sua sedição e infidelidade ao rei. O fato de certos autores não buscarem examinar as origens do conflito deriva antes da costumeira brevidade de seus panfletos e opúsculos, concentrando-se a ação na perda da Bahia, no apresto da armada e na cerco de sua recuperação. Ademais, a distinção entre narrativas portuguesas e espanholas, com base em critérios de identidade nacional, não convém para caracterizar os textos produzidos na esteira da expulsão dos neerlandeses da Bahia. As relações lusas dos anos 1620 expressam plena conformidade para com o regime filipino, não se enquadrando no conceito de "literatura autonomista" que a historiografia portuguesa reconheceu em outros papéis. ATAÍDE, Jeronimo de. "Cap.os da Relação". *In*: MAGALHÃES, *Equus Rusus*, *Op. cit.*, vol. III, anexo III, "A Jornada dos Vassalos por D. Jerônimo de Ataíde em 1625", p. 33.

capturaram domínios como Mombaça e Málaca, embora sofressem derrotas em outras partes frente à potência castelhana e às "armas siempre gloriosas de Portugal". Finalmente expuseram a ideia, antes maliciosamente ocultada, de levantar Companhia para comerciar nas Índias Ocidentais, cujos exércitos empreenderiam a usurpação da Bahia, a qual Vargas prometia historiar com exatidão[161].

Portugueses e castelhanos, portanto, enxergavam com clareza o palco histórico a cujo proscênio os neerlandeses se lançavam nas primeiras décadas do século XVII, precipitando agressões no Oriente e no Ocidente, com o ataque a Salvador e as ambições sobre as fontes argênteas da América Hispânica. Estimulados pelo exemplo flamengo, ingleses e dinamarqueses avançavam sobre colônias como Goa e outros entrepostos. Em Portugal, ouviam-se vozes de grupos políticos antifilipinos, com queixas de que a coroa, em Madri, era relapsa na proteção dos domínios lusitanos, os quais se esfacelavam, enquanto cochilavam o rei e seu ministro Olivares – tópico depois retomado e ampliado pelo discurso restauracionista bragantino[162]. Embora a história ultramarina portuguesa contasse duzentos anos naqueles começos do século XVII, as conquistas realizadas por neerlandeses e ingleses à sua custa, nos três continentes, trariam – ressoavam alguns escritos da época – o amargor do inédito e do traumático.

Não seriam os primeiros recuos do ultramar português: D. João III ordenara, oitenta anos antes, o abandono de fortalezas africanas avaliadas de pequeno proveito e pesado custo para o reino[163]. Em 1578, a derrota em Alcácer-Quibir acarretaria, não há dúvida, a alienação de

[161] VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador*, *Op. cit.*, "summa de las causas" e pp. 2v-4v. Vargas não seria o único a historiar a guerra dos Países Baixos naqueles anos, publicando-se por exemplo pouco depois, em Amberes, livro narrando a revolta no período 1588-1599. COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de M. D. LXXXLVIII, hasta el de M. D. XCIX. Recopiladas por D. Carlo Coloma, caballero del abito de Santiago...* Amberes: na oficina de Juan Bellero, 1635.

[162] Retórica de que é exemplo o jesuíta Bertolameu Guerreiro, em sermão proferido em 1623, tal como o analisam CAMENIETZKI, Carlos Ziller & PASTORE, G. Grassia. *1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra.* Rio de Janeiro: TOPOI, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, pp. 263-264. CURTO, *O discurso político em Portugal, Op. cit.*, pp. 177-182 insere a parenética e o discurso antifilipino num contexto de reações ao declínio do império oriental, citando o sermão de frei Inácio Coutinho, após a queda de Ormuz, em 1622, contrastando a "grandeza do velho Portugal" à decadência presente. As críticas de Guerreiro e Coutinho se alinham à tradição lusa de uso político do púlpito, diante da qual as autoridades filipinas adotaram atitude reservada. MARQUES, João F. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Porto: tese apresentada à Universidade do Porto, 1983. BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *"Clarins de Iericho": Oratoria sagrada y publicistica en la Restauração Portuguesa*. Madri: Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea, n. VII, 1986, pp. 13-31.

[163] "Descolonização", como preferem alguns autores, iniciada na década de 1540, com a debandada de praças como Azamor e Arzila, em decorrência do "enorme esforço financeiro" que implicaria defendê-las contra os mouros. MAGALHÃES, Joaquim Romero (org). *História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 454. CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 179-180, aponta como argumentações análogas seriam feitas, na primeira metade de Seiscentos, denunciando a "inutilidade" da Índia e da rota do Cabo, pelas largas distâncias envolvidas.

território estratégico e a dolorida ferida a que daria criativo remédio o ideário sebastianista[164]. Nas primeiras décadas do Seiscentos, contudo, sobrevinham eventos que muitos portugueses consideravam alarmantes em sua enormidade e aflitivos em seus contornos: a obliteração daquele próprio império que inscrevera Portugal na história do mundo, que revelara sua grandeza e era, consoante o entendimento histórico então dominante, o atestado do favor divino e do caráter providencial da história do país. O império parecia na iminência de capitulação debaixo do fumo dos botafogos inimigos, mas, pior ainda, perdido para hereges sediciosos, "rebeldes a seu Rei e a Deus", como atroaria o padre Antônio Vieira, no púlpito baiano[165]. O golpe com o qual se alienara Salvador coroava, conforme a leitura pessimista, o declínio da grandeza lusa tão celebrada nos dois séculos anteriores[166]. E, se muitos haviam saudado a chegada dos Habsburgo em 1580 e ainda a comemoravam, por cuidar que Felipe solucionara grave crise política e desde então Portugal se aliara ao maior império do mundo, outros culpavam a desídia madrilena para com os negócios lusitanos por aqueles tantos infortúnios[167].

As queixas que, com maior ou menor alarde, se faziam em Portugal, acusando o desleixo castelhano para com as conquistas coloniais portuguesas, eram reforçadas por outras análogas, nos círculos governamentais em Madri. No primeiro semestre de 1625, enquanto a Bahia seguia ocupada pelos exércitos da WIC e a armada de D. Fadrique apressava-se na tarefa de libertá-la, o valido de Felipe IV, D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, conde-duque de Olivares, se viu alvejado por críticas de parte dos membros do Conselho de Estado, de que, no tocante à política

[164] Inspirado no repertório de tópicos e imagens do messianismo e no milenarismo oriundas na cultura ibérica medieval, bem como na constante reinterpretação de um conjunto de textos quinhentistas como as profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso, o discurso sebastianista prometia a volta do rei "desejado" que restabeleceria a grandeza do reino. AZEVEDO, João Lucio. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Ed. Clássica, 1947. HERMANN, *No reino do desejado*, *Op. cit*.

[165] VIEIRA, Antônio. "Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda". *In*: PÉCORA, Alcir. *Antônio Vieira: Sermões. Tomo 1*. Hedra, 2014, p. 451. Linhas acima, o jesuíta lamenta a Deus que retire dos portugueses, para dá-las ao "pérfido calvinista", terras dantes a eles concedidas, "a quem escolhestes entre todas as Nações do mundo para Conquistadores da vossa Fé". *Idem*, p. 450.

[166] CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.,* p. 21 e ss., analisa o pessimismo presente em interpretações históricas do período, geralmente com base no contraste entre um "passado de virtudes" e um "presente de vícios", motivador da vingança divina. A época, aliás, era considerada pelos contemporâneos de calamidades e tristezas, por motivos que iriam desde o clima à emergência de ideias políticas subversivas e revolucionárias. PARKER, Geofrey (coord.). *La crisis de la monarquia de Felipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006.

[167] BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *D. Felipe I*. Lisboa: Temas & Debates, 2008, pp. 50-107. O autor problematiza a ideia da oposição "autonomista" à "tirania filipina". Argumenta que o projeto da aclamação de Felipe II como rei português teria apoiadores e adversários assim em Portugal como na Espanha, numa dinâmica complexa e fragmentária regida por facções políticas que ocasionalmente mobilizavam uma retórica patriótica. E para além dos anos da crise sucessória, o entrechoque de partidos daria a tônica da nova realidade do "Portugal no tempo dos Felipes". A aliança entre a coroa espanhola e importante porção das elites territoriais portuguesas fortalecia-se pela propaganda do regime, pelas "imagens da majestade" (em panfletos, pinturas, teatro e historiografia), mas era também combatida pela contra-propaganda manifesta nas representações de um Portugal "triste", sem corte e da "Lisboa sozinha e quase viúva". BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit*.

exterior, conduzia-se com demasiada vacilação. Tropas francesas marchavam na região da Lombardia, ameaçando a Valtelina e Gênova; em Flandres, a guerra prolongava-se, com o cerco de Breda consumindo homens e recursos, sem resolver-se; tentativas de diálogo com a Inglaterra somente fomentavam discórdias, circulando boatos de que sir Edward Cecil reunia forças, ou para atacar o território espanhol, ou para o fim de colaborar com os exércitos francês ou neerlandês. O governador espanhol de Milão, duque de Féria e conselheiros de Estado como o marquês de Montesclaros emitiram nos meses de abril e maio pareceres em que pressionavam o valido e apelavam ao rei para declarar imediata guerra à França, face à sua insolência para com as possessões espanholas no norte da Itália[168].

O ataque neerlandês à Bahia, pois, acontecia num contexto de renhidas tensões e combates, como era aquele da Guerra dos Trinta Anos e das disputas franco-castelhanas na Itália. Olivares, tanto privadamente quanto nas reuniões do Conselho, admitia que a agressão francesa justificava imediata retaliação, todavia contestava a viabilidade da guerra revelando o esgotamento do Erário como óbice do levantar os vultosos fundos que uma campanha contra Luís XIII implicaria. O conde-duque manobrava para ganhar tempo, à espera de melhor noticiário nas frentes de batalha e a tentar construir alianças com o papa, províncias italianas e alemãs e mesmo com nobres reformados na Polônia, contra os franceses e neerlandeses, queixando-se de que o rei "está hoy consumiendo y oponiéndose solo y sin ayuda ninguna a todo el poder de Europa"[169].

Bom proveito tiraria Olivares de suas procrastinações. Depois de junho começaram a afluir a Madri festivos informes provenientes de diversas partes, tão comemoradas que darão àquele 1625 o apelido de *annus mirabilis*: a 5 do mês, a guarnição neerlandesa de Justinus van Nassau rendia-se em Breda ao general Ambrósio Spinola, a nova alcançando a corte dez dias depois; em 6 de julho, comunicava-se a restauração de Salvador por D. Fadrique de Toledo e seus 12 mil homens; de Gênova, logo chegariam novas da retirada dos franceses sob o comando dos duques de Lesdiguières e de Savoy e, em novembro, uma enorme armada anglo-neerlandesa, com 90 embarcações, surgia na baía de Cádiz, sob o comando de sir Edward Cecil, apenas para dispersar-se nos dias seguintes, sem ações hostis[170].

---

[168] Como anota Cabral de Mello, a França "buscava romper o cerco que austríacos e espanhóis lhe haviam imposto na Itália, nos Países Baixos e mesmo na Alemanha", daí seu esforço de captura da estratégica região da Valtelina, na fronteira suíça. MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit*., p. 20.

[169] ELLIOTT, John H. *El conde-duque de Olivares: el político en una época de decadencia.* Barcelona: Crítica, 2010, pp. 262-270.

[170] *Idem*, pp. 271-280. Um ataque holandês a Porto Rico, em setembro, seria igualmente rechaçado, muito embora sua notícia tardasse a tocar a Península. Elliot acrescenta que Olivares aproveitou-se do momento triunfal para submeter um teatral pedido de demissão ao rei, o qual, recusado, fortaleceu-lhe a posição perante os adversários. Para Mello, o peso de cada uma dessas vitórias era desigual, pois "a guerra na América, na Ásia e muito menos na

Esta combinação de façanhas, em curto intervalo e tão distintas regiões, amainou as dúvidas sobre a liderança de Olivares. Tratava-se de excelente oportunidade para a promoção da monarquia nas suas extensões constituintes, sobretudo nas regiões onde militavam partidos adversários, como Aragão e Portugal. O valido, mesmo admitindo o alto custo das vitórias – não só econômico, mas ainda diplomático, pois aumentavam a chance de uma aliança inimiga contra uma Espanha financeiramente esgotada – capitalizou ao máximo o momento de glória. Os anos seguintes da União Ibérica, até a insurreição portuguesa de 1640, seriam de estímulo a diversas manifestações do iberismo olivarista, à representação de Felipe IV como "um *maestro* que dirigia um *coro* harmonioso a vozes distintas para referir o seu soberano[171]". Proliferam então pinturas e representações históricas, poéticas e dramatúrgicas de uma monarquia unida, cujos vassalos fidelíssimos, fossem, portugueses, catalãos ou napolitanos, depressa esmagavam os inimigos do rei e da fé em todas as terras do mundo. Depois de 1630, quando o poderio espanhol enfrenta obstáculos crescentes e principia seu lento declive, a vigilância sobre as dissidências e o apelo à persuasão ideológica se acentuarão[172].

## 2.2. Relações, Histórias

### *2.2.1. A transposição do acontecimento em fato histórico*

"Luego que la nueva de la felicidad deſte ſuceſſo llegò a su Mageſtad", escreve o cronista-mor do reino de Castela, Tomás Tamayo de Vargas, referindo-se à recuperação de Salvador em 1625, "ſe me dio ordẽ para q tomando a mi cargo la obſervaciõ de ſus particularidades, la eſcribieſſe". Urgia somar à profusão das notícias que circulavam a autoridade de um relato oficial. Vargas garante ter cumprido o régio mandado "dentro de pocos dias", conquanto não fosse coisa fácil "eſcribir de los vivos", por causa da vigilância que procuram exercer sobre a memória de suas façanhas. Para remédio das desconfianças, diz, importa ao escritor não apenas

África não podia ocupar, no elenco das prioridades estratégicas e dinásticas de Castela, o mesmo lugar que se atribuía ao norte da Itália (...) ou aos Países Baixos", estes sim os cenários centrais da ação da monarquia naqueles anos. MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit*., p. 21.

[171] BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit.*, p. 23. Metáfora musical que se estendia às ocasionais revoltas, interpretadas "através da sonora referência a uma *dissonância*". *Idem*, p. 23.

[172] ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, p. 404 e ss. Os cercos vitoriosos de Breda e de Gênova seriam representadas em pinturas celebrizadas por artistas como Diego Velázques e Antonio de Pereda. O sucesso da expedição ao Brasil, para além das muitas relações e Histórias que estimulou, inspiraria poemas e o famoso dramaturgo Lope de Vega a compor a peça *El Brasil Restituído*, encenada, aem novembro de 1625, em Madri. CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit*., pp. 259-261.

compor livre de afetos e paixões, fazendo dos mesmos retratados os juízes de suas palavras. Importava também se apoiar em depoimentos respeitáveis: vasculhar as deliberações dos Conselhos, as missivas do monarca e as respostas que se lhe deram, bem como os demais papéis preservados "en el ſagrado de las Secretarias". Fundar-se, em suma, só em fontes fidedignas e informar-se por "quien eſcribe por orden de ſu Rei, i cuia Fè no puede padecer nota de ſoſpecha".

Da combinação destas precauções não necessariamente resulta o nascimento de obra do gênero histórico. Relatar o passado, pensa Vargas, não é sinônimo de escrever história, nem era isso o que prometia realizar na *Restauracion*.

> No admite la hiſtoria las ſingularidades q aqui ſe dilatan, cõfieſſolo; *pero eſta es mas relacion hiſtorial de un ſucceſſo particular, q hiſtoria perfecta*, en cuio decoro no cabẽ tales menudencias; aqui ſon forçoſas. Ninguna he dexado por negligencia, ò malicia[173].

"Mas relacion hiſtorial, q hiſtoria perfecta": há muito o que extrair dessa distinção. O gênero histórico, por definição, há que revestir-se do *decoro*, o que implica equilíbrio, justeza na elevação do discurso para além do mero inventário do sucedido. A meta da "hiſtoria perfecta" não seria compilar singularidades, "tales menudencias" de ditos e feitos que cansam sem instruir. Para tudo dizer em uma palavra, sua tarefa não é relatar. É, ao contrário, eternizar grandezas em páginas verdadeiramente memoráveis, que eduquem e comovam o príncipe e o povo, conforme prescrições que remontavam à Antiguidade[174]. Para as mais tarefas "menores", preliminares e subsidiárias, outros papéis e outros gêneros de escrita.

Como sublinha Vargas, o gênero histórico, tal como pensado no século XVII, não goza de monopólio sobre o passado: outras escritas também o perscrutam – como é o caso da *relacion historial* a que se lança o cronista castelhano. O que a obra histórica traz de peculiar brota da colheita mediante a qual somente uma pequena seleção da safra de fatos frutifica em suas páginas. O historiador não se interessa pelo passado, senão por certo passado ou, melhor dizendo, por certos usos do passado. Não basta que um evento sobrevenha para tornar-se merecedor de sua atenção e, através de sua pena, da atenção da posteridade. O texto histórico, aliás, nem mesmo investiga um tempo desconhecido para comunicar o que passou. Ele fixa um passado, em boa medida, já transposto ao papel por outras narrativas. No entanto, justamente por causa do pouco decoro destas manifestações escritas inaugurais, façanhas merecedoras de aplauso deixavam de "admirar o mundo", ficando ameaçadas pelo esquecimento, a história se

[173] VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador*, *Op. cit.*, prólogo não paginado. Grifo nosso.
[174] DOSSE, *A história*, *Op. cit.*, pp. 14-24, além da mais bibliografia discutida no capítulo 1.

faz necessária. A legitimação do gênero histórico, na Modernidade, não assenta naquilo que diz, mas em como o diz.

A contribuição esperada do historiador, no Seiscentos, tampouco é a pesquisa que polemiza ou desmente o que se pensava. Sua contribuição é a releitura de uma história conhecida, à luz do "bem público", da utilidade política, moral. Sua matéria é menos o acontecimento singular que irrompe, mas o que, nele, se pode abstrair de recorrente, de eterno. O fato narrado em suas páginas, reiterador do conhecimento tradicional e das visões de mundo esposadas pelo autor, é amiúde uma oportunidade de meditar, de generalizar, de filtrar a sabedoria para a orientação do presente e do futuro. A substância historiográfica não é o "fato histórico": este é veículo. A "hiſtoria perfecta" se pretende meditação sobre a condição do homem no mundo, que os exemplos passados desnudariam, para o fim de aperfeiçoá-la. Voltaremos a isso no capítulo IV.

Mas e o resto? Este caráter seletivo do gênero histórico naturalmente instaura tensões entre o que converter em história e o que relegar ao olvido. Cerca de meio século depois de Vargas, o terceiro conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, lamentava em sua *História de Portugal Restaurado* os muitos queixumes que ouvia o historiador, sobretudo aquele ocupado do passado recente, por parte dos que se supunham mal retratados em suas linhas, pois enfrentava em seus leitores um "mundo de juizos diverſos". Sendo impossível abarcar a completude dos fatos, mesmo numa obra diligente e caudalosa, ou as verdades trazidas à tona ou as omissões incidentais acabavam por magoar os interessados. Um príncipe, diz Ericeira, sem dúvida muito terá que aprender da narração de feitos históricos, mas justamente aí começam os problemas.

Ao pegar da pena para dar vida ao passado, deve o autor resolver se descerá às minúcias do fato (e escreverá uma relação), ou se depurará a síntese política e moral prescrita no cânone (e produzirá uma História). Se eleger a segunda via, como abarcar uma realidade que, mesmo seleta como a da história, se manifesta vária e inesgotável?

> Eu experimentey, achando-me em quatro batalhas, & em outros encontros, com muytos mil homẽs, naõ ſe deſcobrirem dous que concordaſſem no meſmo facto; & tenho alcançado q a razão deſta variedade vem a ſer, que como um ſó homẽ naõ he possivel aſſiſtir a todos os ſuceſſos de hũ confflicto, entendendo erradamente q cae no deſcredito de não ter parte em tantas acções diverſas, todas as que naõ pode alcançar com a viſta deſacredita por fabuloſas[175].

[175] MENEZES, *Historia de Portugal Restaurado*, *Op. cit.*, vol. I., "Prologo" não paginado.

A dicotomia entre *totalidade* e *seleção* incide como preocupação recorrente dos que, no século XVII, se dedicavam ao inquérito dos sucessos passados. Inquietavam-nos as exigências do estilo histórico: de um lado o dever de filtrar no tempo aquilo que portaria em si a dignidade de ser histórico; do outro, a impossibilidade de comunicar no texto sequer o conjunto dessa mesma filtragem, porque a realidade ramificava-se, esquivava-se, em um único evento cabiam mil perspectivas, irredutíveis aos métodos de averiguação e às táticas da retórica. Como meter em palavras esse passado inesgotavelmente variegado e arredio? Ou, em última instância, por meio de que processo se haveria de escrever a história?

A solução oferecida para o problema no Seiscentos, ao menos no caso da escrita da história da guerra holandesa (mas não há razão para crer que se limitasse a ele), foi este curioso método de escalonamento. A conversão dos acontecimentos militares – dos tantos cercos, escaramuças, batalhas campais e navais na Bahia, em Pernambuco, em Angola, no Rio de Janeiro – em uma coesa história da guerra se deu mediante sucessivas reescritas desses sucessos, em ao menos três etapas discerníveis em função dos critérios com que selecionavam os episódios e da abordagem com que representavam os fatos.

A princípio, uma vez ocorrido o acontecimento julgado importante (uma revolta, um cerco, alguma ruptura política), costumavam-se redigir *relações de sucessos*, manuscritas e impressas, anunciando a trajetória singular de um evento recente e inédito, do qual traziam descrição episódica e breve. Vencida essa primeira etapa em que se saciava a sede por notícias, o tema era retomado em um novo formato de escrito, mais longo, por vezes mais esmerado no inquérito e erudito na linguagem. Algumas vezes retrabalhava-se o conteúdo das primeiras relações de sucessos, ratificando-as ou desmentindo-as com novas informações; não raro, porém, anunciavam eventos inéditos. O episódio, amiúde descrito isoladamente nas relações de sucessos, é agora, nas *relações historiais*, explorado detidamente e subsumido a eventos históricos de maior esfera. Algumas das soluções textuais desenvolvidas pelas relações de sucessos são consolidadas, outras, descartas e o *modus narrandi* assume, neste segundo movimento da escrita historiográfica, contornos mais estáveis.

As relações de sucessos e as relações historiais, em conjunto, participam do esforço de textualização do real. Como evidenciam seus nomes, ambas relatam, ainda que por caminhos distintos. Uma vez compostas, impressas ou circuladas em manuscrito, formava-se uma "memória" do acontecimento. Encerrava-se a fase do relatar. Outros autores, finalmente, viriam mais tarde coligir as relações e testemunhos ainda disponíveis sobre o evento e historiá-lo. Isto é, compor uma *história* propriamente dita, afeita às regras do gênero respeitado nos círculos

letrados e que, na Ibéria, remontava já no Seiscentos a uma tradição quase tão secular quanto a própria fundação das suas monarquias.

Que a tipologia não nos desencaminhe: discerníveis embora (nem sempre com facilidade) em tipos, as obras escritas nesses formatos entrelaçavam-se, complementavam-se. Em outras palavras, a escrita da História, no século XVII, era operação sucessiva e escalonada. O texto "final" – o volume altissonante através do qual a conquista da Índia, a guerra holandesa ou a ascensão dos Bragança eram historiados para "espanto" dos coevos e memória dos pósteros – vinha a ser, em verdade, trabalho de muitas mãos, a síntese de uma miríade de opúsculos precedentes. Como num processo geológico, os relatos mais imediatos ao evento são sedimentados sob os que sobrevêm. Camada após camada, erige-se a representação do fato histórico, adquirindo colunas narrativas consagradas, uma forma particular de ser contado, com seus lances memoráveis, protagonistas, antagonistas e anedotário. Cada etapa da historicização do acontecimento oferece novas soluções discursivas para o problema desta conversão. E não o fazem alheadamente, mas respondendo aos contextos político-linguísticos em que se inserem.

O historiador seiscentista de ordinário não devassa relações e documentos em busca da contribuição inovadora. Tampouco registra um testemunho. Submete, sim, à dignidade do gênero histórico um conteúdo até certo ponto familiar, entretanto sob o risco esquecimento. Pode, é claro, aplicar ao repertório narrativo disponível uma reinterpretação desconstrutiva, secundarizando ou desativando determinadas versões e aventando outras. Daí a obra histórica muita vez propor reparar alguma "injustiça" para com os antepassados, e ao mesmo tempo prestar um serviço aos contemporâneos, "restabelecendo a verdade" outrora banida. Para realizá-lo, erige uma suma, na qual diversos escritos e testemunhos são revisitados e urdidos numa narrativa que espera se distinguir pela grandeza e pela universalidade de suas reflexões.

Quando Brito Freyre, o conde de Ericeira ou o carmelita Santa Teresa, nas décadas de 1670 e 1680, revisitam a guerra holandesa, dispunham à altura de diferentes formar de dizer aquela luta atlântica, legado do engajamento narrativo de sujeitos como Albuquerque Coelho, João Fernandes Vieira e Salvador Correia de Sá. As obras produzidas nos anos 1640 e 1650 sob o patrocínio desses sujeitos e dos grupos políticos em que se inseriam, em certa medida, pautam e em boa medida limitam o campo discursivo dos autores do período petrino. Estariam já então assentados o panteão dos heróis, a sucessão dos episódios centrais, o alicerce representacional, enfim, sobre o qual deitar a narração e desenvolver as glosas morais, máximas políticas e paralelos históricos em que se deliciavam os cultores do gênero das "histórias perfeitas".

O historiador, desincumbido de desenterrar fatos ocultos, toma por fontes algumas narrativas prévias (além de outras tipologias documentais e depoimentos orais, os quais não são

foco do presente estudo), a seu tempo responsáveis por relatar. Este acervo narrativo, especialmente no que toca as relações de sucessos, perfazia o que podemos chamar de *pré-historiografia*, cujos conteúdos ofereciam, além da notícia dos episódios, soluções narrativas, perfis dos personagens envolvidos e, em seu conjunto, os alicerces sobre os quais a obra seria edificada. As relações de sucessos textualizavam o passado recente e davam partida à operação historiante, mas não desempenhavam, no entendimento predominente do recorte aqui proposto, atividade historiográfica. Em outras palavras, o que denominamos pré-historiografia é a fase inicial da operação historiante da guerra holandesa, aquela em que o evento é relatado.

Muito embora partícipes da operação da escrita da história, os diferentes formatos de relações não incluíam entre as manifestações da escrita histórica. Eram, pensava-se, formas secundárias de registro do passado, destituídas do "decoro" imprescindível à gravidade do gênero histórico. As relações historiais, se por um lado relatam, por outro, em alguns casos, trazem certos elementos historiográficos a seu discurso, como, por exemplo, a invocação de *auctoritates* e o esforço por esmerar o escrito com abundantes referências erutidas. Inicia-se, com elas, a transição da pré-historiografia para a dimensão da historiografia, itinerário que chegará a seu termo com o advento das histórias petrinas. A história do século XVII frutifica do diálogo com esta "livraria subterrânea" tantas vezes negligenciada pela historiografia moderna, porém incontornável para compreendermos como, então, um acontecimento se historicizava e obtinha feição pública.

Para o caso da guerra holandesa, foi este o itinerário. Os diversos episódios que a compuseram: a recuperação de Salvador (1625), a invasão de Pernambuco (1630), batalhas marítimas como a da esquadra de D. Antônio de Oquendo contra a frota do almirante Pater (1631) e terrestres como as dos Guararapes (1648 e 1649), a rendição final do Recife (1654), entre outros, antes de serem eleitos fatos históricos, momentos incontornáveis na narrativa da guerra e na história do reino, foram descritos em relações que os anunciaram ao público das cidades europeias. Estas notícias, além de construírem soluções iniciais para o problema de verter o real em texto, promoviam a visibilidade do conflito, ou melhor, de certas versões dele.

Este esquema "trifásico" para a escrita da história haverá de ser, por óbvio, alvo de reparos. As etapas não se sucedem numa ordenada cadeia cronológica e algumas obras exibem características ambíguas, de difícil enquadramento. Relações historiais como as *Memorias diarias de la guerra del Brasil* merecerão, na posteridade, porventura melhores juízos do que Histórias como o *Castrioto Lusitano*. Nosso objetivo, em todo caso, não é submeter a documentação a rígidos diagramas, mas simplesmente mapear as alternativas tipológicas à

disposição das muitas mãos que escrevem a história no Portugal do Seiscentos, dialogando, a cada passo, com as demandas políticas conjunturais.

A guerra holandesa, antes de ser integrada às histórias da Espanha sob Felipe IV ou de Portugal sob d. Pedro II, com Cespedes y Meneses e Ericeira, foi relatada no contexto da União Ibérica ou da Restauração, entre os fins da década de 1620 e meados dos anos 1650, na forma de relações historiais, pelo trabalho de autores de "memórias" e "tratados" como Bertolameu Guerreiro, Manuel Calado, Albuquerque Coelho e Luis Fellis Crus. E estes autores, por sua vez, embora eventualmente testemunhas de parte do que registraram, não deixaram de se fundamentar em relações de sucessos antecessoras, escritas ao longo de toda a duração da guerra e que nem sempre alcançaram as prensas. É significativo, aliás, que a passagem das relações de sucessos para as relações historiais implique a entrada de suportes materiais mais respeitáveis na operação historiante, *vis à vis*, o livro. As relações de sucessos, estampadas em folhetos geralmente avulsos, inspiravam pouco apreço dos contemporâneos, enquanto que relações historiais como as *Memorias diarias* vinham a lume em *in-quartos* ou, em casos mais raros como o *Lucideno*, em *in-folios*. Proporcionava-se outra experiência de leitura e, por conseguinte, era de ordinário outra a apreciação feita sobre o "valor" da obra.

É preciso advertir, no entanto, que as categorias deste modelo interpretativo, para serem úteis na interpretação deste acervo de fontes devem ser flexibilizadas. Os autores do Seiscentos enxergavam com clareza a distinção entre o relatar e o historiar. Da mesma forma, não teriam dificuldades em distinguir a relação de sucessos da mais ambiciosa relação historial, tanto por suas materialidades quanto por suas características discursivas. Alguns textos, todavia, se mostram irredutíveis a uma classificação rígida. O *Lucideno*, por exemplo, é obra ímpar no horizonte de sua época, por um lado repleta de traços esquecidos da escrita histórica medieval (como a alternância entre prosa e verso) e, por outro, consignando até mesmo inusitadas palavras de baixo calão[176]. Calado a denomina de "tratado" e, mais raramente, de "história". As *Memorias diarias* seriam lidas, no século XVIII, com a admiração geralmente reservada às obras históricas. O exame dos livros, porém, e das ideias de história prevalecentes no recorte, revela que ambos não observavam, nos meados do século XVII, os requisitos julgados essenciais ao gênero histórico.

[176] CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, p. 191. O frade lista as "palauras injurioſas" proferidos pelos "meninos, & meninas de pequena idade" neerlandeses no Recife aos clérigos transeuntes, cuja tradição dá como: "vai fora Papiſta, velhaco, filho de puta, & diabo". Com o próprio autor, porém, seriam afáveis e brincalhões, chamando-o, pedindo-lhe a mão para beijar, com o que "ſe tornauaõ mui contentes".

Mas este é o cânone seiscentista. Não convém pensarmos a obra histórica como forjada pelo trabalho de um único autor, condensada nos limites físicos de um volume. A maneira como recontamos a guerra holandesa é, em grande medida, tributária de histórias como a *Nova Lusitania* e o *Castrioto Lusitano*, relidas por séculos e que fixaram narrativas cujas linhas mestras se conservaram mesmo diante das fontes reencontradas nos séculos XIX e XX. Isso implica dizer que nossa dívida não é só para com esses livros, mas para com muitos outros livros, panfletos e manuscritos que as precederam. No Seiscentos, um livro de história são muitos, é obra aberta, arranjo de vozes que se sobrepõem, ressoam e se abafam. A "História" consagrada é como que o sonoro discurso legado à posteridade, extraído desse burburinho historiográfico que o antecede e em que se sustenta. Logo, convém examinar esta arquitetura e a operação que a edifica.

### *2.2.2. A cultura escrita no Antigo Regime. A "relaçam" manuscrita e impressa*

A conquista neerlandesa da Bahia, em 1624 e sua recuperação, menos de ano depois, por uma armada luso-napolitano-castelhana, com 12,4 mil homens, comandada pelo jovem general D. Fadrique de Toledo Osório, catalisaram desde cedo a composição de dezenas de *relações* espanholas e portuguesas, dedicadas predominantemente a retumbar o desfecho glorioso da empresa, em meio ao entusiasmo experimentado na Península Ibérica com a nova da vitória. Estas primevas redações, impressas nos domínios filipinos na Ibéria, na Itália, em outros centros europeus e na América, e que alardeiam um evento inédito, transmitem testemunhos de sacerdotes, soldados e oficiais engajados na luta, postos em papel, ou no curso da luta, ou pouco depois de seu término, geralmente sob a forma de breves versões que registram um ponto de vista específico, aquilo que se viu e ouviu. A partir daí, as narrativas recortam os lances memoráveis, elegem heróis e fustigam os considerados criminosos e traidores. A fórmula literária e editorial da *relaçam* oferecia solução prestadia a esta necessidade[177].

O cenário é não só o da guerra, mas também o da crescente importância da cultura escrita nas sociedades altomodernas. Culturas ágrafas, pensa Bouza Álvarez, são decerto capazes de hospedar atividades intelectuais, porém a Europa gutemberguiana, continuando processo iniciado no Medievo, privilegiou "a tecnologia escrita de que dispunha e se converteu, em boa

[177] SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, *Op. cit.*, II, p. 407 diz que, no Portugal do Seiscentos, "o labor histórico identifica-se muitas vezes com a simples informação que se transmite a distância", incluindo como "outras formas de historiografia" as gazetas, a epistalografia e o que denomina "jornalismo".

medida, em uma *civilização escrita*". Grafando os conhecimentos em impressos, ficava mais segura sua perpetuação e controle, e mais eficaz o exercício do poder, o que nem o predomínio do analfabetismo barraria, graças à prática da "leitura em voz alta", então corriqueira[178]. Ora, para além desse manuseio da tecnologia escrita para fins administrativos e eruditos, convém recordar as reflexões de R. Chartier acerca da função estratégica das representações: mais do que traduzir o real, digladiam em sua arena, "colocadas num campo de concorrências e de competições". A representação seria utensílio mediante o qual "um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio[179].

Investigar como a guerra holandesa foi representada nos momentos iniciais, em resposta a contingências e agendas políticas específicas, implica perseguir as operações retóricas, os caminhos e escolhas em movimento na fábrica do discurso. É um trabalho de demarcação das primeiras soluções para o problema de como dizer o que acontecera, a partir da "prova" atribuída ao testemunho ocular ou aos recursos da oitiva e da averiguação diligente. O atrito bélico, tema histórico chancelado numa tradição historiográfica milenar, era, no contexto Ibérico dos anos 1620-1650, palco propício à publicística do olivarismo, da fidalguia e mesmo de partidos e sujeitos de média extração, ambiciosos das recompensas então franqueadas pela cultura política, por a guerra envolver temas caros ao Antigo Regime como a bravura, a fidelidade ao rei, a inexorável defesa da fé. Bebiano aponta como, na historiografia da época, "sobressai essa tendência para a consideração do acto de violência militar", especialmente se dirigido contra cismáticos, hereges e pagãos, situação em que é tido como "algo extremamente louvável, cuja justeza não carece de discussão[180]".

A *relaçam*, pois, embora não se abrigasse no gênero histórico como era compreendido no Seiscentos, atendia a uma prática consagrada e cumpria a importante tarefa de visibilização e festejo do feito bélico. Andréa Doré consigna a relação ao conceito de "cultura da vitória", um repertório de práticas que reúne outros gêneros literários como a poesia e o teatro, além de

[178] BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997, pp. 31 [tradução livre]. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una história cultural del Siglo de Oro*. Madri: Marcial Pons, 2001. SOUSA (coord.) *et al.*, *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 48 acrescentam que "os analfabetos pagavam para ouvir as publicações noticiosas ocasionais", prática que se estenderia pelo século seguinte. A incidência do analfabetismo no Portugal seiscentista foi mais detidamente discutida em MARQUILHAS, Rita. *A faculdade de letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, com conclusões que questionam os altos índices apontados por outros estudos. A argumentação, todavia, se desenvolve a partir de metodologia algo frágil e de um espaço amostral restrito, sendo os resultados relativizados pela própria autora.

[179] CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.

[180] BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000, pp. 13-18, 161 e passim. Reflexões mais generalizantes sobre o assunto em KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

pinturas, gravuras e "os usos dos prisioneiros e dos objetos de culto[181]". Evidencia-se a urgência dos grupos governativos de fazerem ressoar seus sucessos nas operações de sítio, nas confrontações marítimas e nos campos de batalha, pelos aportes de capital político que a poderosa imagem do rei triunfando sobre inimigos concedia aos regimes vigentes[182]. Conquistada a façanha, impunham-se a necessidade de fazê-la ouvir e "ver", por parte dos que a haviam patrocinado e realizado, e o desejo de ouvi-la e "vê-la", da parte dos demais.

Ainda pouco examinado na historiografia brasileira, o estudo da *relaçam* enquanto instrumento político e expressão literária e historiográfica dispõe já de alentada bibliografia em língua estrangeira[183]. Apontam esses estudos que o formato teria surgido ainda antes do século XV, derivado da prática epistolar, mediante um híbrido: a "carta-relação" que, destinada na origem ao espaço privado, "informa geralmente a um particular algum acontecimento de que foi testemunha o emissor". No entanto, desvelando tema de interesse mais amplo, depressa vem a público. Eram missivas de diplomatas, missionários, negociantes e soldados espalhados por um mundo "crescentemente aberto à comunicação pela guerra, pelo comércio e pela colonização", como em especial se verificou ao longo do Quatrocentos, difundindo achamentos e aventuras cujo exotismo encerrava o potencial de seduzir considerável audiência, persuadindo assim remetentes e destinatários à divulgação[184].

No curso do Quinhentos, a relação arrebanha crescente autonomia (sem jamais desatar por completo os laços com a fórmula epistolar), amadurecendo com a própria expansão da imprensa, ramificando-se e especializando-se em subgêneros: relações de sucessos, de festejos,

---

[181] Estas diversas expressões seriam, para Doré, "formas de exercer, comemorar e registrar a vitória" que "buscam atingir objetivos materiais e simbólicos", em nome do usufruto do triunfo e da construção de sua reputação. DORÉ, Andréa. *Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa*. Talia Dixit (Rev. interdisciplinar de retórica e historiografia da Universidad de Extremadura), n. 6 (2011), pp. 121-122.

[182] O que inscreve a relação no esforço geral de construção da "imagem da realeza". Resenhando a obra de P. Burke e examinando as contribuições de autores como M. Bloch, Kantorovics e C. Geertz, comenta Lilia M. Schwarcz ser vasta a bibliografia historiográfica e antropológica sobre a "relevância do ritual na efetivação do poder", especialmente no caso da monarquia. "Estas e outras obras têm destacado, a partir de ângulos diversos, como as vestes, os objetos, a ostentação e os rituais próprios da monarquia são parte essencial desse regime, constituem sua representação pública e, no limite, garantem sua eficácia". SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Peter Burke. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Revista de Antropologia da USP: São Paulo, 2000, v. 43, n. 1, pp. 1-2. Burke sem dúvida retoma concepções aventadas por Bloch ainda nos anos 1920, caracterizando a representação de Luís XIV nos termos do "marketing político" dirigido a angariar obediência e submissão. Para isso, investia-se não só em estratégias de pompa e magnanimidade inscritas na indumentária, na escultura, no patrocínio das ciências, mas ainda o cuidado com a retumbância de suas vitórias por parte de poetas, escritores e historiadores. BURKE. *A fabricação do rei*, *Op. cit*.

[183] Vide o "estado da arte" apresentado por PENA SUEIRO, Nieves. *Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos.* Madri: Rev. Pliegos de Bibliografia, n. 13 (1º semestre de 2001), pp. 1-19. E também BÉGAND, Patrick (Ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006, obra na qual alguns dos colaboradores são membros da *Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos* (SIERS), fundada em Coruña, em 1998, com encontros e publicações periódicas sobre o tema.

[184] BÉGAND, *Las relaciones de sucesos*, *Op. cit.*, pp. 9-10 [tradução livre].

de naufrágios, de visitas eminentes, etc., embora alguns desses títulos já ocasionalmente aparecessem desde muito na literatura medieval. Em Portugal, como decorrência das explorações marítimas, floresce formato específico: o *relato de naufrágio*, rico em *topoi* mais tarde encontráveis nos panfletos seiscentistas. Os estudos do campo da comunicação social, advirta-se, sublinham que os "critérios de noticeabilidade" identificáveis no que as relações tematizam – "negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas da elite", etc. – autorizam tomá-las como precursoras das *gazetas* e do periodismo moderno[185].

Nos últimos decênios do século XVI e nos primeiros do XVII, diante do contexto internacional tumultuoso das guerras político-religiosas contra a expansão otomana e em meio ao cristianismo secessionário, quando se travavam batalhas potencialmente de grande repercussão política, os livreiros investiram nestes veículos de "informação efêmera" e as autoridades se valeram de sua capacidade "massiva de difundir ideias e doutrinar o povo", atingindo-se nesses anos o apogeu desta "literatura informativa" [186]. Repercutir vitórias através de panfletos se converte em ritualística do triunfo. E, se temos em mente a monarquia dos Felipes, composta de unidades políticas como Aragão, Catalunha e Portugal, onde militavam facções antagônicas, esta ferramenta discursiva se destaca como imperativa, veículo ideológico gregário e centralizador.

Os padrões em que aparecem as relações não são rígidos. Não parece haver para seu formato qualquer tratadística, terreno de discussão nem propostas de codificação e regramento, como nos exemplos das *Artes Historicae*. Predomina nestes panfletos o anonimato, porém não é raro indicar-se seu autor; costumam intitular-se com a própria expressão "relação", embora havendo casos em que as manchetes são de "notícias", "manifesto", "novas" ou "carta" – indício ainda do condimento medieval em sua receita. Partícipes de uma forma de comunicação que se difundia no continente, vêm a ser os correspondentes portugueses dos *avvisi, relazione* e *fogli a mano* comuns na Itália, das *relations* e dos *occasionelles* franceses, das *relaciones* e *cartas nuevas* da Espanha e dos *Zeitungen* e *Berichte* alemães. Eram lidas ou ouvidas pela nobreza e pelo vulgo, sendo muita vez desnecessário comprá-las, porque circulavam de mão em mão e se deviam vender a preço módico. Veículo popular, portanto, em especial os textos de menor extensão (de três ou quatro páginas), nos quais os impressores empregavam ruim papel e tipografia descuidada. Conquanto se trate de papéis públicos, não eram escritos

[185] SOUSA (coord.) *et al*, *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 43. Interessante exame dos *relatos de naufrágio* em LANCIANI, *Sucessos e naufrágios, Op. cit*. A autora reconhece em tais relatos a especificidade de um gênero ou, segundo outros, um "subgênero menor" das crônicas históricas de João de Barros e Damião de Góis, haja vista a "homogeneidade no plano da organização da matéria narrada".
[186] PENA SUEIRO, *Estado de la cuestión*, *Op. cit.,* p. 1 [tradução livre]

destinados à posteridade, mas ao consumo do dia, para a atualização do que de importante ocorria no mundo.

A parca documentação existente dificulta reconstituir o processo de vendagem das relações. Lanciani considera-a uma "literatura de consumo", gozando de boa acolhida do público: "em certos casos, a primeira edição se esgotava em brevíssimo tempo, dado que saía segunda no mesmo ano". *Best-sellers* como o *Naufragio de Jorge de Albuquerque Coelho* alcançavam tiragens de mil exemplares, logo vendidos, imprimindo-se segundo milhar (a média das tiragens na Europa da segunda metade do século XVI raro ultrapassando trezentos exemplares). As características editoriais dos panfletos, seu baixo custo e informações neles constantes (como locais de venda) permitem conjecturar que sua comercialização se daria em termos análogos aos dos "almanaques astrológicos" estudados por Miguel Carolino: vendagens nas casas impressoras das principais cidades ibéricas e por caixeiros. Estes, aliás, garantiriam a capilaridade do noticiário para as zonas mais remotas, além das vizinhanças urbanas. Conhece-se a atuação dos "cegos papelistas", vendedores de "folhetos pello meudo" desde o século XVII e que, na centúria seguinte, institucionalizados na Irmandade dos Homens Cegos do Menino Jesus, obteriam o privilégio da exclusividade da vendagem avulsa, confirmado em 1751, provocando reação irada dos livreiros[187].

No avançar do século XVII, surgiriam relações em formato seriado e, pouco depois, gazetas periódicas onde seriam coligidas. Relações de sucessos continuam vindo a lume inda nos séculos XIX e XX, enquanto progressivamente substituídas por canais de informação regulares e especializados. No Antigo Regime, porém, os panfletos relatam eventos

> Para o fim de informar, entreter e comover o receptor. Habitualmente consideradas como antecessoras da imprensa atual, cobrem todos os aspectos tratados por esta em suas diferentes seções: internacional, nacional, sociedade, sucessos ("casos"), mas com a ressalva de que cada *Relación* sói referir um só acontecimento. Abordam diversos temas: festividades (entradas, bodas reais, exéquias, beatificações, canonizações, etc.), políticos e religiosos (guerras, autos de fé, etc.), extraordinários (milagres, catástrofes naturais), desgraças pessoais, viagens, etc.[188]

[187] CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Rio de Janeiro: Acess, 2002. SOUSA (coord.) *et al. A gênese do jornalismo lusófono, Op. cit.*, p. 48. LANCIANI, *Sucessos e naufrágios*, *Op. cit.*, pp. 51-53. BELO, André. *As Gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Estudos Sociais, 2001. DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, pp. 59-60. MOLINA, Matias M. *Histór.ia dos jornais no Brasil. Vol. 1: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

[188] PENA SUEIRO, *Op. cit.,* pp. 1-2 [tradução livre]. Não obstante esta especialização temática de que fala Pena Sueiro efetivamente predomine nas relações do século XVII, há casos de desobediência, com publicações ocasionais pluritemáticas SOUSA (coord.) *et al. A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, pp. 47-48. Às vezes a relação trazia um tema principal ou manchete, seguido de outras notícias secundárias, como é o caso de uma publicação saída em Madri e Sevilha, em 1624, comunicando a terrível geada que pouco antes assolara os Países Baixos. O informe é seguido de outras notícias sobre assuntos militares. ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y*

Variam ainda as formas de apresentação: manuscritos ou impressos, em verso ou prosa, com *pliegos sueltos* de duas folhas ou estendendo-se por algumas centenas de páginas. Emprestam do gênero histórico as tradicionais advertências de precisão e veracidade para seus conteúdos, com o autor identificando-se como testemunha de vista ou devassador laborioso e fidedigno. Tanta multiplicidade nos temas, nos estilos e nos volumes tem dificultado a tipificação por parte dos estudiosos, havendo dissensão acerca de sua condição de gênero específico e da própria definição do que seria uma relação[189]. Concorda-se, porém, no poder difusor desta literatura, sendo tais panfletos, afirma Ettinghausen, "o único meio importante de comunicação de massa secular na Europa antes do século XVII", tendo a invenção de Guttemberg e o aperfeiçoamento dos sistemas postais internacionais "feito a coleção e a disseminação de notícias possível pela primeira vez em larga escala[190]".

Os manuscritos, se não atingiam tamanha amplitude, nem por isso deixavam de transitar e influir, às vezes permanecendo manuscritos justamente por causa das versões heterodoxas e subversivas que encerravam[191]. O poder mobilizável mediante o controle desta ferramenta era enorme, com a censura oficial esforçando-se por controlar quais papéis convinha licenciar para publicação, por contarem versões favoráveis ou quando menos admissíveis dos episódios, e quais não. As relações seriam objeto de cuidadosa "filtragem", para emprestar o termo empregado por Ettinghausen e Rault[192]; em outras palavras, destacadas e mobilizadas à sombra dos interesses em disputa nas diferentes esferas políticas do Antigo Regime. A historiografia, porém, tem debatido a propalada eficiência das instituições, na Península Ibérica, para a vigilância e censura do que se publicava em seus domínios, interrogação sobremodo pertinente quando lançada sobre uma expressão capilar e efêmera como eram as relações de sucessos[193].

---

*Gelanda causaron las nieves, y yielos, que este año uvo, matando gran numero de perſonas, y deſtruyendo la mayor parte de los ganados de aquella tierra. Daſe cuenta del grande caſtigo que Dios embiò sobre eſtas Islas, y como ſe anegaron mas de quarenta Ciudades y villas, con toda la hazienda, y la maior parte de los moradores dellas. Sacado de las cartas eſcritas de Flandes al ſeñor Embaxador de Alemania, que aſsiſte en la Corte*. Madri: por Juan Gonzales; Sevilha ("por su original"): por Francisco de Lyra, 1624.

[189] PEREIRA, Ana Martinez. "Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas". *In*: CARVALHO, José Adriano de (Dir.). *D. Maria de Portugal: princesa de Parma (1538-1577) e o seu tempo*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1999, pp. 86.

[190] ETTINGHAUSEN, Henry. *The News in Spain: Relaciones de sucesos in the Reigns of Philip III and IV*. European History Quarterly, 14 (1984), p. 1.

[191] BOUZA ÁLVAREZ, *Del escribano a la biblioteca, Op. cit*. O general das forças portuguesas na expedição baiana, D. Manuel de Meneses, era também o cronista-mor do reino e redigiu breve relação a qual, provavelmente por nela se ilustrarem com inconveniente crueza as desarmonias entre castelhanos e lusitanos na jornada, não obteve as licenças necessárias para o prelo. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals, Op. cit.*, p. 740. O Conselho de Estado, acresce Schwartz, teria agido no sentido de impedir a impressão de outras relações consideradas subversivas frente à narrativa sancionada pela coroa espanhola.

[192] ETTINGHAUSEN, *Op. cit.* RAULT, Didier. "Genealogia de las relaciones dedicadas a la batalla de Nördlingen (1634)". *In*: BÉGRAND, *Las relaciones de sucesos, Op. cit.*, p. 200.

[193] CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-89, no qual se problematiza a ideia de que a censura era feita "em bloco" e não como fonte de intrigas e disputas (por exemplo, entre iniciativas por parte de casas

No caso do Portugal dos Felipes, conquanto alguns segmentos superiores da nobreza militassem seu filo-castelhanismo e ocupassem postos de relevo, noutras facções da fidalguia e em extratos inferiores atuavam partidos desgostosos com a União das Coroas, posição que transpirava em escritos da época, como há tantos anos demonstrou H. Cidade, em seu estudo da literatura lusa sob os Habsburgo. Na poesia, nos compêndios jurídicos e teológicos, na historiografia de Alcobaça, argumentava Cidade, gestavam-se livros que na superfície admitiam a coligação dos reinos e acatavam os direitos dinásticos dos Áustria. Nas entrelinhas, porém, procuravam esses autores extrair e rememorar, a partir do passado remoto português, exemplos não somente da "nítida diferença entre os dois povos, senão também a superioridade daquele que em nós se continuava, ou ao menos o atentíssimo cuidado com que ele tinha evitado a absorção[194]". O separatismo luso, ainda que adormecido, cifrado em obras mais ou menos eruditas, permanecia combustível político a temer e vigiar.

Ora, era grande o anseio do conselho de Estado madrileno e da claque olivarista não apenas quanto ao sucesso da armada de D. Fadrique, mas igualmente de, uma vez triunfante a expedição, fazer ver a todos, amigos e adversários, o benefício de sua política centralizadora e unionista. O sustentáculo ideológico do regime olivarista repousava no discurso da quietação e harmonia entre os vários reinos componentes do império Habsburgo, baliza que a todo tempo convinha rememorar e diante da qual urgia tolher eventuais dissonâncias e contra-discursos.

O conde-duque penava por engajar os reinos hispânicos nos esforços financeiros e militares em Flandres e na Itália, que sangravam o Erário e o exército, o que ajuda a entender a "constante necessidade de recordar aos castelhanos a absoluta prioridade da luta contra os inimigos e hereges holandeses[195]", a prevalecer sobre quaisquer querelas intestinas. O valido, aliás, acalentava "desde que entrara no serviço do rei" o conhecido projeto da "União de Armas", por meio do qual pretendia que "os reinos de sua Majestade fossem entre si cada um para todos", como confessava em carta[196]. Ideal de que a "Jornada dos Vassalos" seria ilustração

nobres, ou em meio às eventuais resistências do Desembargo do Paço às ordens de proibição emanadas de Madri). "A necessidade de censura do Estado não se revela homogênea", conclui o autor, segundo quem a censura, para além de mera estrutura bloqueadora e sufocadora do pensamento, consistia num diálogo de eruditos, num "controle de qualidade" sobre a circulação de ideias e notícias.

[194] CIDADE, *A literatura autonomista*, *Op. cit.*, p. 94. A interpretação de Cidade, todavia, estende essa oposição política autonomista à dimensão de um nacionalismo luso generalizado, representando-se a nação como arredia ao filipino "estrangeiro". A leitura tem sido contestada, sobretudo, pela historiografia espanhola. Vide BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit.*; VALLADARES, *Portugal y la Monarquia Hispánica, Op. cit.* e SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

[195] RAULT, Didier. *La información y su manipulación en las relaciones de sucesos*. Toulouse: Rev. Criticón, n. 86 (2002), p. 108.

[196] ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, 2010, p. 282 [tradução livre]. A obra, embora pouco se detenha na recuperação de Salvador, que retrata como um episódio diluído em meio a outros sucessos do *annus mirabilis*

brilhante e valiosa, numa conjuntura que não poderia prescindir de exaustivo trabalho de propaganda e inculcação.

A guerra impunha, pois, demandas não só econômicas nem militares, mas discursivas. Os oponentes atacavam nos oceanos, nas frentes de batalha e nas casas impressoras e à Coroa urgia disparar idênticas armas para o contra-ataque. Nos centros europeus se espalhavam notícias da conquista neerlandesa da Bahia, em 1624, ou de Pernambuco, em 1630, a enodoar e ameaçar o poderio e a reputação imperial espanhola, em plena Guerra dos Trinta Anos. Em meio ao enfrentamento dos inimigos em armas, instaurava-se ambiente polêmico, propício a narrativas alegadamente verídicas que demonizassem e desmoralizassem os castelhanos, com a máxima publicidade possível. Para além dos benefícios políticos, a tática vinha a ser editorialmente vantajosa, atendendo um público sequioso de novas sobre grandes batalhas e feitos memoráveis.

É preciso advertir que as relações de sucessos não operam como uma agência de notícias regulares da guerra, mediante o afluxo periódico de informes. A imprensa periódica demoraria ainda alguns anos para ensaiar seus primeiros passos em Portugal e mais outros tantos para firmar-se em definitivo[197]. No caso das relações de sucessos bélico, observava-se um protocolo implícito: certos eventos impulsionavam a escrita de relações, mas não todos. Como adverte Ana Pereira, uma vitória heroica como a de Lepanto, em outubro de 1571– tal como a recuperação de Salvador ou de Recife – tendia a estimular a produção de volumoso afluxo de relações daquele sucesso nas semanas e meses seguintes, sendo celebrado nos espaços públicos em exaltação festiva.

O cotidiano e a regularidade, ao menos no Seiscentos, não interessam às relações, que se apresentam como uma literatura da erupção, do que perturba o sossego e se antevê extraordinário. Mesmo relações de visitas de autoridades, de bodas, de eventos climáticos sublinham o que tais acontecimentos comportam de inédito e memorável. Para as relações de temática bélica, um conflito mais vizinho e cotidiano como a guerra de Flandres, "largo, com muitas ramificações e motivos confusos", desinteressava-lhes a verve imediatista e episódica,

de 1625, proporciona excelente contextualização da ação de Olivares em meio às lutas na Europa Central e às tensões políticas na corte madrilena, onde o valido enfrentava ferrenhos adversários.

[197] O advento da imprensa lusa no Antigo Regime tem sido examinado, tanto em suas primícias no século XVII quando em sua difusão e institucionalização, no XVIII, por diversos autores. Além da já citada coletânea coordenada por Jorge Pedro Sousa, ver: BEBIANO, *A escrita de Marte*, *Op. cit*. CARVALHO, *Mais na opinião que nas forças*, *Op. cit*. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história". *In*: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. LISBOA, João L; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda &. *Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora*. 3 vols. Évora: CIDHEUS, 2002-2012. BELO, *As Gazetas e os livros, Op. cit*.

salvo quando se tratasse de algum feito espetacular no interior desses conflitos, como a capitulação de Ambers, em 1585[198].

A simplicidade do episódio ou, melhor dizendo, sua simplificação mediante opções narrativas e estilísticas e, mais do que isso, o caráter pontual e avassalador da empreitada vitoriosa eram os ingredientes irretocáveis das relações de sucessos bélicos, tanto no quesito comercial quanto no político. Pelos motivos opostos àqueles por que se cantavam e alardeavam as vitórias, as derrotas, quando sobrevinham, tendiam a ser silenciadas[199], exceto em casos muito peculiares, quando houvesse vantagem em atribuir culpas e desviar atenções, ou quando se conquistavam eventuais triunfos dentro do quadro maior desfavorável e para algum partido ou sujeito convinha narrá-los[200]. Tanto o alarde quanto o silêncio, portanto, demarcam estratégias no combate aos problemas internos e nas questões de diplomacia e de reputação. A "guerra de papéis" exercia função crucial nesse contexto e, como infere Usunáriz, "o recurso à publicação das relações de sucessos para dar a conhecer à opinião pública os êxitos militares da Monarquia tem um particular interesse para o estudo das relações internacionais[201]", pelo modo como revelam, através do que *a langue* sanciona e interdita na *parole*, e mesmo do que se mente, os movimentos dos agentes políticos centrais e periféricos.

## 2.3. Mentira, alarde e silêncio nas relações de sucessos ibéricas

### *2.3.1. "Relações falsas" e narrativas inimigas*

[198] PEREIRA, "Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas", *Op. cit.*, pp. 98-99.
[199] "Se a temerária aventura de invadir a Inglaterra se tivera levado a termo com êxito", comenta Pereira, aludindo à expedição da Invencível Armada, em 1588, "o continente europeu – e em particular a Espanha – teria amanhecido coberto de relações sobre o feito, mas os fracassos são difíceis de se vender em larga escala e, sobretudo, o poder se preocupa por não difundi-los". *Idem*, p. 102.
[200] Enquadra-se neste caso relação publicada em Lisboa, em 1632, narrando a defesa da praça da "Paraíva", pelas forças de seu capitão-mor, Antônio de Albuquerque. Rendido Pernambuco, os holandeses passaram a assediar as capitanias vizinhas. A resistência bem sucedida de 1632 representava vitória que tanto para as autoridades em Lisboa e Madri como para o partido do capitão-mor, que terá julgado proveitoso dar visibilidade a sua façanha. Daí a encomenda para que a relacionasse o provincial beneditino. ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria que ouve o capitão mor da capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda, que ſão vinte naos de guerra, & vinte & ſete lanchas: pretenderão occupar eſta praça de ſua Magestade, trazendo nellas para o effeito dous mil homens de guerra eſcolhidos afora a gente do mar. Compoſta pello reverendo padre Frey Paulo do Roſario comiſſario Provincial da Provincia do Braſil da ordem do Patriarcha Sam Bento, como peſſoa que a todo ſe achou preſente*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, com licenças, 1632.
[201] USUNÁRIZ, Jesus M. *América, la política internacional europea y las "relaciones de sucesos" españolas tras los tratados de Westfalia*. Santiago: Rev. Chilena de literatura, n. 85 (nov. 2013), p. 180.

De que modo, então, sucessos como o cerco de Salvador em 1625, a resistência ao cerco nassoviano de 1638 ou as Batalhas dos Guararapes de 1648 e1649 se converteram em fatos históricos? A quem interessava esta conversão e que caminhos percorreram tais sucessos, desde sua existência acontecimental até sua representação nos parágrafos da *Nova Lusitania* e da *Istoria delle guerre*? O exame destas questões revela o quanto a construção do texto historiográfico, no Seiscentos, atendia a pressões circunstanciais, nos termos de uma intervenção política, com a *performance* textual respondendo a demandas conjunturais que se podiam circunscrever a esferas locais e, simultaneamente, inserir-se em "guerras de papel" entre nações beligerantes.

Antes que portugueses e espanhóis iniciassem sua escrita da história da guerra holandesa, viram-se alvejados por relações vertidas nos idiomas dos inimigos. Nos Países Baixos, já no ano de 1624, seriam impressas diversas relações divulgando a notícia da tomada da Bahia pela esquadra de Willkens e van Dort, em panfletos, alguns lacônicos, mas outros acrescentados de descrições e roteiros da terra. O mesmo se repetiria nos anos seguintes, diante da captura da frota de prata, da perda de Olinda, da batalha de Mata Redonda e do governo de Nassau (1637-1644)[202]. No caso da captura de Salvador, a profusão desses papéis em várias línguas, publicados antes de 1624 terminar, indica os proveitos editoriais e propagandísticos abertos aos que, nas nações adversárias da Espanha, reverberassem a captura da rica praça castelhana. Autores, editores e patronos sacavam, é certo, do repertório comum de imagens hispanófobas oriundas do contexto de inimizades e lutas tão continuadas, fruto não apenas da luta pela independência das Províncias Unidas, mas da própria política expansionista dos Habsburgos, herdada do século anterior[203]. A guerra era também o habitat da polêmica.

De 23 de maio de 1624, quinze dias após a conquista de Salvador, data uma carta-relação de Jan Cornelis Pick, "servidor da palavra de Deus naquele lugar", publicada no mesmo ano "com permissão da Municipalidade de Delft[204]" e acompanhada, nas semanas e meses seguintes, de outros textos em neerlandês, inglês, alemão e francês, às vezes originais, às vezes traduções uns dos outros. Amiúde da lavra de testemunhas do triunfo neerlandês de 8 de maio, seus títulos aludiam à "goede nieuwe" recentemente trazida da América, buscando desde as primeiras linhas fisgar a atenção do leitor, prometendo a singeleza de uma "true description"

[202] RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 190 e ss. MELLO, *Nassau*, *Op. cit*.
[203] Ver, por exemplo: SCHAMA, *O desconforto da riqueza, Op. cit.*, pp. 61-100.
[204] PICK, Jan Cornelis. *Copie Eens Briefs, geschreven uyt West-Indien, inde Hooft-Stadt van Bresilien ghenaemt de Totus le Sanctus (sic), den 23. Mey, Anno 1624. Door den gheçeerden. Jan Cornelisz Pick, Dienaer des Godlijcken Woords aldaer. Met consent der Ed. Heeren der Stadt Delff. Tot Delff, Gedruckt by Cornelis Jansz Timmer, woonende aen't Merckt-veld inden beslaghen Bybel.* Delft: impressor Cornelis Jansz Timmer, 1624. *APUD* RODRIGUES, *Historia e historiografia*, *Op. cit.*, p. 190.

ou, para não restarem dúvidas, "warhafft, umbstand un gründlicher Bericht", como jurava uma relação alemã[205].

Ecoar a derrota espanhola, fazendo-a lida e ouvida na Europa em tão curto intervalo, era sem dúvida acrescentar uma vitória diplomática à vitória militar. O baque de Felipe, à parte os prejuízos econômicos imediatos, era representado como desonra, desnudando como falso o seu pretenso poderio, o que, em meio ao conflito, pesava em prejuízo à reputação militar do império, símbolo valioso na gramática política da época, pondo em ameaço o moral na nação. Outro exemplo, a *Relation veritable de la prinse de la* Baya[206], anônima e também impressa em 1624, é indicativa da atenção francesa aos desdobramentos daquela aventura marítima, num ambiente de disputas franco-castelhanas pelo controle da região da Valtelina, no norte da Itália. Mesmo antes que a França declarasse guerra à Espanha no interior da Guerra dos Trinta Anos, Richelieu ministrava discretos apoios aos adversários protestantes dos castelhanos, para o fim de sangrá-los e, ademais, a posse da região alpina era particularmente estratégica para Madri, face ao uso do *camino español*, rota terrestre através da Lombardia por que se remetiam reforços de tropas e vitualhas para a guerra em Flandres[207].

Dessa forma, a queda de Salvador cintilava, para além da luta hispano-flamenga, também como vitória do enxadrismo francês nos bastidores e, na lógica das alianças geopolíticas da época, podia ser amplificada pela propagandística como grave revés da Casa de Habsburgo, a desmentir sua grandeza e premonizar sua derrocada. Daí a variedade de textos franco-neerlandeses sobre os sucessos brasileiros de 1624 – às vezes somando ao sucedido o imaginado. Entrado o ano seguinte, seria publicada a notícia de um triunfo flamengo no mar sobre a armada espanhola de D. Fadrique de Toledo, em breve traduzida para o francês e publicada em Paris sob o título de *La defaite navale de trois mil, tant Eſpagnols que Portugais*[208]. O folheto, de quatorze páginas, não só comemorava uma suposta vitória

[205] RODRIGUES, *Historia e historiografia*, *Op. cit.,* pp. 190-192. Como aponta o autor, às vezes um mesmo texto sendo traduzido nesses vários idiomas, o que era prática corriqueira no gênerop das relações. Embora estes textos não sejam os objetos da presente investigação, a consulta a alguns deles evidencia as semelhanças, no aspecto formal, às "relações de sucessos" e "breves relações" ibéricas, a apontar a existência de um formato específico, praticado em diversos países naquela quadra, como dantes apontado.

[206] ANÔNIMO. *Relation veritable de la prinse de la Baya de todos los santos, & de la ville de S. Sauueur au Brasil. Par la Flote hollandaise.* 1624. *APUD* RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia,* p. 191. Um exemplar original do documento é conservado na Brown University Library, em Rhode Island, EUA.

[207] ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, pp. 262 e ss.

[208] ANÔNIMO. *La defaite navale de trois mil, tant Eſpagnols que Portugais, mis & taillez en pieces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos*. *Traduite de Flamand en François*. Paris: por Jean Martin, 1625. Infelizmente não foi possível ainda localizar a relação original holandesa, aceitando-se (o que não é seguro) ser a notícia desse original mais do que inteligente tática de verossimilhança do editor francês.

neerlandesa após quinze dias de combates navais, como acusava os espanhóis de engenhosa operação de encobrimento.

Inicia-o o autor anônimo aludindo a antigo adágio de que *Libi leonina non ſufficit, alliganda eſt vulpina*[209], que parafraseia como: "ſi tes force ſont trop petites & foibles pour accabler ton ennemy, fers toy de ruſe & de fineſſe". Os espanhóis seriam contumazes nesta sorte de malícia, havendo "bien garny ſa boutique de ceſt outil" e se feito peritos pela reincidência, sendo inúmeros os exemplos e provas de sua reiterada descompostura. Era de todos sabida, prosseguia, a tomada neerlandesa da Bahia, valiosa jóia da Espanha, "qui pour la reparer & recouurer ladite place, a employé le vert & le ſec", enviando "des flottes auec grand nombre des Soldats Portugais & Eſpagnols pour chaſſer les Hollandois". Os castelhanos estariam repetindo nos territórios ultramarinos crueldades praticadas no solo da Europa, sobretudo em Flandres.

O leitor franconeerlandês estaria decerto familiarizado com a linguagem alusiva do autor e com sua representação deletéria dos espanhóis, dada a violência que sustentou a repressão, poucas décadas antes, ao movimento independentista dos Países Baixos, sob a espada do duque de Alba[210]. No entanto, celebra o escritor, naqueles mares da América, "la chance eſt tournee, & le ſort eſt tombé ſur les Eſpagnols". Chegada à Bahia, desejosa de obedecer a seu rei, depressa a armada de D. Fadrique se atira contra a frota neerlandesa, mas esta opõe tal resistência,

> Qu'apres vne furieuſe batterie qui dura quinze iours conſecutiuement, les Eſpagnols & Portugais ſe ſont retirez & ont pris la fuitte ayant perdu plus de trois mil hommes, & entre iceux plus de mil de plus nobles & remarquable de tout le Portugal. Les Hollandois n'ont pas perdu huict cens hommes[211].

Tudo segundo jurara um prisioneiro espanhol que estivera na Bahia, donde fugira, sendo seu barco capturado pela patrulha neerlandesa. Uma vez derrotados no mar, os espanhóis teriam desembarcado suas tropas na Bahia, todavia os neerlandeses sitiados aguardavam para breve o socorro e contavam com ótimas chances de defender a cidade.

Diante disso, segue o autor, receosos de que tão ruins novas se espalhassem, valeram-se os castelhanos de um embuste: em lugar do dano sofrido, divulgaram "le bruit qu'il avoit le

[209] Atribuem-se diversos registros anteriores da frase a humanistas como o brabantino Andrea Schottus (1552-1629) e a Erasmo de Rotterdam, trazendo a lição de que, não se alcançando o que se deseja pela força (do leão), use-se da esperteza e da trapaça (da raposa). KOCHER, Henerik. *Dicionário de Expressões e Frases Latinas*. Disponível em: http://www.hkocher.info. Consulta em 02/02/2015. A tradução do autor da *La defaite navale*, no seguimento do texto, é: "si la queuë de Lyon n'eſt aſſez longue, adiouſtez-y au bout celle de Renard", que é mais paráfrase que tradução. *Idem*, p. 3.
[210] ISRAEL, *The Dutch Republic*, *Op. cit.*, p. 155 e ss. SCHAMA, *O desconforto...*, *Op. cit*., p. 261 e ss.
[211] *Idem*, pp. 3-7.

deſſus, & que les Hollandois eſtoient entieremẽt defaits", buscando com a tramóia evitar que outras nações se animassem a auxiliar as Províncias Unidas. "Pour couurir la laideur de leur menſonge & tromperie", teriam acrescentado nova desfaçatez à anterior, a saber, que os holandeses cometiam crueldades sobre a população local, sendo por isso "aſſommez & maſſacrez par ledits habitants". Mentira tão desproporcionada, conclui o metafórico panfletista, que "ceſte fineſſe cousuë de fil blanc ne merite aucune reſponſe ny replique". A notícia, contudo, era falsa[212].

A *La defaite* alegava não só relatar a "vitória naval" inédita, mas visava a desmentir relações ibéricas precedentes. As publicações, mais do que se suceder, dialogavam, e os objetivos políticos, na esfera internacional, associam-se aos propósitos editoriais. Ensina-nos este curioso "embuste" que até meados de 1625, desconhecido o desfecho da expedição de D. Fadrique, assim na Península Ibérica como mais ainda em Paris e Amsterdam[213], nem por isso a operação de narrá-lo quedava inerte: na ausência de noticiário, os interesses políticos e editoriais e a fantasia supriam as lacunas e já então os entreveros marítimos eram assunto de manuscritos e publicações. No ainda brumoso cenário, havia espaço para valer-se da desinformação e fabricar aventuras. Isto em vista, primeiramente, dos fáceis lucros financeiros que semelhante impostura editorial recolheria, em meio a leitores sedentos por novas do entrechoque. Ainda que não disponhamos de provas, podemos suspeitar da promoção ou ao menos da leniência de alguns agentes políticos face à veiculação de informes falsos. A existência da tradução francesa, tão expedita, insinua as largas vantagens de divulgar-se o papel no eixo Amsterdam-Paris, bem como a menção feita pelo bem informado panfletista a um murmurado socorro da esquadra inglesa do duque de Buckinghan, a unir-se às forças de Guilherme de Nassau e do coronel Edward Cecil contra o rei da Espanha[214].

Em Madri, em Lisboa, na Andaluzia, no Alentejo e na Catalunha, o público porventura terá conhecido algumas dessas relações estrangeiras, folheando-as com apreensão enquanto os soldados de D. Fadrique e D. Manuel de Menezes singravam o Atlântico em sua jornada. O

[212] *Idem, pp. 7-8*. A historiografia não menciona tal batalha naval nem a supostamente calamitosa derrota luso-castelhana. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit*. EDMUNDSON, George. *The Dutch Power in Brazil. The Struggle for Bahia 1624-1627*. English Historical Review, Vol. XI, Oxford, 1896, pp. 231–259. MAGALHÃES, *Equus Rusus, Op. cit.*

[213] Não esqueçamos a maior distância dos mares até Amsterdam, percorrendo a norte a Baía de Biscaia e o Canal da Mancha. Ademais, as condições de navegação naquelas águas nem sempre eram favoráveis. A esquadra de Willekens e van Dorth que assaltaria a Bahia, por exemplo, saindo a 21 de dezembro de 1623 da ilha de Texel, enfrentou na travessia do Canal da Mancha renhida procela, na altura da baía de Plymouth, sudoeste da Inglaterra, desunindo-se nela os navios, que apenas se puderam reencontrar em Cabo Verde um mês depois. VARGAS, Thomas Tamayo de. *Restauracion de la ciudad de Salvador*, pp. 30v-31. O que se sabia em Lisboa bem podia demorar semanas até ser comunicado aos Países Baixos.

[214] ANÔNIMO, *La defaite navale*, *Op. cit.,* pp. 9-10.

bombardeio retórico seria mais um ingrediente a animar os escritores e panfletistas ibéricos ao revide, tão logo aportassem as boas novas que cruzavam o oceano (ou mesmo antes, produzindo também novas fantasiosas), desmascarando a charlatanice dos inimigos e comprovando, com a visão da esquadra vencedora, o contrário do que no exterior se propagava.

A publicação de "relações falsas", advirta-se, não era de modo nenhum recurso inaudito às práticas editoriais dos séculos XVI e XVII. Ana Pereira nota que, por ocasião da expedição da Invencível Armada castelhana contra os ingleses, em 1588, se os vitoriosos a celebraram dando a lume inúmeras relações de sua vitória, na Espanha, no intervalo enquanto não eram ainda irrefutáveis os burburinhos do desastre, "se receberam notícias falsas que falavam do êxito da armada espanhola, alguma das quais se chegou a editar[215]". Se fora assim na estreiteza do Canal da Mancha, com que oportunidades não acenava a lonjura que ia da Europa ao litoral da Bahia, com o imenso Mar Oceano de permeio? Autores de uns e outros países acusavam-se de contumácia nessa desfaçatez. Seria, decerto, prática vantajosa em tais circunstâncias: o desmentido demoraria meses e, até lá, bem se poderiam engendrar efeitos políticos favoráveis.

Pouco tempo depois da publicação da *La defaite navale*, Tamayo de Vargas, recriminava o que chamava do costume neerlandês de disseminar notícias falsas para conservar sua população unida em torno da causa nacional, perante a instabilidade tida por inerente ao seu sistema republicano descentralizado. Após o fim da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), alega Vargas, os "peſcadores rebeldes" entraram a dar assaltos às possessões espanholas em todas as Índias e na Europa, esperando com isso avantajar a causa de sua independência. Entretanto, continua o cronista-mor, muito embora esmagados no além e no aquém mar, em suas relações mentiam pelo contrário,

> Por conſervar el animo en el pueblo, que ſi deſcaëciera con el horror de tantos repetidos infortunios, peligràra la union en que conſiſten ſus fuerças: con que ſe publicò en Amſterdam, que la armada que avia ſido desbaratada de los Reales, iendo a cargo de Lermite, avia entrado victoriosa no ſolo en las fuerças menores del Perù, ſino en la maior de Lima[216].

Às vésperas da chegada a Lisboa e Madri das informações sobre a vitória da armada de D. Fadrique, agitava-se um ambiente em que as relações de sucessos (verídicas ou ficcionais)

[215] PEREIRA, "Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas", *Op. cit.*, p. 102, nota 57. A autora, infelizmente, não comunica se os textos apõem concessões de licenças, o que implicaria a anuência das autoridades. Ainda, porém, que se tratassem de publicações clandestinas, sua repercussão nem por isso deixaria de impactar.

[216] VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador, Op. cit.*, p. 7v. Em nota à margem do texto, Tamayo de Vargas atribui o mencionado engodo a M Gotardo Arthusio, extraído do tomo 15, livro 1, do *Mercurio Gallo-Belgico*, publicação periódica saída entre os anos de 1624 e 1625, a que o castelhano faz várias menções e que eventualmente cita ao longo de seu texto.

abundavam, provavelmente anunciadas e vendidas à larga nas praças e nas casas impressoras, amplificando em manuscritos, pela imprensa e pela difusão da cultura escrita o engajamento popular nos acontecimentos. Desde 1621, com o fim da Trégua dos Doze Anos, avolumava-se na Espanha o número de publicações relativas aos Países Baixos, e não só as de temática bélica, dando parte das vitórias nos campos de Flandres e das refregas no mar contra esquadras neerlandesas[217], mas também as ocupadas com outros eventos flamengos, como por exemplo as fortes geadas que castigaram as províncias da Holanda e Zelândia no inverno de 1623, interpretadas como castigo divino contra os hereges, "aunque ay muchos Catolicos entre ellos"[218].

A coleção destes panfletos, para além do papel cultural precursor do periodismo que alguns autores lhe atribuem[219], desempenhava também a importante função de inaugurar a historicização dos acontecimentos – ainda que não raro recorresse à fraude e ao charlatanismo, práticas que, como veremos, teriam ainda largo emprego na escrita da guerra holandesa. Formulavam soluções narrativas para a difícil tarefa de converter o real em texto, soluções essas que mais tarde seriam retalhadas, alinhavadas e cosidas pelos historiadores, na tessitura de seus compêndios.

### *2.3.2. Panfletos do Annus mirabilis*

Conquistada a vitória sobre os neerlandeses em Salvador a 1º de maio de 1625, alguns dias depois se expediram os primeiros comunicados. Como ocorrera nos Países Baixos no ano anterior, pouco decorreu depois da recuperação e já testemunhas dos acontecimentos se faziam depoentes, prontificando-se a sacar da pena e narrá-los. Embora a documentação disponível não permita reconstituir a sequência exata das publicações – os impressos de ordinário trazem as

[217] Sendo também tema de relações, por óbvio, as batalhas contra os hereges no Oriente, sobretudo quando vencidas. ANÔNIMO. *Relacion cierta y verdadera de la feliz vitoria y proſperos ſuceſſos que en la India Oriental han conſeguido los Portugueſes, contra armadas muy poderoſas de Olanda, y Perſia, eſte año de 1624. La fecha en la ciudad de Goa, cabeça de aquel Reyno, a 27 de Março, del dicho año, y vino en la nao Santo Tomé. Refierenſe las naos y armadas que a los enemigos le han deſbaratado, la muchedumbre de gente que le han muerto, las fortalezas, y lugares que han ganado, y una ciudad muy fuerte, con otras nuevas de gran alegria para los Catolicos*. Madri: por Bernardino de Guzman, 1625.

[218] ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y Gelanda causaron las nieves, y yielos*, *Op. cit.* Catálogos de relações como os compilados pela Biblioteca da Universidade de Sevilha e pela University of St. Andrews permitem acompanhar algumas das impressões relativas à guerra contra as Províncias Unidas ano a ano (com algumas exceções), no período posterior ao fim da Trégua.

[219] Como aponta em sua síntese PENA SUEIRO, *Estado de la cuestión*, *Op. cit*., pp. 1-2. E, no mesmo sentido, SOUSA (coord.) *et al.*, *A gênese do periodismo lusófono*, *Op. cit.*; TENGARRINHA, *História da imprensa periódica portuguesa*, *Op. cit.*; LANCIANI, *Sucessos e naugrágios*, *Op. cit*.

datas das redações, mas não das impressões – há provas de que a escrita delas principiou tão logo veio o cessar-fogo, quando não antes[220], urgência compreensível, pelo valor da notícia "quente" e inédita. Era crucial para autores, patronos e editores não perder as primeiras embarcações saídas de Salvador em meados de maio, portadoras da boa nova. Seria auspiciosa a expectativa de lucros para os mais velozes em relatar o sucesso: em meio aos certames promovidos nas principais cidades ibéricas, os leitores ansiariam por descrições da grande vitória.

Confusas informações já circulavam na Península Ibérica, ainda em fins do primeiro semestre de 1625, com base em "disse-me-disses" e na sempre alerta safadeza dos aproveitadores. Um exemplo é a *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad*, datada de Sanlúcar de Barrameda a 10 de maio de 1625 e impressa em Sevilha, é de crer que pouco depois. O conteúdo proviria de missiva enviada a um nobre sevilhano, dando conta de como um navio aportado semanas antes em Amsterdam, vindo "de la Ciudad que llaman del Braſil", teria assistido à recuperação de Salvador para os domínios de Felipe IV. O papel diz que a armada espanhola cercara a Bahia e incendiara os navios batavos, desembarcando soldados em terra e rendendo os 800 defensores da praça. Teriam estes um triste destino: "el General de la dicha Armada de Eſpaña, avia mãdado que a todos los paſſaſen a cuchillo, ſin que ſe dexaſſe una perſona ſola con vida[221]". Horrível, sem dúvida. E inverídico: Salvador rendeu-se apenas a 30 de abril e não era possível, no ritmo das comunicações da época, dispor-se em Amsterdam ou no sul da Espanha de testemunhos da rendição em tão curto intervalo. Quase nada na *Carta cierta y verdadera*, salvo o desfecho vitorioso, coincide com as narrativas mais tarde publicadas e com a sequência dos fatos conhecida. Não relata a vitória, adivinha-a.

Trata-se, como no caso da *La defaite navale*, de outra "relação falsa". O papel oferecia ao leitor ibérico o glorioso desfecho por que todos esperavam: o herege castigado, o Brasil

---

[220] Conhecem-se relações que se encerram antes do desfecho de 1º de maio ANÔNIMO. *Relaçam do dia em qve as armadas de sva Magestade chegarão à Baya, & do que se fez até vinte dous de Abril, em que mandou a Pernambuco desde vinte e nove de Março, em que derão fundo na dita Baya*. Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1625. Pablo Magalhães localizou na Biblioteca Nacional de Espanha uma relação inédita do franciscano espanhol Francisco de San Juan, refugiado com a população de Salvador na aldeia do Espírito Santo, depois da invasão de maio de 1624 até meados de outubro. O escrito é de particular interesse por complementar a maioria das relações conhecidas, porque não descreve a jornada da armada de Fadrique e sim a resistência no interior, sob o comando do bispo D. Marcos Teixeira. Segundo Magalhães, a redação dataria do segundo semestre de 1625, o que conclui por constar no texto uma velada alusão ao socorro prestado por Salvador Correia de Sá à resistência, em fevereiro deste ano. A referência a Benevides, porém, é obscura e parece improvável que uma relação castelhana posterior à chegada à Europa da nova da recuperação sequer mencionasse o feito. MAGALHÃES, *Frei Francisco de San Juan, Op. cit*.

[221] ANÔNIMO. *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad, desde la Ciudad de San Lucar, haziendole Relacion de la cõficion que hizo un Maeſtre de una Nao que cogio el Armada del Almirantazgo, en que declarò, que el Braſil eſtava ya por el Rey Nueſtro ſeñor, y como le quemaron ſus Naos, y paſſarõ a cuchillo ochocientos hombresq dentro avia*. Sevilha: por Juan de Cabrera, 1625, p. 3.

restituído, Espanha triunfante. Podemos apenas imaginar as dificuldades das autoridades para barrar os tantos papéis inverídicos vendidos como testemunhais – se é que disso se ocupavam. Há razões para julgar as "relações falsas" como um filão editorial no perído, tamanha sua recorrência, com editores prontos a arriscar narrativas persuasivas e verossímeis sempre que se sabia de expedição incerta e perigosa. Mas não sejamos ingênuos: no caso de uma publicação conveniente aos desígnios políticos do olivarismo como a da *Carta cierta y verdadera*, não é nada improvável que os rigores censórios se abrandassem.

A narrativa ibérica da história da guerra holandesa, pois, tem início nas penas de desavisados e charlatães. E foras-da-lei: a *Carta cierta*, como aliás outros papéis posteriores, não apõe as licenças então exigidas aos impressos[222], pela pressa de comercializá-la e obviamente pela impropriedade de seu conteúdo. Não obstante os riscos para os que burlassem regras censórias – pelo jeito não muito elevados, porque diversas relações sem licenças anotam o endereço onde o cliente as poderia comprar – os lucros seriam sedutores no clima de expectativas por informações da armada e, ademais, os baixos preços dos panfletos fariam deles investimento de considerável liquidez e rápida vendagem. Embora algumas relações ostentem suas licenças (sobretudo os relatos escritos por oficiais régios, fidalgos e autoridades, cujas conexões e amizades acaso acelerariam os trâmites dos conselhos e mesas), a maioria delas, falsas ou não, ignora-as. Aguardar pelas autorizações implicaria demora de no mínimo semanas, quando a notícia já estaria envelhecida e a janela da oportunidade, perdida. Informações mais fidedignas demorariam ainda alguns meses para circular e é possível que outras relações falsas tenham saído às ruas nesse ínterim.

Entre os mais antigos depoimentos escritos da recuperação estará a *Relacion de la iornada del Brasil*, de autoria do escrivão-mor da armada castelhana, Bartomolé Rodriguez de Burgos, encerrada tão cedo quanto a 8 de maio e publicada em Cádiz, sem licenças[223]. O texto de 4 páginas obedece ao clássico formato da carta-relação e mantém o característico original de epístola ao destinatário Ivan de Castro, escrivão público em Cádiz, abrindo-se inclusive com

[222] Em Portugal, via de regra, operava o sistema de "tríplice censura", no qual se exigiam licenças da Inquisição, do Ordinário (eclesiástico) e da Mesa do Paço (censura civil). MARTINS, Maria T. E. Payan. *A censura literaria em Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2005. CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-89. Para o caso espanhol, Laura Beck Varela distingue a atuação da esfera civil na "censura prévia" daquela perpetrada pela Inquisição sobre obras já impressas, nacionais ou estrangeiras, apontando a Pragmática de 7 de setembro de 1558 como o regramento que estabelecera a competência do Conselho de Castela em matéria de licenças de impressão. VARELA, *Literatura jurídica y censura*, *Op. cit.*, pp. 293-298. Isso explica por que as relações espanholas autorizadas de ordinário mencionam apenas a licença concedida pela autoridade civil.

[223] BURGOS, Bartolomé Rodriguez de. *Relacion de la iornada del Brasil*, *escrita a Ivan de Castro Efcrivano Publico de Cadiz, por Bartolome Rodriguez de Burgos Efcrivano mayor de la Armada*. Cádiz: por Juan de Borja, 1625.

saudações e recomendações de saúde, como as cartas costumam. Além de diversos outros, o próprio D. Fadrique de Toledo foi contumaz na redação de cartas para Felipe IV, relatórios oficiais de seu comando, os quais depressa achariam o caminho das casas impressoras, como a *Relacion de la carta que embio a su Magestad*, publicada com as devidas licenças em Sevilha[224]. Também os portugueses correram a divulgar em suas principais cidades a reconquista da capital de sua colônia americana: uma *Relaçam verdadeira de todo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos*, cuja redação data de 15 de maio e que liquidava as taxas de impressão já em 12 de julho, imprime-se depressa em Lisboa, no Porto e em Évora[225].

Tudo leva a crer que no curso dos meses de julho, agosto e setembro de 1625 as cidades portuguesas e espanholas receberam uma avalancha de impressões divulgando a nova, para além dos manuscritos que, mais restritamente, terão também circulado. Livreiros, gazeteiros e "cegos papelistas" terão andado atarefados naqueles dias. J. H. Rodrigues lista publicações em cidades como Valladolid, Madri e Lisboa, decerto vendidas em muitas outras vilas e paróquias da vizinhança[226]. A profusão de panfletos em tantos lugares e em tão curto interregno dá-nos a magnitude que a conquista terá tido para as autoridades, para as casas impressoras e para a população. Era, não resta dúvida, algo a ser contado, cantado, teatralizado[227], um triunfo do olivarismo e da propaganda de uma Hispania forte em que uma plêiade de monarquias, junto com seus domínios ultramarinos, se reunia sob a autoridade dos Habsburgos, protegendo-se fraternalmente contra os inimigos. Os estrangeiros, aliás, tampouco demorariam a ler as novas

[224] OSÓRIO, D. Fadrique de Toledo. *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Señor don Fadrique de Toledo, general de las Armadas, y poderoſo exercito, que fue al Braſil, y del feliciſsimo ſuceſſo, que alcançaron en dia de los glorioſos Apoſtoles S. Felipe, Y Santiago, que fue a primero de Mayo, deſte año de 1625. Daſe cuenta a ſu Mageſtad de las capitulaciones que en ſu Real nombre tratò cõ en enemigo, del modo que ſalieron de la Ciudad, y del grande interes que ſu Magestad consiguio en ſu recuperacion*. Sevilha: por Simon Faxardo, com licença do senhor tenente D. Luís Ramirez, 1625.

[225] ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira de tudo o ſuccedido na Reſtauração da Bahia de todos os Sanctos deſde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados ſeus eſtandartes cõ grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de ſeus vaſſallos, que neſta empreſa ſe acharam, anihilaçam, e perdas dos rebeldes Olandezes ali domados. Mandada pelos Oficiaes de ſua Magestade a eſtes reinos. Foy viſto pelo Padre Fr. Thomas de S. Domingos Magister.* Lisboa: por Pedro Craesbeek, com todas as licenças necessárias, 1625. Para as informações sobre as publicações no Porto e em Évora, ver RODRIGUES, *História e historiografia*, *Op. cit.*, pp. 198-199; CAMENIETZKI e PASTORE, *1625, o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, p. 286, nota 50; e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Rio de Janeiro: Kosmos, 1983.

[226] RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 194 e ss.

[227] Não esqueçamos que a comédia *El Brasil Restituido*, do dramaturgo Felix Lope de Vega, recebeu licença para encenação, na Espanha, em outubro de 1625, subindo aos palcos no mês seguinte. O assunto seria dramatizado também pelo português João Antônio Correia, na peça *La perdida y restauracion de la Bahia de Todos los Santos.* PERES, Lygia R. Vianna. "*El Brasil Restituido" de Lope de Vega y "La pérdida y restauración de la Bahía de todos los Santos" de Juan Antonio Correa. Historia, emblemática*. Cidade do México: actas selectas del X Congreso de la Asociación Internacional del Teatro Español y Novispano de los Siglos de Oro. Universidad Autónoma Metropolitana, 2003, pp. 245-261.

do fracasso neerlandês: igualmente se publicariam breves relações da vitória da armada de Felipe IV em Augsburg[228], Haia[229], Roterdam[230], além de outras cidades como Frankfurt, Coburgo e Roma, ao longo dos anos seguintes (bem como as capitais dos vice-reinos castelhanos no Peru e na Nova Espanha)[231]. A imagem dos flamengos ajoelhados perante o poderio castelhano, com a colaboração da imprensa de tipos móveis e a fórmula da relação, atroa na Europa e na América.

E que história é esta que constróem os primeiros depoimentos? Em síntese, a de uma aventura. O conto de uma expedição militar que, atravessando um oceano entre tormentas e calmarias, sitia uma cidade bem defendida por inimigos poderosos e, por meio de um cerco de mar e terra, obriga-a à capitulação. O enredo das relações primevas não é a guerra de Flandres, nem a luta contra a heresia, nem a proteção do ultramar ameaçado, nem mesmo a captura neerlandesa de Salvador, de um ano antes (às vezes citada em breves *flashbacks*): narram a cruzada triunfal que recupera o território perdido e castiga rebeldes insolentes.

Não por acaso, quase todas as relações de primeira hora se abrem com a partida da esquadra, ou dos portos ibéricos, ou das ilhas das Canárias e de Cabo Verde, onde as esquadras lusa e castelhana se reuniram. Daí se descreve a travessia, o cerco e seus momentos memoráveis, a bandeira branca, as capitulações que humilham o flamengo, às vezes a listagem dos oficiais que tombaram. O "*script*" é partilhado por autores lusos e espanhóis: quer leiamos a *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Senhor General D. Fadrique de Toledo* ou outras então publicada na Espanha, quer a *Relaçam verdadeira de tudo o ſuccedido na Reſtauração da Bahia*, editada nas principais cidades portuguesas, ou os *Capitulos da relação*, redigidos por D. Jerônimo de Ataíde e preservados em manuscrito[232], depararemos linhas narrativas análogas. Os primeiros textos, testemunhais ou não, da história da guerra holandesa na América portuguesa são mais manchetes de uma expedição que histórias de uma guerra.

---

[228] ANÔNIMO. *Warhaffte gründliche Relation, Was gestalt durch dero Königk: Mayest: inn hispanien Obristen Don Friderico de Toleto mit beystand des Allmächtigen Brasilia den holländern widerumb abtrungen und erobert worden*. Augsburg: por Andream Asperger, 1625.

[229] EWOUT, Teelinck (sob pseudônimo de Ireneus Philalethius). *De Tweede Wachter, Brenghende tydinghe vande nacht, dat is Van het overgaen vande Bahia, Met Eenen heylsamen raedt, wat daer over te doen staat.* Haia: por Aert Meurs, 1625.

[230] ANÔNIMO. *A plaine and true relation, of the going forth of a Holland fleete the eleuenth of Nouember 1623, to the coast of Brasile. With the taking in of Saluedoe, and the chiefe occurrences falling out there, in the time of the hollanders continuance therein. As also, the comming of the Spanish armado to Saluedoe, with the beleaguering of it, the accidents falling in the towne the time of beleaguering...* Roterdam: por M.S. impressor, 1626.

[231] RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 201-205.

[232] ATAÍDE, Jerônimo de. *Cap.os da Relação*. Transcrição paleográfica em MAGALHÃES, *Equus Rusus*, *Op. cit.*, vol. III, anexo III, pp. 39-61. O documento original em BA, 51-VIII-12, fls. 151-185.

Como dito, estas primeiras relações delineiam um enredo, pinçam, da totalidade de uma aventura de seis meses (da partida dos portos ibéricos até a reconquista da cidade e o despacho dos primeiros avisos ao rei), os episódios que darão forma à história. Não nos deixemos seduzir pelo cântico com que nos querem persuadir seus autores, de que reportam passo a passo o acontecido. Seu trabalho é a colheita, em meio à profusão inesgotável dos eventos, das passagens, concatenando-as de modo a tornar o sucesso dizível. Em outras palavras, a seleção do que, na totalidade do acontecimento, seria do interesse público, pensável como história (e que se tornaria História se resistisse às demais seleções que sobreviriam). Esta eleição e montagem é o contributo primordial das relações de sucessos, mas não a única: além do arranjo estrutural, as relações aventam modos de dizer, por meio dos quais a expedição penetra o universo da linguagem, colorida em tintas memoráveis, candidatando-se à imortalização.

Nem todas as escolhas, é certo, sobreviverão nos livros de história. Alguns episódios descritos nos primeiros papéis – o naufrágio de uma das embarcações lusas em Cabo Verde; certa controvérsia acerca das preeminências no hastear e recolher das bandeiras, etc. – mesmo quando retomados por relações historiais, mais tarde caem no esquecimento, julgados irrelevantes para os critérios da dignidade e decoro da obra histórica[233]. No entanto, outras representações construídas nesses relatos se revelarão bem mais longevas, recontadas em obras tardias, décadas mais tarde, quando a expedição seria integrada ao cenário mais amplo da gloriosa guerra vencida por Portugal. É o caso das manobras do cerco que forçaram a rendição neerlandesa, verdadeiro núcleo das primeiras relações. Em sua descrição despontam os personagens célebres responsáveis por conduzir os católicos à vitória, os mortos mais lamentados, as acusações de traição contra os judeus, os soldados anônimos cujo heroísmo mereceria estar preservado, invejado e imitado pelos que agora leriam semelhantes façanhas.

As relações, em seu conjunto, retratam um sítio sangrento, incerto em seu desfecho, pelo que se engrandece ainda mais a vitória. Pouco depois do desembarque, em fins de março,

[233] O naufrágio do galeão Conceição, no arquipélago de Cabo Verde, é recuperado em tintas dramáticas pelas relações historiais portuguesas de Bertolameu Guerreiro e de D. Manuel de Meneses, que em parte se baseiam nos relatos antecedentes, realçando-se nelas a ação heroica do capitão Antônio de Menezes no salvamento dos homens embarcados. GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos*, *Op. cit.*, pp. 26v e ss. Já a questão da precedência das bandeiras – os portugueses não teriam mantido as suas recolhidas na presença da esquadra de D. Fadrique – aparece brevemente comentada na relação de Juan de Burgos: "Y en ſu Puerto que llaman la Peaya (sic) de Santamaria vimos la Armada, y entramos a dar fondo con ella, y a la ſalva que se hizo auatieron las vanderas, y luego las Yzaron, y las traxeron, y han tenido y tienen arboladas ſiempre, aunque las ordenes y el govierno ha ſido del ſeñor dõ Fadrique, y a ſa Capitana ſeguian". BURGOS, *Relacion de la iornada del Brasil*, *Op. cit.*, fl. 1 [não paginada]. D. Manuel de Meneses, o general português acusado de insubordinação no episódio, procurará se justificar em seu relato da expedição. MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, pp. 404-405. Tamayo de Vargas, escrevendo sob os auspícios de Olivares, terá julgado mais conveniente ocultar o episódio, por ilustrar-se nele um atrito entre as forças luso-castelhanas, cuja harmonia seu livro deveria justamente representar.

descuidam-se os católicos e, em um aziago ataque-surpesa flamengo, perdem a vida dezenas de oficiais lusocastelhanos, sentindo-se mais que todas a morte do mestre de campo D. Pedro Osório. O ritmo é ligeiro, a linguagem é forte, violenta, muita vez cruamente imagética. Os canhonaços e rajadas por detrás dos muros não descansam, matando-se com um disparo o morgado de Oliveira e "posto ſe não especifica as baterias de cada dia ſaibam, que num e noutro quartel todos os dias haviam [sic] mortos e feridos ſem pernas e braços[234]". Fadrique e seus oficiais, entretanto, posicionam a artilharia e precipitam bombardeio incessante sobre Salvador, ao lado do bloqueio no mar a impedir escapatórias, comandado por D. Manuel de Menezes, logo provocando defecções de batavos, escoceses e franceses. A queda se antevê iminente, o desespero quebranta os exércitos estrangeiros. Levantam-se sedições na cidade e os primeiros protestos de rendição. Vendo-se atacados por todas as partes,

> Y ia mucha gente q les faltava, de muertos y heridos, que paſſavan de quatrocientos, y viẽdo que nueſtra artilleria les avia deſencavalgado la ſuya, y teniendo entre ellos muchas diſſenſiones, por las differentes naciones que ſe avian confederado por los Estados rebeldes para eſta ocaſion entre quien es uvo [sic por *uso*] muchos rebeliones y motines, de que procedio herir y prender a el Coronel que los governava, llamado entre ellos hõbre noble; criaron otro Coronel, y trataron de rendirſe[235].

O contraste é claro e nos auxilia a vislumbrar as escolhas discursivas dos autores: enquanto os inimigos subvertem a cadeia de comando e forçam a rendição, entre os católicos, em cujo lado está a justiça, prevalece a ordem, a concórdia. A construção narrativa sublinha sua mensagem política. Enquanto flamengos e seus aliados padecem confusões – alguns textos comentam que a cidade dispunha de munição e mantimentos para resistir por muitos meses, o que sugere uma rendição precipitada – o exército multinacional obediente a D. Fadrique é representado em cooperação, símbolo em miniatura da *Hispania* filipina: una, ainda que vária.

Não por acaso, relatos que ousarem oferecer retrato menos sinfônico da empresa, trazendo à tona desarmonias ou rusgas entre oficiais, terão dificultadas as licenças para a publicação ou serão vetados[236]. Convinha cuidar muito quanto à exata história do triunfo a disseminar. Nesses

---

[234] ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira de todo o sucedido na Restauração*, *Op. cit.*, (sem paginação).

[235] AVEDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viaie, y sucesso de la Armada que por mandado de su Magestad partio ao Brasil, a echar de alli los enemigos que lo ocupavan*. Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença, 1625, fl. 4 não paginada.

[236] Olivares comissionaria o pintor Juan Bautista Maino para alegorizar a conquista, contrato de que resultou o quadro *La recuperacion de Bahia de Todos los* Santos, no qual um vitorioso D. Fadrique mostra a seus homens tapeçaria com as figuras de Felipe IV e do próprio conde-duque, como a ceder-lhes o mérito da vitória. Discursos díspares dificilmente poderiam ser admitidos, como foi o caso do texto da, *Recuperação da cidade de Salvador*, de D. Manuel de Meneses, que permaneceu manuscrito e apenas foi publicado por Varnhagen, no século XIX. Segundo Schwartz, esta relação "recebeu apoio oficial, mas foi, talvez, mais sincera sobre as rivalidades hispano-lusas do que se esperava", o que teria motivado o Conselho de Estado a recusar-lhe as licenças, providência adotada

primeiros testemunhos ibéricos, as tropas observam fielmente os regimentos do rei, conformidade estendida a todas as frações de um corpo gigantesco e todavia harmonioso, do recruta anônimo ao general fidalgo. Ilustra-o uma história bastante explorada nas relações de sucessos: a do furto da bandeira inimiga pendente dos muros da cidade. Escreve Juan de Burgos:

> Vn ſoldado de la Cõpania [de] D. Alfonso de Alẽcaſtro, como a medio dia ſubiò a la muralla del enemigo y les quitò vna vandera de Infanteria que eſtava pueſta en la Trinchera, y ſe la llevó al ſeñor don Fadrique; diole ocho eſcudos de ventaja, y le prometio hazerlo Alferez en la primera ocaſion.

O gesto é comemorado como humilhação dos inimigos perpetrada por um vassalo incógnito, sinal da bravura e astúcia que caracterizariam todo o exército católico. Sua compensação terá sido com efeito generosa, pois "lunes por la mañana a 28. otro ſoldado de los de la tierra quitò al enemigo otra vãderilla colorada q tenian ſobre la Puerta de la ciudad, (...) no ſe que premio ſe le dio[237]".

Apesar dos textos do período serem muita vez pródigos e exaustivos na listagem de nomes – dos que se embarcam para a guerra, dos mortos em combate – a denominação era privilégio de oficiais, de "homens de qualidade", norma que não se suspende nem mesmo em caso festejado como este. Burgos, repare-se, nomeia o oficial da companhia, D. Afonso de Alencastro, porém quem fossem os captores das bandeiras era irrelevante. Conquanto tão festejados, são citados nos panfletos genericamente, pelo gentílico de "aragonês" e "português", ou como "da terra". Para a narrativa da jornada, como mais tarde para a história da guerra, quem são não importa para além de manifestarem as virtudes identitárias de sua nação ou da fé católica, amplificando-se o exemplo de sua coragem mais com seu anonimato do que com qualquer personificação. Todos os grandes feitos merecem eternização, mas nem todos aqueles que os obram. A prometida promoção a alferes, aliás, se viesse, acarretaria mais que a mera ascensão social do aragonês sem rosto: na lógica da época, o possível ingresso em um universo no qual o sujeito adquire, perante a história, nome e identidade[238].

---

também contra outros testemunhos. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit.*, p. 740 [tradução livre]. Parece-nos, contudo, que a interpretação de Schwartz exacerba uma antagonismo luso-castelhana que a relação de Menezes não comporta. A leitura da *Recuperação*, como discutiremos no próximo capítulo, registra atritos entre o oficialato da expedição, não necessariamente em termos de suas nacionalidades. O escrito, aliás, jamais insinua ilegitimidade na soberania filipina, referindo-se, ao contrário, à "grandeza da Espanha" em que Portugal se vê incluído, aplicando o termo "Espanha" ao conjunto das monarquias sob Felipe IV.

[237] BURGOS, *Relacion de la iornada del Brasil*, *Op. cit.*, fl. 3-4 (não paginada). O simbolismo da captura da bandeira inimiga reaprece em outras relações, sempre enaltecido como momento de apoteose militar.

[238] Em toda a pré-historiografia e historiografia seiscentista da guerra holandesa, embora abundem listagens nomeando oficiais e fidalgos, nunca os autores se ocupam em dar nomes aos soldados rasos, mesmo quando responsáveis, individual ou coletivamente, por atos de bravura. Sua condição no registro da memória era o da indiferenciação. O caso em tela merece destaque porque o soldado, exibindo atributos geralmente reconhecíveis

O mês de abril de 1625 termina, nas narrativas, com o brandir da bandeira branca, delegados que se reúnem e arranjam os termos da rendição, assinada por D. Fadrique e pelos coronéis neerlandeses, dia 30. Alguns textos, como aliás o do próprio general castelhano, encerram-se pelo rol das cláusulas da capitulação, enfatizando que os vencidos deixariam a cidade ilesos, porém sob licença e passaportes concedidos por seus conquistadores, só com os aparelhos, panos e vitualhas admitidos nesses termos.

Vivia-se, com as simultâneas vitórias em Breda, na Itália, na Bahia, o momento mais consagrador do valimento de Olivares e as relações de sucessos da recuperação de Salvador funcionam como metáforas idealizadas de seu teatro político. Mais do que enaltecer guerreiros particulares (que decerto transitam nos textos), predomina nos panfletos a representação coletiva de um exército triunfante, de uma coroa vitoriosa. Por sobre os heróis que pelejam, é o braço de El-Rei que esmaga os rebeldes. É esse, pelo menos, o retrato da maioria das relações que sobreviveram do período.

Depois de 1630, diante de um novo contexto, flagraremos significativa mudança na ossatura das relações, em seu discurso, nas vozes que as enunciam, porque as dificuldades do olivarismo na condução das guerras da Monarquia abrirão maior espaço para o louvor dos heróis nas escaramuças e campos de batalha. Chefes militares atuando no Brasil valorizarão mais e mais a publicação de suas façanhas, de suas próprias versões dos fatos, assumindo um papel enunciador e um protagonismo até então inédito na operação historiante. Mas isso mais tarde; por hora, quem vencia era o gládio do rei e, de certa maneira, era sua a pena que narrava a epopeia. Pintava-se, como numa alegoria, a rebeldia flamenga derrotada, prelúdio americano a premonizar o desfecho da guerra de Flandres, que a coleção das vitórias do *Annus Mirabilis* parecia acelerar para breve.

---

no homem nobre (coragem, inteligência), nem assim rompe o anonimato. D. Fadrique anota que um "soldado nueſtro" escalou a muralha de Salvador sob fogo inimigo, "valeroſamente", mas nem assim o nomeia. OSÓRIO, *Relacion de la carta que embiò*, *Op. cit.*, p. 3. O aragonês e o português "da terra" agiram com o valor de um fidalgo, imitando-o sem sê-lo, pois a virtude seria de raiz hereditária e o verdadeiro nobre não o é em decorrência somente do feito que pratica, senão que o feito ratifica a nobreza anterior de sua linhagem. Homens de origem humilde como Fernandes Vieira e Felipe Camarão alcançarão, por suas obras, honrarias do Estado e inscreverão seus nomes em histórias, todavia suas trajetórias são excepcionalíssimas nas práticas remuneratórias e simbólicas do Antigo Regime. Ver: BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tesis doctoral defendida no Departamento de História Moderna da Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 2008; NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; HESPANHA, António M. *A Nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII*. Penélope: fazer e desfazer a História. Número 12, 1993 e AROUCHA, Marcone Zimmerle L. *Serviço e nobilitação: a dinastia Bragantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680)*. Recife: Dissertação de mestrado defendida no PPG em História da UFPE, agosto de 2015, p. 36.

*2.3.3. Escrever entre reveses e conquistas (1630-1654)*

À expulsão dos neerlandeses de Salvador seguiram-se confrontos no mar, como o desembarque na Baía da Traição (Paraíba), onde se travaram contatos com indígenas depois empregados no ataque a Pernambuco (fevereiro de 1630), a própria captura da frota de prata na baía de Matanzas por Pieter Heyn (setembro de 1628), e outras batalhas marítimas[239]. Equivocam-se, aliás, as periodizações de certa historiografia regionalista que se recusa a enxergar o *continuum* desses eventos no interior de um conflito militar de escala mundial, como propunha Charles Boxer[240]. Não deparamos na documentação uma guerra em Pernabuco, outra na Bahia, outra em Angola, mas uma guerra "belga" que se desdobra em diferentes praças e quadrantes, e o estudo isolado desses conflitos, ainda que eventualmente compreensível por questões metodológicas ou de recorte, muita vez mais enevoa do que clarifica. Os entrechoques em Flandres, Salvador, Caribe, Pernambuco, Angola e no Oriente constituem episódios no interior da mesma guerra, justamente esta cuja converão em fato histórico as relações de sucessos contemporaneamente iniciavam e outras obras mais tarde retomariam.

A situação da coroa não era já a mesma em 1630, quando os portugueses apelaram a Madri por socorros para Olinda. A comemorada captura de Breda, em 1625, não foi acompanhada por ofensivas terrestres nem novas vitórias, diante dos vultosos custos que tal campanha implicaria. O Conselho de Estado castelhano, na contramão, reduzia seus contingentes enquanto a Inglaterra ingressava naquele conflito ao lado dos Países Baixos, pendendo o equilíbrio em favor dos flamengos. Olivares cedo amargará revezes em Wesel e 's-Hertogenbosch, em 1629, os quais representaram "a primeira derrota espanhola em larga escala desde a dispersão da Armada de 1588[241]". No norte da Itália, agravava-se o conflito com os franceses em torno da sucessão de Mântua (1628-1631), com Richelieu dispondo de tropas frescas após a rendição da rebelião huguenote de La Rochelle (outubro de 1628), obrigando

[239] O catálogo de relações de sucessos compilado pela Biblioteca da Universidade de Sevilha é indício do quanto a guerra holandesa continuou assunto de relações pelos anos seguintes, sobretudo após o apresamento da frota de prata comandada por D. Juan de Benavides, quando a WIC incrementa suas hostilidades. Por exemplo: ANÔNIMO. *Vitoria qve tres caravelas portvgvesas tvvieron contra los Olandeses qve eſtavan edificando una fuerça en la Isla de Santiago de Caboverde. Daſe cuenta de como los degollaron a todos, y del artilleria, polvora, municiones que les tomaron, y de como entraron triunfando en Lisboa, arraſtrando las vanderas del enemigo*. Sevilha: por Francisdo de Lyra, 1629. A imprensa neerlandesa, igualmente, noticiou largamente os sucessos dos anos finais da década de 1620.

[240] Com a ofensiva neerlandesa na Guerra dos Oitenta Anos, "a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa". BOXER, *O império marítimo português*, *Op. cit.*, p. 120.

[241] ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, p. 507 [tradução livre].

pesados deslocamentos de homens e recursos para Madri. Somavam-se às dificuldades a forte inflação a depreciar o *vellón*, uma grave seca e tabelamentos nos preços que provocaram desabastecimentos nos estoques de trigo. O biênio 1627-8 terá sido dos "mais críticos dos vinte e dois em que [Olivares] deteve o poder[242]", sem respiros de alívio nos anos seguintes.

Daí a estratégia da "guerra lenta" adotada nos anos da resistência ao assédio neerlandês das capitanias açucareiras ao norte do São Francisco (1630-1638), até o fracassado cerco a Salvador, que delimitaria a extensão do "Brasil Holandês" [243]. A mutação rápida do contexto internacional e os desdobramentos da luta em Pernambuco, conduzida nos termos de uma guerra de posições, de uma estratégia de barragem dos holandeses nas franjas litorâneas, implicaria na ausência dos lances espetaculares tão ao gosto dos panfletistas. Não se vivenciaria por muitos anos triunfo igualável em magnitude e simbolismo ao de 1625 e isto alteraria a abordagem e o propósito político das relações. Continuavam, é certo, atuando como veículos de propaganda, mas, agora sobre terreno mais acidentado como o da década de 1630, valiam-se de táticas novas.

Não se repetir uma recuperação triunfal como a de Salvador reduzia o potencial discursivo da luta no Brasil como fonte de exaltação do regime dos Habsburgo. Por isso, as narrativas agora tendem a enfocar a celebração de vitórias de menor magnitude (aos olhos das autoridades em Lisboa e Madri) e da atuação de personagens locais, além do silêncio diante de eventos inconvenientes e da ainda maior vigilância sobre o que se publicava. A mudança no contexto político e no percurso da guerra reduz a torrente das relações de sucessos publicadas, mas tem ainda outro efeito: substituiu ou ao menos alargou o círculo dos que a historiam. Outras fontes agora querem fazer-se ouvir, assumem posição enunciadora. E alguns desses locutores participam das disputas entre os partidos em que se dividia a política luso-castelhana, nos anos do olivarismo e após a Restauração[244]. O que as vitórias e contratempos em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Bahia significavam para às facções políticas na Península Ibérica é uma

[242] ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, p. 404 [tradução livre]. A terceira parte da obra se ocupa dos anos 1627-1635, época de acentuado declínio do poderio espanhol e de grande impopularidade do valido de Felipe IV, atacado por "libelos e sátiras que não havia leis de censura capazes de controlar". Nem mesmo a contratação de Francisco de Quevedo como panfletista e publicista do regime teria bastado a abafar as críticas, em tal medida abundantes que a notícia da perda da frota de prata em Matanzas teria antes sido celebrada que lamentada em Madri, tamanho o ódio pelo governo. *Idem*, pp. 409-410.

[243] MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, pp. 26 e ss. Mello demonstra como os apuros políticos e fiscais de Olivares refletiram diretamente na condução da guerra em Pernambuco. A luta contra os flamengos no Brasil teria menor peso nas discussões do Conselho de Estado, em Madri, diante das lutas na Itália e em Flandres, considerados teatros mais importantes no conjunto dos conflitos internacionais da Monarquia.

[244] BOUZA ÁLVARES, *Portugal no tempo dos Felipes, Op. cit.* MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

questão emaranhada, pois a própria historiografia se digladia no tocante à dinâmica política Portugal-Espanha no curso da União das Coroas e depois de seu desfazimento.

A coleção de interpretações acerca da experiência política da União Ibérica e da ruptura de 1640 tem sido arena de controvérsias e disputas desde seu próprio século[245]. Mais recentemente, duas linhas se força oferecem distintas leituras do fenômeno. Uma delas, entroncada na tradição historiográfica portuguesa do século XIX, representa a União como um intervalo de sufocação das liberdades lusitanas, contra as quais a nação constantemente se teria insurgido, por meio da ação da fidalguia e da agitação popular, artística e historiográfica. A vassalagem a um monarca "estrangeiro" feriria, nessa ótica, as tradições independentistas portuguesas, suportando-se a contragosto as imposições, desde Madri, de tributos arbitrários, regentes não portugueses e outras constantes violações dos assentos das Cortes de Tomar. Do que derivaria imorredoura animosidade para com os castelhanos, desembocando numa Restauração a contar com o apoio massivo da nação. Como tem sido demonstrado, esta leitura endossa (com ingenuidade, na visão de seus críticos) o discurso joanino pós-restauracionista, para o qual o 1640 representaria o ansiado livramento da "tirania castelhana", opressora e ameaçadora da existência de Portugal enquanto reino soberano[246].

Opõe-se a esta abordagem uma perspectiva oriunda sobretudo da historiografia espanhola, mas que conta partidários entre historiadores portugueses e franceses, para a qual o entendimento anterior é anacrônico e nem o golpe restaurador de 1640, nem as manifestações contrárias ao olivarismo e à legitimidade filipina podem ser generalizadas nos termos de um sentimento difuso entre as elites e a população lusa. Ainda que esta concepção de uma "oposição fundamental entre portugueses e espanhóis" tenha-se feito predominante após o entronamento da Casa de Bragança, sua criação seria fruto de uma "leitura nacionalista dos acontecimentos", nutridada nos enviesamentos dos panfletos bragantinos e do "nacionalismo romântico da historiografia oitocentista[247]".

---

[245] Defende Torgal que os primeiros panfletos da década de 1640, saídos em Portugal, na Espanha e na França, iniciam longa lista de leituras antagônicas da Restauração, continuada ao longo do XVIII e do XIX por uma "bibliografia de cunho historiográfico", na qual, no entanto, as posições são amiúde regidas por forte orientação ideológica e nacionalista. TORGAL, *Ideologia política*, *Op. cit.*, vol. 1, pp. 4-44.

[246] Foi a posição adotada em autores como CIDADE, *A literatura autonomista sob os Felipes*, *Op. cit.*; e SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal, vol. IV (1580-1640)*. Lisboa: Verbo, 1978, entre outros mais recentes, inclusive na historiografia brasileira. Em ambas as obras, recupera-se a argumentação desenvolvida por intelectuais oitocentistas como Camilo Castelo Branco, Sanches de Baena, Alexandre Herculano e Rebello da Silva. A releitura desta historiografia pelos autores do século XX dessatura algumas das tintas decadentistas encontradas nos textos do Oitocentos. Serrão contesta as ideias do domínio filipino como "decadência" e "cativeiro", mas admite que o "sentimento nacional" reclamava o fim do domínio espanhol em meio a um "fervor nacionalista". *Idem*, p. 142.

[247] HESPANHA, Antônio Manuel. "Prefácio". *In*: BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes, Op. cit.*, p. 11. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica*, *Op. cit.*, p. 91. "Nada de mais distante",

Autores como Jean-Frédéric Schaub, Raphael Valladares e Fernando Bouza Álvarez argumentam que, se são reais as manifestações de oposição à aclamação dos Felipes desde 1580, o exame acurado da documentação contraria as leituras que globalizam o sentimento do "cativeiro babilônico". Existia em Lisboa e outras cidades numerosos agentes defensores da regalia dos Áustria, muitos deles, inclusive, militando entre os adversários do conde-duque de Olivares. O cenário político do Portugal filipino desenha-se ramificado, policéfalo, um concerto de muitas vozes, situacionistas umas, outras contestatárias e "tristes", porque viam Lisboa sem corte, "viúva" das majestades de antanho. "A única maneira de entender esses sessenta anos de história", sentencia Bouza Álvares, "é fazendo eco quer do Portugal cheio de arcos de triunfo, de festejos e, ainda, de algumas esperanças (...), quer desse outro 'mofino e cativo Purtugal'"[248].

E é esta polifonia que flagramos nas relações de sucessos produzidas no curso da guerra holandesa. A Recuperação de 1625 foi celebrada como um sucesso da monarquia, em português e castelhano, com publicações nas maiores cidades aquém e além da Raia. Não se observa, nas relações de sucessos do *Annus Mirabilis* nem nos panfletos dos anos finais da União Ibérica, demarcações políticas nacionais entre "textos portugueses" e "textos espanhóis", como já se aventou, e mesmo as relações historiais posteriores se mostram arredias às tipologias de um esquemático antagonismo luso aos castelhanos[249]. Mais proficiente do que ler as relações sob a luz de divisões patrióticas será contextualizá-las consoante a dinâmica das facções em disputa na política portuguesa, nos espaços em que são escritas e impressas. Isso nos permitirá compreender que uma relação portuguesa não será, necessariamente, anti-castelhana, não

comenta Schaub, "do que uma divisão das linhas políticas coincidente com as identidades nacionais". A formação de facções políticas em torno de figuras de poder caracterizaria a política europeia da época e é este fenômeno – não uma revolução de escopo nacional – que dá combustível às revoltas contra o olivarismo. Acontece, na década de 1630, a rápida politização da elite lusa e a aglutinação dos grupos descontentes, em resposta à fiscalidade adotada a partir de Madri. *Idem*, pp. 83-95. A questão fiscal tem sido examinada nos estudos de António Oliveira, como em OLIVEIRA, António. *A contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e Porto*. Coimbra: Revista de História das Ideias, vol. 6, 1984, pp. 259-300.

[248] BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes, Op. cit.*, p. 21.

[249] Discordamos, nesse aspecto, das interpretações desenvolvidas em CAMENIETZKI & PASTORE, *1625, o fogo e a tinta, Op. cit.* e particularmente em MAGALHÃES, *A Jornada dos Vassalos por D. Jerônimo de Ataíde*, *Op. cit.* No artigo com que prefacia a transcrição da relação de Jerônimo de Ataíde, Magalhães procura traçar as linhas do que seriam a "versão portuguesa" e a "versão espanhola" da Jornada dos Vassalos de 1625. O exame detido das relações, no entanto, aponta as dificuldades dessa tipificação. Um exemplo: afirma Magalhães que um "ponto comum entre os autores de origem portuguesa é não atribuir aos cristãos-novos e cripto-judeus a culpa pela tomada de Salvador em maio de 1624", atitude que seria recorrente apenas entre os espanhóis. Contudo a *Relaçam verdadeira de todo o succedido na Restauração da Baía*, *Op. cit.*, publicada em diversas cidades portuguesas em 1625, encerra-se com a afirmação de que vinte negros e judeus haviam sido presos após a recuperação e só não estavam ainda sentenciados por se esperar que delatassem seus comparsas.

sendo, aliás, incomum encontrarmos em panfletos lusos designativos genéricos de "espanhóis" para os domínios brasileiros ou para as forças que recuperaram Salvador[250].

Há indícios de que a vigilância madrilena aos escritos sobre a guerra holandesa teria recrudescido com o tempo. Se na recuperação de Salvador se permitiram publicações em Lisboa, no Porto e alhures em que se enaltecia o "valor português" (o que tampouco é obrigatoriamente sinônimo de posição antifilipina, esclareça-se), depois de 1630 estes escasseiam e se promovem panfletos alusivos ao "triunfo católico" sobre rebeldes e hereges. A política olivarista nos anos 1630 – período de declínio da reputação do ministro e do poderio espanhól – insistia no projeto da União de Armas contra as facções que lhe resistiam em Portugal, em Aragão e na Catalunha[251]. Através das oportunidades oferecidas pelas relações de sucessos, "seu discurso atenua os elementos nacionais em prol da causa da monarquia. Não eram lusitanos, espanhóis e napolitanos que lutavam contra neerlandeses, mas, sim, as 'forças católicas'"[252].

A produção de panfletos com linhas discursivas não-oficiais, se diminui com a repressão, decerto não cessa Em todo caso, a negativa de licenças para publicação por parte das autoridades civis parece enrijecer como resposta ao incremento dos focos contestatários em Portugal já no segundo vice-reinado do conde de Basto (1633-1634) e especialmente sob o vice-reinado de Margarida de Saboia, duquesa e Mântua (1634-1640), quando Madri vê obstada sua tentativa de introduzir novos impostos para a recuperação de Pernambuco, enfrentando protestos contra o recrutamento militar e revoltas contra sua política fiscal. Com os partidos antipáticos a Castela ganhando força em Portugal e num contexto de recuos e derrotas militares, a época inspiraria maiores cuidados e vigilâncias nas secretarias e mesas censórias madrilenas.

A guerra no Brasil, se continua mortífera nos campos de batalhas, tocaias e trincheiras, arrefece enquanto assunto de novos impressos. A queda de Olinda, a vitória sobre o almirante Pater nos Abrolhos e outros episódios darão ainda matéria a impressos, mas anos transcorrem

[250] D. Manuel de Meneses, por exemplo, escreve que foram as "armadas de Espanha" que castigaram os holandeses no Brasil e, antes, comenta que, mediante o atrevimento neerlandês na Bahia, "Espanha era ameaçada nas Coroas de Portugal e de Castela". MENEZES, *Recuperação*, pp. 357, 365.

[251] ELLIOTT, *El conde duque de Olivares*, *Op. cit.*, partes terceira e quarta.

[252] MAGALHÃES, Pablo A. I. *A "Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos", do Bispo D. Juan de Palafox y Mendonza*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, pp. 43-65. Para uma discussão sobre o papel do manuscrito na cultura escrita do Antigo Regime, são referenciais os trabalhos de BOUZA ÁLVARES, *Del escribano a la biblioteca*, *Op. cit.*, e BOUZA ÁLVARES, *Corre manuscrito*, *Op. cit.* Neles e em CURTO, *o discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, p. 82 questiona-se se "a vigilância exercida sobre o impresso leva a um refúgio no manuscrito", concluindo-se pela existência de funções distintas para uns e outros suportes. Não parece, todavia, que a existência de objetivos e espaços de circulação próprios dos manuscritos exclua a condição de "abrigo" que haveriam de desempenhar diante do aperto da censura para com os impressos. Dificuldades na obtenção de licenças forçavam os textos a permanecerem no formato manuscrito original, assim transitando e sendo copiados.

em que apenas manuscritos se produzem, transitando em círculos mais estreitos e hoje difíceis de recuperar. Para o malfadado cerco nassoviano de Salvador, em 1638, conhecem-se algumas publicações castelhanas anunciando a vitória "dos católicos", mas nenhum texto luso conhecido foi publicado no período, uns poucos permanecendo manuscritos até os séculos XIX e XX[253].

Não obstante este recuar dos impressos, como se sabe, os desejos de Madri em matérias como o fisco e a censura nem sempre se obedeciam em Lisboa, com instituições portuguesas resistindo aos decretos do Conselho de Estado mediante manobras de postergação e protestos de violação dos foros acordados em Tomar[254]. Em linhas gerais, seja como for, as primeiras narrativas da guerra holandesa depois de 1630 derivam de impressos simpáticos ao unionismo filipino. Os manuscritos em maior ou menor grau heterodoxos eram lidos em esferas mais restritas, porém igualmente cumpriam as tarefas pré-historiográficas antes referidas, de vez que muitos deles informariam depois a composição de histórias do conflito[255].

Após a Restauração, a assinatura de trégua lusoneerlandesa, em 1641, obrigaria a coroa a desvencilhar-se publicamente da luta que os vassalos prosseguiriam movendo aos batavos em Pernambuco e em Angola. O discurso "para consumo diplomático" era de que os incêndios de canaviais e a "alteração" comandada por João Fernandes Vieira correspondiam a atos de insubordinação, contrários aos decretos exarados pelo rei[256]. Assim, embora por motivos diferentes, as notícias da guerra no Brasil e em Angola, depois de 1641, continuam a circular

[253] Os catálogos e compilações disponíveis sugerem a queda nas publicações ibéricas pós-1628, muitos textos preservando-se em manuscritos. A *Relação por meio breve, e verdadeira*, carta escrita em 1638 pelo senhor de engenho Henrique Moniz Telles, "*em q. se relatão por extenso, o sucesso do cerco q. os Olandeses pozerão a dita cidade, e sua vergonhosa Retirada*", bem como a *Relação diária*, escrita pelo provedor-mor Pedro Cadena de Vilhasanti, apenas seriam publicadas na década de 1940. RODRIGUES, *historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 209-221. VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Ed. Serafim Leite. Lisboa: Tip. Anuário Comercial, 1941.

[254] CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-82. O Desembargo do Paço chegou a ser intimado a se explicar pelas licenças que concedeu à publicação de um *Discurso*, impresso em Lisboa, em 1632, no qual João Pinto Ribeiro – mais tarde conjurado do 1º de Dezembro de 1640, com importantes escritos legitimadoras da Restauração – enfileira críticas à condução da política espanhola, responsabilizando-a pelos avanços holandeses, "que parece ser ella [Espanha] que da mais força aos contrarios, que suas proprias ações". RIBEIRO, João Pinto. *Discvrso sobre os fidalgos, e soldados portugueſes não militarem em conquiſtas alheas deſta Coroa*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, com todas as licenças necessárias, 1632, pp. 3-3L.

[255] Autores posteriores de "tratados", "memórias" e relacões historiais se basearão largamente nesses manuscritos para a narrativa da guerra nos anos 1630. Duarte de Albuquerque Coelho, por exemplo, comporia suas *Memorias diarias de la guerra del Brasil* não só a partir de seu testemunho pessoal, mas igualmente das relações escritas por outros capitães engajados na campanha, hoje em grande parte perdidas, e dos "opúsculos" da lavra de seu irmão, Matias de Albuquerque. MELLO, J. A. Gonsalves de. "Prefácio". *In*: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 11. Frei Manuel Calado agiria de modo análogo, não apenas se amparando em manuscritos do período, mas ainda transladando *ad verbum* relações em seu "tratado". É o caso da *Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tyrannias, & crueldades, que os pérfidos olandeſes uſarão com os moradores do Rio grande*, do capitão Lopo Curado, datada de 23 de outubro de 1645, descrevendo para Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros os horrores perpetrados pelos batavos no Rio Grande, contra a população local. CALADO, *O valeroso Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 278-280.

[256] MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit*.

escassamente em Portugal, apenas nos limites alcançáveis pelos manuscritos. A Insurreição de 1645, as vitórias dos Guararapes (1648-1649) e a restauração angolana de 1648 inspirariam de imediato poucas relações de sucessos impressas, embora tenham sobrevivido cartas de combatentes como Vidal de Negreiros, descrevendo a batalha[257]. Só por volta de 1650, quando o envolvimento de Lisboa com a insurreição já não podia mais ser encoberto, as relações voltam a circular com menor timidez em Portugal, com a expulsão final de 1654 sendo comemorada em diferentes impressos.

Ora, de vez que ingressamos num contexto diferente, em que a política propunha novos desafios à imprensa, as relações de sucessos se transformam, se adaptam. Longe do papel festivo e propagandístico que exerceram diante do retorno da esquadra de D. Fadrique, assumem agora, num cenário de revezes e questionamentos, objetivos de justificação, explicações do porquê da derrota e do quanto se lutou para impedi-la; ou celebram os ocasionais triunfos que se conquistam, em meio ao cenário geral de adversidades. A mudança na *langue*, diria Pocock, forceja adaptações nas *paroles*.

Brotam agora muita vez textos defensivos, respondendo às críticas que haveriam de circular após a perda de Olinda, de Angola, das ricas regiões das Alagoas, de Sergipe del Rei. Quando celebram, são efêmeras vitórias: um sucesso no mar contra o assédio neerlandês, o bloqueio dos inimigos que cobiçavam o interior açucareiro ou que, já controlando o Recife, sitiavam a Paraíba. Na Península Ibérica, enquanto eruditos recuperavam e integravam as relações da conquista de 1625 às narrativas históricas do reino de Portugal e de Castela[258], a guerra prosseguia indefinida nas capitanias do norte do Brasil, ouvida em parcas notícias, sem alarde. À espera dos ventos mudarem.

Da mesma maneira que, em 1624, os ibéricos silenciam sua derrota na Bahia e os neerlandeses a atroam por meio de suas casas impressoras, tanto o sequestro da frota de prata quanto sua vitoriosa expedição a Pernambuco e as conquistas no território foram tema de inúmeros folhetos em holandês, inglês, alemão e latim, publicados em Amsterdam, Dordrecht, Delft e outras cidades, já a partir de 1627. O propósito político das relações se evidencia nesta alternância de vozes e silêncios, momentos de prolífera produção documental sucedidos por anos de pausa. Entre os ibéricos, por óbvio, as más novas da perda de praças no Atlântico Sul

[257] NEGREIROS, André Vidal (aut.) & RAU, Virgínia (Ed.). *A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros*. Coimbra: Sep. da Rev. Brasília, vol IX., 1955.
[258] SOUSA, *Epitome de las historias Portuguesas, Op. cit*., conclui sua história nos primeiros anos do reinado de Felipe IV, entre cujas glórias inscreve a recuperação de Salvador (pp. 596 e ss.). CESPEDES Y MENESES seguirá trilha análoga, compondo a *Historia de don Felipe IIII*, em cujo livro VI dedica larga sessão à jornada de D. Fadrique. CESPEDES Y MENESES, *Primera parte de la Historia de D. Felippe el IIII*, *Op. cit.*, pp. 503-525.

e da sua progressiva expulsão das zonas de produção de açúcar e comércio de escravos estimulariam poucos panfletos.

Para o caso da guerra lusoneerlandesa em Angola (1641-1648), por exemplo, embora se imprimissem relatos em cidades neerlandesas, inglesas e alemãs, rarefazem-se os textos ibéricos. Os diferentes teatros da guerra eram então concebidos, pelas autoridades metropolitanas, segundo uma hierarquia em cujo arranjo as arenas europeias teriam primazia em comparação com as ultramarinas e, entre estas, o Brasil se enfileira acima dos domínios africanos. Tanto a produção de narrativas sobre o conflito quanto a política remuneratória da coroa para os serviços de guerra apontam nessa direção[259]. Dentro dessa lógica, a perda de Luanda e de outras fortalezas africanas seria tematizada tardia e parcialmente por missionários e só em 1651 disporiam os portugueses na Europa e no Brasil de descrição mais completa dos eventos africanos, quando se publicou o *Manifesto das ostilidades*, relação historial concluída em 1649[260].

No outro lado do Atlântico, a guerra em Pernambuco tampouco se fazia fonte de caudalosas informações. A queda de Olinda é descrita em uma rara *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda*, publicada com licenças, em Lisboa, em 1630. A estratégia argumentativa da relação inaugura um modelo assaz recuperado por textos posteriores: a justificativa das adversidades e o emprego de uma retórica do zelo, do sacrifício suportado por vassalos que, quando não obtêm a vitória, mitigam a perda. A *Relaçam verdadeira* proviria de carta escrita por um "Religioſo de muyta authoridade, & que foy teſtemunha de viſta de quaſi todo o ſocedido", desenvolvendo enredo no qual a terra não teria sido perdida por inépcia do comando militar, mas pela combinação da superioridade numérica e tecnológica dos neerlandeses, da pouca capacidade defensiva de Olinda e do despreparo da soldadesca da terra[261].

---

[259] O levantamento quantitativo dos hábitos das Ordens Militares e de foros de fidalguia a combatentes da guerra holandesa ilustra essa hierarquização, com os serviços na guerra espanhola do Alentejo angariando mais numerosas mercês, decrescendo a cifra para os que lutavam na Índia e no Brasil e, mais ainda, na África. AROUCHA, *Serviço e nobilitação*, *Op. cit.*, p. 120 e passim.

[260] CRUS, *Manifesto das ostilidades*, *Op. cit*. Barbosa Machado preserva ainda, em seu volume de *Noticias historicas, e Militares da Africa*, uma relação atribuída ao cronista-mor de Felipe IV, D. Joseph Pellicer de Tovar, narrando os acidentes de uma missão de capuchinhos destinada do Congo, em cuja rota presenciaram episódios da guerra em Angola. TOVAR, Joseph Pellicer de. *Mission evangelica al reyno del Congo que el año M. DC. XLV hizo la Religiõ serafica de los capuchinos, con Auctoridad del Santissimo Vrbano Octavo Pontifice Maximo*. Madri: por Domingo Garcia i Morràs, com licenças, 1649. Rodrigues alude a um manuscrito conservado na Biblioteca da Ajuda, datado de 1643, no qual dois padres jesuítas narram ao rei a perda de Angola, o qual Eduardo Brasão publicaria em 1940. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 209-255.

[261] ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lvgar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que eſcreueo hum Religioſo de muyta authoridade, & que foy teſtemunha de viſta de quaſi todo o ſocedido: & aſsi o affirma, & jura; & do mais que depois diſſo ſocedeo tè os dezoito de Abril deſte prezente, & fatal anno de 1630*. Lisboa: por Mathias Rodrigues, com todas as licenças

A *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda* ecoa os interesses de um partido enraizado em Pernambuco e inaugura – nesse momento, por óbvio, mediante uma linguagem velada e cuidadosa – uma tópica a ser amplamente explorada: a Espanha, Felipe e Olivares haviam perdido a capitania por não aparelhá-la e por não socorrer os homens na resistência. Arquiteta-se a defesa face à culpabilização pela perda do território de que os Albuquerque seriam alvo por vários anos, em Lisboa e Madri, e que levaria à prisão do general Matias de Albuquerque, após sua substituição por Luís de Rojas y Borja, em 1636. Urgia, portanto, para a família donatarial reconstruir a narrativa da invasão holandesa, o que se começa a fazer tão cedo quanto a chegada flamenga. Matias é descrito no panfleto como comandante diligente, ubíquio, que "fez nam sò officio de General, mas de hũ ſoldado particular, & ainda de artelheiro, enchendo com ſuas proprias maõs os cartuxos de poluora". O autor não deixa dúvida de que respondia a críticas nas altas esferas de Lisboa e Madri, onde se punha "tamanha culpa aos moradores de Pernambuco", e nos fornece claro exemplo de emprego das relações como escudo e contra-ataque que mais tarde proliferaria em outros escritos patrocinados ou da lavra da família donatarial de Pernambuco:

> Mas a vigilancia do Capitam gèral Mathias de Albuquerque a tudo tem atalhado, & experimenta ja outro animo muy differente nos homens da terra. (...) & assi nam ha que por tamanha culpa aos moradores de Pernambuco: & a que ouue elles estam apostados a purgala com o fauor do Ceo, & ja começam a fazer com varios aſſaltos, que dam aos inimigos[262].

A escrita da história da guerra, aqui, passa claramente a atender a outros propósitos e a formular novas táticas do que dizer. Tal como esta, outras relações saíram impressas depois de 1630, a intervalos, esforçando-se por apresentar ao público os últimos acontecimentos e enaltecendo os serviços dos que nela sangravam. No novo contexto, como dito, não assistimos mais a uma armada despachada pelo monarca a resgatar o território perdido: são seus servidores nas colônias que porfiam contra o avanço inimigo e, se não os expulsam, ao menos frustram seus cercos, refreiam seus avanços, prejudicam suas armadas. E divulgam-no. Nas vozes desses novos autores, mais do que a ação de uma força adventícia como a de 1625, de ordinário dá-se visibilidade a personagens com fortes vínculos locais. E estes mais tarde esperariam recompensas econômicas e simbólicas pelos serviços prestados ao rei, pleito que muito se

necessárias, 1630. Como parte de sua estratégia de justificação da perda do território, o autor destaca a superioridade tecnológica dos flamengos, aludindo a seus "muytos petrechos, & invençoes de guerra", velas mais velozes, armas mais leves ou capazes de disparar projéteis com menor gasto de pólvora e engenhos para deslocar os canhões "& plantar a onde quiserem".

[262] ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, Op. cit.*, fl. 5 [não paginada].

poderia beneficiar da "fama" atribuída ao seu nome em publicações de feitos bélicos. O arranjo retórico dessas relações de sucessos, não por acaso, em grande medida se assemelha àquele encontrável nas solicitações de tenças, hábitos, foros e comendas[263].

Flagramos estes característicos num panfleto de 1632, a *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria* obtida na Paraíba. Os neerlandeses, já senhores de Olinda e Recife, despacham expedição a capturar a capitania ao norte, sendo frustrados pela operação defensiva comandada pelo capitão-mor Antônio de Albuquerque, cujo heroísmo é registrado na relação publicada no mesmo ano, da lavra do beneditino Paulo do Rosário. Albuquerque, comparado a generais na Antiguidade como Judas Macabeu e Apolônio de Samaria, "aſsi Sãtos, como Gẽtios", é descrito, às vésperas da refrega, gastando de sua fazenda a reforçar o forte de Cabedelo e importunando sua majestade para que o ajudasse nos reparos, precaução que garantiria a conservação da praça. Levantando os holandeses o cerco às fortalezas da capitania,

> Não faltou neſte encontro a ſuas obrigaçoens o Capitão mòr Antonio de Albuquerque, porq cuidou tam alentado animando aos ſeus, q mostrou deſeſtimar a vida, por naõ pòr nodoa da honra, imitando a Iudas Machabeo, que fez mòr eſtima da fama q da vida, ganhando a praya do inimigo a custa do ſangue, & vidas de hũa & outra parte[264].

Sacrifício, aliás, que não se restringe à ação do protagonista da narrativa. Convinha ao chefe político e militar a promoção não só de si, mas de figuras importantes de sua facção que mais tarde, sob seu patrocínio, se candidatariam também à obtenção de mercês, conforme a lógica clientelística desvendada pela historiografia do Antigo Regime[265]. Na *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da vila de* Olinda, os capitães sob Matias de Albuquerque são

---

[263] O papel das publicações de feitos de guerra na viabilização de pedidos de recompensa é examinado em LEITE, Jorge Miranda. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Niterói: dissertação de mestrado apresentada ao PPG em História da UFF, 2009. Trabalhos clássicos e recentes têm apontado a concessão de mercês e a nobilitação de personagens destacados na guerra holandesa no Atlântico sul, em especial diante da crescente importância geopolítica e comercial da região no século XVII. ALBUQUERQUE, Cleonice Xavier de. *A remuneração dos serviços da guerra holandesa*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968. OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao PPG em História da UFF, 2010. AROUCHA, *Serviço e nobilitação*, *Op. cit.*

[264] ROSÁRIO. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, *Op. cit*., p. 4. O elogio a Albuquerque não se limita aos feitos presentes: "não ſaõ eſtes os primeiros ſeruiços que o Capitaõ mòr deſta [praça] ha feito a ſua Magestade no tempo que ha, que os Rebeldes de Olanda nos infeſtaõ eſtes mares", tendo colaborado dantes na defesa de Itamaracá e Pernambuco, "com muita cantidade de gente branca auentureira, & indios", com o irmão Matias de Albuquerque Maranhão. *Idem*, p. 10.

[265] XAVIER, Angela B. & HESPANHA, Antônio M. "As redes clientelares". *In*: MATTOSO, José (coord.) & HESPANHA, Antônio M. (org.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

representados como mártires que, não dispondo dos meios para rechaçar os invasores, lhes fazem enorme dano: como André Temudo morrendo furiosamente na defesa de uma Olinda condenada, ou o jesuíta Manoel de Moraes, capitão dos "indios da terra", apavorando os flamengos com suas investidas[266]. Na Paraíba, ao lado de Antônio de Albuquerque, heróis-coadjuvantes também cintilam em sua bravura e têm impressa a reputação de suas ações. O capitão Cosmo da Rocha "desde a tomada de Olinda naõ deixou de perſeguir aos Rebeldes de Olanda com grande valor, & esforço", saindo do cerco paraibano com uma honrosa ferida. Coragem demonstrada também por seu irmão, André da Rocha, que o substitiu, ambos "de tam grande esforço, que se naõ determina Marte entre os dous, a qual deles darà a palma[267]".

Confrontos dos anos finais da União Ibérica, como a resistência ao assédio nassoviano à Bahia (1638) se tornam também assuntos de relações castelhanas, nas quais, num arranjo novo, as diretrizes da propaganda olivarista se combinam com o panegírico dos líderes locais e dos capitães engajados na luta[268]. Retórica semelhante seguiriam as relações dos últimos anos da guerra, com personagens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros retratados, nas batalhas dos Guararapes ou no cerco final do Recife, como valentes e leais mestres de campo sob as ordens do general Francisco Barreto de Menezes, mestre de campo enviado por D. João IV para liderar a insurreição em 1647. Nos anos 1630 e 1640, portanto, mesmo nas relações em que se veiculam discursos dos partidos peninsulares (geralmente os de simpatia olivarista, como no caso da *Relacion de la Vitoria qve alcanzaron las Armas Catolicas*), outras vozes também se ouvem nas narrativas, participando da historicização da guerra.

Se apenas as versões contadas no conjunto das relações de sucessos da guerra holandesa foram legadas para a posteridade, sua história diferiria grandemente daquela que as historiografias do século XVIII ao XX debateram e propagaram. O panteão de seus mártires, a lista de seus antagonistas e a sucessão de seus momentos marcantes sofreria notável rearranjo.

---

[266] ANÔNIMO, *Relaçam breve, e verdadeira da tomada da vila de Olinda*, *Op. cit.* fl. 5 (não numerada). O padre Manuel de Moraes, sabe-se, mais tarde abnegaria a roupeta e fugiria para o lado batavo, pelo que mais tarde, arrependido, seria processado pela Inquisição. VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[267] ROSÁRIO, *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, *Op. cit*., *Op. cit.*, fl. 4v.

[268] ANÔNIMO. *Relacion de la Vitoria qve alcanzaron las Armas Catolicas en la Baîa de Todos Santos, contra Olandeſes, que fueron a ſitiar aquella Plaça, en 14. de Iunio* [sic por 16 de março] *de 1638. Siendo Gouernador del Estado del Braſil Pedro da Silva*. Madri: por Francisco Martinez, con licenças, 1638. Pablo Magalhães demonstrou recentemente que o oculto autor era o bispo D. Juan de Palafox y Mendonza (pois republicaria o escrito no ano seguinte, numa coletânia de suas obras), considerando o texto um notável exemplo da propaganda de Olivares em sua política de União de Armas, dado o discurso de que a coligação das "forças católicas" sustou o avanço nassoviano sobre Salvador. MAGALHÃES, *A relacion de la Vitoria (...) do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza*, *Op. cit.* No entanto, realça igualmente do panfleto o elogio dos líderes da defesa, D. Pedro da Silva e o conde de Bagnuolo, bem como a representação heróica e destemida de seus capitães, tal como nas demais relações do período.

Exemplo ilustrativo: em 1631, a esquadra comandada por D. Antônio de Oquendo atravessa o oceano para trazer reforços e custodiar, no retorno, o transporte dos açúcares e outras mercadorias. No arquipélago dos Abrolhos, é assediado por 16 navios flamengos comandados pelo almirante Adrian Pater.

O entrechoque que se seguiu é descrito dramaticamente em uma *Relacion de la iornada* publicada em Sevilha no mesmo ano, festejando a vitória de Oquendo, a captura dos estandartes, a destruição da nau capitânea inimiga e a morte do almirante neerlandês. Relações historiais dos anos 1640 e 1650 porão nos lábios de Pater, na hora da morte, a frase: "que grande soldado é D. Antônio de Oquendo!", mas a *Relacion de la iornada* registra tão-somente que o neerlandês "ſe echò a la mar, donde murio ahogado y deſeſperado, como ſu gente lo dize, huyendo del fuego"[269]. Este louvor do valor dos inimigos é recurso recorrentemente mobilizado, especialmente nas relações historiais e Histórias, para o fim de enaltecer personagens ou a própria nação.

Um João Fernandes Vieira, de quem se conservou a imagem de chefe do movimento que restaurou Pernambuco, ou um André Vidal de Negreiros, diúnviro da insurreição ao lado de Vieira, por outro lado, veriam em muito subtraído o seu prestígio no caso de uma memória calcada apenas nas relações de sucessos. Nas primevas narrativas das batalhas dos Guararapes e da rendição final do Recife, o retrato que se lhes faz é o de obedientes subordinados do verdadeiro responsável pela vitória, o mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes. Ao contrário do que assentarão as obras encomiásticas a Fernandes Vieira, dos anos 1640, 1650 e 1670, nas relações dos anos finais da guerra, publicadas em Portugal e alhures, Barreto de Menezes comanda *de iure* e *de facto* os exércitos, decidindo inteligentemente as estratégias de cerco e de combate. Na segunda batalha dos Guararapes, diante de avanço flamengo a romper as linhas portuguesas, é ele quem lidera a contra-ofensiva. Entendo Menezes

> Que algunos de los batallones, que eſtavan a lo largo, pretendian cortarle, dio orden a Andres Vidal para que se avançaſſe con ſu gente, y peleando con ellos, fue rechaçado con muerte del Sargento mayor Paulo de Acuña Sotomayor, y

[269] ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de ſu Magestad à hecho al ſocorro del Braſil, y batalla que entre ella, y la de los Eſtados de Olãda ſe dieron en doze de Septiembre deſte año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos. Es traslado de la que ſe embiò a ſu Mageſtad.* Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença do Alcaide-mor D. Alonso Bolañoz, 1631. O reconhecimento do valor português ou castelhano pela boca dos inimigos é estratégia discursiva empregada largamente nas narrativas do período. Em relação que descreve o sítio final do Recife, em 1654, afirma-se que a bravura dos portugueses de Pernambuco "admirou aos Olãdeſes", os quais, depois da rendição, confessaram que, tendo lutado em muitas guerras, "em nenhũa viraõ tal reſoluçam, & valor de ſoldados, como eſtes de Pernambuco". ANÔNIMO. *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanías de Itamaracà, Paraiba, Rio Grande, Ciarà & Ilha de Fernaõ de Noronha, por Francisco Barreto Meſtre de campo general do Eſtado do Braſil, & Gouernador de Pernambuco*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654, fl. 5 (não paginada).

> del cavallo del mismo Vidal; que ſubido en otro, y socorrido del Maeſſe de Campo Franciſco de Figueiroa, bolviò de nuevo a la pelea[270].

A manobra, explicam as relações, assegura a conservação das linhas, o recuo dos inimigos e a vitória. Respeita-se idêntica hierarquia nas relações da capitulação de 1654, com Fernandes Vieira obedecendo estritamente as ordens de Barreto de Menezes para o cerco do Forte do Altanar[271]. Episódios importantes na construção posterior da história da guerra, como a insurreição de junho de 1645, a vitória do Monte das Tabocas e de Casa Forte, em agosto do mesmo ano – do período em que D. João IV se esforçava ainda por negar publicamente seu envolvimento na rebelião, em meio às negociações diplomáticas em Haia – não mereceram a atenção de relações de sucessos. Esta escassez na pré-historiografia da guerra terá, aliás, estimulado a redação posterior de novas narrativas, nas quais feitos julgados importantes, mas esquecidos serão visibilizados. Alguns dos manuscritos que descreviam essas passagens então menos conhecidas da guerra, não alcançando as casas impressoras, seriam integrados às narrativas de autores como Albuquerque Coelho e Calado, anunciando façanhas que as primeiras relações relegavam à sombra, reforçando-lhes a candidatura à condição de fatos históricos e, quando convinha, promovendo personagens novos no brilho desses holofotes.

A primeira escrita da história da guerra holandesa no Atlântico Sul, em síntese, se mostra acidentada, desigual, aqui caudalosa, ali retraída e, no seu conjunto, traça as linhas de base da historicização do evento bélico. Seu trabalho pré-historiográfico se alonga, não obstante irregularmente, pelos 29 anos que separam o cerco de Salvador (1625) do cerco do Recife (1654); atravessam o zênite e o ocaso do olivarismo e a ruptura dinástica de 1640, competem pelas atenções do público com as guerras lusocastelhana, franco-castelhana, em Flandres, na Itália e em tantos outros teatros. Personagens e heróis, aliás, eventualmente transitam entre conflitos e histórias: o restaurador de Salvador, D. Fadrique de Toledo, generais seus como

---

[270] ANÔNIMO. *Relacion de la Victoria qve los portugveses de Pernambuco Alcançaron de los de la Compañia del Braſil en los Garerapes a 19. de Febrero de 1649*. Viena: 1649 (sem indicação de impressor). A relação informa de ter sido "traducida del aleman" e, em seu corpo, contesta diretamente eventos e cifras constantes em relações neerlandesas que relatam também os confrontos nos Guararapes. A expressão "panegíricos vieirianos" foi empregada por Gonsalves de Mello para aludir aos escritos de Manuel Calado, Diogo Lopes de Santiago e Raphael de Jesus, que teriam sido encomendados por Fernandes Vieira. MELLO, *João Fernandes Vieira*, *Op. cit.*

[271] ANÔNIMO, *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife*, *Op. cit.* p. 12. Com estratégia discursiva análoga seria publicada, em espanhol, certamente para maior difusão nos centros europeus, uma ANÔNIMA. *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, ſitio de ſu Recife, entrega ſuya, i de las capitanias de Itamaraca, Paraiba, Rio Grande, Ciara e Iſla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portugueſas regidas por Franciſco Barreto Maeſtre de Campo general del Eſtado del Braſil, i Governador de Pernambuco.* Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, com licenças, 1654. Francisco de Brito Freyre, que participou do sítio, produziria uma narrativa, possivelmente pouco depois da vitória, enviado ao rei. A relação, todavia permaneceu em manuscrito. FREYRE, Francisco de Brito. *Restauração de Pernambuco*. BNP, Manuscritos Reservados, cota AT/L35.

Francisco de Vallencilla, Juan Fajardo ou o conde de Bagnuolo reaparecerão adiante em papéis de batalhas contra ingleses e flamengos nas costas espanholas e na América. O tão criticado e defendido Matias de Albuquerque saltaria das páginas das relações da guerra ultramarina para reaparecer triunfantemente nos panfletos do conflito alentejano, derrotando surpreendentemente os castelhanos em Montijo e angariando o título de marquês, embora os castelhanos "vencidos" divulgassem versão oposta do sucedido[272].

Alcançamos, portanto, o ano de 1654 com a história da guerra holandesa submetida a um primeiro tratamento narrativo, posto que descontínuo e fragmentário. Depois desta data, com o cessar-fogo, a produção de relações de sucessos se encerra. Até lá, porém, nos anos em que os panfletos empreendiam sua "operação pré-historiográfica" (parafraseando o conceito de M. de Certeau), já diferentes autores aplicavam-se à produção de outro registro narrativo: se podemos assim denominá-la, uma segunda camada da sedimentação da escrita desta história.

Realização mais ambiciosa, na qual as relações esparsas são substituídas por um trabalho aglutinador e, em lugar do relato de sucessos irruptivos e pontuais, arrisca-se um primeiro exercício de síntese, apreciam-se os eventos e a própria guerra em perspectiva, no interior de movimentos históricos de maior envergadura. Havia fatos a interligar e sequenciar, lacunas a preencher, heróis ignotos a abrilhantar. A história da guerra holandesa, picotada na multidão de tantos papéis volantes, esperava agora ser vertebrada: reescrita, estruturada, atribuindo-se-lhe sentido na trajetória histórica dos reinos português e castelhano. Vencido o momento caloroso e ritualístico da vitória, em que as relações de sucessos colaboram, soa a hora desta tarefa mais minuciosa de "juntar os cacos", de converter o noticiário de tantas lutas dispersas na narrativa unificada de uma guerra.

[272] CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto; SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. *O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 13, n. 24, jan-jun 2012, pp. 10-28.

# Capítulo 3

# A guera holandesa nas relações historiais (1625-1660)

## 3.1. Apuros e salvações da dinastia sitiada

### *3.1.1. Bragança versus Áustria (1640-1662)*

É na mais ameaçadora das conjunturas que é aclamado rei português o oitavo duque de Bragança (1604-1656), com o nome de d. João IV[273], duas semanas após o golpe de 1º de dezembro de 1640, que depôs a vice-rainha Margarida de Saboia, duquesa de Mântua e Monferrato, e defenestrou o secretário de Estado e preposto de Olivares, Miguel de Vasconcelos. Ao menos desde o término da Reconquista cristã e expulsão dos mouros da região de Faro, no extremo sul peninsular, pelas forças de D. Afonso III, nos idos de 1249, contam-se cem poucos dedos os momentos da história do reino nos quais sua integridade territorial e existência independente estiveram tão contingentemente em risco. Não somente se descobriria o país algemado a um estado de beligerância com duas das maiores potências da época – Espanha e Holanda – como cedo o monarca amargaria ácidas oposições internas e a animosidade romana para com sua ascensão, adversidade sem dúvida preocupante, não obstante o papado, no século XVII, já não arbitrar a política continental e ibérica, tal como fizera no XIII[274].

---

[273] O duque era neto de d. Catarina de Bragança (1540-1614), por sua vez neta do rei d. Manuel I, através de seu filho d. Duarte. Na crise sucessória de 1578-1580, d. Catarina antepusera a mais grave ameaça à ambição dos Habsburgo, declinando, porém, sua pretensão posteriormente, face à ausência de meios com que resistir ao poderio militar filipino. Durará entre seus aliados (apelidados em Madri *Los Berganza*) a mágoa pelo sentimento de usurpação, a reavivar-se no ocaso da experiência unionista. COSTA & CUNHA, *D. João IV, Op. cit.* BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes, Op. cit.*

274 Tanto o rei d. Sancho II (1209-1248) quanto seu irmão e sucessor, d. Afonso III (1210-1279), continuadores de uma política de centralização administrativa iniciada por seu pai, d. Afonso II, sofreram agressiva interferência do papado. O primeiro, tal qual o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico II (deposto por mandado papal em 1245), foi excomungado e declarado *rex inutilis* pelo pontífice Inocêncio IV, através da bula *Grandi non imerito*, em 1248, clamando o decreto aos nobres portugueses e ao infante d. Afonso que o destronassem. Quarto de século mais tarde, porém, avançando a coroa nas iniciativas centralizadoras, os papas Clemente IV, Gregório X e Inocêncio V, insatisfeitos com as ações da monarquia contra o clero e a nobreza, terão dificuldades em fazer vigorar seus decretos no país. Por meio da bula *De regno Portugaliae* (1274), Gregório X lança um cronograma de sanções contra o rei, caso não se emendasse, excomungando-o e interditando o reino, desobrigando seus súditos da obediência. O que parece não teve efeito, terminando d. Afonso III seu reinado pela morte natural e legando a coroa a seu filho, d. Dinis. SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal, vol. 1*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2006 [1963], pp. 40-41. MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de. *História de Portugal, vol. II: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 129-146.

Se a França e a Suécia, inimigas da Espanha, saúdam desde cedo a ascensão bragantina, nem por isso deixarão de emitir ambíguos sinais em direção ao Tejo, acenando-lhe com uma amizade furta-cor, ora afável, ora arisca, manipulando os fios da fragilidade lusa na urdidura de seu tear europeu. Os dinamarqueses fecharão suas portas nos narizes dos emissários de d. João IV em 1641, rechaçando a autoridade do governo lisboeta, tal qual o papa Urbano VIII, ambos pressionados por Madri. A Inglaterra, conquanto ensurdecesse aos protestos de Felipe IV e acolhesse os embaixadores Antão de Almada e Francisco Leitão, depressa barganhará cobiçosas demandas contra o exclusivo ultramarino luso. Manter-se-á, ademais, oblíqua diante do velho aliado, chegando a agredi-lo – nos bloqueios da barra do Tejo executados pelas armadas de Blake e Penn, entre 1649 e 1651 – até que a Restauração Stuart e as bodas de Carlos II com a infanta d. Catarina, em 1661, com vultoso dote, afinal a apaziguasse[275].

A dissidência do 1º de Dezembro, sabemo-lo, se fecunda anos antes, entre murmurações palacianas e reações difusas à governança filipina. Embora motins irrompam intermitentemente pelos sessenta anos da União Ibérica, certo recrudescimento dataria já dos anos 1620, motivado pelas carestias da guerra, pela fome numa época de desastres climáticos, pelo peso da carga tributária e de intervenientes políticos. A situação se agravaria nos anos trinta, com o despertar e robustecer de facções descontentes com o olivarismo, sentimento que amadureceria, em alguns casos, para o repúdio aos Habsburgo e a disposição de engajar-se na empresa da secessão[276].

No quesito fiscal, a legislação cominada em Madri, para além da manutenção dos impostos tradicionais a onerar o consumo (o "real de água", o "cabeção das sisas"), inaugurava novas incidências a mordiscar as rendas e patrimônios (a "meia anata", um "tributo dos quintos"), as quais assediavam mais diretamente a fazenda dos segmentos superiores, violando

[275] MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*, pp. 156-158. MENEZES, *Portugal Restaurado*, *Op. cit.*, vol. I, pp. 151-163. O dote incluía 2 milhões de cruzados, além da transferência para os ingleses de Tânger, na África, e de Bombaim, na Índia. "A situação de Portugal é extremamente difícil, tanto no exterior como no interior", sintetiza Magalhães-Godinho. Produto da intimidação castelhana, "durante vinte anos, nenhuma potência o ajuda, não é admitido nos tratados internacionais". GODINHO, Vitorino Magalhães. "1580 e a Restauração". *In*: *Ensaios. Vol. II*. Lisboa: Sá e Costa, 1978, p. 415.

[276] PARKER, *La crisis de la monarquia*, *Op. cit.* A partir de uma perspectiva estrutural, GODINHO, *Ensaios*, vol. 2, *Op. cit*. situa por volta de 1620 o início da crise da monarquia hispano-lusa, para o que concorreriam recuos no Oriente, perdas no comércio atlântico (territoriais, frente aos holandeses, e financeiras, com as quedas no preço do açúcar), além de um contexto sedicioso no continente europeu, o que tudo somado teria posto o povo (afligido por forte concentração de renda no período) e a nobreza contra Olivares. A periodização a vincar a União Ibérica em dois blocos (1580-1620 e 1620-1640) – o primeiro de relativa concórdia (embora pontuado por eventuais dissensões), o segundo sacudido de tensões e convulsões – é mantida por escritos recentes, compostos em diversas chaves analíticas. Ver: OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990. HESPANHA, *História de Portugal, vol. IV*, *Op. cit*. CARDIM, Pedro. "La gobernación de Portugal: de los Áustria a los Braganza". *In*: MARTÍN MARCOS, *Monarquías encontradas*, *Op. cit*. Grosso modo, tais análises agasalham o entendimento de que problemas no campo econômico, nos anos 1620, teriam dinamizado antagonismos nos anos 1630, a desembocar na conjura.

priscas isenções do clero e da nobreza. Como monstrou António de Oliveira, frações irresignadas dos estados superiores atuaram, nos anos 1620 e 1630, como instigadores de motins em locais como Braga, Évora e freguesias algarvias.

No clero, crê Oliveira, situacionistas e adversários do regime filipino pareceram alinhar-se socioeconômica e hierarquicamente. Enquanto curas e frades são flagrados "a fazer alarido" e pregar ao povo nas revoltas que pululam, o arcebispo de Braga, o cabido da Sé de Elvas e mais prelados participam da repressão a amotinados, vigiando o púlpito, punindo clérigos e proclamando em editais o escandaloso dos tumultos e a necessidade de obediência a El Rei. Entre os nobres, as linhas de atuação são fragmentárias e sensíveis à maresia política do período. Antiolivaristas serão apelidados "populares", por instigarem e canalizarem a revolta do povo contra o fisco. Já em 1629, quando a coroa forceja por implantar um novo tributo, a *renda fixa*, dão-se "alterações" no Porto, nas quais se incluíam "pessoas gradas, vestidas de seda", padrão a repetir-se pelos anos seguintes. Entre os *agents provocateurs*, "grandes" como os condes de Vimioso e Atouguia e o marquês de Ferreira, embora Madri amiúde generalizasse "el pecado de la popularidad" como erva de difícil poda entre a fidalguia lusa[277].

Nos assentos do Conselho de Portugal ou na corte, achavam-se igualmente opositores do conde-duque (e de seu áulico, o secretário de Estado Diogo Soares), ainda que não raro apoiadores dos Habsburgo, membros do que se denominava *parcialidad*, como o marquês de Castelo Rodrigo, os condes de Portalegre, de Basto e de Linhares, para não falar de Francisco de Lucena e outros letrados ligados ao duque de Bragança, restaurador de undécima hora, como se sabe. *Populares* e *parcialidad* teriam entre si adjacências e imbricações (atuava uma *parcialidad* dos "populares" no Conselho de Portugal), sendo os secessionistas os mais radicais entre eles[278]. Olivares, mesmo quando da substituição do conde de Basto por Margarida de Saboia (1634) – ato suportado em Lisboa como afronta, sendo a vice-rainha estrangeira – insistirá na cooptação dessas facções (somariam mais de 60 os títulos concedidos pelos Áustria). No que fracassaria, dada a sabotagem dos marginalizados na distribuição das prebendas.

---

[277] OLIVEIRA, António de. *Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638. A repressão.* Coimbra: Separata da Rev. Portuguesa de História, t. XX, 1984, pp. 3-8, 32. OLIVEIRA, António de. *Contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e do Porto*. Coimbra: Rev. de História das Ideias, vol. 5, 1984. Não obstante, é plausível que uma rígida demarcação socioeconômica não reconstitua a dinâmica do clero diante da conjuntura. Cumpre lembrar que, após a Restauração, d. João contará entre seus apoiadores mitras importantes do reino, porém, ao mesmo tempo, entre seus inimigos, terá o inquisidor-mor e o arcebispo-primaz, ambos implicados na conspiração de 1641. COSTA & CUNHA, *D. João IV*, *Op. cit*.

[278] CURTO, Diogo R. *A Restauração de 1640: nomes e pessoas*. Lisboa: Península – Rev de Est. Ibéricos da Fac. de Letras da Univ. do Porto, n. 0, 2003, pp. 321-336. CARDIM, "La gobernación de Portugal", *Op. cit.*, p. 17 anota que parte dos *Populares* difundia discurso "patriótico exclusivista y en ocasiones xenófobo". Animava-os, todavia, o rancor contra Olivares e sua clientela, mais do que o autonomismo, sendo o nacionalismo "lejos de ser dominante entre aquellos que en Portugal se oponian a los olivaristas".

O valido se via no dilema de, por um lado, depender da fidalguia para governar, e, por outro, de almejar a iniciativas delicadas como o "extraordinário fiscal" e a revogação de parte dos foros tomarenses, julgados excessivos e obtidos por chantagem. A instauração de *Juntas*, acusavam os adversários, visaria a enfraquecer órgãos sob o controle da nobreza, como o Desembargo do Paço e o Conselho de Portugal. Os atingidos, por sua vez – como revelam os exemplos dos Castro, dos Noronha, dos Menezes – recrutam suas clientelas, agitando tumultos e engavetando decisões exaradas em Castela. O secretário de Estado Miguel de Vasconcelos sofrerá tentativa de assassinato em 1634, porém a tática de cooptação prossegue até as "Alterações de Évora" (1637-8), quando em Madri afinal soa o alarme perante a extrema politização da elite lusa. Do gradual distanciamento à àberta ruptura, seria curto o intervalo. Já em 1639, suprimia-se o Conselho de Portugal, substituído por *Juntas* comandadas pelo grupo olivarista. "Populares" denunciaram de imediato a definitiva quebra das cláusulas de Tomar, pilastra do "equilíbrio Rei-Nobres" que dera solução à crise de 1578-1581[279].

Robustecendo-se a argumentação dos radicais, a conjura restauracionista, possivelmente restrita a um pequeno círculo ainda em 1637, não tardaria a seduzir suficientes correligionários para fazer-se viável. Os fiascos das armadas de d. Antonio de Oquendo contra os franconeerlandeses em Las Dunas e do conde da Torre na costa do Brasil, bem como a eclosão da revolta catalã, em 1640, deixariam a Espanha inerte no futuro próximo, abrindo caminho à marcha conspiratória. Uma vez desferido o golpe, não será tamanha a surpresa em Madri, fiando-se de início, aliás, tratar-se de motim popular, sem aberta adesão das casas nobres, crescendo a apreensão com o informe da defenestração de Vasconcelos e dos mais detalhamentos[280].

---

[279] BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit.*, p. 229. O marquês de la Puebla, parente do conde-duque, contestado na chegada a Lisboa (1634), em breve, surpreendentemente, se aliaria aos nobres da *parcialidad* contra Miguel de Vasconcelos, usando da prerrogativa de presidente do Conselho de Fazenda para "assumir atitude de inércia e de bloqueio à política fiscal de Olivares". Acolheria crescente apoio do conde de Atouguia e de outros "populares". *Idem*, pp. 224-228. A supressão do Conselho de Portugal (1639), por sua vez, liga-se à preocupação com as "Alterações de Évora", tidas pelas autoridades castelhanas como mais graves que as anteriores, justamente pelos indícios da ação nobiliárquica nos bastidores. OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, *Op. cit.*, pp. 227 e ss. Oliveira matiza a complexa conduta do primeiro estamento, ao apontar que, conquanto a nobreza alentejana tenha de ordinário sido, ou leniente, ou tardia na repressão aos motins, sua contraparte algarvia agiu decididamente em favor de Madri, em alguns casos arregimentando tropas por conta própria para a "pacificação". OLIVEIRA, *Levantamentos populares no Algarve*, *Op. cit*., p. 39. Ver também CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del reino de Portugal*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 2014.

[280] Provocativa análise do golpe de 1º de Dezembro em VALLADARES, Rafael. *Sobre reyes de invierno. El deciembre português y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros mas)*. Pedralbes (Revista do dep. de História Moderna da Universitat de Barcelona), n. 15, 1995, pp. 103-136. Narrativa bem embasada dos eventos em COSTA & CUNHA, *d. João IV, Op. cit.*, cap. 1.

A atmosfera nos primeiros anos quarenta, apesar da admissão na administração de antigos filipistas que jurassem fidelidade ao novo rei, é de tensa suspeição para com os filocastelhanos. E de medo. Era larga a crença de que o reinado joanino duraria pouco mais que um inverno – qual o do *Winterkönig* Frederico da Boêmia (1619-1620) – tão logo Castela avançasse. Sem contar os que já lá estavam, evadem-se nos meses seguintes para a Espanha altas figuras (os condes de Sabugal, Prado, Linhares, Miranda, os bispos do Porto e de Évora e vários parentes dos conjurados). Famílias dividem-se, com filhos ou irmãos escolhendo lados opostos da animosidade, às vezes por sinceras lealdades, às vezes para ampliar com a variedade as oportunidades de recompensa[281].

Murmuram-se conspirações, como a tentativa de regicídio, em 1647, ou aquela que, estilhaçando a imagem da união nacional pró-joanina, levou ao cadafalso o conde de Armamar e o mercador Pedro de Baeça, à prisão o arcebispo de Braga, o inquisidor-mor e muitos outros, e à extinção a Casa de Vila Real, com as execuções do marquês e do duque de Caminha, seu filho. Também em 1641 começa a guerra na fronteira alentejana, dispondo de reduzidos meios o governador das armas conde de Vimioso e seu substituto Matias de Albuquerque. A luta avança indefinida pelos anos seguintes, entre escaramuças e batalhas, até recuar a estado de inação a partir de 1646[282].

As duas décadas seguintes seriam ásperas. Nas armas, com novas perdas territoriais por toda a extensão do ultramar (Malaca, Angola e Maranhão já em 1641) e ameaços nos portos e fronteiras sob canhões espanhóis, neerlandeses e ingleses; na diplomacia, com impasses nas negociações em Roma e Haia, dificuldades para o reconhecimento internacional da dinastia e com a exclusão de Portugal da Paz da Westfalia (1648); e nas finanças, com as guerras impondo a salgada receita fiscal olivarista a d. João IV e d. Luísa de Gusmão, precipitando revoltas em inúmeras vilas e depressa alienando parcela dos apoios com que contavam os restauradores. Não será demais recordar que, ainda em 1659, davam-se as humilhantes deserções do embaixador em Haia d. Fernando Teles de Faro e do governador das armas da província do

[281] VALLADARES, *Sobre reyes*, *Op. cit.* BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Felipes,* cap. 10. Entre as famílias repartidas, os Mascarenhas, cujo patriarca, marquês de Montalvão, era o então vice-rei do Brasil, e os Albuquerque, com Matias ficando em Lisboa e Duarte jurando fidelidade a Felipe IV.

[282] SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal, vol. V: a Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)*. Lisboa, Verbo, 1982, pp. 29-33. A celebrada "vitória" de Montijo (maio de 1644), sob comando de Matias de Albuquerque, seria disputada pelos castelhanos como sua. ZILLER, SARAIVA & SILVA, *O papel da batalha*, *Op. cit.* A tentativa de homicídio de 1647, "atrás da qual estava indubitavelmente a Espanha", daria mais combustível aos polemistas lusitanos, como d. Francisco Manuel de Mello, na acusação da "tirania" castelhana. TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.*, vol. I, p. 142.

Alentejo, d. Raimundo de Lencastre, duque de Aveiro, incrédulos das chances lusas frente às negociações de paz francoespanholas. Ambos seriam executados em efígie[283].

Em Haia, a Restauração é saudada como valioso empecilho aos castelhanos. Contudo, cedo os portugueses veriam evaporar suas esperanças de restituição das praças perdidas na expansão ultramarina holandesa. A 12 de junho de 1641, d. João e os Estados Gerais firmavam trégua de dez anos, na qual ficava proibida a tomada de novos territórios e suspensas quaisquer devoluções, mas violações seriam frequentes. Aproveitando as demoras para a ratificação do tratado em Lisboa e para sua vigência no ultramar – sabendo-se estar o rei português falto de meios para retaliar – os neerlandeses instruiram seus exércitos no Brasil e no Oriente a expandir seus domínios. A Maurício de Nassau se sugeriu um novo ataque à Bahia, mas o conde, ciente do valor do comércio de escravos, prepara a esquadra que captura Luanda e São Tomé, em agosto de 1641[284].

Urgia ao regime assim premido transmitir, com percussão proporcional a sua inverossimilhança, a imagem contrária, de "armónica consonancia". O que se buscou na cerimônia de aclamação, nas sucessivas reuniões das Cortes a partir de janeiro de 1641 – em cujas orações e assentos, ao lado das graves questões de Estado a resolver, se buscou veicular a representação do líder amparado por todos os estamentos – e na formulação da narrativa política doravante disseminada. Não obstante certa historiografia advogue a existência de um país irmanado sob as diretivas do esforço monárquico, somam-se na atualidade as leituras que retratam os primeiros reinados bragantinos como convulsionados e de autoridade precária, enfatizando-se a continuidade com os agitados anos finais da União Ibérica[285].

Nas matérias do governo, atritam a Junta dos Três Estados, órgão responsável pela administração dos impostos extraordinários (a *décima*, o *real d'água*, o direito sobre as caixas de açúcar), e as corporações municipais, dada a sanha arrecadatória da primeira contra o zelo foral das últimas. Diante de frágeis mecanismos de cobrança, a sonegação grassava. O imposto do sal provocaria motins como o de Aveiro, em 1641; o do "papel selado", no Porto, em 1660. Os prejudicados com a proibição do comércio castelhano se ressentiriam com a coroa e

[283] MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit*., pp. 209-214. "Carta da rainha d. Luísa de Gusmão para o conde de Soure", 20/11/1659. ANTT, Manuscritos da Livraria, cota 1145 (1).
[284] BOXER, *O império marítimo português, Op. cit.*
[285] Exemplo da ótica defensora do centralismo joanino em SERRÃO, *História de Portugal, vol. V, Op. cit.* Vertente oposta em VALLADARES, *Sobre reyes de* invierno, *Op. cit*, p. 131. SOARES & CUNHA, *D. João IV, Op. cit*. CARDIM, "La gobernación de Portugal", *Op. cit.*, pp. 28-44 e a bibliografia ali citada.

acorreriam ao contrabando. Nomeações no exército e na diplomacia gerariam dissensões, aprofundando rachaduras no seio da aristocracia[286].

De vez que cerca de metade da nobreza estava no exterior no 1º de Dezembro, além de importantes eclesiásticos e comerciantes, antevê-se como eram frágeis os alicerces políticos da ascensão joanina, especialmente nos primeiros anos, mas não só neles. Entre os "Quarenta Fidalgos" conjurados, se militavam grandes como os condes de Abrantes e de Vimioso, contavam-se majoritariamente secundogênitos e magistrados como António Pais Viegas e João Pinto Ribeiro. Algumas das casas convocadas a assistir Felipe IV na revolta catalã ocorrida em julho de 1640 – Tarouca, Sárzedas, Castelo Rodrigo, Basto – escolherão o lado Habsburgo, integrando o partido que em Madri passará a ser denominado dos *fidalgos*. Sem contar o número dos magistrados e financistas que se exilam e a comitiva a acompanhar a princesa Margarida, recebendo da coroa espanhola generosas mercês. Oferecia-se aos restauradores a possibilidade de cultivar novas lealdades, pela promoção social dinamizada no período de guerras. Porém incrementava-se a instabilidade ao empuxo das concorrências entre partidos cortesãos, como se verifica, por exemplo, no caso da queda do Secretário de Estado Francisco de Lucena (1643) e nas intrigas para a nomeação do generalato no Alentejo[287].

D. João IV é, ao cabo, monarca de legitimidade bruxuleante e condicional, exaurindo-se nas tensões das facções a gravitar em torno de si, do poderio senhorial e das elites urbanas. Sem embargo dos asfixiantes apertos financeiros, fundar-se-ão em poucos anos um novo ducado (Cadaval), marquesados (Niza, Aguiar) e condados (Alegrete, Vila Pouca de Aguiar, Soure)[288]. Através da criação da Secretaria das Mercês, distribuem-se grossas prebendas a correligionários. A execução de Francisco de Lucena, aliás, é possível que se dê à revelia, cedendo o rei aos que maquinavam remover um obstáculo, havendo o secretário de Estado atuado contra o ditame dos partidos e por introduzir na corte as galas de um cerimonial à Luís XIII, julgado servil e perigoso. O Senado lisboeta, por sua vez, assume então inusitado protagonismo, junto a outras câmaras e à Casa dos Vinte e Quatro, barrando investidas tributárias do Paço. Daí a imagem do restaurador como líder pusilânime, dado a crises de

[286] OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, *Op. cit.* MAGALHÃES, J. Romero. *Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração*. Hispania (Revista Española de História), LXIV/1, n. 216 (2004), 157-182.
[287] SERRÃO, *História de Portugal, vol. V, Op. cit.*, pp. 16-18. SOARES & CUNHA, *D. João IV, Op. cit*.
[288] ZÚQUETE, Afonso (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 3 vols. Lisboa: Enciclopédia, 1960. SOUSA, Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1932 [1742]. Sobre a questão, ver também MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832).* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

desânimo. Nelas, cogitaria casar o filho Teodósio com a filha de Felipe IV ou com uma princesa francesa, abdicando em favor do duque de Orléans e exilando-se na África ou no Brasil[289].

Ainda que d. João acaso experimente maior estabilidade em seus anos finais, quando a guerra espanhola ingressa em estado latente, os flamengos recuam no Brasil e os tratos negreiro e açucareiro no Atlântico se restabelecem, sua morte atira a dinastia em nova crise, por ser o herdeiro d. Afonso rapaz de 13 anos, de saúde física e mental incertas. Assumindo a regência a viúva d. Luísa de Gusmão (1656-1662), a conjuntura é lida pelas facções como propícia e ascendem ao proscênio os rivais conde de Odemira (um dos restauradores e chefe do *partido velho*) e de Cantanhede (à frente do *partido novo*, composto por uma fidalguia mais jovem e a ambicionar posições). Medindo forças no Conselho de Estado e na recém criada Junta Noturna, as facções alcançarão prolongar o arranjo regencial que, contrariando as Ordenações muito embora – sendo a idade prevista para a aclamação 14 anos, completados por d. Afonso em 1657 – tanto as empoderava. Além dos partidarismos aristocráticos, durante a regência agudiza-se a controvérsia jurisdicional, herança do período joanino, entre o Conselho de Estado, sob controle nobiliárquico, e a Secretaria de Estado, sob a égide dos magistrados[290].

Já antes que acabasse 1656, o Conselho, em que dominava o *Partido velho*, dirigia missiva à regente, lembrando-lhe do dever tradicional de governar ouvindo os ministros, acrescentando que importava à pessoa real não decidir, senão nomear os que decidem. O recado de Odemira era claro: queria-se em d. Luísa uma *reine fainéant*. Já Cantanhede e o *Partido novo* antecipavam na fragilidade do novo rei a chance de levar à derrocada a facção de Odemira e do duque de Cadaval. Acuada, a coroa contava com a rivalidade dos opositores para assegurar a sucessão dinástica. "Os conselheiros", anota Vallance, "tinham um tal espírito de independência e falavam com tal liberdade que muitos observadores estrangeiros ficavam

[289] CARDIM, "La gobernación", *Op. cit.*, p. 25. SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. V*, Op. cit.*, pp. 13-14, 27. Para Hespanha e outros, o ordenamento "sinoidial" vigorará por todo o século XVII, tendo sido ele próprio a *raison d'être* da Restauração, ameaçado apenas em breve intervalo nos anos 1660, pela ação do conde de Castelo Melhor, escrivão da puridade de Afonso VI. HESPANHA (Coord.), *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.* Os anos joaninos instituem diversas secretarias, repartindo-se o poder nesses conselhos. Costa e Cunha, no entanto, argumentarão que, com o passar dos anos, o cetro bragantino conquistará maior poder e autoridade. COSTA & CUNHA, *D. João IV*, *Op. cit.*, capítulos VI e VII. Leitura decerto distinta da de Valladares, para quem o rei, enfraquecido, se defrontou com paralisantes obstáculos políticos e financeiros até o fim. Em abril de 1651, d. João lamenta ao marquês de Niza a desunião dos seus vassalos, diante do risco de morte que todos corriam com a guerra de Castela. "Lo que", conclui Valladares, "en aquella altura era dramáticamente cierto, ya que la Corona no tenía un cruzado para defenderlos". VALLADARES, *Sobre reyes de invierno*, *Op. cit.*, p. 125.

[290] VALLANCE, Monique. *A rainha restauradora Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. CARDIM, Pedro & XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. As poucas provas existentes impossibilitam a formulação de diagnóstico confiável das faculdades mentais de d. Afonso, na infância vitimado por paralisia parcial. Cardim, Xavier e Vallance enfatizam o uso político feito do comportamento errático do príncipe – infenso a etiquetas e à cortesania dele esperada, além de cultor de "más companhias" – de maneira a adiar a sucessão e manter no trono uma regente manobrável.

chocados". A rainha viu-se na contingência de ceder e ratificar muitas das decisões inscritas nas consultas, singrando mares políticos tormentosos, tendo mais de enfrentar o reinício da ofensiva castelhana (1657), as duras diplomacias inglesa e neerlandesa – de vez que o cessar-fogo em Recife (1654) não traria de pronto a paz com Haia – e a pressão de uma terceira facção que, com Castelo Melhor, exigia a entrega do cetro ao príncipe Afonso[291].

Na Espanha, Felipe IV e seus ministros atribuíam enorme importância ao esmagamento da "rebeldia" lusa. Teria, sem dúvida, sobrevindo o exemplar castigo que todos esperavam precipitar-se a qualquer momento sobre os restauradores, não fossem as agruras militares e econômicas com que também se deparava Castela havia anos. Motins na Andaluzia, em Nápoles e na Sicilia, além da declaração de uma moratória e da descoberta de uma conspiração do duque de Hijar, fariam do biênio 1647-1648 período crítico para Madri. A leste, a guerra contra os franceses prosseguia, impedindo o rei de concentrar suas forças contra Portugal[292].

Situação que se agravava com a reaproximação entre portugueses e ingleses a partir de 1652, uma vez resolvido o conflito provocado entre Lisboa e o Parlamento pela presença do príncipe Rupert em Lisboa, a atacar navios britânicos. Já em 1654, d. João cedia à Inglaterra acesso ao comércio peninsular e ultramarino. A morte de Cromwell (1658) e o casamento de Carlos II com a infanta d. Catarina de Bragança terminariam por oferecer a Portugal a proteção que tão desesperadamente buscava face à Espanha. Não por coincidência, os ataques holandeses no Oriente cessariam já em 1663, após a conquista de Cochim e outras das possessões portuguesas na costa do Malabar[293].

Com o maior de seus inimigos, a França, Felipe IV e seu embaixador conde de Peñaranda mantinham exaustivas negociações, mas as exigências de que os franceses se retirassem da Catalunha rebelada e sustassem sua proteção a Portugal, ao lado do desejo de Mazarino por novas concessões na Itália e nos Países Baixos espanhóis, determinou a tardança da paz até 1659. Quatro anos antes, Castela abria mais uma frente de luta contra a Inglaterra de Oliver Cromwell, cujas armadas lhe bloqueariam o litoral e lhe tomariam a frota de prata (1657). A sucessão dos conflitos e os assaltos provocavam aguda desorganização no Erário hispânico, com a coroa decretando nova moratória de suas dívidas em 1653. Por essa altura, calculava-se

[291] VALLANCE, *A rainha restauradora*, *Op. cit.*, p. 116 e ss. A autora enaltece a inteligência política da rainha, capaz de "fingir fraqueza" e manipular um delicado equilíbrio no qual se tornava interessante às facções em luta a manutenção da regência, em lugar da entrega do cetro a Afonso, com quem emergiria outra força política – coisa que, ao cabo, veio a suceder. Parece, todavia, mais provável que a d. Luísa não conduzisse, mas fosse arrastada à situação, negociando sob o fogo da ascendência e poder das casas nobres, assim velhas como novas, bem posicionadas no aparelho burocrático e liderando largas clientelas.
[292] MELLO, *O negócio do Brasil*, *Op. cit.*, pp. 187-188.
[293] BOXER, *O império marítimo português*, Op. cit, p. 122 e ss.

que investir contra Portugal custaria 5 milhões de ducados anuais, cifra insuportável, ao passo que o lançamento de novos impostos era tido como impraticável. Desse modo, ainda que El Rei Católico manifestasse irresignação para com a continuidade da "tirania" dos Bragança, o cenário internacional de beligerância sustaria as investidas espanholas até fins de 1657, quando do ataque a Évora e da vitória portuguesa na batalha da Linha de Elvas[294].

### *3.1.2. El Rei narrador*

A nova dinastia, está claro, necessitará imediata e desesperadamente de meios materiais com que impor-se: dinheiro, canhões, mosquetes, soldados e fortalezas a guarnecer-lhe as fronteiras, frustrar dissensões intestinas e garantir-lhe a chancela da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, todavia, e com um grau análogo de imediatismo e desesperação, precisará de uma narrativa. De um discurso fundante, consagrador, mediante o qual os aclamadores pautassem o modo como os eventos se deveriam entender e contar, desmentindo a "perfídia" de que os acusavam os inimigos. A "Restauração" urgia ser representada como ato sancionado pela justiça, pela história e pelo céu. Sem isso, canhões e fortalezas resultariam inúteis, pois assim no estrangeiro como nas províncias eram numerosos os descontentes com a ruptura, os quais cedo se apetrecharam para abater a "subversão" do "tirano Berganza" com armas e palavras[295].

Eis o trabalho de uma plêiade de intelectuais lusitanos, criando escritos em diversos campos do saber e gêneros literários então praticados: jurídicos, políticos, parenéticos, dramatúrgicos, poéticos, hagiográficos, biográficos e historiográficos. Sua querela, no erigir deste discurso e na polêmica contra os castelhanos e portugueses pró-filipinos – os quais, na Espanha, aplicam-se ao longo de toda a Guerra de Restauração (1641-1668) na contraofensiva

[294] VALLANCE, *A rainha restauradora, Op. cit.*, pp. 127-130. STRADLING, R. A. *The Armada of Flanders: Spanish maritime policy and European War, 1568-1668*. Nova Iorque: Cambridge Univesity Press, 1992, pp. 144-146. ISRAEL, Jonathan. *Conflicts of empires: Spain, the Low Contries and the struggle for world supremacy (1585-1713)*. Londres: The Hambledon Press, 1997, pp. 105-144. Stradling data o começo do declínio espanhol da batalha de Rocroi e da queda de Olivares (1643), caído o governo em homens incompetentes. Israel crê reavivar-se o poderio Habsburgo entre 1648-55, face aos problemas franceses com os *Frondeurs* e outros, seguido por novos recuos até a Paz dos Pireneus, em 1659.

[295] Sendo esta narrativa, naturalmente, ancorada no saber político objeto de discussão no período, desenhada por sobre sua tela. Uma manifestação, em verdade, desse saber, através dele adquirindo o estatuto de "enunciado". FOUCAULT, Michel. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, pp. 54-74. XAVIER, Ângela Barreto. *El rei aonde pode, & não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998. A denúncia da "tirania" da Restauração Bragança, mais do que mero discurso para consumo público, aparece nos papéis do Conselho de Estado em Madri. AGS, Estado, Legajo 3851, onde "El tirano Berganza" é referido nas consultas como usurpador da realeza filipina.

publicística – atroará fortemente na diplomacia europeia. Assim como ocorrera no Portugal dos Áustria, mas agora porventura com a maior intensidade invocada pela descontinuidade dinástica, parcela significativa da produção literária  é posta a serviço de um constructo ideológico-narrativo, a saber, que a nação fora *restaurada* – palavra cuja semântica semeia a ideia de "reparação", "correção de rumos" dantes desviados. Propunha-se não só o restabelecimento dos "reis naturais", mas do ordenamento político corporativo que teria regido a sociedade lusa até 1580[296].

A Restauração há de ser pensada como uma bem sucedida maratona discursiva, cujo círculo de correligionários paulatinamente se alarga (ou cujo círculo de opositores vai sendo amordaçado). Fá-lo com a ajuda da censura, da propaganda e medidas mais violentas de repressão, até a tardia e definitiva consolidação dinástica petrina, quando a hipótese da reunião das coroas evanesce do horizonte linguístico[297]. Cosendo o 1640 ao tecido da história multissecular do reino, aquela *intelligentsia* construirá a imagem epopeica da nação realizadora de grandezas divinamente anunciadas, depois caída, calcada e usurpada por um déspota, no interregno de sessenta anos, até que enfim reerguida, graças à revolução que aclamava o "verdadeiro rei", por direito de nascença. Será notável a *performance* do edifício retórico bragantino no ideário político e na historiografia vindoura, conjugando-lhe uma gramática recitada ainda nos dias atuais[298].

Antes de 1640, em vista das agitações verificadas, tem início uma aguerrida publicística pró-filipina, a reiterar a autoridade dos Habsburgo, com a estampa do *Philippus prudens*, de Juan Caramuel, reação à "valorização histórica da Casa de Bragança" promovida em Lisboa. Consumada a Restauração, a coroa animará renhido duelo discursivo com Castela, esgrimido

---

[296] "Um golpe de palácio", anota GODINHO, *Ensaios*, vol. 2, *Op. cit*, p. 404, que "restaura o Estado na forma anterior à tirania". Vê-se desde logo que os restauradores igualmente voltavam contra Felipe o saber jurídico tradicional, denunciando-lhe a "tirania", o governo pela violência, sem direito. HESPANHA, *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.*, pp. 12-13, em consonância, dirá que o 1º de Dezembro materializa o anseio de refundar a ordem jurídica tardo-medieval e quinhentista, no qual os corpos sociais resguardariam seus foros, contra os "desaforos" praticados desde Madri.

[297] POCOCK, *Linguagens do ideário político, Op. cit*.

[298] "A Restauração", escreve Torgal, "foi um período particularmente fecundo do ponto de vista da produção política. O motivo está à vista: era preciso justificar a insurreição contra o governo filipino, para convencer os portugueses hesitantes, e mais para conseguir o apoio das grandes potências", face à polêmica movida pela Espanha, em grande número de papéis que acusavam d. João também de tirania. Produção política, como esclarece Torgal, teorizada em um sentido lato, a colonizar as demais manifestações públicas da cultura escrita, como a historiografia. TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.*, vol. I, p. 121, *passim*. Ver também HESPANHA, António M. *As faces de uma revolução*. Revista Penélope: fazer e desfazer a história, n. 9/10, 1993, pp. 7-16. A primeira gazeta portuguesa com periodicidade definida e frequente inaugura suas atividades em 1641, privilégio concedido a Manuel Galhegos, com o nome de "Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641". O veículo será importante difusor da perspectiva do poder central até seu término, em 1647. SOUSA (coord.) *et al*. *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 52.

com manifestos e antimanifestos, tanto no interior do país – para o que não hesitará em se valer do panegírico, da parenética e do imaginário sebastianista – quanto no exterior, onde fomenta compêndios de arrazoado jurídico a amparar o gesto destituinte e demonstrar-lhe o direito. Para os que se enfileiram junto aos restauradores, a publicística e, de modo geral, a subordinação da cultura escrita às emergências políticas do poder central tornam-se via de serviços e abrem oportunidades de ganho financeiro e reconhecimento simbólico[299].

É outra a situação na Espanha. Do mesmo modo como a coroa portuguesa investe discursivamente, nesses anos, na guerra castelhana, secundarizando a luta holandesa no ultramar, El Rei Católico patrocinará, até a década de 1660, arisca polêmica antifrancesa, a lavra de papéis antijoaninos recaindo amiúde ao encargo dos exilados lusos em Castela. No embate entre estas publicísticas *desde arriba* (promovida pela coroa lusa) e *desde abajo* (dos vassalos portugueses de Felipe), como as apelida Bouza Álvarez, os libelos joaninos levarão a palma em volume e alcance, reagindo os filipistas de ordinário com antimanifestos. A um dos panfletistas espantava que das prensas "rebeldes" saíssem "oy un manifiesto, mañana una historia, otro día un libro, otro un volumen, y en movimiento continuo esta ocupación, girando sin sosiego". Famílias exiladas, como os Mascarenhas e os Alencastre, protegeram autores ou redigiram elas próprias ataques antibragantinos, antiolivaristas e pelo direito dos Áustria sobre Portugal, estampando folhetos simples, de poucos *pliegos*, em tipografias caseiras[300].

Deparamos, pois, um período de convulsão e criação, quando para alguns se entreabriam janelas de ganho econômico, de ascensão nas hierarquias sociais, assim nos serviços das armas como nos das letras. A narrativa histórica a serviço de ambições políticas imediatas, longe de constituir novidade, é potencializada pelas conturbações que se estenderão até o fim dos anos 1660. O cenário convidava à consecução de projetos partidários e pessoais, ao preenchimento das vacâncias geradas pelas carnificinas e rupturas. Época de ambicionar e arriscar-se. Uma dinastia ascendente, carente de apoios por toda a extensão imperial sobre a qual pretendia reinar, e a simultaneidade de duas guerras em quatro continentes precipitavam sobre a ordem política tradicional considerável catalisador de mobilidades. Não para todos, decerto, mas para os que

[299] OLIVEIRA, *Poder e oposição política, Op. cit.*, p. 230. LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippvs prvdens Caroli V. Imp. Filivs Lvsitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimvs rex demonstratvs*. Antuérpia: Officina plantiniana, 1639. TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit*. Para além das mercês alcançadas pelo frei Manuel Calado (que referiremos adiante) e Manuel Galhegos, "especialistas" em relações de guerra como João Salgado de Araújo e Luiz Marinho de Azevedo tematizam a guerra castelhana e suas grandes batalhas em panfletos possivelmente de larga circulação e convidativo retorno financeiro. ZILLER, SARAIVA e SILVA, *O papel da batalha, Op. cit*.

[300] BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Papeles, batallas y público barroco. La guerra y la Restauração portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668*. Disponível em: http://www.fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#_ftn39. Consulta em 01/03/2016.

detivessem ou forjassem as ferramentas requeridas para competir. É nesse contexto que sujeitos como um mulato madeirense, um frade eborense ou um obscuro oficial em Luanda se podem converter em heróis de guerra e construtores de memória. Vivia-se, não há dúvida, uma quadra peculiar da história de Portugal[301].

No enredo restauracionista, então, a luta holandesa – conquanto grave matéria de Estado, debatida nos Conselhos de Guerra e Ultramarino – é deslocada para patamar secundário e não retornará à preeminência senão tardiamente, nos anos 1670. A narrativa da coroa, até a ascensão de d. Pedro, prioritariamente instrumentalizará a guerra castelhana, sentida como dramática ameaça à liberdade. Ademais, firmada a trégua lusoneerlandesa, a Insurreição Pernambucana (1645) constituía ato de rebeldia que, fomentado embora no bastidor, a diplomacia recomendava não enaltecer[302]. A "Guerra de Restauração contra Castela", apostava-se, propiciaria mais prestativo apelo como repositório do investimento simbólico, em meio às emergências do regime neófito. Daí o vácuo representacional: o partido à frente do 1º de Dezembro, enfocando a resistência à ofensiva espanhola no interior de sua agenda publicística, abre frestas pelas quais parcelas das elites ultramarinas se apossam da narrativa da guerra holandesa.

E a oportunidade é aproveitada, com vitórias lusas em Tabocas e Casa Forte (1645) ou na recuperação de Luanda (1648) relatadas pelos grupos e sujeitos engajados nas lutas. Os quais, pouco depois, oferecerão tais papéis ao próprio monarca, recobrindo-os com a semântica restauracionista, com o que se fazem aceitos e despachados às casas de impressão. Perante a relativa omissão de uma Lisboa absorta pelos assédios nas fronteiras do Alentejo e da Beira, Pernambuco e Angola assumem, por algum tempo, o leme da operação historiante, como onda a prorromper do Atlântico africano e americano sobre a metrópole. Na oportunidade, dão à luz novos episódios, façanhas e personagens até então ignotos ou obscuros, mas que doravante se candidatariam a recompensas de mercês e distinções, além da cobiçada fama[303].

---

[301] Não que a Restauração introduzisse profundas mudanças socioeconômicas ou institucionais, que estas não houve, como salientaram Magalhães-Godinho, Torgal e Hespanha. Peculiar, antes, no sentido de que, em meio a suas urgências e fragilidades, a coroa restaurada abria sulcos no mármore político, a que os agentes no reino e nas esquinas do império procuraram de diversas formas se agarrar, especialmente através dos serviços das letras, das armas e também das finanças. Noutro plano, enriquecedor é o paralelismo da contingência cultural dos primeiros reinados Bragança com os primeiros Avis (d. João I e d. Duarte), também dependentes de um discurso justificador e de apoios. Ver, sobre esses últimos, BUESCU, Ana Isabel. "Livros e livrarias de reis e de príncipes nos séculos XV e XVI". *In: Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

[302] Como bem sabiam os flamengos por papéis apreendidos em naus lusas, d. João tinha ciência e parte nos arranjos da rebelião liderada por Negreiros e Fernandes Vieira. MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit*.

[303] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.,* 103. BERRENDERO, *Los mecanismos del honor, Op. cit.*

Locução de vozes excêntricas aos partidos no poder central, a vaga das relações historiais jorra entre os que captaram a mudança dos ventos políticos. O *Valeroso Lucideno*, o *Manifesto das ostilidades* e outros textos, não ao acaso, louvam o "rei natural" em prefácios e capítulos que associam as revoltas atlânticas à Restauração. Louva-se o desígnio do céu que, em curto intervalo e em sincronia, restitui Brasil e África a Portugal, e Portugal a si mesmo. As relações historiais se colorem da aquarela restauracionista. E a tática funciona: as obras acham boa acolhida no paço, autorizando-se-lhes dedicatórias à realeza ou à fidalguia e impressões na tipografia régia[304].

É sobretudo parte da elite militar ultramarina a patrocinar a enunciação, visibilizando-se e buscando recompensas pelos serviços que historiam. Conquistam "fama" nomes e feitos que as relações de sucessos, atendendo a outros interesses, calavam. Já desde 1630 os Áustria cediam, sem dúvida a contragosto, tal espaço a atores políticos como os Albuquerque, notórios promotores de panfletos, conquanto a censura olivarista, especialmente no apagar da União Ibérica, procurasse reaver a narrativa ao anunciar a nova vitória contra o cerco nassoviano a Salvador, em 1638. Depois de 1640, no entanto, em guerra as coroas ibéricas, a lacuna discursiva se agrava.

Para preenchê-la, alguns atores políticos concluirão que a relação de sucesso, pouco prestigiosa, não consistia na melhor ferramenta. Já desde a recuperação de Salvador, em 1625, partidos em Madri e Lisboa engajados na historicização da guerra percebiam que os folhetos, não obstante eficientes para certas necessidades discursivas e de visibilidade, deixavam abertas lacunas representacionais, por causa do lugar menor que ocupavam nas hierarquias simbólicas a envolver as práticas de leitura. Para os que ansiavam por veicular uma mensagem mais sólida e perene, convinha instrumento mais poderoso, portador de novas energias para construir e destruir: o livro.

## 3.2. Continente e conteúdo

### *3.2.1. "Razones que no se debe imprimir": o livro na cultura escrita do Seiscentos*

[304] O prestígio de uma obra impressa decerto se associava ao tipógrafo por cujo prelo se estampa. Curto propõe uma hierarquização no Seiscentos, destacando os maiores livreiros a atuar em Portugal, no topo dos quais se situava o impressor régio, Paulo Craesbeeck, de cujas máquinas saíram algumas das obras que estudaremos adiante. CURTO, *A produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.*, p. 5.

A bibliografia dedicada ao impacto do livro impresso no mundo moderno a partir do século XV é já vária e volumosa, abordando-o tanto como bem econômico no mercado, quanto como inovação tecnológica revolucionária ou como ação cultural de que participam autores, patronos, editores e leitores. Sem que desapareça o manuscrito – perdurando, ao contrário, com características de prenda, de "tesouro" e de distintivo, em circuitos específicos, em geral restritos ao mundo cortesãos – o livro impresso atende, desde as origens, a demandas intelectuais e simbólicas amplas, colonizando um espaço próprio através de seu gigantesco poder difusor.

Estudos recentes sobre a cultura escrita e o livro têm apontado para as funções específicas do manuscrito mesmo depois da invenção da imprensa de tipos móveis, ao longo de toda a primeira Modernidade. No século XVIII, não era incomum encontrá-los nas bibliotecas conventuais e privadas. Enquanto continuam repousando sobre o manuscrito noções de prestígio e de "livro-tesouro" (sobretudo quando enriquecidos com iluminuras ou com encadernações de prata e de ouro), é sabida a mais larga publicidade e visibilidade proporcionada pela difusão impressa, não sendo poucos os casos de obras caídas no esquecimento, por não a alcançarem. Buescu exemplifica-o com o caso da *Ensinança de bem cavalgar toda sela*, escrito pelo rei d. Duarte no século XV, pioneiro tratado de equitação da Europa moderna, mas cujo manuscrito permaneceu adormecido nos arquivos por séculos, enquanto a inovação era atribuída aos napolitanos, com seu *Gli ordine di cavalcare*, publicado em 1550[305].

A historiografia, provocada pela metáfora de Febvre do "livro-fermento" a fecundar a cultura com uma infinidade de exemplares, desde o século XV, tem-se perguntado por que razões tantos volumes se imprimiram, a que causas serviram e a quem desserviram. A finalidade da História do livro, sintetiza Darnton, é examinar a transmissão de ideias mediante a tecnologia tipográfica e compreender "como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade nos últimos quinhentos anos"[306].

---

[305] BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis*, *Op. cit.*, *Idem*, pp. 59-60. BOUZA ÁLVAREZ, *Corre manuscrito, Op. cit*.

[306] DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras 2010, p. 144. A análise da produção sobre o livro decerto ultrapassa as limitações do presente trabalho. Grande proveito terá o leitor da consulta à obra pioneira de FEBVRE, Lucien e JEAN-MARTIN, Henri. *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2000 [1958] e às discussões acerca da figura e da função do autor aventadas em BARTHES, Roland. "A morte do autor". *In*: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1967], pp. 57-64 e em FOUCAULT, Michel. "O que é um autor?". *In*: *Ditos e escritos, vol. III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969], pp. 264-298. O programa de estudos inaugurado nesses trabalhos é retomado, reformulado e expandido, com perguntas ligadas às variadas formas de legibilidade, em MCKENZIE, Donald Francis. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la librairie, 1991 [1985]; CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*.

Dentre este vasto repertório de estudos, para a análise que aqui se propõe, importa sublinhar, primeiramente, a descoberta das associações entre os suportes materiais dos textos – fólios, quartos, oitavos, duodécimos, em encadernações luxuosas ou frugais, destinadas a diferentes públicos e finalidades – e sua legibilidade. Como recordam McKenzie e Chartier, autores não escrevem livros, mas textos: a conversão desses textos em livros, panfletos, cartazes ou outros produtos editoriais resulta da ação de editores, portadores de saberes técnicos e comerciais, cuja intervenção reorienta a leitura. "As formas têm efeito sobre o sentido", anuncia McKenzie, daí a importância da "bibliografia histórica", disciplina atarefada em estudar as formas de conservação e transmissão dos textos. Aquela *performance* textual de que fala Pocock[307] dependerá em grande medida da corporalidade que a viabiliza. As estratégias de editoração do texto são, em seu conjunto, coerções a incidir sobre o olhar e o entendimento, calculando determinar a que público a obra se destina. Isto, cumpre advertir, sem embargo da incessante capacidade criativa dos leitores para subverter tais prescrições[308].

Em segundo lugar, desponta na época gutemberguiana este personagem já dantes conhecido, mas que agora se alça a inéditos patamates: o autor, ou, como outros preferirão, a "função-autor". Mais que o sujeito a sacar da pena, o princípio agregador sob cujo nome se reune a massa dos textos de uma obra e que responde pelas subversões que ela eventualmente dissemine. Em seu ataque estruturalista à originalidade criativa do autor, Barthes descrevia-o como "personagem moderna", aparecendo com o ocaso do Medievo e a valorização ocidental da individualidade. Foucault considerava que a "função-autor", com peso crescente no mundo moderno, incidiria apenas sobre determinados escritos e seu florescimento estaria ligado tanto à imputabilidade do responsável pelos escritos quanto à ideia de propriedade literária. Cruzando estas hipóteses com dados empíricos, Chartier flagra a atribuição autoral na cultura escrita

Paris: Seuil, 1987; CHARTIER, R. (coord). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: DIFEL, 1998 [1987]. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, vol I: Artes de fazer*. Petrópoles: Vozes, 1998 [1980]. BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992], além dos textos de Bouza Álvarez e A. I. Buesco já citados e tantos outros que fariam a lista inesgotável. Balanços dos avanços do campo em CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XV e XVIII*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998 [1992], pp. 16-27; e em BELO, *As gazetas e os livros, Op. cit.*, "introdução".

[307] POCOCK, *Linguagens do ideário político, Op. cit*.

[308] MCKENZIE, *La bibliographie*, *Op. cit.*, p. 30. CHARTIER, *A ordem dos livros, Op. cit.*, pp. 21-22, 35, critica certa historiografia que procura fazer uma associação linear entre posição socioeconômica e recepção. As estratégias criativas do leitor são objeto de reflexão em DE CERTEAU, *A invenção do cotidiano*, *Op. cit.*, pp. 259-273, na qual se formula a famosa metáfora do leitor "caçador" e se defende que "se deve pôr em causa (...) o ato de assimilar a leitura a uma passividade. Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto", sendo o texto como o traçado de uma cidade ou os corredores de um supermercado, onde se dá a *lectio*, ação inventiva e construtiva de significações, p. 262.

transitando, em trajetória ziguezagueante, do anonimato à pseudonomia e, afinal, à autoria, num arco que demoraria três centúrias para completar-se[309].

A vinda à plena luz da figura autoral resulta de um parto trabalhoso. Até que finde, o autor se presta a um jogo de esconde-esconde: ora se nomeia e titula, ora se oculta, ora alardeia seu patrono ou editor[310]. O frontispício é terreno tático, uma narrativa em si mesmo. Para a metamorfose das relações de sucessos às relações historiais, esta constatação é de peso. A historicização da guerra holandesa em livros, em contraste com as folhas amiúde anônimas, consiste num desmascarar-se: dão-se a ver seus enunciadores, apostando o peso de seus nomes contra as acusações (de fraude e de parcialidade) de que porventura vêm a ser alvos. Até que predomine, no apagar do Antigo Regime, a ideia do escritor a angariar lucros de uma obra vendida no mercado, o autor vale por seu renome; e o livro é prenda, é serviço, é dever da consciência.

> Esse modelo novo rompe com a clássica figura do *gentleman-writer* ou *gentleman-amateur*, aceita até pelos escritores que não tinham de maneira nenhuma origem aristocrática. Em sua definição tradicional, o autor vive não da sua pena, mas dos seus bens ou dos seus encargos[311].

Alguns há que professam desprezo pelo impresso (esse perversor da intimidade cortesã autor-leitor a lançar as letras nas praças e choupanas). Mas tal declaração, nos meados de Seiscentos, rescende a arcaísmo ou impostura. A tipografia, em novas vagas, revela potências que era imprudente negligenciar, e os criadores de livros a aceitam e exploram. Em Portugal, sabe-se, os inventários das livrarias régias dos séculos XV ao XVII computam o avançar irrefreável da estampa[312]. Facções e agentes políticos engajados na construção de narrativas crescentemente apostam nas vantagens da tecnologia, diante das tarefas de persuadir e justificar. Manuscritos, doravante, verão reduzidas suas energias interventoras, impactanto a cultura mais e mais indiretamente, através dos impressos que suscitam e informam.

---

[309] BARTHES, *O rumor da língua, Op. cit*, p. 58. FOUCAULT, *Ditos e escritos, Op. cit.* CHARTIER (coord), *As utilizações do objeto impresso, Op. cit.*

[310] Cumpre rememorar que o trabalho de editoração não era feito apenas pelo "mestre impressor", sendo às vezes cabal a intervenção do "corretor", figura já presente nos primórdios da imprensa. Sobre sua atuação e seu impacto no produto tipográfico final, ver GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2011, pp. 27-48.

[311] CHARTIER, *A ordem dos livros, Op. cit.*, p. 43-49. É só tarde, no século XVIII, que o autor conquista o direito de propriedade sobre sua obra, antes vigorando um sistema de "privilégio", no qual o rei concede a autores ou editores o desfrute dos produtos de uma impressão, por um tempo definido. Analisando os frontispícios dos séculos XVII e XVIII, Chartier cita a presença, no espaço visual da página, do patrono, do autor e do editor, aos poucos declinando o papel dos primeiros e robustecendo-se os dos últimos.

[312] RAU, Virgínia & NUNES, Eduardo Borges (ed.). *Inventário post mortem d'El Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.BUESCU, *Na corte dos reis de Portugal, Op. cit*.

A passagem, portanto, da historicização da guerra holandesa da esfera dos panfletos amiúde anônimos para as encadernações *in-quarto* e *in-folio*, anunciadas sob nomes reputados e segundo modelos discursivos que a cultura da época reconhecia como mais prestigiosos, inflete uma acentuada descontinuidade. Ainda que as relações historiais tenham emergido numa quadra temporal coetânea à das relações de sucessos (entre 1625, quando Bertolameu Guerreiro imprime a *Jornada dos Vassalos*, e 1660, quando Francisco Manuel de Mello leva ao prelo suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza*), experimenta-se uma disjunção. Tanto as relações de sucessos quanto as relações historiais se irmanam do mesmo esforço: dizer uma guerra que é recente e urge visibilizar. Retórica e editorialmente, umas e outras forjam soluções distintas para o desafio do narrar, alternativas que aos enunciadores cumpria atentamente escolher. Na quadra histórica em que importava relatar o evento, sucedem-se papéis aparentados pelo título de "relações", porém apartados nas formas e fins específicos a que almejam.

As relações de sucessos, como vimos, na maioria das vezes circulavam em anonimato, em edições pouco prestigiadas de tipografias pequenas, quando não caseiras. Abundavam, sem dúvida, atingindo amplo público, proclamando versões com tal capilaridade que as autoridades dificilmente controlavam. Contudo a circulação dessas folhas, se decerto preocupa, parece incomodar menos. Com as "memórias" e "tratados" que começam a despontar, apostam seus criadores e temem seus inimigos, o que se perdesse em abrangência ganhar-se-ia em ressonância, fundando representações poderosas e duradouras. Crê-se que o livro, ao contrário do folheto, candidata-se à perenidade, é potencialmente imarcescível. Um folheto, apregoado nas praças ou carregado nas bolsas dos cegos papelistas, seria porventura lido por muitos em pouco tempo; um volume bem acabado seria lido e guardado pelos judiciosos, talvez por séculos. Mesmo se conteúdos análogos aos dos panfletos, recontá-los em livros autorais, oferecidos à realeza ou à fidalguia, encadernados por casas respeitáveis e licenciados por "homens de letras e cãs", em nome do rei, prometia mais felizes auspícios. Ou, para os oponentes, invocava maiores ameaças, pedindo enérgicas polêmicas e reações.

Vejamo-lo em um caso inusitado. Em meados de 1644, vivia-se no Brasil um período de relativa trégua, desde que o malfadado ataque de Nassau à Bahia firmara o limite meridional do "Brasil Holandês". Na Ibéria, tanto portugueses quanto castelhanos comemoravam a vitória na recente batalha de Montijo. Nesse tempo, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho – velho inimigo do caído Olivares e um dos *fidalgos* que haviam recusado aclamar d. João em 1640, pelo que aliás fora agraciado por Felipe IV conde de Pernambuco – obtinha nas instâncias censórias madrilenas autorização para a publicação de um seu livro. O tema era a guerra flamenga; o título, *Memorias diarias de la guerra del Brasil*.

Sem demora, entre julho e agosto, todas as licenças de impressão lhe são concedidas. Os censores, figuras do alto clero castelhano, não apenas selam seu beneplácito sobre o escrito, mas elogiam-no e a Duarte efusivamente. O pregador Régio, padre Augustin de Castro, comenta que o papel "no ſolo es digno de licencia, ſino de alabança, para que ſe eternice la memoria de tan glorioſas hazanas". O definidor da Ordem de Calatrava, Gerônimo Mascarenhas, também historiador, vai além: brinda Coelho com um caloroso parabém porque, ao contrário de Júlio César, escritor também de suas façanhas, o conde de Pernambuco, mesmo as tendo tão excelsas, pintava-se com as tintas da modéstia. Ora, História de tão manifestas virtudes, concluem os censores, era para muito serviço de El Rey Católico que corresse logo, ademais no cenário turbulento daqueles anos. A obra seria valiosa, diz Mascarenhas, por sua lúcida isenção,

> Pues ſiendo cierto que el Autor ſe portò en todas las ocaſiones de aquella Milicia con mucho valor en los enquentros de las armas, con madura prudencia en los conſejos que ſe hazian para uſar dellas, con eſtremado ſoſsiego en los motivos q huvo para alterarſe la conformidad de nueſtra gente; i finalmente con mano larga para acudir a las neceſsidades que alli ſe padecian, habla de todo eſto con una tal templança, i modeſtia, que à quien ſabe lo mucho que obrò, admira ver lo poco que dize[313].

Todavia à véspera da publicação, algo sobreveio. Às autoridades em Madri é submetido um embargo anônimo listando preocupantes argumentos com o intuito de que as *Memorias diarias* tivessem a aprovação imediatamente revogada. A petição chamava-se *Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque*. Em sua exposição – que há motivos para suspeitar fora anexada às pressas, dado o avançado dos pareceres probatórios, prometendo-se futuro arrazoado "mas dilatado" – atacava-se nimiamente não só o texto de Coelho quanto a "los inconvenientes que rezultan (...) contra el servicio de Su Magestad", mas também as tibiezas do aparelho censório e o potencial demolidor que uma obra histórica poderia ter sobre a ordem política e a monarquia[314].

O primeiro desmentido das *Razones* é quanto à alegada "modéstia" das *Memorias*. Cícero e Sêneca já advertiam que "no sean los historiadores chronistas de si mismos", pelo perigo de

---

[313] COELHO, *Memorias diárias*, *Op. cit.,* aprovações do Pe. Augustin de Castro, *s.j.*, pregador régio, do licenciado d. Gabriel de Almada (Ordinário) e do definidor geral da Ordem de Calatrava e bispo eleito de Leiria, d. Gerônimo Mascarenhas, membro do Conselho de Estado, todas expedidas entre 21 de julho e 23 de agosto de 1644. Sobre este último, BOUZA, *Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit.*, pp. 282-288.

[314] ANÔNIMO, *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado*. British Library, Additional Manuscript 28461, pp. 95-102. O ms. foi publicado em REGO, A. da Silva (ed.). *Documentação ultramarina portuguesa, vol. 1*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 111-119. BOUZA ÁLVARES*, Portugal no tempo dos Felipes*, *Op. cit.*, p. 344, n. 112, atribui o memorando a Diogo Soares. Hipótese pertinente, porém a comprovar.

que desvirtuassem o papel de "juez y testigo de los tiempos" pertinente à História. Vileza, alfineta o autor, que os Albuquerque cometiam à larga. Os desastrosos anos em que governaram a guerra em Pernambuco haviam sido objeto de devassas ordenadas em Madri, nas quais ficavam demonstrados os desvios de Matias e Duarte, e também de relatos de soldados, que os inculpavam. Não por acaso, Matias voltara preso para o Brasil[315], o mesmo não acontecendo a Duarte somente porque a devassa ficara em Portugal, indisponível depois da traição do "tyrano de Bergança".

Estava evidente, continuava, que Coelho buscava reescrever a história para ocultar sua responsabilidade na perda da província, minando com mentiras a credibilidade de seus acusadores e atribuindo-se um heroísmo existente apenas em suas fantasias. As *Memorias* não seriam História, mas uma espécie de peça processual mascarada, na qual os Albuquerque se valiam da narrativa histórica para salvar-se da pena por seus crimes e da temida restituição da capitania ao patrimônio régio. Falta grave, decerto, pela consideração de seus nocivos efeitos no presente, no estabelecimento da justiça, e mais ainda nos tempos vindouros, porque "las historias hazen fe, y credito en lo futuro, para prueba de verdades importantes, y es agravio que offende a la posteridad dexar imprimir la que es cierto que no ha de refirir llanamente lo que fue". Era maliciosamente que os irmãos, condenados na letra das devassas, cuidavam de se insentar nas da História, "referiendo en ella, como, sin culpa suya, y con mucha de las armas del rey, y su gobierno", o Brasil "se perdió". Descuido enorme era permitir que o alegassem:

> Y como las historias acquieren autoridad con los años, y hazen prueba en derecho, (...), de aquy a no muchos y muertos los testigos que hoy biven de la verdad, estos Albuquerques, o successores, se han de valer, como de texto, desta historia, y de otras que en caveças agenas hazen se impriman sobre la misma materia, para con tales documentos tener regresso a las plaças que dexaron perder con tanto daño de Hispaña[316].

Porque o tempo sacraliza o escrito. Maior prova não havia, conclui o peticionário, do que a primordial desfaçatez da mesma família, cuja indústria outrora metera em pinturas e papéis a falácia de que Jorge de Albuquerque, pai de Matias e Duarte, socorrera com próprio cavalo a d. Sebastião, ferido na batalha de Alcácer-Quibir (1578), permitindo-lhe fugir da morte a galope.

[315] Em agosto de 1636 o rei escrevia à princesa Margarida que Matias, regressando preso do Brasil, fosse mantido em Lisboa, enquanto Francisco de Andrade Leitão e Jorge Correia de Lacerda conduzissem a devassa de seu governo e remetessem os resultados para Madri. Biblioteca da Ajuda, 51-X-6, f. 40.

[316] *Idem*, pp. 111-114. O autor faz menção aos muitos papéis escritos por Matias e Duarte ou a seu mando, "por su inteligencia", relações escritas e impressas que haveriam de circular entre Pernambuco e Madri, alguns impressos, como possivelmente a *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda* citada no capítulo anterior, outras conservadas em manuscrito, como os numerosos *Opúsculos de la guerra del Brasil*, guardados na Biblioteca Nacional de Portugal, cota 1555.

A farsa inoculara em Portugal a subversão de que d. Sebastião vivia e retornaria, a qual tantas enxaquecas trouxera e trazia à coroa. Para ameaças tais, a malha censória mostrar-se-ía ineficaz, pois, ainda que presidida por doutos "de partes y sufficiencia", o exame dos escritos em função de suas qualidades literárias ignora "el humor, y fines del chronista", bem como a veracidade do que enuncia. A licença de obras políticas ou que "escriben los successos" seria "de particular consideracion", não se podendo guiar pela métrica daquelas dedicadas às belas letras, antes requerendo mais apertada vigilância quanto ao que disseminam. Não por acaso, a petição atrasará a publicação das *Memorias diarias* em dez anos[317].

Divisa-se nesta argumentação que se denunciavam não só o conteúdo dos escritos albuquerqueanos, mas a forma como emergiam e as pretensões inscritas nessa corporeidade. Porque uma coisa, acreditava-se, era andar com panfletos nas mãos de amigos, exibidos em tipografias desimportantes ou nas bolsas dos cegos papelistas. Relatos sem dúvida perigosos, mas destituídos de prestígio e que, fazendo alarido muito embora, no outro dia se esqueciam. Sua fluidez, aliás, tornava mais difícil o combate e a proibição deles. Mais daninho, porém, era divulgar – em elegante encadernação com licença da coroa, adornada com gravuras, vinhetas e capitulares gravadas – ideias inconvenientes à autoridade régia e desmentidos dos discursos oficiais, depositando-as nas bibliotecas dos conventos e das casas nobres, autorizadas para a consulta presente e futura dos sábios, dos príncipes, dos cronistas. Paradoxalmente, um bem mais caro, mais requintado e de alcance mais curto como o livro oferecia, na dinâmica política do Antigo Regime, mais nociva ameaça. Seu leitor, se menos numeroso, era mais decisivo.

Vai-se desnunando, por esta via, o que significou a reescrita da guerra em livro, nas esferas política e historiográfica, para os que a empreenderam e para os que lhe sentiram o golpe. Tal reescrita e transmutação é crucial para compreendermos a historicização em curso, em seus níveis, dinâmicas e especificidades. E isto porque, postas lado a lado as relações de sucessos e as relações historiais, flagra-se a disjunção inaugurada, antes de mais nada, na materialidade com que as últimas se dão a ler. Não apenas no tocante ao formato livresco em que vêm à luz, com os componentes de prestígio, autoria, patronato e licenciamento régio a ele vinculado, senão também pela substituição do escopo cirúrgico e episódico dos panfletos por

[317] *Idem*, p. 119. "Por todas estas razones", fecha o autor, "se deve mandar suspender la impression desta historia". Ainda que anônima, não será impróprio especular que por trás da petição estivesse de fato o secretário Diogo Soares, ferrenho inimigo da Casa de Basto, na qual Duarte ingressara ao casar. Tampouco é por acaso que Coelho solicita as licenças em 1644. Dispondo de muitos manuscritos compostos nos anos de guerra no Brasil, não é improvável que seu texto defensivo e justificativo estivesse pronto desde alguns anos, pois o autor deixara o teatro da guerra em 1638. Mas, enquanto Olivares fosse o poderoso ministro de Felipe IV, a publicação dificilmente seria autorizada. A queda e desterro do valido (1643) e o posterior enfraquecimento do cargo terão estimulado o donatário a pôr em andamento a publicação. ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares, Op. cit.* MELLO, *Olinda Restaurada, Op. cit.*

narrativas minuciosas, de maior fôlego. Nem à toa as *Razones* insistem no perigo da "História" de Duarte, ainda que o próprio autor recusasse a denominação: a combinação do respeitoso do gênero com a eficácia do suporte enfatizava o sombrio da ameaça e a emergência da sustação.

### *3.2.2. Idem, sed aliter*

As relações historiais, longe de serem relações de sucessos meramente mais cumpridas, são relações *mais ambiciosas*. Conservam a nomenclatura de relações, porque afinal atendem à meta de revelar, sobretudo quando parcos papéis as precedem, já que são quase sempre contemporâneas aos eventos, e nesse noticiar inauguram e abafam versões prévias. Contudo sua matéria não será mais o "sucesso", a fugaz irrupção em que se banqueteavam os panfletos precursores do periodismo, e sim um conjunto de fatos que se aglutinam e corporificam um momento histórico. Os folhetos servirão de fonte às relações historiais, alimentando-as com fatos e soluções narrativas.

Partindo delas, lendo-as, deglutindo-as, as relações historiais alargam-lhes o universo, narram não expedições, cercos ou batalhas por meio de representações cirúrgicas, mas a guerra de que tais lances são capítulos. A disjunção trazida pelos novos textos, pois, se dá também no escopo e no edifício narrativo. Mesmo tratanto de fato cronologicamente limitado como a "Jornada dos Vassalos", os novos textos alargam a arena temática, compondo uma saga a mobilizar apaixonadamente Portugal e Espanha contra a agressão neerlandesa. Os atos heroicos brotam não só nos campos de batalha, senão antes, entre os que gastam fortunas para custear a armada ou nas famílias em que filhos e pais arengam por não ficar[318]. As relações historiais inscreverão o episódico em painéis de maior envergadura, numa primeira aproximação com o epopeico que a historiografia posterior aprofundará, permitindo aos novos textos assumir feições de registro exaustivo e subsidiário da história, enquanto ela transcorre.

As relações historiais constituem uma intervenção historiográfica e política dotada de certa especificidade, não obstante de difícil delimitação, pois não foram objeto de teorização nem de categorização no Seiscentos. Os autores das obras aqui estudadas descrevem-nas frequente e indiscriminadamente como "relações" embora estivesse óbvio que seus trabalhos

[318] Por exemplo, GUERREIRO, *Jornada dos vassalos, Op. cit.,* pp. 21v-24 constrói a imagem de um Portugal forvoroso e unido. Situações teria havido em que "ſendo neceſſario ficar na terra algum de tres irmãos, pera cuidado das familias dos mais, nenhum delles o quiz ter, por nam faltar na empreza". Em alguns casos, teria sido preciso lançar os dados para decidir quem ia. Mães se dividiam entre o amor e a obrigação com o rei; pai e filho disputavam quem seguiria com a armada.

diferiam dos folhetos avultos. Eram relações, decerto, porque se imbuíam do dever de dizer o novo. Porém relações peculiares, com admitidas ambições de construção de memória e informação da posteridade. O *relatar* e o *historiar* – atribuições separadas na concepção da historiografia então – aqui coabitam.

Isso já o propunha Tamayo de Vargas, em 1628. O próprio qualificativo que dá a seu trabalho, aliás, aloca-o nesta posição intermédia entre relação de sucesso e História. Escrevendo "mas relacion hiſtorial (...) que hiſtoria perfecta", o cronista-mor de Castela destacava as "ſingularidades que aqui ſe dilatan" e as muitas "menudencias" a que sua proposta textual o obrigavam. Escusando-se retoricamente do peso de igualar um Juan de Mariana ou Antonio de Herrera, Vargas afasta-se ao mesmo tempo das relações de sucessos que até há pouco proliferavam. Um texto apresentado como meditado, assentado em relatos confiáveis e despachos oficiais, se não pretendia imitar as eruditas Histórias que abstraíam os eventos em lições morais e políticas, tampouco se confundia com aligeirados *pliegos sueltos* de ordinário anônimos, descuidados e superficiais[319].

Aventa-se a novidade de um relato-documento, muitas vezes testemunhal. Assim como os panfletos, esta segunda fase da operação historiante assume a tarefa de capturar o evento, reconstituí-lo em suas passadas, protegê-lo contra as vicissitudes do tempo, para que se veja o quanto foi grandioso e merecedor de que a posteridade o conheça. A noção de captura da fugacidade do acontecer é, no Seiscentos, intrínseca e definidora de uma relação, mas nunca tanto quanto nas relações historiais. As relações de sucessos não almejam a perenizar, mas a fazer saber no agora. Já suas contrapartes historiais, sem renunciar aos ouvidos do presente, esperam derrotar a evanescência e o esquecimento e falar à posteridade, amiúde pelo método da minúcia, num empenho compilatório. O que, está óbvio, não significa que não operam seleções no que computam. Encontraremos estes elementos perpassando, com desiguais pesos e intensidades, nos textos de Guerreiro, Zuñiga, Albuquerque Coelho, Felis Crus, Mello e outros.

A difícil categorização das relações historiais fará com que os livros compostos no recorte 1625-1660 difiram grandemente entre si. Uns, aparentando-se às relações de sucessos, trazem relatos diretos, desnudos de citações latinas e referências eruditas, como a *Recuperação* de d. Manuel de Menezes. Outros amparam a narração com vultosas referências clássicas, medievais e modernas, como a *Restauracion* de Tamayo de Vargas, ou arriscam mesmo cantar batalhas em oitavas camonianas, como faz o *Valeroso Lucideno*. Inexistindo uma pragmática (como

[319] VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador*, *Op. cit.*, prólogo não paginado.

havia para o gênero histórico), o "protogênero" do relato historial propiciava maior liberdade aos que o adotavam. Dizer que "não escrevia história, mas relação" era, portanto, não só *topos* de modéstia, mas tática a garantir maior independência. A denominação "relação historial", aliás, não era de largo emprego no Seiscentos. Entre os autores examinados, apenas Tamayo de Vargas o emprega diretamente. Eugenio de Narbona y Zuñiga utiliza a nomenclatura "Compêndio historial", Albuquerque Coelho escreve "Memórias", ao passo que Manuel Calado invoca em seu título o próprio protagonista, aludindo a sua obra, algumas vezes, como "tratado". A imprecisão terminológica não admira, desempenhando a relação historial esta função intermediário ainda vagamente definida.

Relações historiais e relações de sucessos se avizinham em suas características de relato, mas se distanciam, ainda, na perseguição de seus fins práticos. A relação historial é, sem dúvida, uma intervenção na luta partidária, coisa que o peticionário das *Razones* entrevia com exatidão. No entanto, como dissemos, para além dessa punção imediata no tecido político, vislumbra-se o futuro, que pela primeira vez desponta no horizonte dos interesses em conflito. O relato historial introduz no caldo político este inusitado reagente: o amanhã, a construção da memória, que o ideário de Seiscentos não supunha em geral emanar da fugacidade dos panfletos. As *Razones* embargam a publicação das *Memorias diarias* pela subversão imediata do retrato de uma coroa negligente no socorro de Pernambuco, bem como pelo amparo que haverão de prover, no futuro, à disputa donatarial em torno daquele domínio. Ao mesmo tempo, o *Valeroso Lucideno* afama a insurreição em Pernambuco e o *Manifesto das ostilidades*, a de Angola, heroicizando as ações de diversos sujeitos que adiante peticionarão por recompensas[320].

A disjunção no processo de historicização não se dá como ruptura temporal, a partir da qual cessam as relações de sucessos, substituídas por relatos historiais. Não estamos diante de fases históricas sucessivas e bem demilitadas. Ao contrário, no curso da guerra uma e outra expressão convivem como alternativas à mão dos agentes historiantes, consoante seus recursos e contingências. Buscando visibilidade, atacados na Península ou no ultramar, desejosos de defender-se e também ferir, os sujeitos poderiam concluir que o panfleto não era arma bastante para o combate. E que precisavam do livro portador de uma fórmula narrativa mais persuasiva e poderosa.

[320] CALADO, *Valeroso Lucideno*, *Op. cit.*, obra concluída possivelmente em 1646 e publicada no segundo semestre de 1648. CRUS, *Manifesto das ostilidades*, *Op. cit.*, concluído em 1649 e publicado em 1651, ambos pelo tipografia régia portuguesa do período, a Oficina Craesbeeckiana.

Este papel intermediário das relações historiais seiscentistas as candidata a precursoras das "memórias históricas" que, na França, proliferam sob Luís XIV[321] e, com o advento da Academia Real de História portuguesa (1720), se institucionalizam. Diz Motta que até então "memórias" eram escassas em Portugal, com os acadêmicos doravante se espelhando no modelo das *Mémoirs pour servir à l'Histoire ecclesiastique des six premières siècles*, de Le Nain de Tillemont, (16 vols., 1693-1712). A "memória" enquanto gênero específico da "operação historiante", é certo, não mereceu até aqui detidos estudos. Contudo, os atributos de conservação e registro a que se referem autores como Vargas, Guerreiro e o próprio nome de *Memorias* com que Coelho batiza seu texto indiciam o parentesco. A História, escrevia o acadêmico Sylva Leal, era "a eſcripçaõ mais difficultoſa" dos que querem ser úteis ao público com seus estudos. Mas "muito mais difficil, e laborioſo he o emprego de juntar, diſcutir, examinar, eſcolher, e pôr em ordem Memorias, que hãode depois ſervir para ſe eſcrever por ellas a Hiſtoria, já livre das controverſias, e diſputas, que a memoria decidio com trabalho, e paciencia"[322].

Habitando o meio-termo entre o noticiar e o preservar e engrandecer, as relações historiais, se também transmutam em texto o episódio novo (há pouco acontecido e que ainda esconde feitos e personagens que os panfletos não visibilizaram[323]), detalham e rearranjam a *narratio*, subsidiando futuros investimentos retóricos. Não se revestem, em verdade, desta roupagem neutra, pacificadora e apenas informativa com que Sylva Leal procura idealmente caracterizar as memórias de seu tempo. Nunca se revestiriam, é claro. No Seiscentos, no Setecentos, relatos historiais e memórias são escritos intersticiais, que sem dúvida "juntam, examinam, escolhem" fatos, sem que isto desdiga seus compromissos partidários e sua energia para o combate nas querelas políticas.

Ainda que a disputa pela fabricação da memória da guerra convoque agora mais apertado círculo de leitores – sendo o público das relações de sucessos mais amplo e imediato, por razões

[321] Na França, a valorização das *Mémoirs* é fruto do combate da coroa, Colbert à frente, à história crítica tacitista, malquista pela política centralista dos Bourbons¸ pela acidez de suas análises documentalmente embasadas. O gênero subsidiário, mantido sob rigorosa supervisão, traria menor perigo à contrução da imagem pública da realeza. SOLL, Jacob. *Empirical history and the transformation os political criticism in France from Bodin to Bayle*. Journal of History od Ideas, vol. 64, n. 2, abr. 2003, pp. 297-316.

[322] MOTTA, *A academia Real de História, Op. cit.*, pp. 42-43. LEAL, Manuel Pereira da Sylva. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*. *Parte primeira*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1729, p. vii.

[323] Mesmo a mais tardia das relações historiais, a *Epanaphora Triunfante*, publicada em 1660, acena com a novidade e alude ao ignoto da guerra que propõe relatar, "desejãdo inteirar os que me lerem, da importancia, & circunſtancias deſte caſo". MELLO, *Epanaphoras de varia historia*, *Op. cit.*, pp. 481-482.

comerciais e culturais, que o de impressos mais sofisticados como o livro[324] – as intervenções historiográficas serão, nesse aspecto, doravante mais decisivas. O panfleto, temos visto, provém muita vez da esfera da intimidade: epístola endereçada a remetente definido é trazida ao prelo pelo que comporta de inaudito, de elogio, de picardia, de modo que sua impressão seria desdobramento secundário do ato escriturário. Sua aparição consiste em "desvio" de itinerário, intervenção editorial que, com o tempo, se consolida em gênero[325]. Ao contrário dos panfletos, porém, estes novos papéis que se gestam, as relações historiais, são desde seu rascunho placentário forjados para o escrutínio coletivo. Aquelas que não alcançam as tipografias e bibliotecas é que se transviam e veem limitado seu impacto, em sua época, na batalha representacional.

Ora, isto reforça a ambição política de que se investem estes escritos e altera os recursos retóricos e editoriais mobilizados na veiculação das versões da guerra. As relações historiais inauguram uma ruptura no modo de contar a guerra, mediante o qual nos transportamos do domínio da pré-historiografia para o de um primeiro esforço propriamente historiográfico. Afinal, tais relações novas, sem ignorarem as conjunturas presentes, insistindo perante o mundo na enormidade da guerra e na nobreza dos que guerreiam, se propunham como leituras para o futuro, conservadas nas livrarias dos sábios. Daí não somente a maior visibilidade do autor e a emergência do livro, mas também as alegações de "restabelecimento da verdade", em polêmica com as primeiras folhas volantes, cujas "imprecisões" e "parcialidades" (no sentido de partidarismo, mas também de incompletude) conviria incontinenti remediar.

Os próprios autores seiscentistas nos dão a entender o caráter específico das relações historiais. Tamayo de Vargas, já o citamos, distinguia-as da "hiſtoria perfecta", mas não só ele. Francisco Manuel de Mello, conquanto alegue relatar "sucessos" em suas *Epanaphoras*, decerto não compõe panfletos como os que alardearam a vitória de d. Fadrique em 1625. Reconstrói, ao contrário, episódios gloriosos do passado lusitano, com fins de fixação e celebrização. A

[324] Havendo, como acima defendido, uma relação direta entre a materialidade do objeto editorial e sua legibilidade. Isso envolve desde o preço do exemplar até as funções simbólicas e culturais do livro, passando pelas reduzidas tiragens (menores, em média, do que as das relações) e bibliotecas particulares. LANCIANI, *Sucessos e naufrágios, Op. cit.* BUESCU, "Livros e livrarias", *Op. cit.*, CHARTIER, *As utilizações do objeto impresso, Op. cit.*

[325] Imprimir cartas não era iniciativa estranha à Europa do Antigo Regime, como ensina GRAFTON, *Humanists with inky fingers, Op. cit.*, pp. 31 e ss., sendo a intervenção editorial crucial à construção da imagem dos missivistas. Decerto muitas relações tinham a prensa em vista. Contudo a própria ideia da "relação de uma carta", que os editores não veem motivo de renegar, preserva a distinção primordial entre "carta"e "relação", transmite a ideia de que o papel levado ao prelo não teria como alvo inicial o espaço público, consistindo num amálgama entre os dois universos. Muitas das folhas seiscentistas que hoje compulsamos não foram escritas como "relações de sucessos", mas assim missivas metamorfoseadas mediante reajuste editorial. Acrescentar a expressão "relação" a "carta" denuncia este "sequestro" gutemberguiano do que a princípio era privativo e sigiloso – mesmo se a insinuação de "segredos revelados" não passe de encenação com fim comercial.

mesma denominação de *Epanaphoras* que lhes atribui preserva este sentido de relação histórica breve, "relato"[326]. Seus censores, aliás, reconhecem o valor histórico do texto e comemoram-no enquanto o licenciam, notando-lhe Antonio de Sousa de Macedo a "Verdade, Clareza, Juizo; que ſaõ as leys eſſenciais da hiſtoria". Mello, porém, dizia não se aventurar ao labor de uma História à guisa de Barros ou Couto, propondo um consórcio entre grandeza temática e brevidade textual.

> Ainda que os termos de hũa Relação, ſejão pello coſtume demarcados cõ pouca largueza, poderia ſer, que eu os treſpaſſaſſe (...). Como jà diſſe algũ varaõ da antiguidade: *Os Eſcritores, nam só pintão para a vida do tẽpo, mas para a vniuerſalidade dos homens*. Por eſta cauſa, tomarei deſde ſua origem, a guerra brazilica em breuiſſimo modo (...)[327].

E deixa claro que seu texto respondia a narrativas estrangeiras, relatos da guerra desfavoráveis aos portugueses. As relações historiais, tal como os panfletos com que convivem e polemizam, prestam-se algumas vezes a representações inaugurais, mas mais frequentemente ao contra-ataque a prévias versões incômodas a atores e partidos no centro político ou nas franjas do império. No período filipino, a arenga tende a orbitar a questão do olivarismo e as disputas entre as elites militares lusocastelhanas na Bahia e no Rio de Janeiro; entre 1640 e 1660, a tibieza da dinastia Bragança convida à veiculação de tramas enaltecedoras de figuras atuantes nos *theatri belli* no Brasil e em Angola. Em uns e outros casos, terá parecido claro que as relações de sucessos, úteis como fossem, já não bastavam. O ataque narrativo, para atender às expectativas que se lhe lançavam, necessitava avançar alguns passos na marcha rumo à fortaleza da história.

## 3.3. A "jornada dos vassalos" nas relações historiais (1625-1628)

### *3.3.1. "Reducir a relaciones": as relações historiais testemunhais*

A vaga das relações de sucessos da vitória espanhola a primeiro de maio de 1625 banha as cidades ibéricas nas semanas seguintes à chegada da nova, em fins de junho. Nesse interim, quando não antes, novas textualizações do evento, de maior fôlego, se gestam. Alargam o

[326] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brafilico, Comico... autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. III, 1713, p. 172, verbete: "Epanaphora".
[327] MELLO, *Epanaphoras, Op. cit.*, pp. 481-482. Grifo do autor. O comentário de Macedo nas "Licenças".

quadro tanto temporal – para além da jornada militar restauradora – quanto discursivo – pela composição de um enredo mais rico e variado em fatos e caracteres, e com o tempo mais erudito. O laconismo dos folhetos, sua editoração e seu linguagem chãs deixavam vastos espaços de sombra, além de difundirem versões que acaso desgostavam a alguns, o que tudo convidava, mesmo passados os primeiros meses, a novas incisões narrativas. Sendo a construção da memória matéria de tanta importância, a tessitura atenta da imagem pública do conflito estava na ordem do dia. Daí tantos, em Portugal e Castela, atarefarem-se no reconfigurar a trama da jornada: de expedição de um exército, como se lia nos panfletos, para saga de um império.

No próprio curso da expedição à Bahia, o comandante da armada lusa, cosmógrafo e cronista-mor do reino[328], d. Manuel de Menezes, inicia a redação de apontamentos, porventura por mandado régio. Não obstante as primeiras palavras – "Enfim me resolvo escrever a protecção que uma parte das armadas de Espanha fez ao Brazil..." – sugiram redação tardia, adiante ele próprio revela que, por desenfado, redigia enquanto a esquadra lusitana singrava, no inverno de 1624-1625, as águas entre Lisboa e o arquipélago de Cabo Verde, *rendez-vous* das armadas de Portugal e Castela.

> Estou como com ancia desejando chegar a estas ilhas não para descançar do trabalho de escrever, he a leitura breve posto que cansativa, meuda e seca conforme a o (sic) nome entalada entre os limites rigorosos da verdade que muitos verão e espreytarão sem me poder chegar a elles tanto menos passalos com discursos ou praticas, compostas para deleitar os delicados ouvidos deste tempo, que tudo o al (sic) condenam[329].

Prometendo "verdades" que "muitos verão e espreytarão", Menezes abria um escrito de confessa ambição pública, outra das diversas obras que desde longos anos compunha. Desta feita, porém, desafiava-o não mais a pesquisa genealógica ou histórica de eras passadas, e sim um misto de testemunho "a quente" e de "memória histórica". Que texto era esse a que visava d. Manuel nas primeiras semanas de seu tédio atlântico, possivelmente jamais saberemos: talvez

[328] Desde 1618. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, p. 207.

[329] MENEZES, *Recuperação da cidade de Salvador, Op. cit.*, pp. 357, 386. D. Manuel era antigo defensor do prior do Crato reconciliado com os Áustria e que sob suas ordens lutara na Índia, além de reputado por seus escritos e estudos. Leitor dos gregos e latinos, cujos idiomas dominava, compusera também uma *Chronica delRey D. Sebastiaõ* e uma genealogia das *Familias de Tellos, e Menezes*, ambas ficando manuscritas. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op. cit.*, vol. III, p. 311-312 aponta que a *Relação da Reftauração da Bahia em o anno de 1625*, como a denomina (possivelmente a partir de um manuscrito diferente do consultado por Varnhagen), foi escrita "no mar, e no porto, por ordem de S. Magestade", informação decerto imprecisa, pois Menezes alude a relações castelhanas da jornada, publicadas em Sevilha e Cadiz, o que só poderia fazer uma vez retornado à Europa. Diz, mais, que certo cabo, partícipe da resistência, fora "juridicamente perguntado em Lisboa" sobre o assalto a Itapagipe, prova de que parte do texto é posterior ao regresso. MENEZES, *Recuperação*, p. 401. Seu original se encontra sob guarda da Real Academia de Historia, em Madri, mss. H-27. Cotejá-lo com a edição novecentista de Varnhagen permite vislumbrar inúmeros deslizes na transcrição, inclusive no próprio título, além da exclusão de notas marginais presentes no manuscrito, tudo a pedir sua reedição.

narrativa escorreita e sem adornos, talvez meditação ancorada em sua erudição clássica. Nas páginas iniciais delineia sua ambição de ultrapassar o escopo cirúrgico das relações de sucessos. Recuando algumas décadas, familiariza seu leitor com a heresia da "gente setentrional", suas ofensas "às corôas desta monarchia", enfocando a patriótica mobilização de Portugal e Castela para a queda de Salvador, no apresto das armadas restauradoras, em 1624[330]. Mas, no curso dos eventos e no retorno à Europa, Menezes terá deparado motivos que o persuadiram a emendar o manuscrito, de modo a convertê-lo em defesa de sua ação e reputação.

Não obstante general da armada de Portugal, Menezes é retratado nas relações do segundo semestre de 1625 como personagem menor na expedição restauradora. A *Relacion del viaje*, de Avedaño y Vilela, publicada em Sevilha, abre-se com a hierarquia do comando dos exércidos, situando acima de d. Manuel os cargos de d. Fadrique e de d. Juan Fajardo. A prerrogativa hierárquica e a participação do general lusitano no cerco são ofuscadas, neste e em outros folhetos, pelas façanhas de outros fidalgos engajados no sítio terrestre[331]. Na *Relacion de la carta que embió*, Fadrique, tal qual Avedaño y Vilela, faz ligeira menção a d. Manuel, e a lisboeta *Relaçam verdadeira de tudo o succedido na Reſtauração da Bahia* dedica-lhe magras linhas e pinta-o longínquio, subalterno, retido no mar "por ordem do Almirante Dom Ioão Fajardo", enquanto os soldados obravam façanhas, libertavam a cidade, aleijavam-se e morriam. Mal participa das manobras do cerco, é voz ausente dos conselhos militares e das negociações do armistício. Menezes conheceu e cita algumas dessas folhas[332].

---

[330] MENEZES, *Recuperação, Op. cit.*, pp. 357-381. Sua caracterização da mútua colaboração católica afasta a hipótese de texto "anticastelhano", como alhures foi taxada a obra. "Estavam as coroas de Portugal e Castella, em continua competencia ciosissimas do serviço de Deus, e de seu rey [e] de sua real reputação nesta empresa". Menezes, ademais, fala da "Espanha" como a unidade política que reunia as coroas ibéricas e os domínios italianos dos Habsburgo. Com os assaltos holandeses, "Espanha era ameaçada nas coroas de Portugal e Castela", cabendo à força que navegava em direção à Bahia o título de "os pujantes exercitos de Espanha". Os conflitos que revelará, embora ocasionalmente antagonizem portugueses e castelhanos, ressoam querelas jurisdicionais e representacionais distintas do autonomismo.

[331] AVEDAÑO Y VILELA, *Relacion del viaje, y sucesso de la Armada, Op. cit.* OSÓRIO, *Relacion de la carta qve embio a su Magestad, Op. cit.* (não paginado). ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira de tvdo o svccedido na Reſtauração da Bahia, Op. cit.* (não paginado).Na distribuição das forças que sitiam Salvador, a d. Manuel incumbe permanecer no mar com as naves que bloqueiam a entrada da baía, a impedir fugas e socorros. A importância do "aparecer", do simbolismo das hierarquias nas representações do Antigo Regime, é discutira em FRANÇA, *Portugal na época da Restauração*, *Op. cit*.

[332] Ao contar o botim da praça retomada em 1º de maio de 1625, comenta: "parece-lhe [d. Manuel amiúde fala de si na terceira pessoa] que o autor castelhano, que dizem escreveu a relação, desta impresa não foi curto avaliando em 400V senão incluiu nisto navios, fabricas e aprestos delles e as casas da cidade", cifra que d. Manuel pensava exagerada. MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.,* p. 589. O general não denomina o panfleto, mas GUERREIRO, *Jornada dos Vassalos*, *Op. cit.*, p. 59, cujo texto em muitas passagens se baseia na *Recuperação*, alude também a um "fidalgo Castelhano", o qual, sem tomar parte da jornada, imprimira relação aludindo ao montante do espólio em quatrocentos mil cruzados, enquanto outros inflavam-no a três milhões. A cifra consta na última página de AVEDAÑO Y VILELA, *Relacion de la viaje*, *Op. cit.*. A crítica de Menezes demonstra que seu escrito dialogava com as folhas castelhanas do segundo semestre e que o texto, iniciado nas primeiras semanas da expedição, estava ainda a ser rearranjado após o retorno à Europa, quando a textualização da guerra seguia em pleno curso.

Daí a *Recuperação* adotar o tom arisco que a colorirá, martelando a imagem de Menezes como líder das forças portuguesas em mar e terra, abaixo apenas de Fadrique e El Rey. Ao mesmo tempo em que noticia pormenores ausentes em outros relatos, a obra se transforma em arguição do decisivo contributo do general no episódio, e de sua autoridade nos conflitos do alto comando. A reforçar esta perspectiva, a análise do texto traz à tona uma narração acidentada, montada em linhas superpostas, com o fluxo descritivo descuidadamente interrompido pela anexação de cartas e documentos "comprobatórios" das prerrogativas da armada chefiada por Menezes. Ou revelações dos bastidores, de desinteligências e antagonismos no oficialato, nas quais o autor, contrariando a ideologia oficial da "União das Armas", achava a chance de consolidar a aura de seu posto e de sua autoridade. D. Manuel, longe de murmurar entrelinhas anticastelhanas, antes exporá, com uma indiscrição que as autoridades não perdoarão, as dissensões da cúpula da Jornada por mando, distinção e visibilidade[333].

No episódio da reunião das armadas de Portugal e Castela no arquipélago de Cabo Verde, flagramos a escrita da história em ação. O encontro era descrito nos panfletos, ora como festivo, ora como pontuado por um incidente no qual os portugueses, insubordinados, não teriam recolhido suas bandeiras à chegada de d. Fadrique. "Auatieron las vanderas, y luego las Yzaron", critica Rodriguez de Burgos, "y las traxeron, y han tenido y tienen arboladas ſiempre, aunque las ordenes y el govierno ha ſido del ſeñor dõ Fadrique"[334]. D. Manuel retoma-o e, depois de registrar que prorromperam "as salvas costumadas, e com excessos nas cortesias", interrompe de súbito o relato para transcrever o "alvará sobre o modo das bandeiras e outras preheminencias", e mais documentos nos quais o rei regrava as respectivas jurisdições das armadas[335]. As transcrições amparam a estratégia discursiva de Menezes, a atestar que sob sua chefia recaía todo o exército lusitano.

---

[333] Conquanto d. Manuel proteste contra o tratamento reservado aos terços lusitanos, proibidos de entrar na cidade rendida, parece-nos demasiado simplificadora a explicação proposta em SCHWARTZ, *Voyage of the Vassals*, *Op. cit.*, p. 740, para quem a *Recuperação* "fora talvez mais franca sobre a questão da rivalidade luso-espanhola do que se esperava", decorrendo supostamente daí a recusa para a publicação. Sem desconsiderar que o texto abunda em elogios a Felipe e a Olivares, as discórdias expostas na *Recuperação* expõem disputas por postos e por autoridade que ultrapassam a unidimensionalidade da rivalidade luso-castelhana. A ausência de outros documentos não permite reconstituir as reais motivações para a "franqueza" de d. Manuel. Em todo caso, desnudando conflitos entre castelhanos, napolitanos e portugueses, Menezes feria o desenho do exército unívoco e obediente a Fadrique, a Olivares e ao rei, imagem que as relações de sucessos antes de si pintaram e que as relações historiais seguintes restaurarão.

[334] BURGOS, *Relacion de la iornada del Brasil, Op. cit*.

[335] MENEZES, *Restauração, Op. cit.*, pp. 404 e ss. O alvará (de julho de 1618), na transcrição de d. Manuel, prevê que, ao se encontrarem as armadas, das capitanas de Portugal "se abaterão os estandartes, e a salvarão com quatro peças de artilharia (...); e depois tornarão as ditas cappitanas de Portugal a arvorar os estandartes", validando a conduta adotada. A documentação confirma ainda a jurisdição de d. Manuel sobre o exército que resistia aos holandeses no Recôncavo sob o comando de d. Francisco de Moura.

As revelações de d. Manuel são sem dúvida inusitadas. Sobre o bispo d. Marcos Teixeira, louvado nos folhetos como líder honorável da resistência no Recôncavo até outubro de 1624, quando morre, menciona-se carta que o descreve "com synonimos de gramatico e ambicioso". Entre capitães e mestres de campo, sublinha vacilações e entrechoques, em especial depois da rendição flamenga, nas tensões em torno de postos vagos, no curso a adotar diante da chegada da armada flamenga de socorro ou no tratamento aos inimigos. O mestre de campo Juan de Orellana é retratado recebendo reprimendas de D. Fadrique; Juan Fajardo irrompe encolerizado diante do desacordo dos pareceres no Conselho de Guerra e o marquês de Cropani, zangado com a desorganização da tropa, dispara que muitos capitães ali eram "indignos da guineta"[336].

Maiores indiscrições, todavia, comete d. Manuel com d. Fadrique: sem deixar de lhe dirigir tratamento respeitoso, acusa-o de amiúde usurpar-lhe os foros prescritos nos alvarás régios. "A matéria de jurisdições é mui perigosa", sumariza. E dá o exemplo:

> Matou uma bala (...) ao capitão Diogo Ferreira de Vianna, cuja morte pelas consequencias fora principio de alguns desgostos entre os generaes se fora outra sua natureza (...). Escreveu [d. Manuel] a D. Fadrique em sustancia que os officios e companhias que vagase [sic] na armada e exercito de Portugal avia de prover conforme S. M. detreminara (...). Consydero em algum ocioso, visto não poder ser aquella ocasião e negociação em odio de D. Manuel que o não merecia, se podia tanto o desejo de avantajar hum amigo que puzesse em risco a jurisdição de Portugal em ponto de tantas consequencias[337].

A *Recuperação* forceja por demonstrar que, no âmbito da justiça e do crime, d. Manuel seria a primeira autoridade no Brasil, cabendo-lhe inclusive nomear novo ouvidor, no impedimento do atual. A permanência, aliás, do general luso, no mar, com parte da nobreza, longe de derivar do comando castelhano, seria expressa determinação régia e de forma alguma motivo de desonra. "Entendam", esclarecia o rei, "que me servem nisso mais que os que desembarcarem em terra". O afã de dar-se a dignidade que os primeiros relatos lhe negavam leva Menezes a referir até ordens sigilosas e a desídia de Fadrique em cumpri-las. Mediante a "prova" de tais decretos oficiais, via-se

[336] MENEZES, *Recuperação, Op. cit.*, pp. 546-547, 573 e 583.

[337] *Idem*, pp. 562-563. A ocupação dos cargos, a jurisdição do crime, o provimento da tropa e o mau tratamento que d. Manuel julga ser dado aos soldados lusos continua antagonizando o autor e Fadrique até o retorno das armadas, em agosto. Como sintetiza às pp. 620-621, "alegavase por outra parte que a impreza do Brasil era fora do conteudo dos alvarás, e regimentos, e nela levava D. Fadrique amplicima jurisdição. Provava D. Manuel o contrario (...) com os mesmos regimentos reaes pera aquella jornada (...)". Isto haveria de bastar para o respeito aos foros e "com tantas resões mal se podera cuidar teria D. Fadrique sua jurisdição por demenuida". No entanto, maus conselhos o envenenavam, pois "como quer que fosse ou perfiado instantemente dos pretensores, ou apertado pela palavra, tentou outros caminhos".

> O gosto que S. M. mostrou de honrar a D. Manuel, a estimação que fez de sua pessoa. Mas encommendando a D. Fadrique de Toledo serta impresa avendo logar nas instruções secretas, lhe mandava S. M. comonica-se com elle somente honrando-o com muitas palavras. O capitulo lhe mostrou D. Fadrique em segredo estando em junta particular. Depois o disse em conselho *não faltando nelle mostras de resentimento*[338].

Tantas indiscrições liquidariam a possibilidade de licenciamento do papel para impressão[339]. As folhas volantes de ordinário anunciavam a vitória como resultante de uma força militar coesa, imagem em harmonia ideológica com o discurso da União das Coroas. Já Menezes, na tarefa de justificar sua silenciada importância na empresa, desafia-as com o retrato de um comando perturbado por conflitos, surdo aos mandatos reais, que viola foros e contraria a experiência e a razão. A *Recuperação*, por um lado, se avizinha das relações de sucessos, por madrugar na textualização do fato mediante uma escrita direta, despida de aportes eruditos, presidida pela força simbólica do "testemunho de vista". Por outro, inaugura a reescritura da história da guerra, ampliando o "sucesso" singular em uma tela mais vasta, apoiando-se no que já se dissera e metamorfoseando a *narratio* em vias de elaboração.

Seu caso ilustra bem a disjunção introduzida na historicização da guerra. A *Recuperação*, atravessada por tal hibridismo, documenta o nascimento de novos problemas discursivos, ligados à dimensão, ao sentido e à prestância do evento, os quais as relações historiais buscarão solucionar. E ensina-nos quão cedo a jornada persuadiu a muitos de sua grandeza e de seus alcances políticos e historiográficos. Em meio à gama enorme de matérias tratadas nas relações – englobavando casamentos, certames, embaixadas, naufrágios, cometas, desastres, etc. – poucos fatos transitam com sucesso para o território do histórico, o assunto amiúde perecendo com a fugacidade que lhe caracteriza o suporte[340]. Mas não agora.

Além de d. Manuel, mais partícipes da jornada e de futuros momentos da guerra holandesa criarão extensos relatos que, se não se confundem com as relações de sucessos,

---

[338] MENEZES, *Recuperação, Op. cit.*, 408, 537 (grifo nosso). Os desacordos parecem se incrementar especialmente depois da recuperação da praça, no tocante à permissão de entrada na cidade, da provisão das armadas para o retorno e da guarnição a deixar na Bahia. Muitos soldados deserdavam com mostras de "desobediencia sofrivel", o que era motivo de preocupação dos oficiais e aplicações de castigos. As soluções propostas para lidar com os problemas levavam a conflitos e "a consideração era tão confuza que cada um variava do outro por intervalo immenso", p. 609. A d. Manuel irrita o tratamento injusto recebido pelos portugueses, aos quais não fora permitido o acesso à cidade no dia da recuperação. E sugere que não revelava todos os problemas: "maior monstro era esse do cuidar a quem ler esses escritos em que se não podem dizer todos os particulares que cansavam a D. Manuel". *Idem*, p. 619

[339] A *Recuperação*, como já dito, permaneceria manuscrita até o século XIX. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, p. 207. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit*., p. 740, comenta os debates coevos no Conselho de Estado, nos quais se decide proibir as licenças a diversas relações tidas como inconvenientes aos interesses do poder central.

[340] Tal trânsito sendo favorecido quando o objeto tematizado é a guerra, diante do caráter clássico do tema e da importância política do acontecimento. BEBIANO, *A pena de marte,* Op. cit.

dificilmente seriam classificados, aos olhos do século, "Hiſtorias perfectas". Pela altura de outubro de 1626 o soldado Juan de Valencia y Guzmán dedicava a d. Fernando de Porres y Toledo, cavaleiro da ordem de Calatrava e sobrinho de d. Fadrique, longo relato da jornada[341]. Após discorrer sobre a geografia e os habitantes do Brasil, o *Compendio hiſtorial* passava em revista o primeiro século do povoamento e a prosperidade da terra – introduzindo na historicização da guerra holandesa essas e outras inovações retóricas que consolidam ideias de saga, descoberta, sacrifício e cristianização. Culmina a marcha histórica com o assalto holandês de 1624, que tudo ameaçava, vitorioso por causa da "canalla tan cobarde y bil" da cidade, todavia logo remediado pela presteza do rei e do conde-duque, e pela salvaguarda do céu[342].

A relação historial, temos visto, não é constrangida por injunções claramente tracejadas. Transita num espectro discursivo próprio, o qual comporta textos que em muito se aparentam às relações de sucessos, sem sê-las, bem como obras que, por suas escolhas retóricas, pela abordagem do fato e pela reputação de seu autor, gravitam na vizinhança do que então se entendia por História. A *Recuperação* e o *Compendio* habitam esse interstício. Depoimentos de soldados-escritores, aliás aparecidos tão cedo, compreende-se a linguagem direta que empregam, útil a seus propósitos discursivos. A erudição e sofisticação literária virão em seguida, quando a historicização passar às penas de homens de letras ausentes da luta, nos quais o objetivo de relatar disputará espaço com novas metas representacionais. Não demoraria até que escritores ausentes da jornada reunissem as primeiras narrativas e forjassem novas versões do evento, mais bem sucedidas em suas metas editoriais e historiográficas.

### *3.3.2. Erudição como tática*

Decorridos meses da chegada das notícias, vêm a lume narrativas que, à guisa de Menezes e Guzmán, reconformam-se ao preceito da instauração da verdade mediante registro minucioso

[341] RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, p. 208, situa a redação em 1625, mas não fundamenta a datação. A dedicatória a Porres y Toledo prefacia o manuscrito, datada de outubro de 1626, mas não terá bastado a viabilizar-lhe a publicação. O *Compendio hiſtorial* apenas seria publicada na Espanha, no século XIX, sendo diminuta sua *performance* historiográfica até então.

[342] VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Hiſtorial, Op. cit.*, p. 90. A edição traz o fac-símile do ms. 2356, guardado na Biblioteca Nacional de Madri, possivelmente cópia coeva do texto de Valencia y Guzmán. Tal qual a *Recuperação*, o *Compendio* consigna também narrativas de terceiros, destacando-se a "certificacion" com que o governador d. Francisco Sarmiento de Soto Mayor, prisioneiro em Salvador, atesta a diligência com que d. Francisco de Moura perseguiu os flamengos no Recôncavo, recomendando ao rei que o premie (pp. 106-108). Monta ainda – como a chancelar as palavras de Vargas acerca da tarefa de registro exaustivo das relações historiais – detalhadas tabelas de tripulantes dos navios, peças de artilharia, munições e vitualhas, o soldo dos oficiais e outras computações (pp. 122-213).

e informador da posteridade; mas que vão além. Não só as relações de sucessos, mas já os relatos historiais testemunhais embasam os novos papéis. Alguns, qual o *Compendio*, alargam o quadro descritivo com compridas secções dedicadas à história, à geografia, aos índios do Brasil. Outras, desenvolvendo *topos* embrionário na *Recuperação*, retraçam a "rebeldia holandesa" em suas primícias. E, merecedor de particular atenção, entrelaçam à trama referências da Antiguidade e da Renascença, novas na historicização da guerra flamenga, porém corriqueiras na literatura da época[343]. No diálogo, a um tempo se retomam soluções e se arriscam inovações que cimentam o estatuto histórico crescentemente atribuído ao fato. Para facilitar a maratona até o prelo, amputam-se trechos tidos por inconvenientes ou subversivos: os impressos, não admira, forjam imagem mais idealizada, harmônica e "oficial" do fato.

Não tardam a emergir. Nos primeiros dias de novembro de 1625, o noviciado da Companhia de Jesus em Lisboa, o Ordinário e Inquisição licenciavam a publicação da *Iornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal*, do respeitado sermonista Bertolameu Guerreiro, o que sugere que, ausente da expedição, tê-las-á não obstante composto depressa após a chegada das novas à Europa[344]. Em Castela, o cronista-mor Tamayo de Vargas, conquanto apenas publique sua *Restavracion de la civdad del Salvador* nos começos de 1628, esclarece que, com o informe da libertação da praça, recebera o encargo de relatar o sucesso, o que alega ter realizado "dentro de pocos dias". Pela altura terá também composto sua *Historia de la recuperacion del Brasil* o futuro bispo de Toledo, Eugenio de Narbona y Zuñiga, dedicadas a Olivares, mas cuja primeira estampa só sairia em 1950[345]. O primeiro entrevero iberoneerlandês é, assim, recontado com abundância e rapidez que não se repetiriam depois de 1630. A urgência do dizê-lo era, então, sobretudo peninsular e mermo cortesã.

Com esta nova leva de relações historiais, a narrativa da guerra holandesa reelabora-se. Agora, quando o frescor das notícias em primeira mão diminuía, pelo acúmulo dos informes

---

[343] GRAFTON, *What was History?, Op. cit.*. PEREIRA, *Retórica e eloquência*, *Op. cit.* BONILHA, *Manuel de Faria e Sousa, historiador, Op. cit*. SOLL, *Empirical history*, *Op. cit*. FOSSIER, François. *A propos du titre d'historiographe sous l''Ancient Régime*. Revue d'histoir moderne et contemporaine, t. 32e, n. 3, *Histoire et Historiens*, jul.-set. 1985, pp. 361-417. Para caso da cultura escrita portuguesa, ver
REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*. *Op. cit*. MATOS, *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*, *Op. cit.*

[344] Guerreiro estamparia alguns sermões e escritos até sua morte, em 1642. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op. cit.*, vol 1., p. 463. A *Jornada* estaria impressa em 22 de dezembro de 1625, quando o noviciado da Companhia atesta sua conformidade ao original. GUERREIRO, *Iornada dos Vassalos, Op. cit*., "licenças". Equivocam-se CAMENIETZKI e PASTORE, *1625, o fogo e a tinta, Op. cit.*, p. 265, ao dizer que "entre os clérigos embarcados estavam o padre Bartolomeu Guerreiro e...". Guerreiro não registra um testemunho ocular, senão, como inscreve no prólogo, "colhi o que na empreza ouue, das fontes da verdade", aludindo em seguida aos tipos de fontes em que se informa.

[345] VARGAS, *Recvperacion, Op. cit.*, exórdio "a todos los qve fueron a la iornada del Brasil". NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil, Op. cit*.

das relações de sucessos e já das primeiras relações historiais testemunhais (as quais, manuscritas, sem dúvida circularam e leram-se), as narrativas substituiriam o elogio do depoimento "de vista", cru, escorreito, encontrável nos panfletos e em Guzmán e Menezes, pela justificação do alicerce documental assegura a verdade e desdobra a inteligência para além dos confins do olhar. Guzmán, sublinhando o capricho dos homens sempre novidadeiros diante da variedade dos eventos, aproveita-se do que presenciara na Jornada para "reducir a relacion", não tudo – porque confessa que toda relação é fração e recorte – mas "algunas coſas de las que hivan ſuccediendo en ella"[346]. Não é outra a linguagem da *Recuperação*, a cada passo pintando-se d. Manuel nos cenários da luta, em tática a infundir veracidade a seus retratos e fama a si próprio.

Guerreiro, Vargas ou Zuñiga, todavia, querem convencer-nos de que aquilo que os olhos não viram documentos confiáveis preservaram. A exatidão desapaixonada e a abundância deles, argumenta, compensarão a ausência do escritor, desde que, com bom método, distinga os depoimentos sadios dos viciosos, dos que distorcem e bajulam. Assegura Guerreiro ter-se nutrido "das fontes da verdade (...), rejeitando popularidades (...) & encarecimentos, que muytos ſeguem com grande dãno da certeza dos ſucceβos". A autoridade e o afã compilatório ocupam agora os postos da experiência que antes prometia "reducir a relacion" o evento: e o autor das novas obras julga enxergar o passado através não dos seus dois, senão de muitos olhos alheios, pois a boa fonte seria espelho ou janela. Daí Guerreiro "não pòr eſta relação nos olhos do mundo", sem extrair cada nota "de relações & cartas de muy calificadas peſſoas em ſangue, & authoridade de officios", além dos "livros dos miniſtros de ſua Mageſtade" e mais papéis chancelados nas secretarias reais. Arrazoado análogo àquele com que Vargas, pouco depois, prefacia e justifica sua *Restauracion*[347].

Menezes e Guzmán, ao urdir narrativas pretensamente públicas, voltadas para leitores presentes e pósteros, principiavam a transição da pré-historiografia da guerra holandesa para a sua expressão historiográfica. Narbona y Zuñiga, Guerreiro e Tamayo de Vargas aceleram o trânsito, pelas novidades que introduzem na operação historiante. Não mais testemunhas, os autores amparar-se-ão nas "múltiplas práticas textuais e literárias" oriundas da Renascença e características do letrado seiscentista[348].

Nova disjunção sucede, agora no interior do gênero das relações historiais, decorrente das urgências políticas de recontar a guerra, as quais se resolvem mediante inovações retórico-

[346] VALENCIA Y GUZMÁN, *Compendio hiſtorial, Op. cit.*, p. 26.
[347] GUERREIRO, *Jornada, Op. cit.*, p. 3. VARGAS, *Recuperacion, Op. cit.*, pp. 11-12.
[348] SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*, p. 314 (tradução livre).

metodológicas inseridas na *narratio*. Enquanto a *Recuperação* e o *Compendio* atendem sobremodo aos propósitos políticos de seus autores, em busca de visibilidade ou reparação, aos grupos interessados na perpetuação do feito convinha outra estratégia. Não descrição lhana e irreverente como a de d. Manuel, nem da lavra de soldado sem licenciaturas como Guzman, mas texto abalizado em preceitos retóricos mais prestigiados. A historicização não poderá doravante prescindir desta aparelhagem a englobar metodologia de fontes, disciplina retórica e criação cuidadosa da memória, que alicerçam a historiografia no período estudado. As novas narrativas, dizíamos, aceleram o trânsito, todavia não o concluem, impedidas pela alegada distância entre o relato historial e as "Hiſtorias perfectas", tão reiterada pelos autores seiscentistas.

Tal como nos textos de primeira hora, os holandeses seguem fustigados como inimigos da fé, "tão esquecidos das obrigações diuinas, & humanas". Mas a sega documental ultrapassa a fronteira pátria e amplia a descrição da insolência flamenga, cujas motivações as relações de sucessos raro mencionavam e Guzman aborda com laconismo[349]. A secessão batava é mencionada por Vargas, porém Guerreiro e Zuñiga recriam os debates que em Haia e Amsterdam precederam a fundação da WIC, ademais condenando as proposições do "Sophista" Hugo Grotius acerca da "libertad natural de los mares"[350]. A agressão de 1624 e a reação católica são subsumidas à intriga internacional de grandiosas proporções, antiga de setenta anos, associadas a conflitos geopolíticos no Oriente e a equilíbrios miltares e diplomáticos nas fronteiras de Flandres e na Lombardia, envergadura a que os testemunhos diretos jamais se atreveram.

O mais sólido amparo documental e repertório erudito possibilita aos autores outras formulações inaugurais, apreciadas nas obras de penhor histórico. As analogias históricas e as meditações fundadas na literatura clássica enraízam-se e se avolumam. Na *Jornada dos Vassalos*, que vem a lume a tão pequeno intervalo do acontecimento, Guerreiro compara as solicitações de Felipe IV à nobreza lusitana para que militasse nas armadas a outras de d. João III em Quinhentos. Noutra quadra, justifica a chefia militar da resistência, assumida pelo bispo d. Marcos Teixeira – "como ſe tiuera muytos annos de exercicio de milicia em Italia, ou em Frandes" – rememorando outros bispos-guerreiros dos tempos de d. Afonso V (1438-1481) e

[349] VALENCIA Y GUZMÁN, *Compendio historial*, *Op. cit.*, p. 68.
[350] NARBONA Y ZUÑIGA, *Historia de la recuperacion del Brasil*, *Op. cit.*, p. 166. VARGAS, *Restauracion, Op. cit.*, pp. 7v e ss. O cronista-mor de Castela recua a narrativa para o tempo do infante d. Henrique, para legitimar as possessões portuguesas na Índia, sancionadas nas bulas papais de Quinhentos e ampliadas por d. Afonso V, d. João II e d. Manuel. Do que resultaria vã a querela dos neerlandeses, que "ilegitimamente poſſeen aun lo q habitan, cõ nuevo atrevimiẽto se disponẽ a dar leies a otras gentes, a señalar limites a los mares, i a hazerſe arbitros de los commercios del univerſo". *Idem*, p. 7.

Fernando de Aragão (1474-1516), cujo despir da tiara e empunhar da lança não lhes trouxera vilipêndio, mas sim fama[351].

Em Tamayo de Vargas, por sua vez, mostras de erudição são comuns no relato e mesmo das margens do tomo. Recheia-no diversas notas alusivas a textos bíblicos, antigos, medievais e modernos, sob cujos saberes são ressignificadas não somente a expedição restauradora, mas sobretudo a viagem oceânica, a justeza dos domínios filipinos e o antagonismo hispano-neerlandês. A *Restauracion*, tal qual a *Jornada dos Vassalos* e de forma ainda mais acentuada do que os demais escritos do período, longe de apenas elencar citações pedantes e livrescas, aciona a erudição renascentista para o fim de nobilitar e engrandecer seu assunto e seus personagens. Na travessia do Atlântico, por exemplo, invocam-se Gomarra, Teofrasto, Plínio e outros para referendar depoimentos acerca dos fenômenos climáticos e monstros marinhos. O erro das reivindicações secessionistas neerlandesas é demonstrado com o concurso de autoridades teológicas e jurídicas. O espaço dedicado na edição às notas, designadas no corpo do texto pelas letras do alfabeto, por vezes sobrepassa o reservado à narração. "i que maravilla", exclama Vargas, a certa altura,

> Si mas como piratas que mercaderes eſtan [os holandeses] de derecho[b] privados de la confiança, como[c] perturbadores de los commercios publicos[d], ladrones[e], excomungados, enemigos[f] comunes: tan ſin auctoridad, que no ſolamente no la pueden tener en el[g] trato, pero ni exercitar la[a] milicia con q ſe defiẽde, i finalmẽte como rebeldes, no[b] adquiriendo derecho alguno legitimo en lo que alcançaren, excluidos del de la[c] Republica[d] legacia, i[e] juizio, i expueſtos al rigor de las[f] penas que la razõ tiene diſpueſtas juſtificadamẽnte en las leies[352].

Tantas interpolações no registro discursivo não são compreensíveis como mero exercício acadêmico, fora das tensões políticas que a todo momento atravessam a historicização da guerra. Atendem, ao contrário, ao imperativo de elevar a patamares mais e mais elevados a memória da conquista, cuja consecução não seria realizável sem a "viragem erudita" inaugurada em Guerreiro, Zuñiga e sobretudo Tamayo de Vargas. Não esqueçamos, aliás, que a restauração de 1625 engajou boa parte da fina flor da nobreza ibérica, o que as relações celebram e a

[351] GUERREIRO, *Jornada dos vassalos, Op. cit.*, pp. 20-20v, 35v-36. Podendo a majestade ordenar em lugar de pedir, "eſtimar, agradecer, ou rogar de Principes a vaſſalos ſempre foy hũa ſuaue, amoroſa violencia, pera obrigar no ſeruiço a milagroſos eſtremos", daí introduzindo as comparações.

[352] VARGAS, *Recuperacion*, *Op. cit.*, pp. 13v-14. As repetições das notas-consoantes vêm da mudança na paginação, pois no arranjo da edição a sequência se reinicia a cada nova página. Curiosamente, os capítulos dedicados a contar o cerco e a vitória deixam de lado as alusões eruditas, bem mais frequentes na primeira parte da obra. Como a indicar que o cronista-mor, tal qual dissera, concluíra o relato "en pocos dias", usando o mais do tempo transcorrido até a publicação para incrementar o manuscrito com detidas contextualizações históricas, referências bibliográficas e adornos literários..

historiografia reafirma[353]. Torna-se assim compreensível a pressa com que a textualização do evento percorre o itinerário do simples relato alardeado em panfleto a páginas ricas em referências respeitáveis.

A narrativa do padre Bertolameu Guerreiro, mais do que relato da viagem, é um encômio da participação lusitana na expedição. Escrita num momento em que as fissuras da nobreza, sob o empuxo do olivarismo, não eram ainda graves nem irremediáveis[354], concilia o patriotismo português com a majestade filipina e mesmo com as diretrizes políticas do conde-duque. Este, retratado como generoso, é comparado a um valido de Alexandre Magno, o qual, ansiando por enaltecer o imperador, "não trataua de outros meyos mais poderoſos, que os da beneuolencia, & os da grandeza, & magnificencia"[355]. Ao escolher dar primazia em sua obra aos "vassalos da coroa de Portugal" e não a totalidade dos exércitos, Guerreiro se faz caixa de ressonância da fidalguia, em vista das recompensas que esta cobiçava receber e, mais ainda, de uma representação engrandecedora da elite lusa na constelação das monarquias da *Hispania*.

Sendo, para este fim, de tanta importância a obtenção das licenças de impressão, o jesuíta se instrui em folhetos e comunicados oficiais. Decalca o enredo da *Recuperação*, em ocasiões copiando-o, todavia limando trechos que desvelassem antagonismos na chefatura do cerco[356]. Imita d. Manuel ao reconstituir com vagar o apresto da armada lusa, destacando idênticos extratos das cartas com que o rei agradecia ao zelo luso. Por outro lado, o delicado momento do encontro das armadas em Cabo Verde, por exemplo, que motivara Menezes a transcrever alvarás justificativos, em Guerreiro é retratado com brevidade. A autoridade do general português, aliás, é reiterada, no entanto sobriamente, sem despertar polêmicas inoportunas.

---

[353] SCHWARTZ, *The Voyage of the vassals, Op. cit.*

[354] VALLADARES, *Portugal y la monarquia hispánica, Op. cit.* A proximidade de Guerreiro com os Bragança, mencionadas em BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op. cit.*, p. 463 não converte seu texto em libelo antifilipino, num período em que a própria casa ducal não participava de qualquer murmuração conspiratória, como não faria ainda por alguns anos. Da mesma forma, o conhecido sermão proferido em 1623 e preservado na Biblioteca Nacional de Portugal, tratando do estado das conquistas do Oriente: GUERREIRO, Bertolameu. *Sermão qve fez o padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesus, na cidade de Lisboa na Capela Real, dia de Saõ Thomé, anno de 1623...* Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor do rei, 1623, parece-nos desferir antes um ataque ao "mau governo" dos vice-reis do que denunciar "descaso da Monarquia com os domínios de Portugal", como pensam CAMENIETZKI & PASTORE, *1625, o fogo e a tinta, Op. cit.*, p. 264. Em todo o caso, fosse qual fosse a simpatia política de Guerreiro – e há razões para julgá-lo defensor da regalia bragantina, pelo nome de "príncipe" que dá a d. Teodósio, pai do futuro rei, em suas exéquias – a *Jornada* não seria o lugar de manifestá-la, pois não consistia em canal de difusão das ideias do jesuíta, em vista dos demais interesses envolvidos em sua escrita e publicação. GUERREIRO, Bertolameu. *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas exequias do anno que se fizerão ao serenissimo Principe d. Theodosio Segudo* [sic] *Duque de Bragança em Villauiçosa... em 29. de novembro de 632*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632.

[355] GUERREIRO, *Jornada dos vassalos, Op. cit.*, p. 48v.

[356] A perspectiva de Menezes seria ampliada nos relatos de Guerreiro e do padre Antônio Vieira, em sua *Carta Ânua*, de 1626. "O que está presente em todos os relatos e o que está ausente em alguns deles", conclui Schwartz, "fornecem a chave para entender as preocupações dos que celebravam o triunfo e dos que precisavam tê-lo celebrado". SCHWARTZ, *The Voyage of the vassals, Op. cit.*, p. 740 (trad.livre).

Eventuais desinteligências da resistência do Recôncavo desaparecem, substituídas pela obediência respeitosa à figura do bispo d. Marcos. A nobreza lusitana retratada é una, aguerrida qual "milhares de Alexandres, & Scipioens", imune a interesses mesquinhos. Até o botim da cidade, do qual fora excluída depois de tanto lutar, se a entristece, não a magoa em demasia:

> E ſe eſta confiança dos Capitães da Coroa de Castella, foy fundada em desejo de proueito, rezão era que alcançaſſe eſte, a quẽ tanto alcançou o trabalho. (...) A milicia Portugueza, ſe não deu por achada de outros intereſes, mais q do ſerviço de ſua Mageſtade, honra, & reputação da Coroa de Portugal[357].

Os malabarismos e amputações textuais do jesuíta acabaram, afinal, bem sucedidos e o livro corria, licenciado e taxado antes do Natal, autorizado em intervalo incomumente breve. A edição de Matheus Pinheiro estampa gravura da Bahia cercada pelas armadas, e anexa erratas, indicando cuidadosa revisão. Tudo faz supor um trabalho esmerado, composto e publicado sob o favor e vigilância de muitos, haja vista as infindáveis listas de fidalgos partícipes aqui e ali entremeando o relato. A obra era encômio à elite guerreira e, por conseguinte, argumento para renovados beneplácitos régios, em meio aos equilíbrios de poderes no império dos Habsburgo.

Não teria repercussão a *Historia* de Narbona y Zuñiga, pouco conhecida e menos lida em Seiscentos, não obstante sua linguagem laudatória do olivarismo. Nas bibliografias do século XX não é ainda inusual seu esquecimento[358]. Já a *Restauracion*, de Tamayo de Vargas, erigia imagem do evento harmonizada às metáforas unionistas da narrativa política promovida pela coroa. A vasta bibliografia em que se embasa, ademais, atende igualmente a este propósito legitimador e nobilitante. Tal como Guerreiro, que leu e cita, o cronista-mor de Castela forja narrativa sem arestas, expurgada divergências e tensões, como convinha a um relato oficial.

Figuras heroicizadas nos escritos portugueses são recuperadas por Vargas, como é o caso de Salvador Correia de Sá expulsando os holandeses do Espírito Santo ou comandando uma esquadra até a Bahia. O bispo d. Marcos e o governador Diogo de Mendonça Furtado, castigados alhures, são agora objeto de tratamento respeitoso e eventuais faltas imputadas são repaginadas com a ajuda de uma retórica panegírica. Retratados favoravelmente, os portugueses entram da jornada com destaque, porém integrados às hostes da Espanha e subordinados às diretrizes de Madri: "el Caſtellano, el Portuguès, el Neapolitano como unos enla [sic] lei i en el Rei, lo ſon en el valor". Também, qual o jesuíta, demora-se em listagens dos que se embarcaram na guerra e nela morreram. O que não surpreende: em sua ideia da função subsidiária da relação

[357] GUERREIRO, *Jornada dos vassalos, Op. cit.*, pp. 40-41v, 51, 59.
[358] Não o catalogam MORAES, *Bibliographia Brasiliana, Op. cit.*, nem RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, embora este autor supervisionasse a publicação do manuscrito na RIHGB, em 1950.

historial, “aunque coſas tan particulares ſuelen pocas vezes ſer materia de la pluma en las hiſtorias; en las relaciones deſta, ſe debe permitir”. No mesmo espírito, a edição saída da oficina do finado Alonso Martin se fecha com uma “summa de lo particvlar deſte suceſſo”, útil índice remissivo para futuros historiadores[359].

Censurada a *Recuperação* e outros papéis “subversivos” e publicada a *Restauracion*, as elites lusocastelhanas se impõem às demais vozes que, desde a chegada das notícias da vitória, ambicionavam narrar o primeiro capítulo da guerra holandesa nas costas atlânticas. Ainda que partícipes de uma mesma guerra, a expedição à Bahia em 1625 e os anos de luta em Pernambuco e Angola são historiados separadamente, em função das mudanças na conjuntura política e do menor engajamento direto da fidalguia ibérica, já no contexto da crise da União das Coroas. Daí decorreria a longa tradição historiográfica de abordar de forma isolada os episódios. Cumprida a tarefa de relatar a jornada, o passo seguinte seria a integração do episódio à História da Espanha, principiado muito em breve por autores como Manuel de Faria e Sousa e Gonzalo de Cespedes y Meneses. A sequência imprevista, no entanto, na qual o conflito se reaviva na América, em 1630, em conjuntura crescentemente desfavorável à governação filipina sobre os domínios portugueses, anteporá desafios aos que se supunham no controle discursivo do processo de historicização.

## 3.4. Narrativas que chegam do sul: relações historiais da guerra em Pernambuco e Angola (1644-1660)

### *3.4.1. Os Albuquerque contra-atacam*

Como vimos, a produção de relações de sucessos sobre os confrontos íberoneerlandeses no Atlântico meridional se refreia na década de 1630 e, ademais, é capturada por penas periféricas, em sintonia com as mudanças no cenário político que as impulsionava. A emergência de relações historiais, por sua vez, sofre ainda maior abalo. Depois de 1628, enquanto nos Países Baixos panfletos de temática ultramarina se multiplicavam, na órbita dos sucessos militares e de uma cultura escrita em veloz disseminação[360], na Ibéria a atenção voltava a se concentrar nas crises europeias e orientais do Império. Ressalvados alguns dos

[359] VARGAS, *Recuperacion, Op. cit.*, “A todos los que fveron a la Iornada” e pp. 35, 75v, 180 e ss.
[360] RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit*, pp. 210 e ss. BLAAK, Jeroen. *Literacy in everyday life: reading and writing in early modern Dutch diaries*. Boston/Leiden: Brill, 2009.

impressos que examinamos no capítulo anterior, o mais que se compõe naqueles dias, até a década seguinte, são cartas e manuscritos curtos, enfocando o cotidiano bélico ou eventuais combates de mar e terra.

Ao contrário de 1625, raros desses escritos pós-1630 contribuiriam direta ou imediatamente para a construção de uma narrativa pública da guerra. Indiretamente, no entanto, foi considerável o contributo: nutririam as relações historiais, mesmo as de tom testemunhal, que começam a vir a lume a partir de 1644. Estas, à procura de construir representação integrada do conflito, desde seus primeiros movimentos até o presente dos combates, dependerão dos depoimentos orais e manuscritos para historiar os tantos teatros de uma luta que se triangula do Maranhão à Bahia e aos sertões angolanos.

De forma análoga aos escritos de Menezes, Zuñiga, Vargas e outros relativos à recuperação de 1625, as *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, *O valeroso Lucideno*, o *Manifesto das ostilidades* e a *Epanaphora triunfante* historiam o segundo momento da guerra holandesa (1630-1654). Mas eram distintos os desafios, porque era outra a magnitude de seu assunto: temporalmente, a guerra reacendida se estendia já por década e meia, sem previsão de término, quando despontam os primeiros textos. Geograficamente, teatro era muito mais vasto. Politicamente, a retração militar e discursiva dos poderes centrais nesta fase do conflito[361] reivindicava soluções narrativas específicas, em vista do papel desempenhado pelas elites militares ultramarinas, agora historiadoras da guerra, nas capitanias do norte do Brasil e em Angola.

Os livros que começam a emergir neste cenário recuperam relações prévias disponíveis, formulando versões do conflito em curso harmonizadas a seus desígnios políticos. Recusando o título e a gravidade de "Histórias", anunciam-se como "relações", "memórias", "tratados": antessalas de um hipotético volume histórico que o futuro elaboraria, da lavra de "otra mas bien cortada pluma", como escreve Coelho, martelando o *topos* do *mediocritas mea* particularmente comum nas relações historiais[362]. Tal História se informaria nas minuciosas e "fidedignas"

[361] Em vista da menor participação da nobreza ibérica, das dificuldades da coroa espanhola e, depois, da tibieza dos Bragança, em comparação com o contexto de 1625. MELLO, *Olinda restaurada, Op. cit.*

[362] COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, ed. 1654, p. 80v. Humildade autoral manifesta em "fórmulas de modéstia", concretizadas em escusas de *propter infirmitatem*, de *rusticitas* e de toda sorte de fingida pobreza de meios intelectuais, mediante a qual o autor ou orador se apequena no exórdio a fim de cativar a audiência. O recurso retórico remonta à Antiguidade romana e judaica, com vasto emprego nas épocas carolíngia e baixo-medieval. CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1952, pp. 83-85. Conquanto presente mesmo em obras históricas erutidas e vazadas em estilo grandiloquente, a "modéstia afetada" cumpre função especial nas relações historiais, pelo papel subsidiário que estas se atribuem, invocando um futuro historiador que revisite o assunto e o aprimore. Nelas, o *topos* ultrapassa a superfície decorativa, converte-se em diretriz discursiva.

notícias que agora se preservavam. Este conjunto de elementos discursivos e contextuais será habilidosamente mobilizado pelos autores e por seus grupos políticos.

Em fins de 1638, Duarte de Albuquerque Coelho, deixa o Brasil depois de sete anos engajado na defesa do patrimônio familiar. Ao longo dos próximos 6 anos, concluiria a redação das *Memorias diarias*, cujas licenças civis e eclesiásticas se homologam em Madri, em julho de 1644. Já aludimos à barragem da obra pelas *Razones*, atrasando sua publicação em dez anos, com prejuízo dos frutos que os Albuquerque calculavam colher com o livro. Matias, o protagonista, morreria em 1647, porém reabilitado e nobilitado pelo regime Bragança[363]. Alvos desde os primeiros disparos de uma forte campanha culpabilizante dos opositores na Europa – especialmente da facção a gravitar em torno de Olivares e Diogo Soares, inimigos antigos dos Castro e da família donatarial – a Duarte e Matias convinha com toda pressa estampar e fazer circular sua versão justificativa de seu comando na resistência.

A historiografia sustenta há um século terem sido as *Memorias*, tão logo publicadas, proscritas. Na *Bibliotheca Brasiliense* (1907), J. C. Rodrigues escrevia que "os Hespanhóes" obstaram a publicação da obra e, após 1654, "supprimiram quantos exemplares achavam". O autor não indica, porém, as fontes da afirmação[364]. R. B. de Moraes, na *Bibliographia* (1958), repete Rodrigues; e Cabral de Mello, apoiando-se por sua vez em Moraes, conclui ser rara a obra "devido ao embargo (...) pelo governo espanhol". Parece prolongar-se aqui um equívoco, espécie de "telefone sem fio" historiográfico[365].

Nossas pesquisas em Lisboa, Madri e Simancas não descobriram provas do suposto embargo, que aliás seria inusitado após dez anos de debates pela aprovação. A censura espanhola *a posteriori* era de ordinário incumbência inquisitorial, cujo consultor licenciara a obra em 1644, sem achar-lhe má-fé. A nota de J. C. Rodrigues mecere, ademais, acolhida desconfiada, pois no mesmo trecho diz ele que Coelho "em 1654 escreveu estas *Memorias"*, o

[363] Duarte, escolhendo o lado filipino na secessão (ou a isso sendo forçado, pois estava em Madri no 1º de dezembro), amargaria dificuldades financeiras com a perda das rendas da capitania. Seria titulado conde de Pernambuco em 1640, com renda de quatrocentos reis, e herdaria o marquesado de Basto, de seu sogro Diogo de Castro. Entretanto, em 1642, socorria-o seu filho Jorge de Albuquerque, cedendo-lhe uma tença de que gozava. MELLO, J. A. Gonsalves de. "Prefácio". *In*: COELHO, *Memórias diárias*, 1982, *Op. cit.*, p. 11.

[364] Sobreviveram alguns exemplares da edição de 1654 das *Memorias diarias*, em menor número do que outras obras como o *Lucideno*. Em nossas pesquisas, consultamos três exemplares na BNE (R/2614, R/17545, R/36841) e dois na BNP (RES 1050V e RES 1051V). Consta também um exemplar no catálogo da British Library (cota 000042499, General Reference Collection 1061 c.21), o qual não examinamos.

[365] RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca Brasiliana: catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907, p. 13. MORAES, *Bibliographia brasiliana, Op. cit.*, vol. 1, p. 163. MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, pp.65-66. No prefácio à edição das *Memorias diarias* de 1982, Gonsalves de Mello alude às *Razones* e à tardança da estampa, contudo cala acerca do hipotético embargo, tal como RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, p. 222. Sobre a censura espanhola, VARELA, *Literatura jurídica, Op. cit.*

que, como atestam as licenças, é falso. Se acaso os adversários dos Albuquerque empreenderam alguma campanha de boicote ou supressão do livro, sobreviveram exemplares em quantidade suficiente a que, lidos desde sua própria centúria e pelas seguintes, apusessem sua marca sobre a historicização da guerra. Moraes, dessa forma, "compra" de Rodrigues uma duvidosa revelação censória, legando-a a Cabral de Mello, o qual a atribui à coroa – coisa que não parece ter havido.

As *Memorias* confessamente se informam nas experiências pessoais de Duarte e Matias, em depoimentos orais de combatentes e numa miríade de "relações diárias" cuja escrita os Albuquerque fomentam desde os primórdios da guerra em Pernambuco. De algumas delas, enviadas a Madri, encontram-se cópias no Archivo General de Simancas e na Biblioteca Nacional de España. Conhecem-se também os *Opusculos de la guerra de Pernambuco*, com relações dos anos 1636-1637, originais conservados na Biblioteca Nacional de Portugal[366] e acaso oriundos do espólio de Matias[367]. Imagens, personagens e constructos retóricos das *Memorias* são retraçáveis às relações dos anos 1630.

Tal comunicação entre relações de sucessos e relações historiais assegura a sobrevivência de feitos julgados memoráveis. Na passagem, por exemplo, em que os flamengos, já conquistada Olinda, assediam o Forte São Jorge, no Recife (19 de fevereiro de 1630), Matias é retratado por Duarte ao lado dos sitiados "ayudando con ſus propias manos a poner ſobre los parapetos unas peſadas vigas, con que ſe coronaron". A representação do general que, qual simples soldado, colabora no socorro, faz-nos rememorar a *Relaçam verdadeira e breve da*

[366] Em AGS, Guerra y Marina, legajo. 1325 guardam-se diversos relatos remetidos por Matias ao Conselho de Estado, em 1631. A sequência diária dos sucessos, em alguns casos, é datada à margem da narrativa, mesmo formato que Duarte adoratá mais tarde nas *Memorias diarias.* Outro exemplo do zelo narrativo da família em COELHO, Duarte de Albuquerque. *Noticias sobre el suceso de D. Lope de Hoces en la armada que llevo con socorro a Pernambuco en 1635*. BNE, Fondo Antiguo, mss. 10475 (H.64R-64V.). BNP, *Opusculos de la guerra de Pernambuco*, cota 1555. Diz COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, p. 1, embasar-se em "varias relaciones impreſſas, & manuſcritas". Redigidos por diferentes mãos, os *Opusculos* somam mais de duas centenas de páginas. Abrangem predominantemente o biênio 1636-7, embora conste papel firmado por Matias de Albuquerque em "Lix[a]. a 22 de dez[bro] de 642" (p. 242). Um dos manuscritos em língua espanhola, iniciado em meados de 1638, se destaca dos demais em extensão e formato, subdividindo-se em dezenas de capítulos, com inúmeras emendas e notas laterais. Conquanto sua análise não caiba em um estudo da historicização da guerra, restam por estudar as conexões entre este manuscrito e a versão final das *Memorias diarias*, entre os quais há de haver notável entrelaçamento.

[367] O espólio das casas de Basto, de Alegrete e da família donatarial de Pernambuco passariam à filha de Duarte, Maria Margarida de Castro e Albuquerque, esposa do sétimo conde de Vimioso, d. Miguel de Portugal. Restaurada a capitania, d. João IV integra-a ao patrimônio da coroa, o que desencadeia disputa judicial só resolvida em 1716, por acordo entre d. João V e d. Francisco Paulo de Portugal, filho de d. Miguel (porém não de d. Margarida de Albuquerque, pois havido fora do matrimônio e reconhecido em 1681). O rei lhe concedeu o marquesado de Valença, restituiu-lhe o condado de Vimioso e indenizou-o em oitenta mil cruzados. RIAGP (Rev. do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano). "Donatários de Pernambuco e seus loco-tenentes". Recife, n. 48, 1896, pp. 3-28 (art. não assinado). É na livraria do marquês de Valença que Barbosa Machado informa guardar-se o manuscrito do "Compendio delos Reyes de Portugal", na verdade o *Compendio de los Reyes de España*, também da autoria de Duarte de Albuquerque Coelho e hoje conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 904.

*tomada da vila de Olinda*, publicada em 1630, na qual Matias aparece "enchendo com ſuas proprias maõs os cartuxos de poluora, & ajudando a bornear as peças". Igualmente, o relato de Duarte do assédio holandês à Paraíba (dezembro de 1631), segue os passos da *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, de autoria de frei Paulo do Rosário, impressa em 1632, que heroiciza a ação do capitão-mor Antonio Albuquerque Maranhão[368].

Coelho proclama não escrever História, mas a "memória" do que experimentou e recolheu. Recusa avançar o relato – prometido como direto e redigido com "llaneza" – para além de 1638, quando retorna à Europa. Parece determinado a compilar o máximo de informações, minudências de listas de nomes, cifras de baixas, curiosidades, obedecendo ao preceito de computação coincidente com o retrato do gênero "relação historial" proposto por Tamayo de Vargas. Se conta casos inusitados, evita interpretá-los, "hazer juizio", atributo do gênero histórico e, dentro do *topos* da *mediocritas mea*, encargo para outros supostamente mais sábios. Num dos deslocamentos populacionais forçados pelo avanço neerlandês, em outubro de 1636, perecem quatrocentos moradores, o mais deles mulheres e crianças, caso que o donatário lastima brevemente, antes de explicar que "ſi cayera en otro mas feliz eſtilo, no paſſara por ella sin mas dilatadas ponderaciones, i con mucha razon". Noutro passo, subornando Matias de Albuquerque a Antônio Fernandes, primo de Calabar, para assassiná-lo, este desastratamente tropeça com a espada na mão, "cayendo ſobre la punta della", morto.

> Si mi limitado caudal me diera lugar a diſcurrir, i hazer juizio deſte caſo, no faltava materia para ello: pero dexolo para quien lo harà mejor, *porque ſolo deſnudamente pretendo dar noticia ſucinta de lo ſucedido en eſta guerra*, en que ſervi lo mas del tiempo de que la doy[369].

Tampouco oculta o donatário a luta discursiva em que seu livro se lança. A historiografia aponta a existência de literatura a circular na Espanha, voltada contra a família Albuquerque e a memória de seu pai, Jorge, cujo repertório, além de outras obras e das *Razones por que no se debe imprimir*, incluía alguns manuscritos reunidos numa encadernação de *Sucesos del año de 1630*[370]. Recaíam sobre Matias duras acusações pela perda do território ultramarino,

[368] COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, p. 24. ANONIMO, *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, Op. cit.* ROSÁRIO, *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria, Op. cit.*
[369] COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, pp. 144v, 229v-230 (grifo nosso).
[370] Mascareñas, Jeronimo de (Ed.). S*ucesos del año* 1630. BNE, Fondo Antiguo, mss/2362. Constam nessa obra – parte de um colossal projeto dirigido por d. Jerónimo de Mascareñas, bispo de Segóvia, de compilação de toda a história da cristandade, desde o ano 1 até seu presente – diversos textos relativos à presença holandesa no Brasil, como por exemplo a "Relacion de como los olandeses tomaron a Pernambuco el año 1630", pp. 87-91, onde se pinta um retrato desastroso do comando de Matias de Albuquerque. Compreende-se bem a polêmica e os tipos de argumentos que Coelho procurava rebater no curso das *Memorias*. DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos

possivelmente originadas dos partidários de Olivares e de Diogo Soares no Conselho de Portugal e no Conselho de Estado, que resultariam em sua destituição do comando e prisão, em 1636. Duarte desde os exórdios esgrime com os "escritores anti-albuquerqueanos", como os denomina Dutra, dizendo-se movido a escrever para dissipar os maus juízos que se divulgavam sobre a guerra, da lavra dos que "con malicia, ò ignorancia, calumniaron lo que alli ſe trabajò[371]".

A narrativa, atendendo a este imperativo de contra-ataque, se converte em hábil justificativa da ação da família a superintender a resistência, em esforço de desmoralização dos críticos "desde la comodidad de ſus casas" e na demonstração dos azares decorrentes da destituição do general. A invasão batava é meticulosamente reconstituída, com o fim de explicar que Matias, contando com poucos homens e aparelhos, empreendeu e salvou mais do que se poderia esperar. Daí as demoras nas descrições da largueza da costa, impossível de guarnecer, e na má "cantidad, i calidad de la gente con que el General Matias de Albuquerque dio principio a una guerra, que vino a ſer de tanta opinion". Coelho costuma preceder a exposição de derrotas críticas (as quedas de Olinda, Nazaré, da Paraíba, do Cabo de Santo Agostinho e outras) com descrições das mínguas da resistência, face às quais o mínimo que se conservasse mereceria louvores. Tal como fizera Menezes em 1625, copia despachos do rei e de Olivares enaltecendo Matias, para contrastá-los com a má-fé dos caluniadores. A coroa era acusada de negligenciar a defesa do território ou, quando muito, de remeter socorros de tal forma ridículos em quantidade, que mais desanimavam do que alentavam[372].

Com as *Memorias diarias*, agora a operação historiante recobre a ampliação da guerra para as capitanias do norte do Brasil, superando a escassez e fragmentação dos panfletos e manuscritos dos anos 1630. Continham retrato em larga medida inaugural do drama lusocastelhano na América, ameaçada por hereges e protegida por abnegados heróis em meio a carências e agruras. O manuscrito repercutiu na Ibéria[373].

---

[Separata da rev. Studia], 1974, p. 268. Discute-se a campanha olivarista contra os Albuquerque em MELLO, *Olinda restaurada, Op. cit.*, cap. 1.

[371] COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, "prologo".

[372] *Idem*, pp. 11-19, 23, 33-33v, 82-82v, 130. Duarte também rebate a acusação de que a família donatarial instigara a tática da "guerra lenta", com a finalidade de preservar o patrimônio ameaçado pela vitória de uma armada restauradora. Traslada as cartas de Matias, datadas dos princípios do conflito, suplicando o envio da esquadra, as quais teriam provocado debates estratégicos em Madri, vencendo os apoiadores do prolongamento da resistência pelo despacho de socorros módicos, até que a WIC se exaurisse financeiramente. *Idem,* pp. 43-44v. MELLO, *Olinda restaurada, op. cit.*

[373] FARIA E SOUSA, Manuel de. *Fvente de Aganipe o rimas varias. Parte qvarta*. Madri: por Iuan Sanchez, 1644. A *Egloga VI* homenageia Duarte, chamando-o "digniſsimo Dinaſta,/Na Luſitania noua" e anunciando que "a pena eſtays tomando/para deyxar ao Mundo/as Diarias Memorias/ do que obraſtes e uiſtes". As licenças do *Aganipe*, de maio de 1644, antecedem as das *Memorias diarias* e a aparição do poema reforça a ideia de que Duarte tinha o texto há tempos concluso e já era lido.

Coelho, conquanto um dos *fidalgos* lusos em Madri, é prudente diante da secessão bragantina, evitando o tema do imbróglio dinástico e louvores ao direito filipino, como talvez se pudesse esperar de sua delicada posição de nobre exilado. Ergue, com isso, mais do que uma "obra castelhana", uma justificação dos Albuquerque defensável em ambas as nações, mediante cautelosa tessitura, estando incerta a sucessão portuguesa e a propriedade da capitania. Seu próprio recorte, encerrando-se em 1638, não só o livra de abordar a ferida sucessória, mas inaugura uma periodização de longeva sobrevivência na historiografia do tema (com a "primeira fase" da guerra encerrando-se em 1637-1638, para recomeçar em 1645, após o intervalo da "pax nassoviana"[374]), coroando o donatário como fonte primordial do que Calado apelidaria a "guerra velha".

### *3.4.2. O despertar do mito vieiriano*

Os grupos políticos envolvidos na insurreição de Pernambuco, em 1645, naturalmente não teriam suas ambições contempladas no livro de Coelho, o qual, aliás, dificilmente terão lido, dados os boicotes que retardaram a impressão. Ainda que as *Memorias diarias* enaltecessem personagens como Felipe Camarão, Henrique Dias e outros capitães a militar na campanha, os próceres da rebelião de 13 de junho seguiam em grande medida ignotos para o mundo ibérico. Pior: papéis redigidos na capitania e endereçados às autoridades na Bahia denunciavam extorsões, assassinatos e estupros cometidos pelos "governadores da guerra", João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, e por outros de sua parcialidade, como Henrique Dias[375]. Não poucos senhores de engenho opunham-se, ou à revolta, ou aos que lhe assumiram a liderança, de modo que a elite local se achou fraturada em meio à luta.

Perante uma coroa em busca de legitimidade e uma guerra territorial indefinida, propiciava-se a chance de dar-se a ver e avançar sobre os espaços de poder abertos. Convinha depressa veicular versão heroica da insurreição e de seus chefes – primeiro que os inimigos o fizessem ou a oportunidade evanescesse. É do entremeio desse campo de forças que emerge o

[374] MELLO, *Olinda restaurada, Op. cit.*, p. 13. O marco final da "guerra velha" é, tradicionalmente, ora a retirada do exército para a Bahia (1637), ora a defesa de Salvador contra o sítio neerlandês (1638).

[375] Preservaram-se duas cartas anônimas escritas em Pernambuco, provavelmente em 1646, dirigidas ao governador geral Antonio Teles da Silva e examinadas no Conselho Ultramarino, listando crimes cometidos por Vieira e sua facção, e denunciando as origens humildes de Vieira, dando-o como filho de uma prostituta (a "Bemfeitinha") e de um ladrão degredado. "Carta do capelão ao governador geral", AHU, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333. Os papéis foram publicados por Alberto Lamego, RIHGB, t. XXV, parte II, 1913. Da lavra dos adversários de Vieira – como supôs Salvador Correia de Sá ao debater o caso no Conselho (fevereiro de 1647) – terão ajudado a incutir a urgência do contra-ataque discursivo.

*Valeroso Lucideno*, do frade "paulista" Manuel Calado, publicado em Lisboa em 1648, pelos Craesbeeck[376]. A leitura da obra desmente a ideia de que se resumisse a mero "panegírico vieiriano", como a historiografia amiúde a qualificou, consistindo possivelmente em trabalho reajustado em pleno curso, para satisfazer às demandas políticas da facção à frente da revolta[377].

Em torno do *Valeroso Lucideno* tem perdurado um longevo mistério, no tocante à sua censura e inclusão no *Index Librorum Prohibitorum*, por decreto publicado em 24 de novembro de 1655, sob a expressão: *donec corrigatur* ("até ser corrigido"). A interdição tem sido objeto de especulação secular dos estudiosos. Varnhagen, Gonsalves de Mello e Cabral de Mello julgam-na derivada de "injúria a algum religioso", como o vigário geral Gaspar Ferreira, alcunhado no texto de "clérigo idiota", ou o bispo d. Pedro da Silva, ambos insultados por Calado. Mas jamais vieram à tona provas[378].

Consultas ao arquivo da Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, em Roma, permitiram-nos finalmente desventar o enigma. Um dos portugueses ofendidos pelo mau retrato pintado na obra, Gaspar Dias Ferreira, ingressou em Roma – em data não registrada, mas anterior a fevereiro de 1655 – com petição de embargo do livro. Declarando-se cavaleiro da ordem de Cristo, Ferreira arrola opróbrios impressos no *Lucideno* contra si, o conde de Bagnuolo, o bispo d. Pedro e outras autoridades: "hebreo", "ruffiano", "simoniaco", "lascivo", "traditore". E acrescenta mais a denúncia que selaria o destino da obra: "Per contenerſi"

> In eſſo á fol.49 non ſolo un Breve Aptico ſoſpetto di falſità por no trovarſene rincentro nelli Regiſtri della Secretaria, conforme all' atteſtationi di ſuoi officiali li quali aſſeverano eſſer fuer di tutto il ſtilo della medema, per il quale viene ad eſſ eſſe detto compoſitore uſurpato la giuriſdit.ne epiſcopale[379].

[376] CALADO, *Lucideno, Op. cit.* "Paulista", isto é, membro da ordem de São Paulo, "primeiro ermitão", na Congregação dos Eremitas de Serra d'Ossa, no município de Redondo, distrito de Évora.

[377] Há boas razões para acreditar que Fernandes Vieira, alvejado por diversas acusações e dependente do socorro material de Lisboa, contatou Calado, que já andaria compondo uma narrativa dos acontecimentos, para não só dar a máxima publicidade ao livro, mas ainda erigir-lhe uma imagem irealizada, polemizando com seus detratores. Numa conversa com Nassau (que deixa o Brasil em 1644), o frade descobre que fora denunciado em Recife, pois "andaua notando o que aqui faziamos" e dando avisos à Bahia. Ademais, Vieira só se torna personagem já bem avançada a narração, e aliás por meio de aparentes interpolações ao texto original, como o subtítulo "declaramse algvmas covsas concernentes a eſte aſſumpto da liberdade de Pernambuco", anexado à parte 1, cap. 4, além de outras, nas quais o madeirense é elogiado e seus inimigos pintados com más tintas. *Idem*, pp. 55, 61, 125. Assim, diferentemente de encomendas posteriores como a *Historia da guerra de Pernambuco* ou o *Castrioto Lusitano*, o *Lucideno* seria obra cooptada pela facção vieirense, de modo a veicular sua versão dos fatos, acaso em troca da garantia de publicação na melhor tipografia do país, e sem que Calado abdicasse de co-protagonizar a narrativa.

[378] VARNHAGEN, *História ds lutas, Op. cit.*, "introdução". MELLO, *Frei Manuel Calado, Op. cit.*, p. 23. MELLO, *Rubro veio, Op. cit.*, pp. 65-66. MARTINS, *A censura literária em Portugal*, *Op. cit.*, p. 807 declara desconhecer os motivos da proibição.

[379] A petição de Ferreira, os votos de censura e o decreto de condenação inquisitorial, com outros papéis estão conservados no Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, Index Protocoli II (32), no Vaticano. Agradeço a colaboração da historiadora Camila Correa, do Rio de Janeiro, na colheita das informações. Gaspar Dias Ferreira terá sido inimigo ferrenho de Vieira e sua facção em Pernambuco, o que o motivara a deixar a terra com Nassau, em 1644. MELLO, *O negócio do Brasil*, *Op. cit.*, p. 41, nota 25. Dos Países Baixos, colaboraria nas

As acusações, como supunha Mello, envolvem insultos dirigidos a figuras eclesiásticas, mas foi o "breve papal" *Dileto filio fratri*, transcrito à p. 49 do *Lucideno*, que mais surpreendeu os inquisidores. Nele, o papa Urbano VIII, em junho de 1641, teria emitido licença para Calado permanecer no Brasil por seis anos. O documento foi traduzido do latim por Fernandes Gama no século XIX e apreciado por Gonsalves de Mello, que o copia em sua biografia do frade; a historiografia no geral tem admitido o documento como legítimo. Ferreira, contudo, denuncia-o como fraudulento, da lavra de "un hebreo nominato Machabeo". Os romanos, intrigados, não encontram em seus arquivos o decreto: "fatta diligenza nel Registro Apostolico", registra um inquisidor, "non si trova il d.º Breve", nem mesmo após segunda busca – "et non reperisse quod adhit talis minuta", declara o secretário Petrus Albertorius, após levantamento no catálogo dos breves da Congregação, em setembro de 1655 – pelo que se decreta a proscrição do livro e sua inclusão no *Index*, homologada e publicada em novembro.

A revelação permite apontar a clandestinidade da "segunda edição" de 1668, em tese posta em circulação por Domingos Carneiro. R. B. Moraes e M. Payan Martins já atentaram para o fato de que Carneiro apenas apusera à estampa original de Paulo Craesbeeck novo frontispício e licenças. Entre estas, um "decreto" emitido pela Sagrada Congregação *Ad Indicem Librorum*, de 28 de março de 1667, mediante o qual "levantamos, & havemos por levantada a prohibiçam que o ditto livro atègora teve, & mandamos que poſſa correr livremente". Todavia, a obra "autorizada" permanecerá inscrita no *Index* romano até o século XIX. Não consta nos arquivos da Congregazione o dito decreto de liberação. Sua redação, é verossímil concluir, constituiu engenhosa falcatrua, ou da parte do impressor Carneiro – o qual anos depois teria problemas com a Inquisição, por causa de outras irregularidades[380] – ou de outrem que se valeu de seu nome para por à venda os exemplares sobressalentes de 1648[381].

discussões acerca da entrega e venda do Nordeste, sendo mais tarde também premiado com o foro de fidalgo cavaleiro. AROUCHA, *Serviço e nobilitação, Op. cit.*, 67, 136. MENEZES, *Historia de Portugal Restaurado, Op. cit.*, vol 1., p. 641.

[380] MARTINS, *A censura literária, Op. cit.*, pp. 613-615, 807-808 menciona os problemas inquisitoriais de Carneiro e afirma que não há "edição" do *Lucideno* em 1668, senão reaproveitamento dos exemplares de 1648, postos em circulação com nova folha de rosto. Araújo usa o termo "emissão" para casos análogos. ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 272. MARTINS, *Livros clandestinos, Op. cit.* discute o universo das contrafacções e do mercado clandestino de livros em Portugal, apontando que os impressores de ordinário alternavam legalidade e ilegalidade, sendo difícil hoje em dia seguir-lhes as pegadas.

[381] CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade. Primeira parte.* Lisboa: na oficina de Domingos Carneiro, 1668. MORAES, *Bibliographia brasiliana, Op. cit.*, pp. 123-124 anota que o *Lucideno* constava no *Index* ainda no século XIX. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, pp. 277-278, afirma que a emissão de 1668 é "superior" à de 1648, por supostamente corrigir equívocos de paginação. O cotejamento de exemplares de 1648 e 1668, porém, atesta serem idênticos os tomos, salvo pelas páginas iniciais, com a exclusão dos poemas originais.

Resta esclarecer, em todo caso, por que motivos a Inquisição jamais agiu contra a circulação da obra defesa, sendo o livro lido e comentado em Portugal como se legal fosse, citado à larga nos séculos XVII e XVIII. Sobreviveram dela diversos exemplares, em cidades ibéricas e no Brasil[382]. Um dos exemplares do *Lucideno* da Biblioteca Nacional de Portugal traz registrado que pertencia ao "conv$^{to}$ de N. Sra. dos Remedios dos carm$^{tas}$ Descalcos de Lix$^{a}$", situação compreensível pela permissão que não raro detinham as bibliotecas conventuais de manter livros proscritos. Na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, há exemplar com a cota 2-XXIII-12-19 e a indicação de proibido "até se corrigir, por Decreto de 24 de Nov.º de 1655". Outros conventos o possuíram e o inventário de d. Pedro II arrola um "Valerozo Lucideno", encadernado "em pergaminho"[383]. Na licença do Ordinário para a *Historia* de Rocha Pitta, o acadêmico Joseph Barbosa alude, em 1727, aos "livros [em que] ſe achaõ poucas memorias da America", entre os quais "temos o valeroſo Lucideno de Fr. Manoel Callado". A lista poderia facilmente continuar. É estranho. Esbarra aqui o pesquisador, decerto, nos óbices próprios ao estudo da clandestinidade editorial, de que fala Martins[384].

Denominado de "tratado" e, inusitadamente, de "história" pelo autor, o *Lucideno* é um texto peculiar não apenas no conjunto das relações historiais do período 1625-1660, mas ainda em comparação com as demais narrativas da guerra holandesa e até, pode-se dizer, da historiografia da Ibéria do Seiscentos. Cumpre, é certo, a clara tarefa de narrar a guerra num cenário de escassez discursiva: lista nomes de combatentes mortos e feridos, transcreve cartas, manifestos, documentos e mesmo outras relações manuscritas, observando necessidades de catalogação próprias do gênero[385]. Episódios como a Batalha das Tabocas, a Batalha de Casa

[382] Entre as bibliotecas visitadas, a BNE possui dois exemplares de 1668 (R/19802 e BU/3655); a BMP, um exemplar de 1648 (RES-XVII-B-223) e um de 1668 (Y1-3-11); a BNP, dois de 1648 (RES434V e RES1313V) e um de 1668 (RES 1249V); a BNRJ, um de 1648 (086,010,002); a BCJ da UFPE, dois de 1668 (com a mesma cota: SA-014). A Biblioteca da Universidade de Coimbra não foi visitada, porém consta em seu catálogo a existência de três exemplares de 1648.

[383] Sobre bibliotecas conventuais, ver CAMPOS, Fernanda M. A. da Silva Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Lisboa: tese defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, vol. I, t. II, p. 676. RAU & NUNES, *Inventário post mortem, Op. cit.*, p. 65. Agradeço a informação sobre o exemplar de Mafra ao prof. Tiago C. P. Reis Miranda, da Universidade de Évora.

[384] ROCHA PITTA, *Historia da America Portugueza, Op. cit.*, "Licença do Ordinário" (não paginada). MARTINS, *Livros clandestinos, Op. cit.*, p. 14. A título de exemplo, o catálogo da biblioteca dos agostinianos de Lisboa, organizado entre 1756 e 1759, traz a entrada "Manoel Calado Paulista", autor do "Triunfo da Liberdade de Pernambuco intitulado Valerozo Lucideno". BNP, Biblioteca Augustiniana Conventus Ulyssiponensis Dominae Nostrae de Gratia, COD. 7460. Já o catálogo do Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra lista o *Lucideno* em uma seção de "Liuros prohibidos que estavaõ fichados de baixo de chave em lugar separado na mesma livraria". ANTT, MNEJ, maço 62, cx. 50.

[385] Calado, tal como d. Manuel de Meneses e Albuquerque Coelho, translada documentos como tática discursiva. A eleição do madeirense como "governador da liberdade" – contestada nos papéis antivieirianos, que o acusam de coagir os demais a aclamá-lo Razone– é relatada por meio do próprio "manifesto" dos moradores. O frade também anexa relação manuscrita do capitão Lopo Curado, narrando atrocidades neerlandesas no Rio Grande. O *Lucideno*,

Forte e o massacre de Cunhaú são inauguralmente historiados por Calado; personagens já retratados em Coelho, nas relações dos anos 1630 e nos poucos escritos dos anos 1640 ganham em suas linhas representações vívidas, povoando-se o panteão histórico de uma nova leva de heróis.

As ambições dos envolvidos na produção do texto, todavia, conduzem a escrita por veredas peculiares. Declarando-se na obrigação de, a partir de seu testemunho de vista, alentar os soldados na campanha e imortalizar "peitos honroſos", o frade agasalha a tradição da história como ramo da retórica. Afastando-se das formulações solidamente embasadas em fontes, como as de Guerreiro ou de Vargas, Calado ambiciona brindar o leitor com uma aventura de guerreiros, vilões, tragédias e lances espetaculares. Mais que provar, fundamentar, demonstrar – preceitos crescentemente valorizados na historiografia europeia e lusitana, sobretudo pelos que, à guisa de Lipsius, se modelavam por Tácito[386] – o *Lucideno* busca cativar e seduzir. O "triumpho da Liberdade": obra de soldados impolutos e do favor divino a abençoar Portugal restaurado. "Quero eſcrevelo", verseja Calado, "em proſa, mas de modo/ que sò de o ler ſe admire o mundo todo"[387]. Os objetivos publicísticos inundam o livro de episódios tocados pelo maravilhoso, em linguagem inflamada, em vista do *movere* e do *delectare*.

Por esse motivo, prolifera nele a reconstrução tucidideana de discursos, então caindo em desuso em Portugal e criticada nos círculos eruditos europeus. Prosa e verso alternam-se na trama, cantando-se os sucessos "para mais aliuio, & entretenimẽto dos leitores", de vez que com o artifício "será a leitura mais goſtosa". Por outro lado, se abraça a tradição retórica, Calado rejeita a recomendação de João de Barros, de que apenas o que engrancesse caberia nas páginas da História. Não há historiador desta guerra mais venenoso que o frade paulista. Antagonistas como Gaspar Dias Ferreira, Sebastião de Carvalho e o conde de Bagnuolo amargam decalques novelescos e monstruosos. Calado, o partido vieiriano e Craesbeeck estampam, ao cabo, um livro inclassificável, *sui generis*: relação historial e poema épico a convidar legibilidades variegadas; respeitável *in folio* a historiar uma guerra aventuresca e providencial[388].

---

pois, não obstante o caráter inaugural de muitas de suas formulações narrativas e as fontes orais de que se nutre, apoia-se também em textualizações preexistente, mobilizando-as consoante seus propósitos. CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, pp. 139, 277-280,

386 SOLL, *Empirical history, Op. cit*.

387 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 73, 90-106, 148. O discurso restauracionista é integralmente transferido para o livro, inclusive em suas vertentes místicas e messiânicas, num esforço de associação entre a ruptura política lisboeta e a pernambucana, consequência uma da outra, ambas aprovadas pelo céu.

388 *Idem*, pp. 225, 252-254, 277-280, 331, 337. TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado, Op. cit.*, p. 237 e ss. atribui o topos providencialista da retórica restauracionista aos jesuítas, destinado ao consumo interno e à mobilização da população, em contraste com os arrazoados jurídicos e eruditos, voltados à persuasão das coroas e da elite europeias. O *Lucideno*, muito embora alegue "não julgar jamais por conjecturas", inscrevendo somente o recolhido por depoimentos confiáveis e testemunhado pelo autor, parece pouco inspirar-se no tacitismo já então

Calado, tal como fizera Coelho, delimita seu tempo e sua geografia: a "liberdade divina", em Pernambuco, isto é, a insurreição de 1645. Sequer menciona a luta na Bahia, em 1625, e dá parcas notícias dos sucessos em Angola e no Maranhão. A "guerra velha", dos anos 1630, é contada sem delongas, exceto para dizer as bravuras de si mesmo, elogiando-se no papel de sacerdote-soldado. O coração da trama é a rebelião antiflamenga, pela qual pode exaltar os aliados do partido vieiriano, textualizando feitos e sacrifícios. Antonio Dias Cardoso, Felipe Camarão, Vidal de Negreiros são cantados com notas efusivas. O "negro na cor, porém branco nas obras, & no esforço" Henrique Dias tem a mão esquerda baleada e, "por não ſe deter muito à cura", ordena ao cirurgião que à ampute "por a junta do pulſo", comemorando que "ainda lhe ficaua a direita para ſe vingar". O autor retrata-se a compor em meio a tais atos heroicos:

> O ſegundo era o Capitão Aſcenſo da Sylua, acuſtumado a ſer o primeiro nas ocaſioens de acometer aos Olandeſes, o qual muitas vezes os fez perder terra, & retiraremſe, ainda que algũas vezes ſahio ferido (...) & neſta hora em que eſtou escreuendo eſte capitulo me chegou elle à porta ferido com duas ballas, huma em um braço, & outra no peito eſquerdo, de hũ encontro que tiuemos com com Olanſes, querendolhe eſcalar hũa fortaleza[389].

Calado é um fundador de mitos e de soluções narrativas, autor de um livro grávido de outros livros, que em breve se paririam. E excêntrico. Cabral de Mello comenta as idiossincrasias da obra: "*mélange de genres*" de "natureza memorialística (...) acoplada à *petite histoire*", desnuda do que então de entendia por "garbo retórico" e apartada do gosto seiscentista, "ligando-se à tradição já esquecida da crônica de Fernão Lopes submergida pela invasão de modelos calcados na historiografia clássica". O generoso espaço reservado à poesia no livro, geralmente oitavas de rima que recontam os episódios há pouco expostos em prosa, explicita suas raízes medievais, do tempo em que o texto histórico era composto, não para ser lido, mas ouvido[390].

---

introduzido na Península, apreciado por autores como Vargas e Severim de Faria. Descrevendo a batalha naval de 1631, Calado põe na boca do general Adrian Pater, à beira da morte, a frase: "muy gran ſoldado es Don Antonio de Oquendo", louvor, como vimos, ausente nos textos dos anos 1630 e nas *Memorias diarias*. A narração inaugural que faz das vitórias das Tabocas e de Casa Forte, entre julho e agosto de 1645, atesta a presença da Virgem e de Santo Antão nas fileiras lusas, multiplicando a pólvora e ricocheteando as balas flamengas. *Idem*, pp. 13, 205, 222.

[389] CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, p. 43, 59. O episódio de Dias é contado também em COELHO, *Memorias diarias, Op. cit.*, p. 242, que diz: "a Enrique Diaz le cupo un moſquetaço en el braço izquierdo, de que le cortarõ la mitad". O contraste nas representações desvela o esforço mitificador de Calado, comprometido com a sublimação dos personagens de sua parcialidade, tanto pelos atos guerreiros quanto pelos sacrifícios suportados e sangue derramado, imagens bastante valorizadas então.

[390] MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, p. 76. SMALLEY, *Historians in the Middle Ages*, *Op. cit.*, p. 12. No entanto, se sua alternância prosimétrica (prosa e verso) é uma herança medieval, Calado, como vimos, historia amparado no saber retórico tradicional e, em particular, na erudição teológica em que era graduado.

Entre os beneficiários de sua originalidade, ficam os mais pingues lucros com João Fernandes Vieira, o Lucideno. Tomando como exemplo os papéis produzidos pelos adversários do madeirense após a Insurreição – como a carta do "Capelão" e a "Relasão verdadeyra" debatidas no Conselho Ultramarino, em 1647[391] – ia em vias de formulação a imagem de um tirano odioso, filho de prostituta e ladrão, perito a toda sorte de vilezas. Calado, polemista enérgico, contra-atacando no enredo cada um dos tópicos maledicentes a Vieira, reverte o *tour de force* discursivo. Silencia os opositores, ressoando no mundo português e legando para a historiografia petrina e póstera a figura de um cavaleiro magnânimo, soldado perfeito e líder inigualável:

> Sua capacidade, & fundamento
> A ſublimes empreſas o inclinaua,
> No coração ſentia um mouimento,
> Que a mais, que a goſtos vis o encaminhaua;
> Ia mais trouxe raſteiro o penſamento
> E de o manifeſtar não ſe preſaua,
> Para tratar buſcaua os generoſos,
> De nome, fama, & honra cobiçoſos[392].

Suas origens não são humildes, senão nobres. Sua riqueza, lícita e abençoada. Ascendera como negociante de grosso trato, dono de "muitas fazendas" e "logeas", e não como simples tendeiro e mecânico – o que tudo novamente depõe em seu favor.

> Com eſte credito, & boa opinião, & cõ ſua honrada correſpondencia com todos, veio a ter tanta entrada com os Flamengos, que lhe erão mui affeiçoados, & estimauão ſobre modo; começou a comprar muitas fazendas de toda ſorte, aſsi ſecas, como molhadas, & poz ſuas logeas de mercancia (...). E como era mui facil em fiar de todos, & vendia por preço mais acomodado que os outros mercadores (...), todos acudiaõ as ſuas logeas, & deulhe Deus taõ boa maõ direita, & tanta ganancia [isto é, lucro], que em breue ſe fez senhor de muitos mil cruzados[393].

Ressignificação discursiva que reverencia outros personagens atacados nas relações adversárias, como Vidal de Negreiros e Henrique Dias, e introduz na historicização da guerra personagens como Nicolau Aranha, Ascenso da Sylva, Antonio Dias Cardoso e tantos outros. A maioria deles, não por acaso, logo agraciados com mercês régias. Seriam consideráveis as

[391] AHU, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333
[392] CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, p. 158.
[393] *Idem,* p. 58. A distinção simbólica entre o pequeno e o grande comerciante, em torno de questões da "mácula" de "defeito mecânico, é trabalhada em OLIVAL, *As ordens militares, Op. cit*. OLIVAL, Maria Fernanda de. *Juristas e mercadores à conquista das honras*: *quatro processos de nobilitação quinhentistas.* Lisboa: Sep. Da Rev. De História Econômica e Social, n. 4, 2002.

vantagens de ingressar em uma narrativa da guerra como o *Lucideno*, sobretudo quando apadrinhada por senhores ricos e poderosos, decididos a investir pesadamente no fazer-se ouvir nos círculos políticos portugueses[394].

Exceto para os inimigos da facção a patrocinar a obra ou de desafetos pessoais do autor, situação em que o ingresso no enredo poderia resultar em nódoa irremediável da reputação. Senhores de engenho descontentes ou reticentes com a liderança de Vieira como Antonio Cavalcanti, Antonio de Oliveira e Sebastião de Carvalho são chamados de "portugueses apenas no nome", acusados de traição, sabotagem e espionagem em favor dos neerlandeses. Recebem retratos malsãos que corroboram as denúncias contidas na carta do "Capelão" e de que, ao menos no caso de Cavalcanti, seus descendentes ainda se ressentirão um século mais tarde, como diz Borges da Fonseca[395].

Gaspar Dias Ferreira, Vicenzo di Sanfeliche, conde de Bagnuolo, o bispo d. Pedro da Silva e muitos pró-homens de Pernambuco são também espezinhados nesta verdadeira *chronique scandaleuse*, assumindo funções arquetípicas anti-heroicas como não se vê nas demais narrativas. O caráter local das intrigas políticas retratadas em Calado permite que o texto transponha incólume o escrutínio censório luso, ao contrário das *Memorias diarias* e, antes, da *Recuperação*, textos que, não obstante menos cáusticos, desagradavam cortesãos poderosos e por isso experimentaram tantos apuros.

A publicação do *Lucideno*, cujo relato se encerra em 1646, sem dúvida produzia uma representação singular da guerra holandesa, em episódios, personagens e inventividade retórico-narrativa. Calado, regressando a Portugal depois de mais de duas décadas no Brasil, tem seu manuscrito bem acolhido na corte e, provavelmente com o patrocínio de Fernandes Vieira e de seus aliados em Lisboa, estampa-o na maior casa impressora do reino, dedicando o *in-folio* ao príncipe d. Teodósio. O processo historiante invoca, assim, o apoio e a legitimidade do discurso restauracionista – como, nos anos 1620, invocara o apoio do olivarismo, pelas penas de Vargas e Zuñiga – de modo a alicerçar sua própria veiculação. Inteligente estratégia, que favorece a visibilidade da narrativa e generosas recompensas aos envolvidos e retratados[396].

---

[394] *Idem*, pp. 261, 268, 301. As remunerações da guerra holandesa são estudadas em KRAUSE, *Em busca da honra, Op. cit.* O estudo do caso de Henrique Dias, bem como os documentos transcritos em FRAZÃO DE VASCONCELOS, *Henrique Dias, Op. cit.*, permitem ver as similitudes entre a narrativa como a de Calado e a representação dos atos do peticionário. Coincidência ou não, a maioria das tenças, hábitos e outras mercês concedidas a capitães como Aranha, Silva e Cardoso, conservadas no ANTT, são de 1648 ou depois, o que permite especular que a visibilização a eles propiciada pelo *Lucideno* terá lubrificado o deferimento.

[395] BORGES DA FONSECA, *Nobiliarchia Pernambucana, Op. cit.*, vol. II, p. 207 afirmava que o *Lucideno* manchara muitas reputações em Pernambuco. CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, pp. 171, 177. MELLO, *Rubro veio, Op. cit.*, p. 77.

[396] MELLO, *Frei Manuel Calado, Op. cit*. Negreiros, Henrique Dias, diversos capitães e muitos outros apoiadores de Fernandes Vieira, além dele próprio, seriam generosamente agraciados nos anos seguintes, com tenças,

A guerra, entretanto, persistia: Angola, há anos palco de confrontos em seus sertões, em breve se veria recuperada para os lusos. A Bahia tornaria a ser alvo dos flamengos e as batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), junto à capitulação de 1654, ficavam excluídos do livro, cuja "segunda parte" jamais veio a lume. Calado Falece em 1654. Cumprindo o *Lucideno* a missão representacional requeridas pelo partido na chefia da campanha, o fim da guerra em Pernambuco não é imediatamente seguido de novas publicações. Algumas relações de sucessos, como antes vimos, anunciam as vitórias dos Guararapes, as viagens da armada da Companhia de Comércio e a rendição de Recife. A construção de uma narrativa coesa da guerra, todavia, deixa de ser urgência para os interesses políticos envolvidos, beneficoados com a fama angariada através de Calado. Por ora. A proibição do *Lucideno* em 1655 e a emergência de problemas oriundos dos novos contextos políticos pós-joaninos, num futuro não tão distante, reativariam as engrenagens do processo historiante.

### *3.4.3. Angola: notícias de uma luta esquecida*

Ainda em fins dos anos 1640, do outro lado do oceano, o também soldado Luis Fellis Crus, partícipe do conflito lusoneerlandês em Angola (1641-1648), já em 1649 tinha concluído seu *Manifesto das ostilidades.* Dedica o opúsculo, em Luanda, a d. Catharina de Vellasco, consorte do restaurador da praça, Salvador Correia de Sá e Benavides. Bajulando o esposo com a metáfora onomástica de que era a "Correa, de que pende a chave dos grandes intereços dos Reinos da Ethiopia", Crus delineia um relato-encômio de seu provável patrono, pintado como compassivo, obediente ainda que ousado, afiado instrumento da justiça divina e flagelo dos hereges[397].

Tal como Calado, Crus defrontava-se com o desafio de dizer acontecimentos em grande parte inéditos para o público português, como era a luta holandesa na África ainda nos anos 1650. A raridade das narrações conhecidos da guerra naquela quadra, numa e noutra costa atlântica, naturalmente interfere na escrita dos relatos historiais. Quando Guerreiro ou Coelho alinham narrativas, a prévia existência de manuscritos e impressos lhes pauta o trabalho,

comendas, hábitos das ordens militares e postos no oficialato superior. MELLO, *João Fernandes Vieira*, *Op. cit.*, p. 310 lista os pedidos de Vieira de 1649, numerosos e que incluíam os títulos de marquês da serra de Copaova e de conde, os cargos de conselheiro do rei e de governador de Pernambuco, no que se frustrou, embora obtivesse ganhos nada modestos. Calado, a partir de 1650, recebe tença de 70 mil reis e um hábito de Santiago. ANTT, Reg. Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, lv. 12, fl. 157v-158; lv. 17, f. 318; lv. 24, fl. 83v-84

[397] CRUS, *Manifesto das ostilidades, Op. cit*, "dedicatória", fl. 2 não paginada. A data da dedicatória, junho de 1649, indica um texto redigido pouco após a restauração de Angola (agosto de 1648).

demarca a arena discursiva onde virão polemizar, imitar ou retificar. Crus e Calado, por suas vezes, em boa medida trabalham sobre matéria inédita: no caso do primeiro, até 1648 foram raríssimos os impressos sobre a Insurreição em Portugal e, no de Crus, virtualmente inexistentes os sobre Angola[398].

Desinteressando-lhes o formato da relações de sucessos – o qual lhes permitiria, por exemplo, enfocar a narrativa da rebelião em Pernambuco ou da restauração de Luanda – ambos elaboram relações historiais testemunhais, híbridos que a um tempo noticiam o novo e revisitam diversos anos de luta, de heroísmos e intervenções sobrenaturais. Numa Europa crescentemente submetida ao escrutínio da imprensa, cujos panfletos assumem a tarefa de textualizar a irrupção dos eventos, o *Lucideno* e o *Manifesto* cumprem simultaneamente relatam e historiam, funções as quais a cultura historiográfica de Seiscentos, já desde algum tempo, tendia a especializar. No entanto, apartado do formato inventivo e excêntrico de Calado, o *Manifesto* adota receituário narrativo mais contido, comprometido com a tarefa de noticiar o ignoto em linguagem direta, à guisa da *Recuperação* de Menezes.

Em Luanda, Fellis Crus e Salvador Benavides aspiravam a narrar um enredo mais amplo, inserindo os combates em Quicombo e Massangano e as "traições" dos sobas no painel de uma guerra de Portugal contra os inimigos da fé. O quadro permitiria representar o restaurador de Angola não apenas em suas virtudes guerreiras, mas ainda como instrumento da redenção divina, senda fortemente explorada no *Manifesto*. Como esclarece, se é certo que quer dar notícias, seu primeiro anseio é preservar a memória das atrocidades e maravilhas observadas, pois "qui male agit, odit lucem". "Quem bem obra", ao contrário,

> Deſeja, & ama, que ſejão patentes ſuas acçoens. (...) Deſejàra eu pois, que ſe publiquaſſem as forçoſas cauſas, que o moverão [Benavides] a ſenhorearſe de Angola. (...) Deſejàra, q ſe manifeſtaſſem as hoſtilidades, com que eſta nação [Holanda] neſtas partes correſpondia às tregoas celebradas (...). Deſejàra, que foſſem a todo o mundo notorios os divinos impulſos, & aviſos celeſtes, com que foi (caſi por força) obrigado a atalhar a total extinção, tão proxima já, às fracas reliquias da Chriſtãdade da Ethiopia[399].

Eis seu desafio. Para resolvê-lo, Crus compõe um texto que, perante a escassez de relatos e a posição periférica de Luanda na geopolítica imperial, equilibra com precisão os propósitos

[398] RODRIGUES, *Historia e historiografia, Op. cit.* lista panfletos neerlandeses e umas poucas cartas para o período, publicadas amiúde no século XIX. Assim como o período 1631-1638, há indiscutível baque na produção de narrativas da guerra holandesa até 1648, e mesmo depois as impressões serão magras. Jamais outro episódio da luta será tão copiosamente alardeado como a vitória de 1625.

[399] CRUS, *Manifesto das ostilidades, Op. cit.,* p. 1. "Quem faz o mal, odeia a luz" (tradução livre). O exemplar conservado na Biblioteca Nacional de Portugal é um *quarto* de 36 páginas, com editoração característica das impressões craesbeeckianas.

de relatar e historiar, enaltecendo personagens ligados à sustentação da presença lusa. Como os narradores da guerra no Brasil, desenha um recorte geográfico e temporal preciso, introduzindo a ação com a Restauração, as tréguas firmadas em Haia e a aleivosia flamenga que as viola em 26 de agosto de 1641. Seu palco é a região entre Luanda, o Congo e Massangano, de onde os católicos são expulsos, sofrendo fomes e violências nos sertões. As crueldades dos invasores e de seus antigos aliados sobas são coloridas com tintas dramáticas. Parecem protegidos apenas por uns poucos capitães destemidos, até a redenção trazida por Benavides, em agosto de 1648.

Crus representa africanos e holandeses como aparentados pela crueldade. O "bruto gentio da terra", "inclinado a nouidades" alia-se ao "Framengo" para dar vazão a seus desejos de matar e roubar os infelizes retirados no interior, depois da queda de Luanda. O carmelita frei Rodrigo, desembarcando junto ao Dandi, é capturado por uma patrulha holandesa e entregue aos "negros de Congo", os quais "o deſcabeçàraõ feros, & carniceiros, em breuiſſimo espaço, ſendo os Olandeſes alegres ouuintes, de tão ſanguinoſa tragedia". Apenas a bravura do governador Pedro Cesar de Menezes salvaguarda os portugueses para que sobrevivessem, mesmo à beira da extinção. Diferentemente das acusações de Coelho contra as demoras de Felipe IV, a coroa portuguesa é poupada de acusações de negligência, pois "não tinha inteira noticia elRey noſſo ſenhor (...) das violencias, que padeciaõ por mão da tirania Olandeza (...)", supondo-se em Lisboa que as tréguas lusoneerlandesas eram ali respeitadas. Ainda assim, o céu não poderia permitir a continuidade de tantas agonias, realizando milagres.

> Como Deus tinha decretado dar fim ao riguroſo caſtigo de noſſas culpas (...), moveu a elRey noſſo Senhor, a mãdar o General Salvador Correa de Sà, & Benavides. (...) Estando ocupado no apreſto de ſua jornada ſucede, que ſe ſoube em Portugal, como o Olandez de Pernambuco, reforçado com os ſocorros de Olanda inſtruîa hũa armada, & por ſe naõ ſaber aonde queria empregar ſua violencia, foi ordem del Rey noſſo Senhor, que o dito General ſe não ſahiſſe daquela praça [Rio de Janeiro], & lhenaõ deminuiſſe a defenſa. (...) Caſo notavel, q vindo eſta ordem por tres vias (...) naõ ſe achou (...), nem ſe deu (...), & a ultima das vias lhe foy dada nove mezes, & meyo depois de reſtaurada Angola em os primeiros de Mayo de 1649[400].

O secretário, tal como d. Manuel ou Zuñiga, pega da pena com fins publicísticos, imprimindo na prestigiada Oficina Craesbeeckiana, possivelmente com o renome e os recursos de Sá e Benavides, seu patrono. Não será demais advertir que o *Manifesto* é o único relato singular e integral da guerra flamenga em Angola estampado no século XVII, dantes só contada

[400] Prodígio que leva Crus a concluir que a vitória portuguesa "ſe naõ atribuiſſe a humanas diſpoſiçoens", senão à "Celeſte Providencia", que "naõ quiz eſtorvar a reſtauraçaõ deſtes Reynos" com tardanças da esquadra de Benavides. CRUS, *Manifesto das ostilidades*, *Op. cit.*, pp. 6-7, 19-20.

em cartas ou mencionada colateralmente em narrativas sobre o Brasil, como o *Lucideno*. Com sua narrativa crua, despida da erudição clássica de um Tamayo de Vargas, foi ainda assim capaz de integrar o capítulo angolano como incontornável da história do reino e da nova dinastia que o encabeçava, com Crus e Benavides desfrutando pingues recompensas da empreitada[401].

### *3.4.4. Guerra enfim relatada*

Com o cessar-fogo lusoneerlandês em 1654 – negociações diplomáticas, vaivens e ameaças de reinício das hostilidades seguindo interminentes até 1669 – a guerra no Brasil, se torna a ser matéria de algumas relações de sucessos, depressa experimenta marcado ostracismo. Mesmo sem estar relatada em sua integralidade, as potencialidades políticas de sua historicização, no apagar do reinado joanino, aparentemente estariam exauridas[402]. Através das obras de Coelho, Calado e Crus, os principais grupos políticos interessados na historicização do conflito haviam imposto versões que às vezes reiteravam, às vezes rearranjavam o discurso das relações de sucessos – ou, na ausência dessas, inauguravam a textualização dos acontecimentos. Em todo caso, ultrapassavam-nos em coesão, consistência retórica e vigor editorial. Fundava-se uma memória.

Com a proscrição do *Lucideno*, em 1655, não se dispunha (legalmente, ao menos), na altura da regência de d. Luísa de Gusmão, de nenhuma obra que historiasse a guerra holandesa no Brasil, exceto pelas *Memorias diarias*, estampadas em Castela e encerradas em 1638, e pelas narrativas da jornada de 1625. A facção vieiriana, atenta ao vácuo representacional, encarregará o mestre de gramática Diogo Lopes Santiago de retrabalhar o *Lucideno* e completar uma história da guerra, projeto que não viria de imediato a bom termo. Porém, os impressos dos anos 1640

[401] Não se conhecem relações de sucessos impressas sobre a luta em Angola, apenas cartas jesuíticas que margeiam guerra, já referidas no capítulo anterior. A grande obra de Cadornega, concluída nos anos 1680, apenas seria publicada no século XX. Crus, com seu relato, além de reforçar a reputação de Benavides, do governador Pedro César de Menezes e de outros personagens, merecerá uma entrada em MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, vol. III, p. 93 e terá sido uma das fontes de Ericeira sobre o episódio. Crus seria ainda premiado com a mercê régia da"capitania de Mossagano", em dezembro de 1652. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 20, f. 326v-328. Sobre a posição de Angola na lógica de distribuição de mercês, AROUCHA, *Serviço e nobilitação, Op. cit.*, p. 51 e ss. Para as recompensas de Sá e Benavides após a reconquista de Angola, BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola (1602-1686)*. Londres: The Athlone Press, 1952.

[402] ANONIMO, *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife*, *Op. cit.* Testemunhas das vitórias dos Guararapes, como Felipe Bandeira de Melo, Francisco Barreto de Menezes e Vidal de Negreiros relatariam-nas em cartas, algumas publicadas nos séculos XIX e XX, outras mantidas em manuscrito até o presente. RAU, Virgínia. *A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros*. Coimbra: Separata da Rev. Brasília, vol IX., 1955. Cartas e relações foram publicadas nos Anais da BNRJ, vol. XX, 1898, pp. 119-255, "Memorias historicas e militares relativas à guerra hollandeza, a ataques dos Francezes ao Rio de Janeiro, &... (1630-1757)", pp. 119-255. Todas as evidências são de parca textualização da guerra nos anos 1640 e 1650.

haviam alcançado que as lutas no Brasil (e em menor proporção em Angola) fossem admitidas como gloriosos feitos portugueses, cujo esquecimento era condenável.

A lacuna incomoda a d. Francisco Manuel de Mello ao ponto de, em 1659, ter ele incluído o tema entre suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza*, projeto literário-historiográfico em que reconta episódios célebres do passado português, no formato de relações historiais[403]. Tendo relatado as "Alterações de Évora" (*Epanaphora Politica*), o descobrimento da Madeira (*Epanaphora Amorosa*) e outros eventos memoráveis, recentes e antigos, impressiona-se Mello que ação como a "Restauração de Pernambuco", "q por vẽtura não acharà imitação entre os eſtranhos, moderna, nẽ antigamente", não tivesse merecido "atègora, quem por noſſa parte, em forma decente, publicaſſe um ſó volume". Não se queixava, vê-se, de silêncio acerca dos fatos, mas da pequenez e "indecência" inaceitável da historicização disponível. Narrativas da guerra havia – e podemos acaso supor que o erudito Mello conhecesse o *Lucideno*, o qual, proibido, terá acaso se tornado ainda mais famoso[404] – mas o existirem não bastava. Faltariam histórias exemplares, decorosas, capazes de dizer ao mundo o feito lusitano.

Qual a "indecência" das relações disponíveis? Mello não se demora no problema, contudo dá pistas de que alude às escolhas retóricas e narrativas até ali praticadas. O *Lucideno*, sabemos, afasta-se da historiografia de Tácito e Lipsius, que vinha ganhando fôlego em Portugal nas últimas décadas. Ao mesmo tempo diverge do "livianismo" de João de Barros, de que ao gênero histórico caberia engrandecer, desviando-se da "vulgaridade" das más ações. Nessa escolha, contrapõe-se à convicção de Mello. Endereçando sua narrativa "a hum Amigo", o autor alude à História digna do nome:

> Não eſperdiçareis o tempo, que derdes à lição deſta minha breue hiſtoria; por ser dito dos ſábios: *Que as hiſtorias do mundo, ſaõ huns eſpelhos clariſsimos, donde, vendo nós, retratadas as famoſas acçoens, que não vimos, nos acẽdemos vealmente* [sic] *no amor dellas*. Como ſucedeo muytas vezes, que os retratos de fermoſuras excelentes, catiuaraõ as vontades dos homens[405].

[403] MELLO, *Epanaphoras, Op. cit.* O prefácio da *Epanaphora Triunfante Qvinta*, que relata a guerra holandesa, é datado de 23 de dezembro de 1659. Mello, preso desde 1644 por acusação de envolvimento em um assassinato, iria degregado para o Brasil em 1655, dali fugindo em 1658 e compondo o texto de regresso. PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello: esboço biographico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, cap. VII. A preferência de Mello pelos escritos breves seria manifestada em outros textos, como no *Tacito português*, sobre d. João IV, escrito poucos anos antes, ao aludir à "proluxas crónicas pasto da vulgaridade". OLIVEIRA, *D. Francisco Manuel de Melo, Op. cit.*, p. 50.

[404] MARTINS, *Livros clandestinos e contrafacções, Op. cit.*, p. 15 comenta como a proibição de um livro podia aguçar o interesse e impulsionar-lhe a vendagem.

[405] MELLO, *Epanaphoras, Op. cit.*, p. 479, 482 (grifos do autor).

Qualidades que, como vimos, o *Lucideno* não possuía, em sua interminável lista de vilezas atribuídas aos traidores e vilões responsabilizados pelas misérias dos portugueses em Pernambuco. D. Francisco, diante disso, não apenas retoma o assunto para preencher a lacuna da ausência de narrativas, mas para remediar o problema de um capítulo honroso da história relatado de forma indecorosa por sujeitos que reputava menores. A *Epanaphora triunfante*, desse modo, não é apenas o primeiro texto seiscentista a historiar a guerra holandesa integralmente, iniciando a narrativa na ruptura de 1580, passando brevemente pelos principais momentos consagrados nas relações dos anos vinte, trinta e quarenta, para se deter na capitulação de 1654. É, mais do que isso, a peça-chave que encerra o trabalho de relatar a guerra holandesa e abre o caminho para recepção do fato como pleno assunto historiográfico.

Expurgando tudo o que considerasse diminutivo e mesquinho, Mello reconfigura a narrativa bélica para pintar quadros que poderiam comover "particularmente aos Eſtrangeiros" e inspirar as futuras gerações a cometimentos idênticos e maiores. Entendia ser esse o dever de quem escreve não só uma História caudalosa, mas até mesmo de quem opta pelos "termos de hũa Relaçaõ", costumeiramente "demarcados cõ pouca largueza". Conquanto, ao modo de Albuquerque Coelho, prometesse não dizer "mais, que o tocante a inteira relação dos ſucceſſos", o autor submete o substrato narrativo a operações retóricas de abstração, metaforização e generalização, de modo a extrair "lições" de passagens que inscreve. Proposta a insurreição, sob chefia de Vieira,

> Opunhaſe a eſta reſoluçaõ a potencia, & reſpeito dos inimigos: & ainda dos naturaes, aquelles, que com mayor diſcurſo, ou intereſſe, a julgauão impoſſiuel. Se foy mais vencer cautellas, que as armas, os exemplos o digaõ: vendo muytas vezes o mundo perigar os valeroſos, antes nas aſtucias dos fingidos amigos, que na força dos inimigos declarados[406].

Heróis da *Jornada dos Vassalos*, das *Memorias diarias* e do *Lucideno* reaparecem na *Epanaphora*. Tal como Calado, elogia Henrique Dias por revelar, "com razoens, & exemplos", como "o valor não conſiſtia nas cores" – eco dos trocadilhos de Calado, que a edição de Henrique Valente destaca em itálico. Fernandes Vieira é "Opulento, & honrado morador", o que o faz ser aclamado governador, "a quem a pùblica liberdade ſerà para ſempre, deuedora, não ſò como a inuentor valeroſo, mas como a conſtante companheiro". Francisco Barreto de Menezes, "iluſtre em ſangue, & eſpiritu; de juizo, & valor", vence as batalhas dos Guararapes e lidera o "feliciſſimo fim" em 1654. Matias de Albuquerque tem seu nome citado, indício da

[406] MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.*, pp. 481-482, 498-499.

vitória do afã historiográfico de sua família. O conde de Bagnuolo, a quem as *Memorias diarias* são pouco simpáticas e a quem o *Lucideno* transforma em bode expiatório das derrotas dos anos 1630, merece uma rápida menção de que "naquella guerra viueo, & morreo". Calabar, Gaspar Dias Ferreira e os senhores de engenho contrários à insurreição são de todo apagados[407].

A *Epanaphora Triunfante Quinta*, publicada em 1660, tal como a *Recuperação de la ciudad de Salvador*, de 1628, são obras transitivas. Por meio elas, fecha-se, assim em Castela como em Portugal, o período no qual a guerra holandesa necessitava ser relatada. A textualização do acontecimento completa-se, para satisfação (ou indignação) dos partidos envolvidos. Mas o processo de historicização, não. Faltava-lhe ainda o zênite, justamente o tipo de intervenção discursiva que as relações historiais se recusavam a fazer, ao mesmo tempo em que Tamayo de Vargas e d. Francisco Manuel o antecipavam e, em alguns momentos, ensaiavam. Se recordarmos as *Razones que no de debe imprimir*, veremos o quão certeiros eram os receios de Diogo Soares: os livros dos anos 1620, 1640 e 1650 haviam conseguido que as versões de seus promotores avançassem no caminho da "canonização", sobrevivendo das relações de sucessos para as relações historiais e destas, como antecipavam Vargas e Mello, para narrativas mais elevadas, "hiſtorias perfectas", já então semeadas e que em breve floresceriam.

[407] *Idem*, pp. 496, 500, 518.

# Capítulo 4

## A guerra holandesa nas histórias ibéricas seiscentistas (1628-1698)

### 4.1. A ascensão de d. Pedro II e a lenta consolidação da dinastia de Bragança

O terço final do Seiscentos português, quando empunha o cetro o improvável Pedro de Bragança – terceiro na linha sucessória, ascendendo após a morte do primogênito d. Teodósio (1634-1653) e a deposição de d. Afonso VI – ambienta intensas mudanças socioeconômicas, culturais e políticas, nas quais, todavia, a análise historiográfica tem encontrado menores motivos de inspiração. Comparado à época da Guerra de Restauração ou ao governo de d. João V, os tempos da regência (1667-1683) e reinado (1683-1706) de d. Pedro mereceram, até o presente, as escassas problematizações de uma bibliografia pouco numerosa, embora pontuada de estudos sólidos. Tem-se interpretado o período como de crônicas dificuldades financeiras, apesar da duradoura *pax petrina* materializada na neutralidade face às guerras continentais. O que não teria, defendem alguns, impedido a configuração de um "absolutismo barroco", ao modo dos Bourbons, com a força e a autoridade políticas gradualmente reunidas sob o braço régio, a débito dos estamentos tradicionais e das jurisdições das Cortes[408].

D. Luísa de Gusmão é deposta pelo golpe palaciano de junho de 1662, quando d. Afonso VI se torna rei *de facto* (*de jure* e aclamação já o era desde 1656), inaugurando modelo governativo que desempodera os principais partidos cortesãos em torno da regente. O cargo de escrivão da puridade, arcaico instituto dos Avis, é renovado por regimento de 1663, em benefício do conde de Castelo Melhor, o qual opera como um valido do rei – num momento, aliás, em que tais figuras perdiam proeminência nas cortes espanhola e francesa, após seu apogeu na primeira metade do século. Os críticos do conde o acusam não só de usurpação das

[408] Balanço da segunda metade do século XVII luso em HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703).* Lisboa: Dom Quixote, 1986 [1981] e em SERRÃO, Joel (dir.), MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MENESES, Avelino de Freitas de (coord.) *et al*. *Nova História de Portugal*, *vol VII: da paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Lisboa: Presença. 2001. O período tem sido tematizado, mais recentemente, sobretudo em biografias do regente, como em BRAGA, Paulo Drumond. *D. Pedro II (1648-1706): uma biografia*. Lisboa: Tribuna, 2006 e LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II: o Pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. No campo da diplomacia, a neutralidade como estratégia é examinada em FARIA, Ana Leal de. *A neutralidade portuguesa no tempo de Pedro II*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013. Discussão sobre a ideia de "política barroca" em Portugal, incluindo as harmonias entre barroco arquitetônico e político, em ALBUQUERQUE, Martim de. "Para uma teoria política do barroco em Portugal: a *Summa Politica* de Sebastião César de Menezes (1649-1650)". *In*: *Estudos de Cultura Portuguesa*, *vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326.

funções régias, mas sobretudo de violação dos foros tradicionais de consulta e decisão, fulcrais no discurso da Restauração. A reação nobiliárquica ao governo afonsino provocará nova crise no poder central português, cuja resolução – o encarceramento do rei e sua substituição em vida pelo irmão, na condição de regente, arranjo inédito à cultura política da nação – há de solicitar, tal como no 1º de Dezembro e em outros momentos, urgentes justificações[409].

A Guerra de Restauração, reavivada desde 1658, ingressa em sua fase crítica, com a Espanha, libertada do *front* francês após a Paz dos Pirineus (1659), agressivamente investindo na restauração de seu domínio "usurpado". Mas as batalhas da Linha de Elvas (1659), do Ameixial (1663) e de Montes Claros (1665), vencidas pelos portugueses, selam a sobrevivência dos Bragança. Morto Felipe IV (1665), encaminha-se a situação para o tratado de 1668, mediante o qual os Áustria (de novo engajados contra a França na Guerra de Devolução [1667-1668]) desistiam de sua pretensão ao espólio de d. Sebastião. Tal como na luta dos anos 1640, a coroa outra vez patrocina, através do *Mercurio Portuguez* (1663-1666), gazeta periódica da lavra do secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo, e de grande número de relações dos sucessos da guerra, a difusão de notícias da guerra nas fronteiras, compostas em linguagem laudatória do regime e das ações do escrivão da puridade[410]. A dinastia batalhava ainda por firmar-se e o imperativo da construção de uma narrativa legitimadora, vê-se, perdurava, passados já tantos anos.

O valimento de Castelo Melhor, embora bem sucedido no campo militar e angariando conquistas diplomáticas havia muito buscadas, como o tratado de liga formal lusofrancês (março de 1667), arregimentava inimigos. Alijando das esferas decisórias casas de peso como a de Cadaval, Vimioso, Vidigueira e outras da antiga *entourage* joanina, a coroa, sobretudo a partir de 1666, ver-se-ía alvo de aguerrida conspiração dos grupos influentes até a regência de d. Luísa, em cujo bastidor maquinavam também d. Pedro e a nova rainha, Marie-Françoise de Savoie. Quarto de século após sua ascensão, a dinastia de Bragança revela fraqueza, a depender do sustentáculo de figuras-chave da primeira nobreza, liame que d. Afonso e seu valido ameaçam rebentar. Sob pressão dos descontentes, os esteios do governo, um a um, tombam: primeiro Sousa de Macedo e depois o próprio Castelo Melhor são expulsos da corte. Acossado,

[409] RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Historia de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 308-325. Estudo das Cortes de 1668 em XAVIER, *El rei aonde pode*, *Op. cit*. Mobilização da historiografia em crises políticas castelhanas em KAGAN, *Los cronistas, Op. cit*, *passim*.
[410] CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. *Mais na opinião que nas forças: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1666)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado defendida no PPG em História Social da UFRJ, 2009.

o rei é deposto em novembro de 1667, com as Cortes celebradas no ano seguinte homologando a ascensão do infante e este decidindo pela solução regencial, enquanto seu irmão vivesse[411].

O rei é degredado para os Açores. Com o objetivo de restabelecer a ordem corporativa supostamente ameaçada por d. Afonso VI e Castelo Melhor[412], as principais facções da nobreza enfileiram-se em torno do infante, promovendo campanha difamatória do rei e de seus áulicos e, ao final, a abreviação do reinado, sob pretexto de incapacidade. Nas ruas, circulam cochichos e papéis contendo "insultos, coplillas, bulos y más bulos"; voltado ao público letrado, já em 1669, publica-se a *Catastrophe de Portugal*, sob pseudônimo de Leandro Dorea de Faria, dando "as juſtas cauſas q o Sereniſſimo Senhor Principe Dom Pedro, & o Reino de Portugal tiueraõ para removerem do governo o Senhor Rei D. Affonſo Sexto"[413]. O oculto autor, Fernando Correia de Lacerda, punha sua pena a serviço da coroa, consoante o preceito de subordinação da historiografia à *Ragion di Stato* teorizada em 1589 por Giovanni Botero e já antes por autores como Justo Lípsio e Jean Bodin, como havia muito praticavam as monarquias europeias, sobretudo a partir da França de Luís XIII e da Espanha de Felipe III[414]. Não obstante, a fórmula regencial pela qual se resolve o impasse político de 1667 – preferida ao constrangimento da aclamação em vida do rei deposto, tida como injustificável – injeta na ordem política um componente instabilizador a perdurar mesmo após a morte de d. Afonso.

Os reiterados juramentos da infanta Isabel nas Cortes de 1674 e 1679 e do infante João nas Cortes de 1697-1698 atestam a insegurança jurídica experimentada e a tardia consolidação dinástica. A singularidade jurídica do golpe palaciano de 1667 alimentará controvérsias em torno dos direitos de d. Pedro e sobretudo de sua prole ao trono, sendo necessária a revogação de dispositivos das Cortes de Lamego, de forma a regular a sucessão pela linha colateral (sobrinhos) de um rei sem descendência. A contestação à regência, entretanto, sobrevive vigorosa, com não poucos adversários exilando-se na Espanha, produzindo escritos

---

411 Formalmente, Afonso renuncia em favor de Pedro. HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*, p. 20. XAVIER & CARDIM, *D. Afonso VI, Op. cit*. A rainha requereria anulação do matrimônio, junto à permissão de contrair novas núpcias com d. Pedro, alternativa diplomaticamente menos traumática para França e Portugal. BRAGA, Isabel Drumond & BRAGA, Paulo Drumond. *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios europeus: Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

412 A "centralização" afonsina se limita a disputa no seio da nobreza cortesã, sem ameaçar, ao menos em seu curto intervalo de existência, o funcionamento dos tribunais, das câmaras e mesmo o poder dos fidalgos à frente das forças armadas". RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, *Historia de Portugal, Op. cit.*, p. 332.

413 FARIA, Leandro Dorea Carceres e (pseud. de Fernando Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portvgal na depoſição d'El Rey D. Affonso o sexto, & ſubrogação do principe D. Pedro o vnico, juſtificada nas calamidades publicas, Eſcrita para juſtificaçaõ dos Portugueſes*. Lisboa: (sem ind. impressor), 1669, p. 5. Ver também: MONTEIRO, Rodrigo Bentes & BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimentos ao século XXI.* Rio de Janeiro: FGV, 2015.

414 KAGAN, *Los cronistas, Op. cit., maxime* pp. 287-291. MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit.*, p. 43. A recepção em Portugal das ideias de Bodin foi estudada em ALBUQUERQUE, *Jean Bodin na Península Ibérica, Op. cit*. E as de Lípsio em ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado, Op. cit*.

denunciadores da "tirania" do príncipe e conspirando o retorno de Afonso, mesmo se imposto pelas armas castelhanas.

A apologia do *Catastrophe de Portugal* é mal recebida em alguns meios intelectuais portugueses, criticada, embora discretamente, por autores como frei Alexandre da Paixão e Pe. Antônio Vieira. O partido afonsino depressa se alinha às aspirações pró-castelhanas na Península, murmurando-se o assassinato de Pedro, o regresso de Afonso e seu casamento com a regente Maria Ana de Áustria – objetivo da conspiração descoberta em 1673. Não por acaso, o manifesto conhecido como *Anti-Catastrophe*, resposta à história oficial da deposição, seria redigido em espanhol, por um exilado português em Madri[415]. Tão tarde quanto em 1698, o já falecido terceiro conde de Ericeira, figura de proa na regência e no reinado, reiterará a versão petrina dos fatos na segunda parte da sua *Historia de Portugal Restaurado*, disseminando com maior impacto a imagem de um d. Afonso incapaz, cuja deposição salvara o reino[416]. Finda a guerra lusocastelhana, a Restauração segue sendo um projeto inacabado. A regência petrina consistirá, ao cabo, numa marcha a ré na estabilização do regime, agravada pelo depauperamento da situação econômica.

A resolução dos conflitos militares que haviam oprimido o país nas décadas anteriores não garantirá à longa governação petrina, como talvez se pudese imaginar, um imediato ambiente de prosperidade. As devastações da guerra sobre os campos, especialmente no Alentejo e na Beira, ao lado da pesada indenização ajustada para a paz holandesa e do dote inglês de d. Catarina impunham ao Tesouro uma vazão hemorrágica, que as magras receitas de uma época recessiva não alcançavam compensar. A historiografia econômica[417] há muito demonstrou a forte retração dos preços no período 1670-1690, a incidir sobre a Europa ocidental e o mundo ultramarino, com quedas acentuadas nas frotas de açúcar e nas demandas por diversos produtos portugueses.

Às voltas com o vazio do Tesouro, a coroa adota iniciativas de estímulo econômico como a fundação de novas companhias de comércio monopolísticas, explorando produtos menos afetados pela recessão, como o tabaco. Debate-se o fomento à incipiente indústria lusitana, sob inspiração do bem sucedido mercantilismo de Colbert, como forma de estancar o escoamento de metais preciosos, entendidos então como fontes da riqueza das nações. Duarte Ribeiro de Macedo e o conde de Ericeira são ativos defensores do ideário francês com escritos e iniciativas

[415] ANÔNIMO. *Anti-Catastrophe, Historia d'El-Rei D. Affonso 6º de Portugal*. Edição e prefácio de Camillo Aureliano da Silva e Souza. Porto: Typographia da Rua Formosa, 1845.
[416] ERICEIRA, *Historia de Portugal Restaurado,* Segunda parte, *Op. cit*.
[417] GODINHO, Vitorino Magalhães. "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)". *In*: *Ensaios*, vol. II, *Op. cit.*, pp. 423-448. HANSON, *Economia e sociedade, Op. cit.*

de expansão sobretudo do ramo têxtil. A grande dependência lusa das importações, porém, ao lado de outros impeditivos econômicos e da desconfiança perante empresas envolvendo mercadores cristãos-novos sabotariam o impulso às inovações fabris, sobretudo após 1690, quando os preços voltariam a subir e a procura pelos bens primários lusos aumentaria[418].

Ao sufoco financeiro somam-se as agonias de um centro político que, apoiado em alicerces cambaleantes, explorava alternativas para estabilizar-se. Mesmo a historiografia que advoga a existência de um movimento de centralização "absolutista" – materializada na promulgação de legislação sucessória após as convulsões dos anos 1660 e no progressivo enfraquecimento das Cortes, derradeiramente reunidas em 1697-1698 – datam-na da segunda metade da governança petrina, apartir da década de 1680. Hanson associa a mais célere consolidação da dinastia à recuperação econômica posterior à desvalorização cambial de 1688 (comandada pelo conde de Ericeira), à chegada das primeiras remessas de ouro do Brasil e à participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola.

Tal periodização é, em linhas gerais, observada também por Serrão, Marques e Meneses e, mais recentemente, por Martín Marcos e por Lourenço. Hespanha, por sua vez, problematiza a ideia de uma "inevitável centralização da monarquia moderna", materializada pelo reforço da administração central, preferindo pensar o período em termos da "consolidação dinástica", com os reis procurando impor sua autoridade sobre os súditos e angariar o respeito da comunidade internacional. Hespanha aduz que, em Portugal, o controle régio sobre ofícios periféricos permanece diminuto e argumenta que mesmo as declinantes convocações das Cortes no reinado petrino não se podem confundir com a acepção tradicional do "absolutismo", o que seria "conclusão precipitada" [419].

Seguramente, a coroa atravessou períodos tortuosos antes de se impor. Pela década de 1670, seria desafiada por uma Inquisição arredia e por estamentos políticos contestatários, ao ponto de as Cortes de 1674 precisarem ser dissolvidas, dada a iminente rebeldia de alguns segmentos. O próprio príncipe, aliás, tal como seu pai, desvela em 1673 alastrada conjuração para assassinar-lhe a família e reentronar d. Afonso. Entre os conspiradores, o embaixador

[418] *Idem*, pp. 127 e ss. GODINHO, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro", *Op. cit. Op. cit*., pp. 427-433, defende uma depressão mais longa: 1650-1690, a afetar o açúcar, o tabaco, o cravo, o sal. Interpretação vastamente documentada da economia portuguesa seiscentista em MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670).* Lisboa: Editorial Estampa, 1997 [1960]. Introdução às ideias de Duarte Ribeiro de Macedo em FARIA, Ana Leal de. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo: correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

[419] HESPANHA, *História de Portugal, vol. IV, Op. cit.*, p. 310 e ss. HESPANHA, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994. SERRÃO, MARQUES & MENESES, *Historia de Portugal, vol. 7, Op. cit*. LOURENÇO, *D. Pedro II, Op. cit.,* p. 166. HANSON, *Economia e sociedade, Op. cit.* MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit.*

espanhol conde de Humanes e diversos fidalgos, mas não a primeira nobresa lusa, majoritariamente apoiadora do golpe de 1668 e já cooptada pelo braço régio.

O desejo de reativar o comércio ultramarino, ademais, aproxima o regente dos mercadores cristãos-novos, fazendo-o acalentar, novamente tal qual seu pai nos anos 1640, a hipótese do perdão-geral em troca de dinheiro para uma companhia de comércio. A tibieza da figura petrina, todavia, desnuda-se nessa iniciativa. A proposta o antagoniza com a Inquisição e com o antissemitismo generalizado em todos os estamentos e recrudescido pela retração econômica. Os mais de cinquenta implicados na conspiração provam o fôlego do partido afonsino. Por temor ou prudência, d. Pedro recua. A virada do regente fá-lo negar a ordem papal de averiguar os processos inquisitoriais portugueses (que levaria à suspensão da Inquisição lusa entre 1674 e 1681), ao tempo em que o sintoniza às aspirações da nobreza e da maior porção do clero. D. Pedro declara o ultimato romano para a entrega de processos inquisitoriais uma interferência abusiva e, com a nova postura, realinha-se com as forças políticas nacionais em seu favor[420].

A segunda metade dos anos 1670, portanto, são um período crucial. Abandonando a proposta da Companhia de Comércio, na antevisão dos riscos dinásticos envolvidos, d. Pedro garante o apoio de grupos indispensáveis à sua governança, apaziguando descontentamentos latentes. O recuo estratégico foi um passo essencial à regência que, de outro modo, parecia fragmentar-se. Tal guinada era imposta, a título de prudência, não apenas por um cenário interno que se insinuava instável e hostil, com o afonsismo e o castelhanismo robustecendo-se na corte e nas ruas, mas mais ainda por um contexto internacional que pouco favorecia a definitiva consolidação do regime.

A paz de 1668 não leva a Espanha a desistir da aspiração de reunir as coroas ibéricas sob Madri. O Conselho de Estado castelhano adota, para com Portugal, práticas de espionagem e fomento a dissidentes anti-petrinos (em particular os partidários do deposto d. Afonso), estando possivelmente por trás da conspiração denunciada em 1673. A sucessão de guerras, a atravesar toda a segunda metade do século, leva as duas maiores potências da época, França e Espanha, a duelar pela satelização de Portugal, buscando demovê-lo da política de neutralidade adotada por d. Pedro e cooptá-lo, no que fracassam. Paris, mediante seus embaixadores, manobra o ódio a Pedro cultivado em algumas facções e potencializa a desconfiança lusa para com a ameaça de anexação castelhana. Episódios como a transferência de d. Afonso VI dos Açores para Sintra, em 1674 (quando o rei é recebido com hurras e vivas) e o conflito armado em torno da Colônia de Sacramento, em 1679-1681 dão azo ao desgaste da autoridade do regente. A tática francesa

[420] HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*, pp. 112-115..

dissemina boatos conspiratórios e supostos planos madrilenos de conscrição militar e invasão, com apoio dos afonsistas – alguns dos quais anunciavam o rei como o verdadeiro "Encoberto" das profecias. A documentação diplomática francesa e espanhola pinta um regente fraco, à beira do precipício sem o apoio de potência estrangeira que o ampare[421].

No entanto, a partir da década de 1680, as convulsões dos primeiros anos da regência seriam superadas gradativamente, com avanços e recuos. A persistência na diplomacia da neutralidade a aprimorar o quadro das relacões internacionais, a morte de Afonso, o nascimento de herdeiros varões do segundo casamento de Pedro com Marie Sophie de Neuburg (com sua sucessão resolvida em definitivo nas Cortes de 1697-1698), a recuperação econômica nos anos 1690 e o papel desempenhado por Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola[422] contribuiriam, em conjunto, para dissipar as nuvens políticas e consolidar a dinastia. Não por acaso, nos anos finais do reinado de Carlos II, d. Pedro arriscaria, ainda que discretamente, a submeter seu nome à sucessão espanhola, como solução "neutral" a prevenir o conflito que despontava no horizonte, com apoio em Madri do conde de Oropesa e patrocinando panfletos em favor de sua candidatura. A proposta seria rechaçada, mas não sem antes colaborar para a maior visibilidade internacional da dinastia, fortalecendo sua imagem.

Nos anos finais do reinado, as alianças firmadas com Londres e Viena para a coalisão na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) afastarão, respectivamente, as motivações das intrigas intestinas e de reunião sob o cetro castelhano. A posição tática de Portugal para o ataque anglo-austríaco à Espanha realça a legitimidade bragantina, ao lado da assinatura do Tratado de Methuen (1703), o qual, para além das cláusulas econômicas, selava a proteção inglesa à independência de 1640. Pedro, assim, lega a d. João V, em 1706, um cetro e um território em grande medida indisputados[423].

A legitimação bragantina, portanto, estende-se para além da Guerra de Restauração, arrastando-se por toda a segunda metade do século XVII. Talvez retardada pelos golpes palacianos e reviravoltas dos anos 1660, seu momento crucial residirá nas décadas de 1670 e 1680. O reino não dispunha de sucessor varão, e a rainha, após um aborto, perdera a possibilidade de engravidar[424]. Pedro se vê pressionado, de um lado, pela sombra do rei

[421] MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit.*, pp. 27-51.
[422] FARIA, *A neutralidade portuguesa, Op. cit.*, p. 80.
[423] SERRÃO, MARQUÊS & MENESES, *História de Portugal, vol. 7, Op. cit.*, pp. 174-191. CARDOSO, José Luís *et al. O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
[424] As conturbadas Cortes de 1674 haviam concordado em permitir que a infanta Isabel casasse com um príncipe estrangeiro, dispositivo que, no entanto, contrariava expressamente as atas das Cortes de Lamego, situação política delicada pelo arriscado precedente aberto. A rainha Marie-Françoise faleceria em 1683, contraindo o rei, em 1687, novas núpcias com a princesa do Palatinato Marie Sophie de Neuburg, com quem teria numerosa prole. As Cortes de 1697-1698, reconhecendo a possibilidade da sucessão colateral natural na ausência de descendência do rei

encarcerado nos Açores (depois de 1674 em Sintra), com seus áulicos cochichando maneiras de depô-lo e, do outro, pela dependência do partido que o entronara, para si e para a normalidade sucessória. Fora justamente a perda de apoios políticos decisivos, bem lembrava *o Pacífico*, que subtraíram a coroa e a liberdade das mãos de Afonso, em 1667.

Equilibrando-se sobre terreno politicamente movediço, desafiado pelas Cortes e pela Inquisição, às voltas com uma interminável crise econômica, acusado de ser "amigo de judeus", o que tudo somado tendia a reforçar a posição pró-afonsina, o regente acolheria de bom grado a oferta legitimadora da narrativa historiográfica. Tanto a obra portuguesa da Restauração quanto a memorável vitória sobre a Holanda, realizadas por seu pai e pela melhor nobreza portuguesa, jaziam ainda à espera de pena célebre que as imortalizassem. E, imortalizando-as, trouxessem glórias à dinastia ainda em apuros e tão necessitada delas. Ambos os temas, depois das tematizações a que haviam sido submetidos nas décadas de 1640 e 1650, se haviam mantido adormecidos no curso dos tumultos políticos internos dos anos 1660. Agora, no contexto de busca pela paz e pela estabilidade, chegava o momento do novo despertar de Clio.

## 4.2. A historiografia no Seiscentos

### *4.2.1. As historiografias francesa e espanhola*

A historicização da guerra holandesa, depois de uma hibernação de década e meia, se reacende nos anos 1670. Dialogava, então, com um contexto internacional de ampla instrumentalização da historiografia, como atrás sugerimos, bem como de outros gêneros literários. Semelhante pragmatismo decorria da concepção da escrita da história como matéria de Estado, perspectiva que, conquanto não fosse nova – remontando a pensadores como Maquiavel, aos historiadores castelhanos medievais e da dinastia de Trastâmara e mesmo a Políbio, na Antiguidade – achará cenário propício para renovadas formulações na Europa atravessada pelas guerras religiosas e imperiais, nos séculos XVI e XVII[425].

Autores do Quinhentos como Francesco Patrizi, Giovanni Botero, Jean Bodin, justo Lípsio e outros, com base em conceitos operativos como "prudência" e "razão de Estado", haviam procurado dar respostas à instabilidade decorrente, sobretudo, das guerras provocadas

(como era o caso de d. Afonso VI), evanescem quaisquer dúvidas sucessórias e tornam suas próprias reuniões futuras redundantes.

[425] KAGAN, *los cronistas, Op. cit.*, *passim.*

pela Reforma. Buscavam novas formas de organização governativa e de legitimação da ação "soberana" do Estado, de modo a torná-lo um agente restaurador da ordem perdida em meio às controvérsias e confrontações. Sendo a defesa do amoralismo maquiavélico culturalmente inadmissível perante os imperativos cristãos, formularam aqueles pensadores amálgamas teóricos entre as imposições teológicas e as lições do proscrito autor florentino.

Nos escritos desses pensadores quinhentistas, a ética cristã é "afrouxada", submetida a "exceções" e "graduações", em benefício da ação do soberano. Lípsio, por exemplo, mobiliza uma cuidadosa retórica para propor que a ação soberana do príncipe não pode prescindir de "prudência". Isto o leva a defender o necessário emprego da "dissimulação honesta", em nome da segurança da *res publica* e desde que feita dentro de certas limitações previamente estabelecidas[426]. O gênero histórico haveria de ser posto a serviço desta "razão de Estado", mediante a exposição de situações pretéritas "úteis", propiciadoras de analogias que justificassem o empoderamento do soberano e apontassem caminhos em vista dos difíceis dilemas do exercício governativo.

Esta mobilização política do saber histórico entra desde logo a ser denominada de "tacitismo", sendo o historiador romano referencial nas análises de eruditos quinhentistas como Bodin, Lípsio e Du Tillet. Ao erigir tais constructos teóricos, os "tacitistas" amiúde atribuíram importante papel à narrativa histórica, subordinando-a aos desígnios da agenda monárquica, em contraste com a tradição historiográfica humanístico-antiquária, extensão da Retórica, grandiloquente, de fins moralizantes e pedagógicos. A essa história erudita, escrita em latim e moldada em *exemplae* clássicos, opunha-se com maior força, doravante, uma história "oficial", redigida com simplicidade, de ordinário em idioma vernáculo. Atinha-se geralmente a um passado recente, desde o qual fosse possível aludir e legitimar os atos e a regalia da casa reinante, contra eventuais contestações intestinas ou de potências inimigas. Numa de suas traduções de Tácito, datada de 1581, Lípsio sugere ao governo neerlandês empregar o autor das *Historiae* como clava para esmagar guerras civis e restaurar a paz. Buscava-se "converter Clío, a famosa musa da história", resume Kagan, "em servidora do Estado"[427].

O impacto destas ideias sobre a "história política" chegaria sem demora. Felipe II da Espanha mostrara-se, em seus primeiros anos, arredio ao modelo da *historia pro persona* –

[426] ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974. ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado, Op. cit*. A noção de "dissimulação honesta", de verve lipsiana, seria um tanto tardiamente difundida pela obra "Della Dissimulazione Onesta", do napolitano Torquatto Acetto (1598-1641), publicada em Nápoles, em 1641. CAMENIETSKI & PASTORES, *1625, o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, p. 263.
[427] KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 282 (tradução nossa). SOLL, *Empirical history, Op. cit.*, pp. 304-305. OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador, Op. cit.*

narrativa centrada na figura régia e em seus feitos, representando-a como motor da história – tão cultivada por seu pai, Carlos V. Era também desinteressado de narrações dos episódios contemporâneos de seu reinado. Não poucos manuscritos alusivos a sua vida e seu reinado, da lava de servidores em busca de mercês e dedicadas ao monarca, empoeiraram-se por séculos entre os papéis do Conselho de Estado, até serem redescobertos e finalmente publicados, nos séculos XIX e XX. Alimentava o rei esta resistência, em parte, pela condenação eclesiástica do pecado da *vanitas* associada à celebração biográfica. Ademais, certa tradição quinhentista, encontrável em autores como Lorenzo Galíndez de Carvajal (1472-1527) e mais tarde em Bodin, advertia contra os riscos da história contemporânea, sujeita às paixões dos vivos e por isso não raro insincera[428]. Sob o influxo das ideias tacitistas, todavia, Felipe II cederia, em seus derradeiros anos, à necessidade da defesa historiográfica do *Imperium* espanhol.

Isto especialmente no tocante ao Novo Mundo, diante das duras acusações de atrocidades cometidas pelos conquistadores, contra a legitimidade do domínio espanhol sobre aqueles territórios, por parte dos adversários franceses e ingleses e mesmo de penas nacionais, como a de Bartolomé de Las Casas. António de Herrera y Tordesillas, Luís Cabrera de Córdoba e outros dedicar-se-íam, na passagem do século XVI para o XVII, a construir representações da perspectiva régia do processo histórico, contra-atacando discursos dos opositores e fundando suas histórias em documentos confiáveis, exarados nas secretarias régias, de modo a incutir o estatuto de verdade ao que escreviam.

Herrera y Tordesillas, na *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*, combate a denúncia de que a coroa na América não cumpria o dever evangelizador prescrito nas bulas de Alexandre VI. Cuida de associar quaisquer atos réprobos ali praticados a figuras individuais, como Francisco Pizarro, culpado pelas guerras civis no Perú. Descreve com afinco a promulgação por Carlos V das *Leyes Nuevas* de 1542, regulando o instituto das e*ncomiendas*, bem como os esforços dos monarcas, desde os *Reyes Catolicos*, por coibir e punir os "abusos" e "codicias" dos colonizadores. Em Herrera, a *leyenda negra española*[429] é contra-atacada por meio da romantização da invasão da América. Até

[428] Galíndez de Carvajal anotaria tais observações em sua *Crónica do reinado de Enrique IV*, apenas publicada em 1946. KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, p. 104. PAGDEN, Antony. "Instruments of Empire: Tommaso Campanella and the Universal Monarchy of Spain". *In*: PAGDEN, Anthony. *Spanish imperialism and political imagination*. New Haven (Connecticut): Yale University Press, 1990. Bodin já em meados do século XVI propunha uma história capaz de formular conselhos e apotegmas pelo bem da República, "cùm tamen in unius conſilio ſaepe ſalus Reipublice, poſita ſit". BODINI, Iohannis. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*. PARIS: por Martin le Jeune, 1566, pp. 24-25. Uma análise das ideias de Bodin no *Methodus* em PIRES, Francisco Murari. *Jean Bodin, o Methodus e a Clio tucidideana: as figurações heroicizantes do historiador*. Vária História: Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 189-210, jan-jul 2012.

[429] Sobre o conceito de "Leyenda negra", JUDERIAS, Julian. *La leyenda negra: estudios acerca del concepto de España en el estrangero*. Madri: Ed. Junta de Castilla y León, 1997.

mesmo a linguagem da *Historia general* é nimiamente estudada, em seu afã de reconfigurar a imagem da Monarquia, substituindo-se (em conformidade com determinações do Conselho de Estado e da Coroa) termos como "conquista" e "guerra" por "pacificação" e povoamento"[430].

Já Cabrera de Córdoba, sob Felipe III, produz um manual intitulado *De historia, para entenderla y escrivirla* (1611), sintomaticamente dedicado a d. Francisco de Sandoval, Duque de Lerma e valido do novo rei. Tanto Cabrera de Córdoba como Herrera y Tordesilhas ocupam o papel do historiador-conselheiro, agente imiscuído nos negócios de Estado, cortesão ativo, propositor de soluções para as adversidades fiscais, administrativas e militares enfrentadas. No *De historia*, a partir de ideias de Botero e Lípsio, combinadas à velha concepção ciceroniana da *historia magistra vitae*, Cabrera de Córdoba compara o historiador a um "lapidário", que usa de seu engenho para polir os eventos passados, fazê-los verossímeis em sua pena e assim amplificar sua "utilidade". Nesse espírito, propõe um modelo de obra histórica composto de nove partes: "Exordios, deſcripciones, digreſiones, oraciones, elogios, diſcursos, juizio, pronoſticos, ſentencias". O esquema, em suas linhas gerais, era aceito por outros autores de *Artes Historicae* como Agostino Mascardi, e seguido amplamente no Seiscentos[431].

Córdoba não hesita em escrever que a finalidade da história é o bem "público", expressão que em seu texto remete à conveniência do poder central, e que "las hiſtorias eſtan por cuenta, y a cargo de los Principes", cabendo-lhes presciência no momento de nomear os historiadores que mais perfeitamente preservarão a memória de suas façanhas. Cabrera de Córdoba, sem renunciar às prerrogatvas moralizantes e pedagógicas do gênero, concentra o foco historiográfico no terreno político e avança, em sua *Ars historica*, uma teorização de uma historiografia militante, com características de "arma". Quando preconiza a narrativa pragmática, bem documentada e persuasiva, tem em vista uma colaboração aperfeiçoada à consecução dos desígnios do príncipe[432].

Entrávamos já em Seiscentos. Será então que aquele ideário quinhentista frutificará mais robustamente, tanto nas matérias gerais de Estado quanto, em particular, em seu desdobramento

[430] HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*. 4 vols. Madri: en la Emplenta [sic] Real, 1601-1615. KAGAN, *Los cronistas, Op. cit*., pp. 101-106, 274-286.

[431] CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escrivirla*. Madri: por Luis Sanchez, 1611, p. 62. SINKEVISQUE, *Com furores de Marte*, *Op. cit.*

-[432] CABRERA DE CÓRDOBA, *De historia, Op. cit*.. VIDAL, Silvina. *Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623)*. Anuario del Centro de Estudios Históricos Carlos S. A. Segreti, Córdoba (Argentina), ano 10, n. 10, 2010, pp. 325-341.A história, em síntese, é pensada como "*guía de acción* para los hombres de gobierno".

historiográfico, não obstante as muitas contestações e resistências de que foi alvo[433]. Na França, a partir do valimento de Richelieu, a monarquia, em sua luta contra a força centrífuga dos *frondeurs* e da nobreza feudal em geral, adota postura mais rigorosa frente às histórias publicadas. A monarquia francesa forceja por controlar a produção do discurso histórico, valorizando o paradigma tradicional da história grave e "decorosa", porém instrumentalizado sob o ideário da *Ragion di Stato*. Mais, talvez, do que a "ruptura epistemológica" de que fala Oliveira, assistimos a um ambiente de coabitação e mescla entre a tradição da história como manifestação essencialmente retórica, e uma nova forma de conceber o gênero, mais pragmática e prognóstica, fruto do Renascimento, da Contra-Reforma e dos Descobrimentos[434].

A tradição erudita renascentista, propõe Soll, em particular após as contribuições de Jean Bodin, teria amadurecido, nos reinados de Luís XIII e do Rei Sol, numa historiografia mais analítica e crítica. Preconizar-se-ia com maior vigor a "prudência" lipsiana baseada no conhecimento acurado da história, contra a centralidade do *delectare*. O que representava uma ameaça à coroa em Paris, pois o instrumental é posto em ação contra o programa centralizador Bourbon, sobretudo pelos adversários italianos e espanhóis que, lendo obras francesas inconvenientes ao programa absolutista, voltavam o arsenal discursivo contra o rei. Conquanto no reinado de Henrique IV ainda se demonstrasse algum entusiasmo pela historiografia "antiquária", bem amparada em fontes, "já no começo do século XVII desenvolveu-se [a crítica erudita] para além do controle da coroa", escreve Soll. As obras e ideias de Tácito ganharam maior visibilidade e popularidade, vindas a lume inclusive em edições *in-quarto* e *in-octavo*, em contraste com os *in-folios* mais comuns de Quinhentos. Lidas largamente, abriam-se as portas para Botero, Bodin e outras influências perigosas, pelos *exempla* que ofereciam contra as políticas da realeza. Sem demora, a historiografia aprimoraria o método crítico no exame de questões delicadas para a coroa, com desagradáveis consequência[435].

Pela década de 1630, continua Soll, a coroa francesa envidava já esforços para controlar a escrita da história, o que somente realizaria, com efeito, nos anos 1660 e 1670, sob o ministério de Colbert. Justamente, lembremos, no momento em que, em Portugal, começam a vir a lume as histórias petrinas da guerra holandesa. O tacitismo é violentamente ostracizado do ambiente intelectual francês e a "história política", sufocada, fenece. Por meio da censura, da distribuição

[433] Martim de Albuquerque estuda a resistência nos países ibéricos às ideias tacitistas, pelo parentesco com o maquiavelismo. ALBUQUERQUE, *Jean Bodin na Península Ibérica, Op. cit.* ALBUQUERQUE*, Um percurso da construção ideológica do Estado, Op. cit.*

[434] OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador, Op. cit.*, pp. 46-49, 57-81. KAGAN, *Los cronistas, Op, cit.*, pp. 35-37. A história seria prognóstica pois a *utilitas* pressupõe tentativa de antecipar situações futuras, com base no saber extraído das pretéritas.

[435] SOLL, *Empirical history, Op. cit.*, pp. 306-307 (tradução livre).

de generosas pensões, da fundação da *Académie Française* (1635) e de *cabinets privée*, Richelieu, Mazarino (com menor intensidade) e Colbert fomentaram o predomínio da *narratio* encomiástica, domesticada em seu arsenal analítico, travestida em porta-voz do Estado. Perseguia-se a finalidade propagandística de "educar" o povo francês, no sentido de engajá-lo na missão imperial monárquica. Os historiadores são convertidos em "artesãos da glória" real, na clássica expressão de Oreste Ranum[436].

Quando os historiadores não estavam sendo mobilizados para defender a monarquia por meio da publicística, preconizava-se à larga o regresso da história de vertente retórica. Revaloriza-se o secular compromisso estilístico com a grandiloquência e a beleza, a seleção de fatos exclusivamente elevados e nobilitantes, ecoando a tradição da historiografia do primeiro humanismo. Explicita-o o trocadilho do jesuíta René Rapin, nas *Instructions pour l'histoire*, publicadas em 1677: "quoy qu'on ne doive rien dire que de veritable, on ne doit pas dire toutes les veritez". No tratado intitulado *De l'Histoire*, impresso em Paris em 1670, o também jesuíta padre Le Moyne postula que a verdade não poderia ser apresentada ignorando o decoro, a religião, o nascimento, convindo ornamentá-la com os preceitos do bom gosto. Sentencia "que l'histoire et la poẽſie ſont alliées", porque o discurso bem alinhado conduz à verdade, e "qu'il faut eſtre Poëte pour eſtre Hiſtorien"[437]. O movimento crítico dos princípios do século fora interrompido e só despertaria já entrado o século XVIII. Era esta historiografia confinada entre a égloga e a propaganda, conclui Soll, não só a mais prestigiada na corte, mas consequentemente a que achava melhor acolhida nas mesas censórias e casas impressosas francesas.

Phyllis K. Leffler, por sua vez, elabora uma interpretação acerca da historiografia francesa seiscentista que diverge em pontos nodais da de Soll. Para a autora, predomina, ao contrário, nos reinados de Luis XIII e Luís XIV, até cerca de 1680, a escrita da "história política" e laudatória, dentro da lógica dos "espelhos de príncipes": pedagógica, moralizante, associada à tradição retórica antiga e da primeira Renascença. Nessa ótica, os exemplos estudados por Soll seriam marginais ao *main stream* intelectual, simbolizado por figuras de proa como François Eudes de Mézeray e outros servidores sob controle Bourbon, compondo encômios com finalidades legitimadoras do absolutismo régio[438].

---

[436] RANUM, Oreste. *Artisans of glory: writers and historical thought in seventeenth-century France*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980. BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 24-25.

[437] LE MOYNE, Pierre. *De l'Histoire*. Paris: por Loüis Billaine, 1670, pp. 1-10. Rapin dedica-se em muitas passagens a associar verdade, tida como fundamental ao discurso histórico, e beleza. Adverte a quem historia que "s'il meſle quelque choſe d'agréable, ce ne doit pas eſtre pour corrompre la verité, mais pour l'embellir, & pour la faire mieux recevoir". ANÔNIMO (RAPIN, René). *Instructions pour l'histoire*. Paris: por Sebastien Mabre-Cramoist, 1677, pp. 34-35, 133-134. SOLL, *Empirical History, Op. cit.*, pp. 309-310.

[438] LEFFLER, Phyllis K. *From Humanist do Enlightenment historiography: a case study os François Eudes de Mézeray*. French historical studies, Duke University Press, vol. 10, n. 3 (primavera de 1978), pp. 416-438.

Na primeira metade do século XVII, todavia, gradualmente se desenvolveria novo paradigma historiográfico, conhecido como *histoire raisonée*, que a autora descreve como derivado da *Ars historica* elaborada desde fins do Quinhentos. Os textos revelavam-se uma combinação de "análise factual, digressão moral e técnica literária", o que implica dizer que faziam coabitar os preceitos do primeiro humanismo e as ideias desenvolvidas pelos pensadores da "razão de Estado". Para o fim de angariar aliados à política de agressividade imperialista francesa, numerosas histórias militares dedicadas à exaltação de Luís XIII e sobretudo de Luís XIV põem em movimento toda esta panóplia de recursos, a retratar monarcas-generais divinizados. Fazem-nos descender de uma remota genealogia de guerreiros, aparentam-nos a símbolos míticos e históricos greco-romanos e francos como Marte, Alexandre, César e Carlos Magno[439]. A *histoire raisonée*, com seu composto de erudição e retórica, oferecia aos historiadores pró-Bourbons as melhores ferramentas para a consecução da sua tarefa.

Este modelo misto introduzia modificações na concepção histórica de "verdade", ligada não mais à virtude ou à pintura de elevados padrões de conduta, e sim à prudência e à exposição de fatos históricos específicos, recuperáveis pelo exame documental. Nas décadas finais do século, protegidos pelo paradigma da *histoire raisonée*, diversos historiadores, fossem huguenotes ou realistas católicos, passam a compor uma história crítica, opositora das políticas absolutistas de Luis XIV. A transformação não foi nada brusca. Ainda em 1681 o bispo de Meaux, Jacques-Bénigne Bossuet, concluía seu famoso *Discours sur l'histoire universelle*, atestando a inevitabilidade da guerra como "flagelo divino" e negando quaisquer limites ao exercício do poder monárquico. No entanto, há algo da coruja de Minerva no *Discours sur l'histoire*. Doravante, os trabalhos de Guillaume Marcel e de Henri Boulainvilliers e mesmo as obras de realistas como Louis Le Gendre e Gabriel Daniel se mostrariam menos reverentes e mais analíticas. Vão saindo de cena os "artesãos da glória". Questionar-se-íam, doravante, as origens míticas da monarquia e os fundamentos de seu estatuto divino[440].

De vez que a influência francesa na corte portuguesa, sob a governança petrina, era corrente firme e constante, é natural que o impacto dessa tensão e efervescência intelectual se fizesse sentir nas cercanias do Tejo. Não somente a rainha Marie Françoise, falecida em 1683,

---

LEFFLER, Phyllis K. *French historians and the challenge to Louis XIV's Absolutism*. French historical studies, vol. 14, n. 1 (primavera de 1985), pp. 1-22.

[439] BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 21-22. Também BURKE, *A fabricação do rei, Op. cit.*

[440] LEFFLER, *French historians, Op. cit.*, pp. 3-10 (trad. livre). LEFFLER, Phyllis K. *The "Histoire Raisonée", 1660-1720: a pre-Enlightenment genre*. Journay of the History of Ideas, University of Pennsylvania Press, vol. 37, n. 2 (abr-jun de 1976), pp. 219-240. BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'Histoire universelle. A monseigneur le Dauphin por expliquer la fuite de la religion & les changements des Empires. En trois parties, depuis le commencement du Monde jufqu'à l'an 1700*. Québec: Ed. Samizdat, 2013 [16810, pp. 179, 437-438.

era parisiense, mas ainda destacadas figuras da nobreza, como o duque de Cadaval, participavam do grupo que Lourenço apelidou de "afrancesados" e "amantes das letras e da cultura francesa". Ericeira, infenso ao estilo floreado das *histoires* dedicadas ao Rei Sol, nem por isso deixava de lê-las e absorver algumas de suas lições. A historiografia tem demonstrado como a diplomacia, as ideias e mesmo as modas francesas impactaram desde as iniciativas econômicas até as práticas cortesãs sob a regência e reinado do *Pacífico*[441]. Não admira, daí, que a escrita da história cultivada no Seiscentos francês se fizesse ler e imitar na corte e nas tertúlias acadêmicas então em voga em Portugal. Em especial, a *histoire raisonée* pré-1680 caracterizada por Leffler, tão prestativamente manobrável ao sabor das agendas do poder central, mas igualmente adaptável aos desígnios de facções cortesãs e de partidos fixados no ultramar, dispostos a valer-se do discurso histórico para fazer-se ouvir no império luso.

É preciso considerar, no entanto, que o partido francês na corte lisboeta era, ao mesmo tempo, constrangido por força das desconfianças face a Paris. Notadamente desde as pazes francoespanholas de 1659, quando Luís XIV, quebrando a palavra dada a d. João IV em 1640 – de apoiar a Restauração e manter os castelhanos engajados em duas frentes de batalha – abandona Portugal e deixa Felipe IV livre para retomar a coroa lusitana. Madri, mesmo em meio as tensões lusocastelhanas durante a regência, não deixa de contar com partidários em posições importantes em Portugal.. Cuida, ademais, de manter embaixadores junto a Pedro II, esforçados por influenciar as negociações políticas e militares[442]. Tampouco desaparece o bilinguismo e, de modo geral, a força da cultura espanhola segue atuante no país. No território historiográfico, o paradigma delineado por Herrera y Tordesilhas, Gómara, Mariana e outros, tão poderoso nos anos da dominação filipina, continua respeitado[443]. E a postura da coroa espanhola face à escrita da história, nos últimos reinados dos Áustria, será fonte de inspiração para a produção portuguesa.

Desde a ascensão de Felipe IV e do conde-duque de Olivares, a subordinação da escrita da história às solicitações do poder central aprofunda-se. Como advertem Kagan e Soll, nem o valido espanhol nem o francês alcançam manter sob seu controle toda a produção historiográfica de seus respectivos reinos. Na França, Richelieu se descobriria em maus lençóis por alguns escritos do historiador real Scipion Dupleix (convertidos por adversários em argumentos diplomáticos contra os franceses) e, ao menos até o ministério de Colbert, viriam a

[441] LOURENÇO, *Pedro II, Op. cit.*, p. 157. SERRÃO, MARQUES & MENESES, *História de Portugal, vol. 7, Op. cit.*, pp. 148-151.
[442] MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit*., *passim*.
[443] CURTO, *Cultura imperial, Op. cit.*, p. 150.

público, ocasionalmente, histórias incômodas ao discurso da coroa[444]. Em Madri, Olivares, entre as muitas antipatias que fomentava na nobreza castelhana, travaria frias relações com cronistas mores como Tamayo de Vargas. Estes preferiam distanciar-se da "história política" instrumental coordenada pelo *Consejo de Estado*, orgulhosos de se dedicarem à "pesquisa da verdade", em consonância com a historiografia mais tradicional. Decisão que, aliás, esvazia-lhes a influência no curso do derradeiro reinado filipino[445].

À parte estes contratempos, ambas as coroas, no momento em que deflagram a guerra entre si, em 1635, lançam mão de uma plêiade de historiadores-publicistas ou *plumas teñidas*, na expressão sarcástica de Baltazar Gracián: escritores especificamente pagos para o fim de angariar apoio público às políticas de seus patrocinadores, fomentando o ódio pelo adversário mediante a seleção e distorção dos eventos recentemente acontecidos. Em Paris, atuava já desde há alguns anos um *Cabinet de presse*, repleto de *chercheurs savants* como Père Joseph e La Mothe de Vayer, dedicados, entre outros objetivos, a justificar a agressão francesa aos espanhóis. Em Madri, a guerra persuade o conde-duque a reunir uma *Junta* de historiadores, com nomes como Gonzalo Cespedes y Meneses, José de Pellicer de Ossau y Tovar e Virgilio Malvezzi, além de *free-lancers* como Francisco de Quevedo, todos trabalhando de modo a fazer jorrar panfletos e histórias ácidas quanto aos malfeitos alheios, e idílicas sobre os Áustria[446].

A vigorosa instrumentalização da historiografia, incutindo-lhe nada menos que características armamentícias, sobreviveria ao valimento do conde-duque (1621-1643), à ascensão e queda de seu substituto Luís Mendes de Haro e a todo o reinado de Felipe IV, até lentamente definhar sob seu filho Carlos II (1665-1700). No último terço do século XVII, época de marcada decadência do império hispânico e inapetência da corte madrilena, com perdas territoriais e uma crise sucessória a se delinear no horizonte, a história oficial vai perdendo o traço aguerrido dos anos olivaristas. Com exceção talvez  do marquês de Oropesa, raros ministros demonstraram interesse pelo potencial político das expressões artísticas e da historiografia. Os cargos historiográficos resumem-se, muita vez, no fim do século, a prebendas honoríficas concedidas por ministros poderosos a clientes e apaniguados. A história oficial castelhana encerrava uma trajetória iniciada no século XIII, pelos historiógrafos a trabalhar no *scriptorium* do monarca Afonso X[447].

[444] SOLL, *Empirical history*, *Op. cit*., p. 308.
[445] KAGAN, *Los cronistas*, Op. cit., pp. 306-308.
[446] *Idem*, pp. 305-306, 317-340.
[447] *Idem,* pp. 349-355. A obra faz o exame desta "história oficial, nas quatro centúrias de sua duração.

O alheamento historiográfico da corte favoreceria certo grau de independência na escrita da história na Espanha – como vimos, por exemplo, no caso do silêncio em torno da guerra holandesa em Pernambuco, nos anos trinta, estimulando os chefes na campanha a historiá-la. Agora, porém, com outras consequências. Já no reinado de Carlos II, os eruditos conhecidos como *novatores* denunciariam o "atraso" cultural do país nos campos do direito, das ciências e da pesquisa histórica, buscando introduzir as ideias de pensadores como Bacon, Descartes e Grotius, como forma de estancar a "decadência espiritual" da nação. No domínio historiográfico, experimenta-se o ímpeto da renovação promovida por investigadores jesuítas de Flandres empenhados no projeto editorial das *Acta Sanctorum*, apelidados de "bolandistas" em homenagem a seu primeiro editor, Jean Bolland. Os *novatores* – entre os quais listavam-se eruditos historiadores como Antonio de Sólis, que publicaria uma *Historia de la conquista de Mexico* (1685) já sob os auspícios do novo ideário historiográfico – reúnem-se em tertúlias e buscam disseminar a importância do exame das fontes originais e da rigorosa crítica textual. Metodologia em muito inspirada nos escritos do jesuíta belga e também bolandista Daniel van Papenbroeck, com quem diversos *novatores* se carteavam[448].

A tanta vigilância das monarquias europeias sobre o trabalho dos historiadores apenas ensina que as *historias* eram canais considerados eficazes para esta delicada experiência comunicativa. "À parte seus defeitos", conclui Kagan, "é difícil esquecer que a história oficial não era necessariamente história de segunda linha". Se alguns historiadores a soldo de Olivares e Richelieu pouco iam além de panfletários charlatães, não poucas *plumas teñidas* e *chercheurs savants* escreviam com aqueles ingredientes tidos como imprescindíveis à boa história: erudição, juízo, elegância e abundantes provas documentais"[449]. Ao passarmos à análise da produção historiográfica na Península Ibérica, verificaremos com mais clareza como tais preceitos aparentemente antagônicos de encômio e de erudição, do panegírico régio ou nobiliárquico podem conviver no interior das mesmas obras. A promessa de seus prefácios, ao mesmo tempo, evoca sustentáculos como o testemunho ocular, a fidedignidade documental, o rigor na enunciação do "verdadeiro" e a *utilitas*, numa coabitação que, conquanto nos soe hoje talvez improvável, os historiadores seiscentistas julgavam perfeitamente pertinente.

[448] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 356-365 (tradução nossa). MESTRE SANCHÍS, Antonio. *Crítica y apologia en la historiografia de los novatores*. Universidad de Salamanca: Studia historica, Historia Moderna, n. 14, 1996, pp. 45-62. LINAJE CONDE, J. A.. *Los bolandistas*. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 2, 1992, pp. 187-206.
[449] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, p. 348.

*4.2.2. "Hiſtoria perfecta" e "história política"*

Quando Tamayo de Vargas protesta não pretender dar a lume com sua *Restauracion de la ciudad de Salvador* uma "hiſtoria perfecta", mas sim uma "relacion hiſtorial", não estava aludindo a termos imprecisos. Tinha clareza de escrever uma "relação", porque seu objetivo primordial era ainda a transposição do acontecimento em texto, em fato candidato à memória – muito embora, no seu caso particular, a operação se revista já de portentosos elementos de erudição. Seu compromisso era relatar. A *Restauracion* era, ademais, a primeira encomenda de conde-duque de Olivares para o recém nomeado cronista-mor de Castela, que terá, porventura, redobrado seus esforços para publicar um registro ímpar, memorável, apesar de breve, entrelaçando precisamente a ligeireza do relato com a gravidade e respeitabilidade da história.

Porém não era uma história "perfeita". Em que consistiria tal perfeição? Justamente no ultrapassar o relato, no extrair-lhe saberes aplicáveis à variedade dos assuntos humanos, fossem máximas éticas ou teológicas, fossem preceitos do bom governo, para a advertência do príncipe. O conceito de "história perfeita" ou de "história íntegra", outro dos que remontavam à Antiguidade, fora reformulado por humanistas do Quinhentos como François Boudoin, no interior de seus esforços para aparelhar a história como mecanismo de aprimoramento da ação política[450]. O legítimo discurso histórico não poderia se furtar a este dever hermenêutico, residindo aí sua grandeza.

Concretamente, a "perfeição" de uma história decorria de dois componentes: primeiro, o imprescindível alicerce documental da *narratio*, contra a fatuidade e pouco crédito dos conteúdos de segunda mão. "Até o ponto", comenta Kagan, "de resultar facilmente verificável (...) face ao rumor das ruas", e da construção de exemplos a entremear a narração, "desenhados para oferecer aos seus leitores conselhos morais". O problema do embasamento em fontes que assegurassem a verdade do historiado, um dos temas nodais da *Ars historica*, representa um primeiro afastamento dos paradigmas que enraízam a história entre os ramos do saber retórico. A colaboração entre gênero histórico e a *Ragion di Stato*, para funcionar, impõe um registro crível, "provado", ainda que a crítica de fontes, no seu sentido mais lato, não se tornasse, tão cedo, objeto de interrogação[451].

[450] GRAFTON, *What was history?, Op. cit*.
[451] KAGAN, *Los Cronistas, Op. cit.*, p. 153 (tradução nossa). Como lembra Oliveira, tradicionalmente, era a forma discursiva que fundava a veracidade do relato histórico, não o amparo documental. OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador,* vol. I, *Op. cit.*, p. 79.

O segundo componente é a "exemplaridade" esperada da história. O *exemplum* não se confunde com a mera irrupção de uma ocorrência qualquer. Cumpre, antes, tarefa gnosiológica, proporcionando saberes capazes de iluminar coincidências e analogias com outros eventos, presentes ou futuros. Daí o caráter prognóstico atribuído à história[452]. Mais do que o mero deleite retórico de comparar soldados a Alcibíades ou Cipião (recurso ainda decerto admirado), importava aparelhar o leitor – o príncipe, o governador, os estadistas a que de ordinário de destinavam as histórias – com um conhecimento que o instruísse e guiasse. Esperava-se do historiador, portanto, a "sciencia", as "muitas letras", isto é, o discernimento que o capacitasse a captar a recorrência das atitudes e sucessos. Cumpria-lhe, enfim, extrair a essência dos fatos, supostamente inscrita na "alma", sempre a mesma, dos homens. Dotado dessa faculdade, o autor estaria apto a formular aforismos com base nos "casos típicos" que irrompem de sua história e ele identifica, a partir de todo o repertório literário e historiográfico europeu.

Donde o afastamento, nos séculos XVI e XVII, entre o que se entendia como próprio da historiografia e a incumbência do "relatar", a cargo deste outro gênero denominado "relação" (fosse "de sucessos", fosse "historial" ou de outra natureza). Daí, em resumo, a diferença entre o que fazem Duarte de Albuquerque Coelho, em 1644, e Brito Freyre, em 1675, ambos compondo sobre o mesmo substrato narrativo e enfocando idêntico recorte temporal. *Idem, sed aliter*. As ferramentas conceituais de que dispomos hoje nos permitem desnudar as consistências do binômio relação-história, flagrando a hermenêutica a irrigar os textos de Guerreiro, Vargas e Crus. A teórica seiscentista, porém, via-os em campos complementares.

Idealmente falando, Coelho, vinculando-se à tradição dos "anais", assenta o que sucedeu, mês a mês, ano a ano. A dimensão gnosiológica estaria ausente de seu escrito; as *Memorias diarias*, em tese, espelham, não interpretam. Já Freyre, conquanto admita relatar também, medita, sublima e ensina. A obra histórica seiscentista se pensa como este constante alçar-se, a partir da narrativa, à esfera do filosófico e do teológico. É claro que esta divisão esquemática não se preserva idêntica na feitura das obras: uma relação, como vimos nos casos de Vargas e Guerreiro, poderia arriscar-se na gramática moralizante e erudita da historiografia. No entanto, a distinção nuclear subsiste. Os eventos, pensava-se então, seriam, em última instância, *remakes* de um drama histórico reencenado a cada geração. O tesouro do passado não residiria na superfície deles, mas naquilo que escondem e que só o *savoir faire* do historiador desnuda.

Portanto, o relato, em si, é tido, nesta perspectiva historiográfica de larga aceitação no Seiscentos, como matéria de menor relevância, embora de forma nenhuma desnecessário. Já o

[452] *Idem,* vol. I*., Op. cit.*, pp. 81-82.

dever do historiador implicaria o exame diligente e mesmo extenuante de fontes, mas em vista de objetivo em última instância "philosophico": depurar, abstrair – em outras palavras, flagrar, a partir da concretude dos fatos estudados, as recorrências e perpetuidades reconhecíveis na trajetória humana[453]. A historicidade da cultura, das práticas políticas, dos arranjos econômicos e, de maneira geral, das formas de vida eram noções inusitadas e heterodoxas à concepção europeia de história do período. Predomina, antes, legado das mundivisões antiga e medieval, a convicção da imutabilidade intrínseca do homem, da ordem social e dos fins da existência[454].

Na esteira da tradição do humanismo, o trabalho do historiador da Alta Modernidade é em essência reiterativo. Os fatos históricos por ele estudados não teriam por função revelar "novidades" nem facetas inauditas da dinâmina social ou da "natureza humana". Cumpria-lhes, ao contrário, atualizar máximas de sabedoria consagradas, apenas reafirmadas nos sucessos contemporâneos. Há uma epistemologia de base dedutiva a presidir a meditação historiográfica. Nas palavras de Curto, "a utensilagem mental de seiscentos não fornece a possibilidade de opor a teoria à prática"[455] – o que é a síntese da forma platônica de compreender a realidade. Sem necessariamente concordar com a generalização de Curto para o século em que viveu Descartes[456], sua reflexão aponta para o tipo de escrita proposta pela *Ars historica*.

Este entendimento, contudo, deixa de fora outro aspecto do problema. Na direção oposta à da ótica humanista, a maturação da concepção histórica de cunho mais pragmático e publicístico – por exemplo, na Espanha de Lerma e, com ainda mais vigor, de Olivares – tende a revelar as fragilidades desse ideário. Questiona-se, então, a validade das máximas e os *exempla* de Telêmaco, Alexandre e César para a resolução dos dilemas governativos do agora. Mais proveitosas seriam, contra-argumentavam os cultores da nova ótica, as notícias fornecidas por escritos cartográficos, legais e histórias contemporâneas, sobretudo como balizadoras de decisões polêmicas, a solicitar o apoio da opinião pública para chegar a bom termo. A relação e a história, nesta perspectiva concorrente, aproximam-se. A "história política", herdeira da *Ragion di Stato* do Quinhentos, postulava uma renovada importância para o relato, reconhecido desde logo como fonte própria de informes e orientações, mais do que meras *reprises* de uma história sempre idêntica a si mesma.

[453] Visão que sobreviveria longamente na historiografia europeia. No século XIX, Leopold von Ranke se dizia ainda intérprete da obra divina, através da história. GAY, *O estilo na história, Op. cit.*, pp. 77-89.
[454] HARTOG, *Regimes de historicidade, Op. cit.* PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
[455] CURTO, *A produção do discurso político seiscentista, Op. cit.*, p. 7.
[456] CANGUILHEM, Georges. *Descartes et la technique*. Transformação, São Paulo, 5, 1982, pp. 111-122.

Os desdobramentos posteriores do tacitismo, em busca de instrumentos para dar solução aos dilemas do Estado moderno nascente, abandonarão aquele ideário clássico, gradativamente substituído pela convicção de uma dinâmica social mais movediça. A história oficial, em sua subserviência à agenda das monarquias na França, na Espanha, em Portugal e alhures, terminará por enriquecer o repertório de concepções do que é, para que serve e como se deve escrever a história[457]. Reformulando temas nodais como a "verdade histórica", passava-se a debater o acesso às fontes originais e até qual seria o fraseado mais pertinente ao trabalho do historiador[458]. Sem que se possa determinar a predominância inconteste de uma dessas vertentes, o século XVII foi profundamente marcado pela tensa convivência dessas distintas formas de ver a história.

E é este composto de correntes de pensamento em boa medida antagônicos cujo influxo se faz sentir sobre a escrita da história em Portugal, tanto nos anos filipinos quanto durante a guerra de Restauração e na regência e reinado de Pedro II. Sob os Bragança, é posta em ação uma historiografia predominantemente militar – para além da miríade de textos de justificação política, jurídica e teológica, beneficiando-se das diversas casas impressoras a funcionar em Lisboa[459] – como veículo de afirmação régia. A *História de Portugal Restaurado* representará no processo tão somente a culminância desse arsenal afirmativo, precedida de relações historiais e histórias apoiadoras da rebelião autonomista. Já em 1642, João Salgado de Araújo estampava seu *Marte Portvgves contra emulaciones castellanas*, enaltecendo a insurreição do 1º de Dezembro[460]. Ainda no reinado joanino, fr. Timóteo Pimentel dá a lume sua *Exhortaçao militar*, opúsculo em que de pronto se divisam traços da "história política" olivarista e Bourbon, não admirando apor-se ao volume, no pé de imprensa do frontispício, a expressão "por ordem de sua Magestade", atestado que, longe de depreciar o impresso, o abonava[461].

No reinado afonsino, atravessado pela crise do reavivamento da Guerra de Restauração, este aparelhamento da escrita da história pela coroa – seja para a temática da Restauração, seja

[457] Haja vista a distinção setecentista entre o gênero das "Memórias para a história" – que na França já são produzidas no século XVII e em Portugal se institucionalizam com a Academia Real de História – e as "histórias" propriamente ditas, que se nutrem das informações providas pelas primeiras. MOTA. *A Academia Real de História, Op. cit.*, pp. 42-43.

[458] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit*., *passim*, alude à contrariedade de Herrera y Tordesillas e outros historiadores posteriores aos excessivos floreios das obras da Renascença, propondo estilo simples, sem adornos, em que o cerne da composição reside na informação, na mensagem. O que contesta a generalização da literatura e historiografia "barrocas", gongóricas, como marca do Seiscentos, encontrável em outros estudos. ALBUQUERQUE, "Para uma teoria política do Barroco em Portugal", *In*: *Estudos de cultura portuguesa, Op. cit.*, pp. 421 e ss.

[459] TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado, Op. cit*.

[460] ARAUJO, João Salgado de. *Marte Portvgves contra emvlaciones Castellanas o ivstificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla*. Lisboa: en la emprenta de Lourenço de Anberes, 1642.

[461] PIMENTEL, Timoteo de Seabra. *Exhortação militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1650.

para a historicização da guerra holandesa – aparenta refrear-se. O que não é o caso dos panfletos ocasionais e periódicos, que continuam abundantes nos anos finais da guerra – recorde-se o já mencionado periódico *Mercurio Portuguez*, impresso entre 1663 e 1666, complementado por um sem-número de relações das vitórias de Elvas, do Ameixial e de Montes Claros. A aclamação de d. Pedro, por sua vez, com o cessar-fogo, implicará desde cedo a redescoberta do potencial publicístico e legitimador da historiografia, embora com intervalos e intermitências que em muito se afastam do labor sistemático com que os autores franceses, sob Colbert, se faziam porta-vozes de sua monarquia. Tão cedo quanto 1669, sai ao prelo a *Catastrophe de Portugal*, respondendo à premência de formular narrativa autenticadora da virada política de 1667-1668. As décadas seguintes testemunharão o florescimento de uma considerável literatura devotada a afirmar, interna e internacionalmente, a regalia da dinastia entronada. Em suas páginas, o tema da guerra holandesa assumirá importância nuclear.

Convém, ademais, recordar que não somente as coroas ibéricas se servem dessa profusão de referências de escrita da história aos poucos e em diversos ritmos formulada e recepcionada. A nobreza e, em casos mais raros, facções e sujeitos em lugares socioeconômicos de destaque lançam também mão do prestígio da história para o fim de se promover e angariar visibilidade. Empregam, para tanto, o antigo modelo do "panegírico", texto de propósito laudatório que, no ambiente publicístico da "história política" oficial, goza ainda de certa respeitabilidade. Cespedes y Meneses, como veremos, é um dos que fazem uso da "história política" e do encômio para reabilitar-se em Castela, com resultados verdadeiramente auspiciosos.

Na Ibéria, já desde a Idade Média e mais ainda a partir das Navegações, esta literatura "extraoficial", nobiliárquica ou promovida por outros estamentos acha solo onde viceja, em parte porque o processo de afirmação dinástica é feita em tensa disputa por espaços com a fidalguia, a qual resiste por preservar seus atributos distintivos. "Este setor social agarra-se justamente a eles como apetrechos essenciais de afirmação", escreve Bebiano. O panegírico, neste cenário, atua como coluna voltada à conservação do estatuto jurídico e cultural do segundo estado, diante da ameaça da centralização política perseguida, no século XVII, a norte e sul do continente. Assediam a aristocracia, também, mudanças como o enfraquecimento da figura do "guerreiro" ou "soldado gentil-homem" no exército (ofuscado no bojo da profissionalização das forças armadas), os esforços de legitimação dos Áustria e dos Bragança (por meio da iconografia, da imprensa e das expressões literárias) e outras iniciativas contrastantes à secular primazia social dos fidalgos[462].

[462] BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 276-283. Remontando o panegírico à Antiguidade greco-romana, o autor define o gênero como "composição literária destinada a divulgar, a elogiar e a exaltar (...) as ações ou as

Já no Quatrocentos, a conhecida e anônima *Crónica do Condestabre de Portugal Nun'Alvarez Pereyra* (cuja primeira edição data de 1526) forneceria seguro tracejado aos panegíricos posteriores. Gomes Eanes de Zurara, guarda-conservador da livraria real, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor sob d. Afonso V, pioneiro da historicização da expansão ultramarina, faria de sua *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné* (1453) um monumento em honra do infante d. Henrique. Todavia, poucos anos depois, alugaria sua pena também ao enaltecimento da casa dos Meneses, nas figuras de d. Pedro, capitão de Ceuta, e de d. Duarte, filho daquele. Viajaria o cronista a Alcácer-Ceguer para fornecer a seus patronos mais acurado relato das lutas portuguesas no Marrocos, de que tomaram parte os protagonistas de sua narrativa[463].

Nos reinados seguintes, pelos séculos XVI e XVII, a história posta a serviço das casas nobres e figuras de proa continua produzindo considerável volume de manuscritos e impressos. Os monarcas espanhóis Trastamara e Habsburgo se esforçariam por fazer prevalecer o "poder blando" de suas histórias oficiais contra os discursos produzidos pela nobreza arredia de Aragão e mesmo de Castela[464]. Em Portugal, patronos ambiciosos de fama imorredoura se beneficiam de talentos como o de João Batista de Lavanha, Duarte Nunes de Leão e Diogo do Couto – o último dos quais *protégé* da casa de Vidigueira, nuclearmente envolvida no expansionismo ultramarino luso[465]. A exaltação simultânea das pessoas reais e da primeira nobreza obtém, já entrado o século XVII, notável contribuição com a publicação dos *Paralellos de Principes, & varões illustres Antigos*, do padre Francisco Soares Toscano, além de outros textos laudatórios a personagens como d. Luís de Ataíde e suas façanhas na Índia[466].

---

virtudes de uma dada coletividade, de um certo povo ou, ainda, muito mais habitualmente, de uma determinada personagem". Ver também. MONTEIRO, Nuno G. *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. São Paulo, Almanak Braziliense, n. 2, novembro de 2005, pp. 4-20.

[463] ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por mandado de El Rei D. Affonso V, sob direcção scientifica, e segundo instrucções de illustre infante d. Henrique*. Paris: por J. P. Aillaud, na Officina Typografica de Fain e Thunot, 1841 [1453]. ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica dos feitos do Conde Dom Pedro de Menezes Primeiro Capitao que foi na cidade de Cepta.* BNP, Reservados, ms. COD. 12982 (Cópia seiscentista do original datado de 1463). ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do conde dom Duarte de Meneses. Manuscrito mandado escrever por El-Rey D. A. o 5º*. BNP, Reservados, Ms. A.T./L 68 (cópia seiscentista do original datado de 1468). Há também recentes edições críticas dos textos de Zurara, como em ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & MENDONÇA, Manuela (ed.). *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015. ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & BRASIL, Reis (ed.). *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Sintra (Mem Martins): Europa-América, 1989.

[464] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, "Introdución" e *passim*.

[465] CURTO, *A cultura política no tempo dos Felipes, Op. cit.*, pp. 116-117. BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 283-284. O primeiro conde de Vidigueira, como se sabe, foi o descobridor Vasco da Gama, cujo título fora concedido por d. Manuel em 1519.

[466] TOSCANO, Francisco Soares. *Paralellos de Principes, e varoes illustres antigos, a que muitos da nossa naçam Portugueza se assemelhàraõ em suas obras, ditos, & feitos: com a origem das armas de algumas familias deste Reino*. Évora: por Manoel Carvalho, 1623. BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.,* p. 284.

Em muitas dessas obras prevalecia o encômio de homens de antanho. Porém, com o avançar do Seiscentos, ganhará fôlego o panegírico poético ou historiográfico de "heróis" há não muito falecidos – como no caso da homenagem de d. Francisco Manuel de Mello a d. Manuel de Meneses, na *Epanaphora Tragica*[467] – e, em especial, o de sujeitos ainda vivos, cobiçosos dos prêmios simbólicos e materiais derivados do gênero. Como no caso de velho Felipe II de Áustria, os ganhos simbólicos da exaltação de si, mediante o emprego de panegiristas, tendem a suplantar, mais e mais, a força das admoestações eclesiásticas contra o pecado da *vanitas*.

A guerra holandesa e a Guerra de Restauração são momentos propícios ao desenvolvimento desta ramo, estando entre seus mais destacados cultores, em Portugal, a casa de Cantanhede-Marialva. D. Antonio Luís de Meneses, terceiro conde de Cantanhede e primeiro marquês de Marialva, chefe das tropas afonsinas nas importantes batalhas alentejanas dos anos 1660, faz-se mecenas de panegiristas como Antonio Barbosa Bacelar e Fernando Correia de Lacerda (mesmo autor da *Catastrophe de Portugal*) – entre outros, inclusive membros da "Academia dos Singulares" – para fundar uma memória conveniente de suas vitórias. O programa autocongratulatório dos Meneses incluiu não só narrativas históricas, mas também poemas e orações encomiásticas[468]. Por exemplo, Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, prefacia seu *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Lvis de Menezes* com explicações quanto à serventia de divulgar as grandezas dos varões ilustres, menos para o elogio deles do que para felicidade e utilidade dos que vivem. O panegírico, longe de ladainha bajulatória, é visto como valiosa contribuição historiográfica ao bem público.

> Se as acções heroicas não forem eſcritas nos Annaes da hiſtoria [e] não forem grauadas nos bronzes da eternidade, defraudados ficarão os mortaes da gloria, & vtilidade dellas; porque faltando as memorias aos que as obrarão, faltaràõ os exemplos para que ſe imitem: para que duraſſem aquellas, para que ſe propozeſſem eſtes, ſe eſcreverão os Panegyricos, ſe leuantaraõ as eſtatuas, reprezentando eſtas os eminentes varoẽs que fizerão obras inſignes; & louuando aquelles as inſignes obras, que fizerão os varoẽs eminentes (...)[469].

[467] MELLO, *Epanaphoras, Op. cit*. A edição de 1660, a segunda *Epanaphora* é também intitulada "Naufragio da Armada Portvgveza em França. Anno 1627", em cujo comando estava d. Manuel.
[468] BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 286-293.
[469] LACERDA, Fernando Correia de. *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Lvis de Menezes, marquez de Marialva*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1674, pp. 1-2. Já em 1659, Antonio da Fonseca Soares havia já publicado opúsculo com título semelhante, na Oficina de Henrique Valente, em comemoração da vitória de Cantanhede (ainda não Marialva) na Batalha da Linha de Elvas.

Resta logo evidente que os "panegiristas vieirianos", como chamou Gonsalves de Mello aos promotores da glorificação de João Fernandes Vieira[470], trilhavam senda literária e cultural de larga aceitação. Com o panegírico, a heroicização e mitificação de próceres, embora alhures condenada em prefácios e não poucas passagens de textos, gozava de prestígio, respeitabilidade e público leitor. No que talvez inovassem os vieirianos, era no endereçar o encômio não a aristocrata, mas a indivíduo de baixa extração, mulato, enriquecido no comércio e no cultivo do açúcar, empoderado na guerra ultramarina e sequioso por promoções sociais.

A amplitude e enraizamento desta produção historiográfica seiscentista, em meio à qual frutificam as histórias da guerra holandesa que analisaremos em seguida, tornam de difícil aceitação a tese de Isabel Mota de que somente com o advento da Academia Real de História, em 1720, se pode falar, para o mundo português, da "constituição da função do autor-historiador". A Academia, pondera Mota, dita doravante as normas do "campo historiográfico", delimitando um espaço social específico, até a altura inexistente. Com base nisso, lançando a pergunta se, antes desta data, haveria em Portugal a figura do historiador, responde Mota que não, acrescentando que "o que existia era somente o 'cronista-mor' e o 'curioso'".

> Ora, o "cronista-mor" é um simples funcionário do rei ou do Estado. Se o discurso historiográfico aparece agora dotado de uma função de autor, é porque dispõe de um modo de circulação próprio, de um funcionamento próprio e de um modo de existência singular no interior de uma sociedade[471].

Crê Mota ser o historiador, por definição, alguém institucionalmente incumbido da tarefa de historiar. A especialização seria inerente ao ofício. De acordo com essas exigências, não só o cronista-mor não seria historiador: tampouco mereceriam o nome o polígrafo ou outros agentes incumbidos, até o século XVIII, de elaborar representações escritas do passado. O retrato deste "especialista da história" que acaba de nascer é, para Mota, o acadêmico teatino Antonio Caetano de Sousa, dispensado dos encargos da regra para "consagrar-se a investigar e escrever, a fazer disso um modo de vida", condições que assegurariam estar o autor "consagrado como historiador"[472]. Em outras palavras, o historiador seria um subproduto tardomoderno do fortalecimento das monarquias e da proliferação de seus institutos.

São conclusões discutíveis. A perspectiva de Mota, antes de mais nada, se apoia numa exagerada convicção do protagonismo das instituições – e, em última instância, do Estado – como sujeitos da transformação histórica. Sua tese descreve não exatamente a renovação

[470] MELLO, *João Fernandes Vieira, Op. cit.*, p. 288 e *passim*.
[471] MOTA, *A Academia Real de História, Op. cit.*, p. 133.
[472] *Idem*, p. 131.

historiográfica promovida pela Academia Real, mas sim o discurso que a instituição cultivou de si mesma e procurou disseminar. Daí a argumentação, a perpassar o livro, de ter-se dado a partir de sua fundação profunda "ruptura", doravante nascendo uma historiografia "racional", "científica", em contraste com o que dantes se praticava de forma incidental, amadorística ou ideológica. Para a autora, ademais, a Academia e a coroa sob D. João V não apenas seriam os parteiros da "função autor-historiador", mas ainda do próprio leitor de história, como resultado da multiplicação das publicações, agora autenticadas com o selo acadêmico[473]. Por fim, a periodização defendida por Mota para o nascimento da historiografia lusa, em busca de fundar um "marco zero" em 1720, subdimensiona, sem a devida apreciação, a solidez, pluralidade e potencial polêmico a caracterizar a historiografia pré-acadêmica.

Postular que os autores quinhentistas e seiscentistas, cronistas-mores ou não, não seriam historiadores por não transitarem em espaços institucionalmente delimitados soa anacrônico. Sem que se neguem renovações à Academia Real e ao debate do Setecentos, o exame da historiografia seiscentista, em comparação com a que se escreveria a partir de d. João V, deixa antever as marcantes continuidades na escrita da história. É possível avaliá-lo, especialmente, à luz do labor erudito de autores como Severim de Faria, Faria e Sousa e de alguns monges alcobacenses, bem como da recepção da tratadística irradiada da França, da Espanha, da Itália. Conviria, por isso, dar mais equilibrado peso ao que permanece e ao que se contesta e transforma em 1720, em lugar de admitir a mesma *tabula rasa* que presidiu o próprio discurso dos acadêmicos. Recusar, nesses termos, o estatuto historiográfico à escrita da história precedente equivale a desconsiderar o que aquelas mesmas sociedades entendiam, de forma própria, por história, e o apreço que alguns de seus agentes devotavam à construção e cultivo de suas memórias. O cronista, o polígrafo, o erudito "antiquário" formam, na Alta Modernidade, a *inteligentsia* encarregada de erigir representações sobre o passado[474]. E dotada, ademais, de saberes e aparelhagem metodológica bastante para cumprir, nos termos da época, esse dever.

Indício deste apreço se pode recuperar no papel crescentemente destacado que as obras de história passam a ocupar na organização das bibliotecas modernas. Estudos dedicados à formação de "livrarias" conventuais e leigas têm demonstrado como, entre os séculos XVI e XVII, os bibliotecários vão, aos poucos, remanejando a catalogação dos saberes em novas ramificações, em consonância com as transformações que atravessavam as sociedades europeias. A história, de uma situação inicial de indiferenciação, até o Quinhentos, destaca-se progressivamente face ao saber retórico e às formas de expressão literária. Os ritmos da

[473] *Idem*, *Ibidem*.
[474] MOMIGLIANO, *As raízes clássicas da historiografia moderna, Op. cit*.

mudança, é certo, variam. Contudo, avançando pelo Seiscentos e Setecentos, assiste-se à proliferação e mesmo subdivisão das obras de história nos catálogos das bibliotecas (História Eclesiástica, História Civil, História Militar, etc.), que variavam segundo os interesses envolvidos em sua organização[475]. Num outro exemplo ilustrativo do processo, a biblioteca de Felipe IV, na década de 1630, dispunha de uma considerável secção de obras históricas, tidas como repositório indispensável a melhor informar a tomada de decisões da coroa espanhola[476].

A historiografia do Seiscentos é um instrumento bem adequado – ou, melhor dizendo, é um dispositivo primorosamente instrumentalizado – para dar resposta às solicitações que os muitos atores e partidos, então, lhe dirigem. Importa-nos lê-la com esta prevenção, em vista do papel que se esperava vê-la cumprir, no próprio século XVII e no que seria sua posteridade. Como veremos adiante, a tentativa inicial de personagens das insurreições em Pernambuco e Angola de submeter os sucessos da guerra às convenções da *Ars historica* será, com o tempo, acolhida pela coroa portuguesa, despertando, tardiamente, para o potencial publicístico da guerra holandesa, como legitimador da dinastia bragantina.

## 4.3. "Più ardola, e malageuole impreſa": a apoteose historiográfica

### *4.3.1. Os pioneiros*

A transição da historiografia da guerra holandesa no domínio das relações para o das Histórias – tanto as ligadas à tradição humanística da "história perfeita" quanto as associadas ao modelo da "história política" espanhola ou da *histoire raisonée* francesa – começa ainda nos anos 1620. Não pelo esmero de algum autor cortesão nem em reposta a qualquer solicitação régia, mas com os trabalhos de um frade franciscano nascido na Bahia, de um erudito português e de um inusitado degregado espanhol em Lisboa, à procura de redenção.

A partir do capítulo vigésimo segundo do livro quinto de sua *Historia do Brazil*, possivelmente escrita entre 1626 e 1630, frei Vicente do Salvador inclui o episódio da conquista da Bahia pelos neerlandeses, seu domínio por um ano e sua expulsão em 1625. Frei Salvador fora aprisionado pelos flamengos quando inadvertidamente viajara do Rio de Janeiro para a

[475] Exemplos desses estudos são CAMPOS, *Bibliotecas de história, Op. cit*. AMADO, Maria Tereza. *A Língua do Ver na Espanha dos Áustria: criação de memória e fixação de ideais*. Évora: dissertação de doutoramento defendida na Universidade de Évora, 1997.
[476] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 293-296, traz tabela com as obras históricas na biblioteca filipina.

Bahia, em fins de maio de 1624. Depois de mantido numa embarcação batava por alguns meses, fora autorizado a residir em sua casa e até mesmo a confessar os portugueses de Salvador, situação curiosamente semelhante à de frei Manoel Calado em Recife, nos anos do governo de Maurício de Nassau. Frei Vicente, assim, historia a guerra holandesa na Bahia na primordial condição de testemunha ocular, embora não deixe de informar-se em testemunhos pessoais e escritos – ao tratar, por exemplo, da armada inimiga saída da Europa em dezembro de 1623[477].

A obra fora encomendada pelo eborense Manuel Severim de Faria. Por motivos de difícil determinação, permaneceria manuscrita até o século XIX. Especula Capistrano que o "tom popular, quasi folk-lorico" e anedótico da *Historia do Brazil* terá porventura desagradado o chantre de Évora, inviabilizando a impressão. Trata-se, com efeito, de escrito alheio ao debate historiográfico europeu do Seiscentos, improvavelmente admitido à luz dos critérios retóricos de "decência" e "gravidade" então prestigiados. À parte estas razões, os louvores dirigidos a Felipe IV – como ao falar da "demonstração de amor de Sua Magesdade à Corôa de Portugal"[478] – tornariam o texto politicamente inconveniente ao período pós-restauracionista, liquidando eventuais possibilidades que ainda tivesse de ser estampado. Isso não obstante o preceito de *utilitas* fortemente presente na *Historia* e em outros escritos sobre o Brasil do período[479].

Avaro no apontar suas fontes, tarefa difícil é identificar em que medida frei Vicente conheceu as relações de sucessos até então escritas e publicadas, ou mesmo a relação historial de Bertolameu Guerreiro, que precede a sua em alguns anos. A listagem dos oficiais e fidalgos embarcados na "armada que Sua Magestade mandou a socorrer e recuperar a Bahia", bem como a transcrição do alvará régio concedendo mercês aos filhos dos que morressem na jornada são, todavia, provas de que consultou documentos para a feitura do livro quinto e, o que é provável, também narrativas[480]. Ou por sua heterodoxia historiográfica ou por outro percalço qualquer, o texto permaneceria por dois séculos e meio conhecido por apenas um punhado de eruditos portugueses na Península e no Brasil, com impacto bastante reduzido no processo de historicização da guerra[481]. É, sem embargo, significativa a inclusão da perda e restauração de Salvador numa obra que se propunha historiar a conquista e povoamento do Brasil. Principia, já tão cedo, a construção discursiva do acontecimento no interior de obras históricas, exercício que outros, mais tarde, retomariam.

---

[477] SALVADOR, *Historia do Brazil*. *Op. cit.*, p. 306. Um recente estudo crítico da obra em OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador*, *Op. cit.*
[478] SALVADOR, *Historia do Brazil, Op. cit.*, p. 254.
[479] OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador,* vol. I, *Op. cit.*, pp. 56-57 e *passim*.
[480] *Idem*, pp. 228-231.
[481] OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador, Op. cit.*, vol. I, pp. 15, 46 e ss.

Quando, em 1628, Manuel de Faria e Sousa publica em Madri sua *Epitome de las historias Portuguesas,* escrita em castelhano, os reinados filipinos harmoniosamente integrados à história da monarquia[482]. A sucessão de 1580 é abrandada em suas tensões e conflitos e o monarca de seus dias, Felipe IV, "el mayor Principe de la tierra", saudado como legítimo soberano de Portugal. Na narrativa dos seus ainda poucos anos de reinado, destacam-se particularmente a captura de Breda e, com ainda maior magnitude, a expulsão dos "rebeldes Olãdeſes" que "intentaron ganar la Provincia del Braſil". Sousa reserva as páginas finais de sua *Epitome* a sumarizar o ano da presença flamenga na Bahia, até que a armada do jovem monarca a reconquistasse, quando "entregaron la ciudad, i ſalieron por la puerta de la infamia, que nunca ſalio por otra quien por la de la rebelion entrò a cometer algun hecho"[483]. Parece informar-se sobretudo nas relações de sucessos do evento, embora, como frei Vicente, não exponha as fontes que usa.

Já o madrileno Gonzalo Cespedes y Meneses vinha, desde 1615, publicando em Castela ficções de verve polêmica, que o conduziriam à prisão e ao exílio em Aragão, em 1619. Longe de aquietar-se, passaria a se dedicar, em seguida, à delicada matéria da escrita da história, com o objetivo de ofertar seus escritos às autoridades, em busca de remuneração e distinções. O que nem sempre obteve. Em Saragoça, dá à estampa em 1622 uma *Historia apologética*, acerca das revoltas de Aragão (1590-1591). Contestando as "paixões" dos textos castelhanos e aragoneses sobre o episódio, prometendo restabelecer a "verdade" dos fatos, conclui pela condenação dos artesãos e jornaleiros como agitadores da revolta. A abordagem provocará a ira de historiadores do tema, como Vicencio Blasco de Lanuza, das autoridades na *Diputación*, o órgão governamental aragonês e mesmo da Inquisição em Castela, que julgará o livro "escandaloso".

Censurado e hostilizado a leste e oeste, o autor é expulso de Saragoça e se exila em Portugal, em 1625. Não era impossível que outro historiador menos audacioso elegesse doravante temas mais amenos, recortes mais antigos, protagonistas menos controversos. Cespedes, ao contrário, procuraria a redenção pelo fogo, escolhendo assunto até então inédito: uma história do monarca reinante, Felipe IV. A possibilidade de novo fracasso punha-o certamente em grave perigo. Sua *Primera parte de la Historia de D. Felippe el IIII* sai em Lisboa, pela oficina de Pedro Craesbeeck, em 1631[484].

---

[482] SOUSA, *Epitome, Op. cit*.
[483] *Idem*, pp. 595-604.
[484] CESPEDES Y MESESES, *Historia de D. Felippe el IIII, Op. cit.* As primeiras licenças datam dos começos de 1631, indício de que a obra estava concluída pela altura ou pouco depois da chegada de notícias da queda de Olinda, em fins do primeiro semestre de 1630. A derrota, ademais, seria de difícil encaixe em escrito de tom triunfal como a *Historia*. Sobre a vida e as obras de CESPEDES, KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 317-322.

Muito embora o livro se propusesse como biografia e panegírico de Felipe IV, o desenrolar da exposição alinha a narrativa mais ao modelo da *historia pro patria* que ao da *historia pro persona*. E isto se deve, em boa medida, ao largo uso feito por Cespedes de panfletos avulsos com notícias de batalhas, naufrágios, catástrofes naturais, casamentos e outros sucessos com apelo junto a público leitor mais abrangente. Resulta do embasamento, bem como dos propósitos de remissão do exilado, uma "história política", laudatória da figura régia e do valido Olivares, apresentado como o mentor e dínamo das vitórias de 1625. "Este coctel de adulación y patriotismo", como apelida Kagan a *Historia*, encontrará ruim acolhida nos partidos da nobreza adversários do conde-duque e, mais ainda, entre historiadores ligados à tradição da "história perfeita", como Tamayo de Vargas, o qual chega a classificá-la de "indecente". Na corte madrilena, não obstante, o texto será lido com entusiasmo, porque difundia o tipo de imagem idealizada e guerreira que a monarquia se esforçava por promover de si, além de filiar-se à mesma visão pragmática dos objetivos políticos e publicísticos da história. No ano seguinte, Cespedes seria chamado a Espanha, imprimindo uma segunda edição da *Historia* e cedo ingressando na *Junta* de historiadores postos a serviço da publicística antifrancesa olivarista[485].

Nos capítulos finais de sua *Historia*, Cespedes inclui relato das vitórias filipinas em Breda, Cádiz e na Bahia, atribuindo-lhes, dessa forma, o estatuto de fatos históricos, a que se candidatavam por meio das relações antecessoras. No caso da expedição de d. Fadrique, a edição de 1631 reserva quase 20 páginas (pp. 508-525) a apresentar não somente a queda e retomada da praça, enfatizando igualmente o retorno da armada e os contratempos que então lhe sobrevieram. É possível que Cespedes tenha compulsado não só as muitas relações de sucessos, mas também relações historiais como as de Guerreiro e Tamayo de Vargas. Sua exposição em muito se avizinha da seleção e das soluções textuais inscrita nelas, particularmente na sequência de fatos e nos protagonistas da ação – afastando-se de perspectivas mais "heterodoxas" para a coroa espanhola, como a da *Recuperação*, de d. Manuel de Meneses. O fato de não ter escrito outra história da restauração do Brasil, mas integrado o evento à história de Felipe, é significativo. Cespedes ilustra, para o primeiro episódio da guerra holandesa, a transposição da *narratio* das relações para os capítulos da história hispânica, mediante a filtragem cuidadosa, respondendo a estímulos e pressões políticas a incidir sobre o autor e os que o protegem.

Com os maus bocados experimentados na continuidade da guerra em Pernambuco, a partir de 1630, e a posterior separação portuguesa, em 1640, assiste-se ao crescente desinteresse

[485] CESPEDES Y MENESES, *Historia de don Felippe IIII, Rey de las Españas*. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1634. KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, p. 320.

da historiografia espanhola para com a guerra holandesa no ultramar. Se a expulsão dos flamengos de Salvador é cedo consignada à história da Monarquia Católica, o mesmo não sucede à guerra reavivada em Olinda e mais tarde em Angola, a qual, com a Restauração joanina, passa a ser considerado assunto português, especialmente após o conjunto de narrativas produzidas nas possessões lusas e publicadas na Europa. Como argumentamos no capítulo anterior, o grupo restaurador, em sua campanha publicística e justificativa, secundariza a guerra holandesa perante a guerra castelhana de independência, resultando disso que as principais narrativas sobre os sucessos no Brasil e em Angola são compostos sob o patrocínio das elites periféricas engajadas diretamente na luta. Falecido d. João IV, esse desinteresse em larga medida sobrevive, até o cessar-fogo espanhol de 1668, depois do que, entrada a década de 1670, começam a ser publicadas as *Histórias* daquela guerra "esquecida". Despertar que muito deve ao zelo propagandístico do "governador da guerra", João Fernandes Vieira.

### *4.3.2. Histórias vieirianas*

Depois de sua participação na escrita e publicação do *Valeroso Lucideno* – a documentação infelizmente não autoriza determinar em que grau e extensão – Fernandes Vieira calcularia bons motivos para promover novas narrativas laudatórias de si mesmo. Três delas eram enormes: a proibição inquisitorial do volume de Calado, em 1655; as retumbantes vitórias dos Guararapes (1648 e 1649), nas quais tivera papel proeminente; e a rendição do Recife holandês (janeiro de 1654), em que também atuara com destaque, acima de tudo na rendição do Forte do Altanar. As duas últimas, por posteriores, não constam no *Lucideno*, que apenas avança os sucessos até 1646. Exceto por algumas poucas relações e cartas que as descreviam, o potencial político daquelas vitórias permanecia inexplorado.

Acresce que, terminada triunfalmente a luta após duas décadas e meia, o "primeiro aclamador da liberdade" alimentava elevadíssimas ambições de recompensa material e de honrarias. Entre elas, a nomeação como governador vitalício da capitania de Pernambuco e nada menos que a concessão dos títulos de "almirante do Estado do Brasil", "marquês da Serra de Copaova" e "conde do Ceará" – na contramão da política régia de não titular nem fundar

casas nobres no ultramar[486] – além de numerosas comendas e senhorios[487]. Por outro lado, os inimigos por trás das acusações contra o "governador" debatidas no Conselho Ultramarino em 1647, seguiriam alerta, denunciando abusos perpetrados por Vieira, Negreiros e outros membros de seu grupo[488]. A historiografia e o panegírico convinham, portanto, à sua defesa e à consecução do ambicioso plano de nobilitação, acionando as capacidades da história para tornar familiar a memória heroica de Vieira, autenticando seus pleitos com o retrato da magnanimidade de suas façanhas.

A *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, é a primeira narrativa histórica integral conhecida da guerra holandesa. Segundo Gonsalves de Mello, a redação do texto – mantido em manuscrito até o século XIX – se deu entre 1661 (pela alusão no exórdio e nas páginas finais ao já concluso governo de Vieira em Angola [1658-1661]) e 1675 (data em que o manuscrito estaria em Lisboa, sendo consultado por frei Raphael de Jesus, para a escrita do *Castrioto Lusitano*)[489]. Parece-nos, contudo, haver prova de que a maior parte da composição realizara-se anos antes. Já bastante avançada a narrativa, descreve o autor a tentativa de assassinato sofrida por Vieira, em meados de 1646. Depois de atribuir o ataque a "dezanove homes que machinavão esta treição" e a salvação do madeirense à intervenção divina, compara Santiago este atentado a outro sofrido por d. João IV, refletindo sobre a contumácia da traição nas proclamações da liberdade de reinos e províncias:

> Claro exemplo desta verdade he portugal aonde tantas treições se machinarão *contra ElRey Dom João o quarto, a quem o Ceo conceda feliciſſimos annos de vida*, e ainda dos mais priuados e ualidos, e outros que o quizerão matar violentamente (...)[490].

---

[486] RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora e Faperj, 2015.

[487] MELLO, *João Fernandes Vieira, Op. cit.*, pp. 308 e ss. As petições de Vieira começam a ser remetidas ao Conselho Ultramarino ainda no curso da guerra. Exigências mais vultosas parecem começar a se fazer presentes após as vitórias dos Guararapes, reiterando-se pelo curso dos anos seguintes.

[488] Para além das constantes denúncias de violências e crimes perpetradas por Vieira, Negreiros e outros, convém recordar que as relações entre eles e Barreto de Menezes degradar-se-iam após a guerra, levando à conhecida ameaça de guerra entre Menezes, governador-geral, e Negreiros, governador de Pernambuco, em 1657. As tensões envolvendo a governança da capitania são examinadas em ACIOLI, Vera Lucia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

[489] ANONIMO (Atrib. a SANTIAGO, Diogo Lopes). *Historia da Guerra de Pernambuco, e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro aclamador da guerra*. BMP, ms. 111. Sendo o ms. do Porto anônimo e não intitulado, a atribuição pode ser feita a partir das referências fornecidas em MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, *Op. cit.*, p. 669 (*sub voce* "Diogo Lopes de Sam Tiago"). Frei Jesus igualmente alude a "Diogo Lopes em ſeu manueſcripto", em notas marginais. JESUS, *Castrioto Lusitano, Op. cit.*, p. 18. MELLO, "A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano". *In*: *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, p. 124. Aponta também este autor, à p. 110, que o ms. 111 é incompleto, faltando-lhe páginas salteadas, parte do cap. 8 e todo o cap. 9 do derradeiro livro V – o que tivemos ocasião de confirmar.

[490] ANONIMO (Atrib. SANTIAGO), *Historia,* ms. citado, liv. III, cap. 11, pp. 236v-237 (grifo nosso). Na ed. recifense de 2004, à pp. 420-421.

O rei, evidentemente, vivia quando estas palavras foram escritas. Ora, o trecho destacado sugere que ao menos uma parte da narrativa fora posta sobre o papel durante o reinado de d. João IV, falecido em novembro de 1656. As alusões ao governo de Vieira no Maranhão e em Angola, presentes nas páginas finais e no exórdio, serão, possivelmente, acréscimos tardios. A reforçar esta suposição, verifica-se o aligeiramento da narração para os fatos após 1649, com os eventos retratados em menor número de detalhes, como se se tratasse de apêndice ao bojo da *Historia*, aspecto já notado por Barbosa Machado[491]. Bem como a nota do próprio Santiago de que morara junto ao Arraial Novo, após 1645, informando-se de tudo o que passava e registrando-o, diligência que, afirma, adotara desde o tempo de Matias de Albuquerque[492]. A composição, portanto, ter-se-á iniciado por volta de 1648 ou 1649, após a publicação do *Lucideno*, fonte primordial com a qual a cada passo dialoga, de quem copia e parafraseia trechos, sendo concluída antes de 1656. Complementando-se com adentos tardios – talvez da lavra de outra pessoa[493] – já dos anos 1660.

Na mesma direção, se revela talvez questionável a hipótese de Mello de que a *História da Guerra de Pernambuco* fora, desde o início, escrita com a finalidade de "servir de informação a trabalho encomendado a homem de letras de renome"[494]. É verdade que, em seu exórdio, explicara Santiago ter-se aplicado ao trabalho

> Para que eſta obra escripta sirua de rescunho a quem, com nouas forsas de Atlante, ſe poſſa esmerar em as escrever por estilo eloquente, palauras defecadas, e bem exornada oração, que confeſſo faltarme tudo isto, e ſó hũa couza tenho de minha parte e em meu favor, que he a ſingeleza com que as determino escrever (...)[495].

Todavia, o arrazoado se conforma com perfeição ao *topos* retórico da "modéstia afetada", estudado por Curtius[496], familiar ao gênero histórico e em geral à literatura desde a Antiguidade e ainda no século XVII. Confirma-o, aliás, o fato de alusões análogas à "pequenez do autor" – a compensar seus "limitados talentos" com o "rigor da verdade", tomando da pena enquanto

[491] MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, *Op. cit.*, p. 669. Na edição recifense, de suas 596 páginas, apenas as quarenta e seis últimas são dedicadas ao período posterior à segunda vitória dos Guararapes (1649).
[492] *Idem,* liv. 2, cap. XX. Na ed. recifense, à p. 314.
[493] MELLO, "A edição integral da *História da Guerra de Pernambuco*". *In*: SANTIAGO, *História*, 2004, *Op. cit.*, pp. 4-5 propõe que o texto terá sido redigido por quatro ou mais mãos, "pois o capítulo 8º do livro V não parece ser de sua autoria". Aponta como indício palavras ali grafadas de forma diferente dos capítulos anteriores. Ademais, o "breve registro das ações do governo de Vieira em Angola", a fechar o volume, "não é possível atribuir a Santiago", mas talvez a Agostinho César de Andrade, cunhado do madeirense.
[494] MELLO, "A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano". *In*: *Estudos Pernambucanos*, Op. cit., p. 114.
[495] ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia,* ms. citado, p. 2. Na edição recifense, à p. 11.
[496] CURTIUS, *European literature, Op. cit.*, pp. 83-85.

"outro maior" o substitui e aprimora – virem à tona nas mais narrativas da guerra publicadas, como as de Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus[497]. Para além disso, salta aos olhos a esmerada estruturação do livro de Santiago; o apuro estilístico e o repertório erudito (repleto de citações latinas e referências a autoridades antigas e modernas); sem contar o recorrente diálogo com o leitor, a cada passo convidado a deslocar a atenção de um teatro da guerra para outro e a considerar o sentido das situações expostas. Tudo somado, é de supor-se trabalho destinado ao prelo, o que se não terá realizado por vontades ou acidentes alheios ao desígnio do autor[498].

Como fontes para sua *História*, Santiago aparenta se valer dos abundantes depoimentos orais a que terá tido acesso em Pernambuco e na Paraíba, onde morou e, de forma privilegiada, do texto caladiano. Não apenas recorta laboriosamente o escrito caladiano: trava animado debate com o antecessor, retificando-o e censurando-o porque "noutras muitas couzas se enganou". É evidente seu esforço por fundar nova memória do conflito, oferecendo sua própria obra como contraponto aperfeiçoado aos deslizes e às "paixões" que perpassam o *Lucideno*[499].

A seleção e reescrita de Santiago decerto não obedecem apenas a motivos estilísticos. As expressões de desafeto pessoal de Calado, o ataque virulento a figuras como Gaspar Dias Ferreira, ao vigário geral Gaspar Ferreira, ao bispo d. Pedro da Silva, são expurgados, em nome de história pensada como mais "defecada", em conformidade com os cânones tradicionais da *Ars historica*. É neste sentido que, por exemplo, enquanto o frade paulino arrola numerosos casos de traição perpetrados pelos antagonistas do *Lucideno*, Santiago os abstrai, com glosas moralizantes sobre os temas da "traição" e do "mal"[500]. Por outro lado, como pensa Mello, terá incidido no grau de mordacidade da *Historia* o fato de Santiago ter permanecido em Pernambuco, "onde vivia dos magros proventos de professor de latinidade e primeiras letras", enquanto Calado transportara consigo seus originais para Lisboa. Impensável, nesta situação, contrariar os poderosos e violentos senhores de engenhos locais[501].

Perante os desafios discursivos com que lidava o autor, parece desavisado diminuir a importância das transcrições e reelaborações de Santiago sobre o texto de Calado, porque

[497] Por exemplo, FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, "ao leitor", referindo seus "limitados talentos".
[498] Entre as referências eruditas, incluem-se nomes polêmicos no Seiscentos, como Tácito e Lípsio, citados já na primeira página do exórdio. ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. citado, p. 1 e *passim*. ALBUQUERQUE, *Um percurso ideológico, Op. cit*.
[499] Estudos comparativos entre o *Lucideno e a Historia* podem ser encontrados em MELLO, *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 109-124, MELLO, *Frei Manuel Calado, Op. cit* e CLEMENTINO, Kleber. *Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa*. Anais do XVII Simpósio Nacional de História, Natal, julho de 2013.
[500] ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *História*, ms. citado, *passim.* Por exemplo à p. 232v e ss., na qual, antes do relato da traição dos conjurados confidentes de Vieira, medita-se que "o homem pecca em fazer mal" e que "o homem cruel e mal he peor que as mesmas feras". Na ed. recifense, pp. 415-421.
[501] MELLO, *O nome e o sangue, Op. cit.*, pp. 128-129.

seriam "plágios", como sugere Gonsalves de Mello. Há, primeiramente, controvérsia em definir se é anacrônico pensar o plágio como noção familiar ao Seiscentos[502]. À parte isso, a reescrita aqui observada, seja ou não "crime literário", preserva o interesse historiográfico, por atender a precisas necessidades políticas dos que anseiam, em Olinda, em Goiana, em Porto Calvo, por recontar a guerra recentemente vencida, promovendo convenientes alterações na memória.

Flagra-se aqui a operação historiante distanciando-se da retórica "concreta" das relações em direção ao paradigma "exemplar" da "história perfeita". A *Historia da Guerra de Pernambuco*, aliás, em suas primeiras linhas exalta o papel das "hiſtorias, & Chronicas pera conceruaçaõ dos illuſtres feitos heroicas obras dos famoſos, & inſignes Varoẽs" merecedores de imitação pelo que realizaram "em letras, & armas"[503], fórmula comum aos panegíricos e às narrativas históricas da tradição humanística.

No entanto, ao mesmo tempo, servindo interesses partidários imediatos, selecionando episódios e forjando heróis, aproxima-se da "História política" olivarista e da *Histoire raisonée* de Richelieu. A *Historia* de Santiago, tal como as demais que analisaremos em seguida, não assentam em uma tipologia rígida. Discursivamente, decerto, as duas tradições (a humanista e a da "razão de Estado" aplicada à historiografia) se distinguem e, mesmo, se antagonizam. Porém, nas obras concretas, a separação entre um paradigma historiográfico e outro tende não raro a confundir-se e desvanescer-se. A categorização proposta por Kagan, de indiscutível valor analítico, aparenta antes descrever o discurso seiscentista acerca do gênero histórico, fraquejando como ferramenta para o exame da historiografia real e seus limites imprecisos[504]. Esta, na maioria das vezes, costuma se apresentar com a respeitabilidade da "história perfeita", enquanto em seus capítulos mobiliza a "história política".

Manifestação do partido já vitorioso na guerra e no comando das capitanias do norte, compreende-se o tom apaziguador que adota a *Historia*, o esforço por aparar arestas e construir memória grandiosa dos eventos. Daí que trechos que apequenem os personagens ou exponham vícios tendam a ser reescritos: a queda de Olinda, cuja culpa Calado lançara à covardia dos "de inchadas barrigas" (alguns dos senhores de engenho), Santiago a faz resultar da desigualdade dos efetivos e da determinação divina. A saga vitoriosa no Brasil, assim historiada, comprovaria o despertar de Portugal como império na proa da Cristandade, após os castigos precipitados sob

[502] MELLO, *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, computa que quase metade do Santiago é cópia do *Lucideno*. A existência das noções de propriedade literária e de plágio desde a Antiguidade é defendida em ALBUQUERQUE, "Para uma teoria política do Barroco em Portugal", *In*: *Estudos de cultura portuguesa, Op. cit.*, pp. 421-422. A negativa se lê em TORGAL, *Ideologia política,* vol. II, *Op. cit.*, pp. 350-351.
[503] *Idem,* liv. I, cap. 1. Na ed. recifense, p. 9.
[504] KAGAN, *Los cronistas, Op. cit*.

as armas de Espanha e Holanda. Nem se esquece o autor de comparar as restaurações além e aquém do Atlântico, conquistadas, sublinha, por dois Joões: um libertador no reino, outro em "eſte Pernambuco, que chamam de Nova Luſitania ou novo Portugal"[505].

Casos dessa tentativa de controle da memória com fins nobilitantes, para além dos acima mencionados, transbordam da *Historia*. As "relações" são reaproveitadas, quando se aproximam desse projeto historiográfico, ou reformuladas, quando não. As batalhas de Tabocas, Casa Forte e Guararapes, por exemplo, são tratadas mediante linguagem estudada, de modo a pintá-las com tintas majestáticas. Anunciadas com suspense literário, são às vezes precedidas de recriações tucidideanas de discursos de Vieira, exortando à luta guerreiros retratados como descalços, mal alimentados e com "paus tostados" como armas. Qual em Calado, as vitórias alcançam-se mediante uma combinação de atos heroicos e portentos milagrosos – como a intervenção da Virgem e de S. Antão [ou Estevão] em Tabocas, multiplicando a pólvora, refreando as balas inimigas e cegando com sua incandescência os soldados flamengos[506].

Eventos controversos e delicados para o "primeiro aclamador da liberdade" e seu partido, impossíveis de silenciar pela notoriedade, como as substituições de Vieira e Negreiros no comando das tropas lusas (primeiro semestre de 1648), são descritos através de malabarismos retóricos, a fim de convertê-los em novo encômio dos patronos da *Historia*. A documentação conhecida e a historiografia atual esclarecem que a destituição se deveu, em boa medida, às denúncias dos abusos dos líderes da Insurreição, como as contidas na carta do "Capelão" e na "Relasão Verdadeyra". Era uma derrota do partido à frente da rebelião, que terá passado por maus bocados e amargado desprestígio a partir de 1646, por não ter a revolta chegado ao desfecho veloz que a princípio se calculava. Discutiu-se no Conselho Ultramarino, por essa altura, até a prisão do madeirense[507].

Santiago, então, de novo aciona o gênero histórico para contar história diversa. O amor a Vieira na capitania seria tamanho, assevera a *Historia*, que a transmissão da chefia ao enviado de d. João IV, Francisco Barreto de Meneses, pessoa inexperiente na "guerra brasílica", mereceu censuras. "Pernambuco naõ tomou iſto a bem", comenta. O próprio Meneses o teria reconhecido e, de público, delegaria o comando aos "governadores", para a ocasião da primeira batalha dos Guararapes[508]. Vieira e Vidal de Negreiros mantêm, depois, posições respeitáveis

[505] *Idem*, liv. II, cap. 1. Na ed. recifense, p. 172.
[506] *Idem,* liv. II, cap. 12. Na ed. recifense, pp. 255-260.
[507] AHU, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333. MELLO, *João Fernandes Vieira*, *Op. cit.*, p. 228 e ss.
[508] ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia, ms. Cit.*, liv. IV, cap. 3. Na ed. recifense, pp. 479-481.

na guerra, até o cerco final do Recife, de que igualmente participam com destaque. Do texto, emergem não líderes contestados e enfraquecidos, mas generais injustiçados, tendo atrás de si o exército e a população descontentes com suas substituições.

Por motivos que a documentação não permitiu até o momento desvendar, a *Historia da Guerra de Pernambuco* não sairia publicada no século XVII, mas apenas no XIX. Por volta dos primeiros anos anos da regência petrina, quando se franqueava em Portugal ambiente propício à exaltação das vitórias lusas contra castelhanos e holandeses, Fernandes Vieira terá possivelmente contatado o beneditino Raphael de Jesus, com a finalidade de lhe encomendar uma nova história da guerra holandesa. Busca-se, decerto, o ascendente nome do frade nas letras lusas, mais capaz para abrilhantar suas façanhas, em comparação com Santiago, obscuro mestre de gramática. Dessa comunicação, vem a lume a obra intitulada *Castrioto Lusitano*, concluída por volta de 1674-1675, porém só publicada em 1679[509].

A característica de "panegírico vieiriano" que assume fê-lo, como vimos no capítulo 1, objeto de críticas desde pelo menos o século XVIII. Mais recentemente, Mello recomendou sua proscrição por parte dos historiadores, pela ausência de informações novas, conhecidas as principais fontes do autor em Calado e Santiago[510]. O *Castrioto*, todavia, desempenhou na historicização da guerra holandesa papel inestimável. Estrategicamente suprindo lacuna representacional ainda aberta – dada a proibição do *Lucideno*, a brevidade e "simplicidade" da *Epanaphora Triumphante* e a não publicação da *Historia* – sua impressão emprestou ao assunto, como nenhum outro autor até então, a gravidade do mais respeitado modelo historiográfico à disposição. Realizá-lo permitia celebrar não apenas Vieira, mas também a monarquia portuguesa e a dinastia bragantina, precisamente nos anos de apuros em que seu processo de afirmação necessitava de sustentáculos. O livro, por isso, é de todo o interesse para o historiador do "Brasil Holandês" e da história e historiografia portuguesas pós-restauracionistas.

Esta tarefa encomiástica a Vieira, ao regente e à nação destaca-se já na imponente edição *in-folio* (29 cm) de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor do príncipe. Estampa-se água-forte de suposta vera efígie de Vieira (rodeado de personificações da "Liberdade", "Fidelidade"

[509] JESUS, *Castrioto Lusitano, Op. cit.* As diversas obras escritas por frei Jesus estão listadas em BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. III, *Op. cit.*, pp. 632-633. O provável manuscrito original do Castrioto está conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitan. Primeira parte. Entrepresa e Restauração de Pernambuco e das capitanias adjacentes. Varios, e belicosos sucessos entre Portuguezes, e Belgas acontecidos pelo decurso de vinte e quatro annos, tirados de noticias, relações, e memorias certas. Compostos em forma de historia pelo M. R. P pregador geral Frei Raphael de Jesus, religioso da ordem do grande Patriarcha São Bento na reformada congregação de Portugal, offerecidos ao general João Fernandes Vieira e por ele dedicados ao serenissimo Principe D. Pedro Nosso Senhor Regente da Monarchia Lusitana. Anno de 1675*. ANTT, "Manuscritos do Brasil", livro 20.

[510] MELLO, *Estudos Pernambucanos, Op. cit.*, p. 133. "Ao historiador moderno", sentencia Mello, "não há necessidade de recorrer à sua obra", por não trazer informações originais..

e “Fortaleza”) e faz-se-lhe dedicatória comparando-o a Alexandre Magno e a Lúcio Lúculo, e o próprio frei Jesus ao historiador grego Ateneu de Náucratis. A obra, por sua vez, é dedicada a d. Pedro em texto escrito pelo próprio Fernandes Vieira, como a não deixar dúvida de que frei Jesus era tão somente o veículo ou instrumento da voz do madeirense. Um dos qualificadores inquisitoriais sublinha a “grande reputaçaõ [daí resultante] para as Armas da noſſa Monarchia”, podendo as notícias dos feitos lusitanos “ſervir nos alẽtados [de] exemplo, & nos fracos de eſtimulo”. O nome *Castrioto* era, aliás, emprestado de um herói albanês, defensor da cristandade contra os turcos, no século XV[511]. Ademais, a oferta do texto ao regente, por quem pela mesma altura seria nomeado cronista-mor do reino, reflete o interesse da coroa pela história daquela guerra. Convém recordar que, no inventário da biblioteca de d. Pedro II, consta exemplar do “Castrioto Luzitano (...) valendo mil reis”[512].

No desenrolar da narrativa, frei Jesus se espelha em dois modelos historiográficos. O primeiro é o do panegírico, praticado pela nobreza lusa desde há muito e, então, por casas como a de Cantanhede-Marialva. Almeja o autor a fazer de Vieira um novo conquistador, salvador da cristandade no Brasil. “Fale a verdade”, aduz no “Prologo”, “& dirá, que o Braſil deixára de ſer, ſe João Fernandes Vieira naõ fora”. Heróis de outras relações, como Matias de Albuquerque, aqui aparecem em luzes de ordinário desfavoráveis, exceto quando membros da claque do “aclamador”, entre os quais Negreiros, Felipe Camarão ou Manoel Dias Cardoso. O caudaloso encômio do *Castrioto* rivaliza, se não ultrapassa as mais narrativas favoráveis a Vieira. São páginas e mais páginas que lhe nobilitam o nascimento, retratam-no desde a mocidade primoroso guerreiro, precoce capitão e, nas batalhas decisivas como Tabocas e Guararapes, chefe experimentado e soldado destemido. O príncipe regente, assegura frei Jesus, nomeara o madeirense “heroi de noſſa idade, como algũas vezes lhe ouvi”. “Criou-o a providencia”, resume, “para homem grande, & em nenhum tempo quiz, que pareceſſe pequeno”[513].

O segundo alicerce paradigmático na elaboração do *Castrioto* é o da “história perfeita”, calcada em *exempla* e em propósitos pedagógicos e moralizantes. O panegírico, aliás, combina-se confortavelmente a este preceito historiográfico, porque a grandeza do personagem é o conteúdo da sua própria exemplaridade. O historiador, por sua vez, pensa frei Jesus, é o

[511] JESUS, *Castrioto, Op. cit.*, “prólogo”. Em albanês, Gjergj Kastrioti Skënderbeu. NOLI, Fan Stylian. *George Castrioti Scanderberg (1405-1468)*. Boston: dissertação submetida à Un. de Boston para obtenção do grau de PhD, 1945. Disponível em: https://archive.org/details/georgecastriotis00noli. Kastrioti era familiar aos meios letrados lusos. Em 1688, será assunto de tomo publicado por Ericeira. MENESES, D. Luís de (conde de Ericeira). *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderberg, princepe de los Epirotas, y Albaneses*. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes, 1688.
[512] RAU & BORGES, *Inventário post-mortem del Rei d. Pedro II*, *Op. cit.*, p. 53.
[513] JESUS, *Castrioto, Op. cit.*, pp. 82, 701 e *passim*.

emissário e perpetuador de tais maravilhas convertidas em lição para a admiração e imitação da posteridade. A importância do que historia, em consequência, supera mesmo a do mais valente capitão no campo de batalha, pela caducidade inerente às ações de toda a esfera humana, à qual só a história sobrevive.

> (...) Os livros aproveitaõ ao comum, em quanto occupaõ, & ao particular, em quãto enſinaõ. Grãde ſerviço faz á patria, o que a iluſtra com obras dignas de ſe eſcreverem; mayor, o que a ennobrece eſcrevendo feitos dignos de ſe imitarem. A proeza executada, póde fazer hum heroy, porém lida, muytos. A gloria, & não o perigo he a que acende a emulaçaõ: Melhor perſuade o exemplo, que o eſpanto. A façanha, que o golpe da eſpada fes tranſitoria, faz a eſcritura permanente. Quantas obras heroycas ſepultára o braço, ſe a pena as não livrára do tumulto? A poucos aproveita, o que a hũa idade ſe limita[514].

O que torna admirável a atitude dos espartanos, que determinaram a leitura anual, em praça pública, das antigas proezas historiadas por Dicearco de Messina, para que todos "viveſſem a beneficio da hiſtoria, o q não fora poſſivel a golpes da eſpada"[515]. Frei Jesus, com a alusão a esses e outros referenciais clássicos, e com o apuro retórico com que desenha seus protagonistas e as passagens nodais da guerra holandesa (firmadas nas relações predecessoras), deseja infundir ao passado dimensões de monumentalidade. Cada um dos dez livros que compõem o *Castrioto* principia seu relato com meditações morais como "veste-se a mentira das aparencias da verdade", "para enſinar, ſaõ as callamydades os preceytos mais certos" ou "parto de duas mãys he o deſprezo", aforismando a partir dos casos relatados ou, no sentido inverso, aplicando-lhes o repertório de máximas provenientes da literatura antiga e medieval-renascentista. No avançar da história, o fluxo narrativo é também não raro interrompido para a formulação de novas reflexões morais e políticas[516]. O "gosto aforismático"e "preceptístico", aponta Albuquerque, caracterizaria o "barroco" predominante nas letras europeias, embora sob outros aspectos o *Castrioto* seja de difícil enquadramento nessa categoria analítica[517].

As narrações das maiores batalhas, como a de Mata Redonda, das Tabocas, de Casa Forte e dos Guararapes são costumeiramente precedidas de demoradas descrições, presságios e prédicas dos mestres de campo aos soldados (como, por exemplo, aqueles encontráveis na *Anábase* de Xenofonte e desde algumas décadas alvos de críticas no debate historiográfico

[514] *Idem,* "Prologo" não paginado. Reflexões sobre a escrita da história também à pp. 90-91 e 351. Numa das "licenças", frei Gregorio de Jesus aventa a metáfora da "história-medicina", comparando frei Jesus a autores antigos como Curcio que fez "por Hiſtoriador, o q naõ fizeraõ muytos por Medicos: a medicina deſte Hiſtoriador tem tanto de divina, que para naõ morrerem na memoria os noſſos Martes Portuguezes, os faz immortaes na fama, eternizando-lhes a gloria do ſeu Valor com eſta Hiſtoria (...)".
[515] *Idem, ibidem*.
[516] *Idem,* pp. 171, 198, 277.
[517] ALBUQUERQUE, *Estudos de cultura portuguesa*, vol. II, *Op. cit.*, pp. 62-64.

europeu, não obstante ainda recorrentes na historiografia[518]), sempre na direção de significar o evento como um confronto pela liberdade, pelo reino e pela cristandade ameaçada. O general espanhol D. Luís de Rojas y Borja, substituto de Matias de Albuquerque na resistência em fins de 1635, é retratado na batalha da Mata Redonda (onde morreria) exortando os soldados:

> Aquelle eſquadraõ inimigo, que com obſinaçaõ permanece cerrado, ſenão peccára na materia, naõ ſe valera da forma: Sua conſtancia nos aviza de ſua fraqueza; occupado do medo, ó [*sic* por "o"] ajunta a cobardia do animo; mais fechado eſtava o nò Gordiano, & cortou-o ſem reſiſtencia a eſpada de Alexandre: Tal deve ſer hoje a de cada hum de nós; & experimentarà o contrario, que tem de rayo o desfazer o mais unido; & que o valor naõ ſe vence de apparẽcias, nem as armas Portuguezas de argumentos ſophisticos (...)[519].

Erudito discurso, cujo tom idealizado, se porventura se afastava do retrato fiel (que o próprio frei Jesus em outras partes promete), colaborava com o recurso à grandiloquência e ao "decoro", para a gravidade da história. O esmero estilístico, a oração laudatória, os paralelismos históricos e bíblicos e os mais instrumentos retóricos (ao lado da construção de heróis como Negreiros, Camarão, Henrique Dias e o próprio frei Manoel Calado, "piedoso" sacerdote a socorrer o povo de Porto Calvo) sustentam, portanto, seu fim. Ao cabo, almeja o *Castrioto* a transformar a guerra holandesa em um dos ápices da história do reino, ao lado das lutas de d. João I, de Aljubarrota, das vitórias na Índia dos começos de Quinhentos, ou mesmo – ambição decerto inconfessável – da Batalha de Ourique.

Propósito também discernível na revisão e diálogo travado pelo autor com as narrativas predecessoras, como a *Historia* de Santiago, a *Rerum per octennium*, de Gaspar Barlaeus e com o *Lucideno*. Se o mestre de gramática é algumas vezes referenciado como fonte informativa, Calado em especial é severamente criticado pelos muitos "erros" cometidos na cronologia, nas cifras, no retrato dos moradores. Alguns dos reparos já feitos por Santiago são aliás retomados, quase sempre sem o devido crédito à *Historia*. Muito embora não faltem no *Castrioto* explicações providencialistas, censura-se Calado e Santiago (como faria Loreto Couto no século XVIII) pela "temeridade" de quererem "penetrar os segredos da providencia". Quanto aos milagres e intervenções de figuras celestiais constantes nos textos dos anos 1640 e 1650, frei Jesus aparenta submetê-los a atenta "hierocrítica": admite, por exemplo, o caso da imagem da "Virgem suada", que permite a vitória de Casa Forte ("a piedade Chriſtã atribuio eſta victoria

[518] GRAFTON, *What was history?, Op. cit*. XENOFONTE (autor) & RIBEIRO, Aquino (pref.). *A retirada dos dez mil*. Lisboa: Bertrand, 2014.
[519] JESUS, *Castrioto, Op. cit.*, p. 127.

ao favor da Mãy de Deos"), enquanto silencia acerca da aparição da Virgem e de Santo Antão na Batalha das Tabocas, registrada por Calado e Santiago[520].

Com o *Castrioto Lusitano*, a versão "vieiriana" da guerra holandesa alcançava sua apoteose discursiva, apoiada no renome do beneditino e nas fórmulas dos mais respeitados modelos literários do século. Tal como nos anos 1640, também agora é o discurso de um grupo político assentado no ultramar que se veicula na corte e no mundo português. Porém, empregando autor cortesão – continuador da *Monarchia Lusitana* e nomeado cronista-mor dois anos após a impressão, para o que o *Castrioto* terá sido decisivo[521] – pode-se considerar a obra como também expressão afirmativa da dinastia em vias de legitimação. O momento parecia convidativo a semelhante comunhão. Não por acaso, pela mesma época cruza o Atlântico, vindo de Angola, a primeira história da guerra holandesa ali travada, com o mesmo propósito de honrar o príncipe e eternizar os que ali lutaram e venceram.

### *4.3.3. Heróis, hereges e idólatras na "Etiopia Ocidental"*

Cerca de 1680, um idoso capitão alentejano, morador em Angola desde 1639, antigo juiz em Massangano e vereador do Senado da Câmara de Luanda, decide historiar o primeiro século da presença lusa naqueles domínios, desde a chegada do conquistador Paulo Dias de Novais, em 1571. Menos de dois anos mais tarde, Antonio de Oliveira Cadornega concluía sua *Hestoria das Guerras Angolanas*, cujo manuscrito é oferecido ao "m.$^{to}$ alto e mui poderozissimo Princepe D. Pedro nosso S$^{nr}$"[522]. Segundo Barbosa Machado, esses primeiros anos 1680 foram prolíficos para Cadornega, escrevendo outras obras históricas sobre Angola, Benguela e sua terra natal, Vila Viçosa, nenhuma delas, ao que consta, tendo alcançado os prelos seiscentistas[523]. O que não é de admirar. Cadornega se distancia do estilo grandiloquente e estudado de frei Jesus e mais autores do período regencial. Revisita a geografia, as línguas e as lutas na "Etiopia Ocidental" com a "llaneza" retórica de Albuquerque Coelho e frei Vicende

[520] *Idem,* pp. 13, 18, 90, 148 e 335. BARLAEI, Casparis. *Rerum per octennium in Brasilia, et alibi nuper geſtarum*. Amsterdam: Ex Typographeio Ioannis Blaev, 1647.
[521] SERRÃO, *A historiografia portuguesa,* vol. II, *Op. cit.*
[522] Existem dois manuscritos completos da obra, um deles na Academia de Ciências de Lisboa e outro na Biblioteca Nacional da França. A Biblioteca Nacional de Portugal dispõe de cópias seiscentistas dos vols. I e II, provenientes da livraria do marquês de Alegrete. CADORNEGA, *Hestoria das Guerras Angolanas*, BNP, ms. citado. A primeira edição integral do texto data apenas dos anos 1940, sob direção de José Matias Delgado. CADORNEGA, *Historia geral, Op. cit*. (edição utilizada doravante). No prefácio, Delgado menciona publicação parcial (apenas o vol. 2), em 1902, alude a cópias parciais em bibliotecas particulares e ao ms. conservado em Paris, fonte da edição.
[523] MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. I, *Op. cit*., pp. 341-342. Delgado julga que estavam concluídos já em 1681. "Prólogo". *In*: CADORNEGA, *História geral*, vol. I, *Op. cit*.

Salvador. Em vista disso, multiplicam-se as passagens em que se desculpa com o leitor pelo "fraco talento" ou por não se igualar aos "nossos cronistas", João de Barros, Bernardo de Brito e outros como Faria e Sousa, "que escreveu com tanta erudição e correnteza de palavras"[524].

Historia a guerra cruamente, retratando holandeses e seus aliados africanos como sanguinários, de forma análoga ao que fizeram Brito Freyre e os "vieirianos" em relação aos índios. Todavia, a espontaneidade podia converter-se em campo minado, no contexto censório do Antigo Regime. Ocupado em justificar a conquista e expansão da fé naquela porção da África, tema central à *Hestoria*, Cadornega exalta a violência e crueldade que "disciplina" os "idólatras". Paulo Dias, estabelecendo ali o enclave luso em fins do século XVI, é saudado por supostamente cumprir a vontade do céu chacinando pagãos e remetendo a Lisboa barris cheios de narizes e orelhas de inimigos vencidos. Padrão de conduta continuado nos governadores sucessivos e ainda nos dias dos flamengos[525]. Em acrésimo, retrata-se a administração lusa em Angola, atravessada, nos momentos cruciais, por discórdias entre os grupos políticos ocupando postos na governança. Como no caso dos adversários dos governadores Antonio de Abreu de Miranda e Pedro César de Menezes, ou às arengas entre seus sucessores, enquanto os neerlandeses dominavam Luanda e cooptavam sobas das vizinhanças[526].

O autor, então, desobedece preceitos retóricos apreciados na Europa, como o "decência", a "gravidade", caros ao gênero histórico. Além do mais, é possível que retratasse a guerra de maneira não muito conveniente à agenda política da dinastia bragantina nos anos 1680. Esta hipótese dá pistas dos motivos de sua não publicação na época ou, quando menos, o pouco entusiasmo da coroa para com a *Hestoria*. Calado, dotando o *Lucideno* de algumas características análogas, fora mais bem sucedido na década de 1640. Quarenta anos depois, o contexto político e historiográfico na Península e em Lisboa era outro. Cadornega (e seus eventuais patronos e correligionários, os quais a documentação não permite nomear), ao contrário do grupo em torno de Fernandes Vieira, não percebeu a mudança. E ficou esquecido.

Não deixa, contudo, de ter composto valiosa história de Angola (com os diversos manuscritos sobreviventes, referidos por Delgado, atestando-lhe a relevância[527]). Ou, para ser

[524] *Idem*, vol. I, pp. 3, 9, 254-255, 285, 288-289, 540-542. CURTIUS, *European Literature, Op. cit.*
[525] *Idem*, vol. I, pp. 42-43, 366-367. Sobas rebelados e milicianos da "guerra preta" desobedientes mereceriam punições exemplares, como o soldado que, avançando sem ordens, tem as orelhas arrancadas "para não ficar sem castigo". Vítimas comuns do garrote eram também os "feiticeiros" e "negros encantadores", hostilizados em nome da fé. Quando moradores refugiados propõem buscar alguns deles "para que em a Cidade (de Luanda) botassem Tigres, Onças, e Leoens, que matassem a muitos Hollandezes", o bispo veta a "guerra suja", "feita por arte diabolica que não convinha" (p. 259).
[526] *Idem*, vol. I, p. ex. às pp. 337-342, quando Pedro César de Meneses, escapando do cativeiro holandês, faz novas nomeações para ofícios régios e enfrenta resistências entre os portugueses.
[527] DELGADO, "Prólogo", *In*: CADORNEGA, *História geral*, vol. I*., Op. cit*.

mais exato, um livro híbrido, em que o relato inédito convive com a escrita meditativa própria da historiografia da época. A historicização da luta holandesa na África Ocidental, como atrás dissemos, mais fragmentária do que sua contraparte americana, percorre itinerário específico. Enquanto frei Jesus e Brito Freye, pela mesma altura, contavam com largo repertório de relações e já com a *Historia* de Santiago, a partir das quais compor suas sofisticadas abstrações, o capitão Cadornega dispunha de informes bem mais escassos, em especial de fontes narrativas. Toma da pena, declara, por não haver "quem tomasse esta empresa a sua conta", valendo-se das recordações do que testemunhou, das "noticias que tomei dos antigos com quem fallei e conversei" e de "alguns papeis que vi daquelles tempos". O *Manifesto das ostilidades*, única relação até então publicada sobre a invasão flamenga e restauração de Angola, jamais é mencionada (muito embora o autor, Luis Fellis Crus, soldado na campanha, seja referido)[528].

O autor resolve suprir tais lacunas não com a "relaçam" de algum governo ou conflito, mas com a história de todas as guerras travadas naquela conquista, ofertando-a ao príncipe na condição de serviço prestado à coroa e nação lusitana. Conquanto não adote o estilo aforismático de frei Jesus, Cadornega quer, tanto quanto relatar, historiar: mobilizar o passado como substrato de reflexão e *exemplum*. A todo o tempo se esforça por ultrapassar o mero registro dos sucessos, introduzindo arrazoados em que invoca autores clássicos como Sêneca e César e, mais ainda, a tradição historiográfica ibérica. Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Juan de Mariana, Garibay y Zamalloa, Manuel de Faria e Sousa alimentam o autor de paralelos entre os eventos angolanos e as vitórias lusas e castelhanas em Flandres, na Itália, na Índia, inclusive para a crítica aos que "tem (sic) em pouca conta as guerras desses Reinos (da África)"[529].

De interesse ainda maior é a recepção em Cadornega da historiografia da Guerra de Restauração e, em especial, da guerra holandesa na América. No caso do conflito peninsular, triunfos como o da Linha de Elvas – os quais "contão as nossas Relaçoens impressas" – dão azo a comparações enaltecedoras da ação dos portugueses na África[530]. Já com relação à luta no Brasil, as recentes histórias de Brito Freyre e Raphael de Jesus lhe são familiares e dão azo a paralelos entre as "misérias" lusas sob os holandeses, de um lado e do outro do Atlântico. Após descrever a retirada, rio Bengo acima, dos moradores do "Arrayal" onde se haviam refugiado após a queda de Luanda, comenta:

> Tem essa nossa retirada parecença com a que contão as nossas historias Brazilicas que despois de se Senhoriar o Flamengo de nosso Arrayal em

[528] *Idem*, vol. I, p. 9. Também à p. 240 alude às "noticias verdadeiras e papeis antigos, que o Autor desta historia com seu desvello pode descubrir e capacitar". Menção a Fellis Crus à p. 398.
[529] *Idem*, vol. I, pp. 4, 42, 204, pp. 539-545.
[530] *Idem*, vol. I., pp. 348-349, 407, 438.

> Pernam-mirim, se retirava o Conde de Bañolo, que em toda a parte houve este castigo e opressão, por huma mesma Nação, para uma distancia chamada as Lagoas, por não poder sustentar a campanha de Pernambuco, sendo tão grande Soldado (...); mas a nossa retirada foi mais sublimada, porque se sustentou sete annos sem os inimigos Belgas nos poderem invadir, e render (...)[531].

Heróis como Matias de Albuquerque, Francisco de Figueroa e Felipe Camarão, gestados na sucessão das narrativas da guerra holandesa, são já em 1680 personagens populares, bem firmadas no panteão dos imorredouros guerreiros lusitanos. Os historiadores ibéricos, agora, tinha seu arcabouço retórico enriquecido, em sua tarefa de disseminar imagens inspiradoras de bravuras e atitudes morais admiráveis. Um dos heróis neófitos o interessava em particular. Introduzindo um "capitão mór da guerra preta" Antonio Dias Musungo, Cadornega ensaia compará-lo a valente soldado em Flandres, todavia logo se refreia:

> Mas Porque havemos de buscar comparaçoens estranhas quando as temos no nosso Portugal e Estado do Brasil do nosso tempo, o esforçado e sem pavor Amrique Dias que com o seu Terço de gente preta de Angola, como elle também o era, obrou maravilhas como as nossas historias o contão e agora novamente o traz, o Autor de Castrioto Lusitano o dignissimo Abbade de São Bento[532].

O autor almeja a revestir a guerra em Angola do mesmo aspecto memorável já então associado aos sucessos do Brasil. Personagens como o capitão Musunga e mais ainda Pedro César de Menezes e o restaurador da praça, Salvador Correia de Sá, são representados de forma idealizada. Não estão ausentes as interpretações do castigo ou da proteção divina, sendo a leitura providencial assídua no curso dos capítulos, a dar sentido transcendental às amarguras e à redenção dos portugueses nos sertões africanos. Tampouco faltarão ponderações moralizantes em forma de aforismos, ainda que mais raros em meio ao estilo simples em que é proposta a obra. Após referir, por exemplo, a perseguição e prisão de oficiais contrários ao governador Pedro César, glosa Cadornega acerca da altivez e das "Pompas vãas (...), vendose de huma hora para a outra as voltas que o Mundo dá, subindo huns, e abaixando outros"[533].

Oferecida e dedicada a *Hestoria* ao regente, da parte de um destacado membro da elite angolana, repetia-se a estratégia dos grupos políticos periféricos do império português, de presidirem a historicização da guerra holandesa, como intentavam desde os anos 1630, ainda

[531] *Idem*, vol. I, p. 270.
[532] *Idem*, vol. I, p. 184. O capitão Musungo, aliás, é qualificado como "preto só em as côres, que o mais tudo tinha de Branco", jogo de palavras então corriqueiramente aplicado ao personagem Henrique Dias.
[533] *Idem*, vol. I., p. 341. Outro exemplo à p. 337, quando descreve a amizade do governador Pedro César de Menezes com um major neerlandês, seu captor, à custa de presentes, e afirma que "isto de receber faz bom sangue, ainda que o haja contrario, que dadivas quebrantão penhas, quanto mais homens humanos".

durante a União Ibérica. Agora, no entanto, faziam-no com os instrumentos discursivos da *Ars Historica* europeia, mais cuidadosamente burilados por uns do que por outros – o que o fracasso da provável intenção editorial de Cadornega nos deixa bem ver. Em Olinda, em Angola, em Salvador, evidenciava-se para os que viviam nas possessões atlânticas onde a luta se travara o quanto importava lembrá-la e mobilizá-la. E não só para eles.

Ao longo da década de 1670, simultaneamente aos empreendimentos historiográficos dessas elites ultramarinas e à aportagem de suas histórias em Lisboa, a corte e o núcleo do poder central despertam para a pertinência de integrar aquela história atlântica à história maior do reino. As vitórias sobre castelhanos e holandeses, submetidas a adequado tratamento historiográfico, muito poderiam realizar pelos Bragança. Uma publicística bem dirigida, servindo-se, entre outros dispositivos, das regras do gênero histórico, poderia, mais do que ajudar a construir a aura de sua realeza, talvez ombreá-los com os Avis, em seu mais fulgurante momento de expansão, no reinado manuelino. Afinal, como inteligentemente sublinhavam alguns desses historiadores do período regencial, o Portugal bragantino derrotara, no interregno de poucos anos, duas das maiores potências do mundo[534]. Era necessário ao poder, por isso, não só saudar as obras promovidas pelos vassalos de além-mar: para os cortesãos, escrever história naquela hora era via para novos favores e graças; para a coroa, convinha fazer-se ouvir na operação historiante, de modo a conformá-la com perfeição aos planos da monarquia.

### *4.3.4. "Hum Livro taõ eſperado da curioſidade univerſal"*

Tal como o castelhano Cespedes y Meneses compusera sua *Historia de Felipe IIII* em seu degredo lisboeta, Francisco de Brito Freyre deita ao papel sua *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica* enquanto pagava no cárcere uma desobediência. Ainda que caído em desgraça, era figura nobilitada e um alto oficial da burocacia bragantina. Simboliza, ademais, a tomada de consciência da corte lisboeta para com a utilidade da historicização da guerra holandesa. Descendente da pequena nobreza do Alentejo (seu avô fora comendador da Ordem de Cristo, honraria também concedida ao neto), Freyre depressa ascendeu na carreira militar e na administração, sob d. João IV. Era o almirante da armada da Companhia de Comércio que cercou o Recife pelo mar, em 1654, levando os neerlandeses à capitulação. Durante a regência de d. Luísa de Gusmão e pelo reinado de Afonso VI, governou a praça de Juromenha, no

[534] FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, p. 6.

Alentejo (1658), a capitania de Pernambuco (1661-1664) e a cidade de Beja (1665), esta sob ameaça de ataque espanhol, pelo que angariou renome[535].

Leal vassalo afonsino, Freyre não frequentou o círculo dos conjurados de 1667. Dois anos depois, d. Pedro ordena-lhe conduzir o rei deposto à Ilha Terceira, promovendo-o a governador perpétuo e titulando-o visconde, a fim de cooptar o experiente militar e administrador. Contudo, julgando que obedecer ameaçaria sua "fidalguia e honra", o almirante recusa a missão, "cuja acçaõ foy origem de graves calamidades que tolerou conſtante, [e] diſſimulou prudente", como sumariza Barbosa Machado. Recolhido à Torre de Belém e, depois, à de São Gião [ou São Julião da Barra do Tejo], ocupa-se no curso dessa "larga priſaõ" da escrita de sua história, o que lhe servia de "único alivio". Terminada, dedica-a, estrategicamente, à memória do príncipe d. Teodósio, ao mesmo tempo saudando o "felicisſimo Principe, & amado senhor" d. Pedro, comparando-o ao primogênito joanino em virtudes e regalia. Pouco mais de dois anos depois da publicação, em 1678, segundo informa uma carta do Pe. Antonio Vieira, estava de volta ao mar, perdoado, como soldado na armada, esperançoso de reaver seu posto de almirante[536].

As qualidades do projeto editorial da *Nova Lusitania* terão porventura colaborado para reconquistar as boas graças do regente. A edição de 1675 (licenciada entre agosto de 1674 e novembro de 1675, taxada em "quinze toſtõẽs" a 19 de dezembro) é um majestoso *in-folio* de 35 cm de altura, para cuja impressão o editor Joam Galram confessa ter mandado "vir de Amſtradão, letras novas de toda ſorte, ſó a fim de imprimir no modo mais decente, hum Livro taõ eſperado da curioſidade univerſal"[537]. Morais julga que Freyre e Galram ambicionavam rivalizar com a suntuosa edição da *Rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum*, de Gaspar Barlaeus (publicada em Amsterdã em 1647, com nova impressão em 1660). O almirante, com efeito, falando dos "volumes grandes" e "elegancias eſtrangeiras" com que os flamengos, mesmo derrotados, historiavam a guerra, alude aos anos do governo nassoviano como "tão oſtentoſamente eſcritos, na avultada Hiſtoria de Gaſpar Barleu". E ironiza a divisa *qua patet orbis*, adotada por Nassau, opondo-lhe um debochado *qua non patet orbis* na gravura

[535] ALMEIDA, M. Lopes. *O Historiador da "Nova Lusitania": Francisco de Brito Freire. Subsídios para sua biografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.
[536] FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, "ao leitor". Na dedicatória ao finado príncipe d. Teodósio, escreve: "não ſem alguã ſemelhança entre voſſa grandeza, & minha humildade, deſta Torre de S. Gião, invoco...", o que sugere ter seguido preso até a finalização da obra. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. II, *Op. cit.*, p. 126. ALMEIDA, *O Historiador da "Nova Lusitania", Op. cit.*, pp. 10-16. MELLO, "Brito Freyre, a sua História e Pernambuco". *In*: FREYRE, *Nova Lusitânia,* 1977, *Op. cit.*, estudo introdutório não paginado.
[537] Curiosamente, as licenças apenas aludem à *Nova Lusitania*, sendo que o editor inclui, ao final do volume, a *Viagem da Armada*, texto que Freyre originalmente publicara em 1657, na oficina de Henrique Valente. Explica Galram que a reimprimiu por "licença que de mim meſmo tomei", confiando no decreto régio que autorizara a obra vinte anos antes. FREYRE, *Nova Lusitania,* 1675, *Op. cit.*, "o impressor aos que o lerem".

a abrir o volume[538]. Vê-se desde logo como tal intento de visibilização internacional das letras lusitanas se harmonizava com a política monárquica de recuperação do relevo de Portugal no cenário europeu, por meio da diplomacia, do comércio, de casamentos – e, também, da história.

À imponência do objeto material harmonizava-se igualmente o tratamento do tema. Atualizada com os debates da *Ars historica*, a *Nova Lusitania*, tal qual outras histórias da guerra holandesa seiscentistas, parece inspirar-se nos modelos de Cabrera de Córdoba e Mascardi, ainda que não os cite. Principia com um exórdio, seguido de uma demorada descrição da América e dos "diſcursos" e "juizios" preconizadas no *De historia*. Desde os prólogos e no desenrolar da obra, procura-se infundir grandeza à matéria. As guerras do Brasil, explica Freyre, "aventejaramſe por ſeus intoleraveis deſcommodos, extremas neceſsidades, & continuos perigos" às de Flandres e de Roma. E a gente de Portugal independente da Espanha, convinha recordar, "agora ſó vence a Olãndesa, & Castelhana". Ocupa-se o primeiro livro da expansão marítima que funda o Império Português, detalhando o povoamento da "quarta parte do mundo" e refutando as teses de Grotius do *Mare Liberum*, sustentáculos as agressões neerlandesas a leste e oeste. O próprio Colombo é apelidado de "diſcipulo da doutrina Portugueſa", tendo navegado pelos castelhanos somente porque Deus resolvera premiá-los com a América, por terem expulsado mouros e árabes da Ibéria[539].

Freyre dialoga intensamente com os referenciais historiográficos, teológicos e filosóficos de seu tempo, abarrotando seus capítulos de notas laterais, citando desde numerosos clássicos da Antiguidade a historiadores portugueses e castelhanos de seu século. Cumpre observar, todavia, que tais referências, se abundantes no "livro primeiro", no qual se revisita a conquista e povoamento da América Portuguesa, escasseiam nas secções seguintes, quando a guerra é efetivamente narrada. Alguns dos predecessores que também empregaram o esquema do *exordium* seguido de *descriptio* – como Santiago e sobretudo Tamayo de Vargas – invocam as *auctoritates* de forma análoga. Este dispositivo intelectual, percebe-se, desempenha, muitas vezes, função específica na escrita da história seiscentista. Mais do que prover alicerces teóricos imediatos para a hermenêutica desenvolvida a partir da narrativa – a elaboração de aforismos, generalizações políticas e glosas morais, tida como incumbência do historiador – o saber clássico e moderno colabora, com maior assiduidade, para a contextualização, a caraterização histórica, geográfica e etnográfica do meio onde a ação acontece.

[538] *Idem,* "Ao leitor" e "Advertencia" (não paginados). MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. II, *Op. cit.*, p. 126. MORAIS, *Bibliographia Brasiliana*, vol. I, *Op. cit.*, p. 278.
[539] FREYRE, *Nova Lusitania,* 1675, *Op. cit.*, "Ao leitor" (não paginado), pp. 7 e 9.

O esmero costumeiramente dedicado aos "exordios", "deſcripciones" e "digreſiones" do esquema de Cabrera de Córdoba impõe vasto diálogo intelectual, com margens ou rodapés transbordando de notas. Tamayo de Vargas, por exemplo, recorre aos escritos de Eneo Ulpiano para caracterizar os neerlandeses como piratas e se socorre de Teofrasto e outros para dar sentido a fenômenos naturais "estranhos" verificados no Atlântico. Freyre, por sua vez, entre outras alusões invoca os livros bíblicos de Salomão e de Esdras, além do jesuíta espanhol Juan de Piñeda, para atacar as "opinioẽs ridiculas" de que os índios do Brasil eram "as gentes vencidas de Cartago" ou "os fabricadores fruſtrados da Torre de Babel"[540].

Em contraste, a tarefa narrativo-gnosiológica do historiador é muitas vezes cumprida sem o mesmo rigoroso apoio bibliográfico. Quando muito, ampara-se em textos clássicos e bíblicos mais largamente conhecidos, os quais, de forma genérica, servem de mote às glosas – na *Nova Lusitania*, aliás, quase sempre destacadas à margem do texto. Preocupado com as entradas e destruições neerlandesas presididas por Calabar, "pelo dano q cauſava a todo o Braſil, o atrevimẽto de hũ ſó Homẽ", Matias de Albuquerque suborna Antonio Fernandez, primo de Calabar, para assassiná-lo. Antonio, porém, desastradamente tropeça sobre a ponta de sua própria espada, que lhe atravessa o peito e o mata. Era a Providência, conclui Freyre, prolongando as ofensas de Calabar. À margem, reflete: "dilataſe o caſtigo dos màos, para melhor fim delles, & para flagelo de outros"[541]. Adiante, no sítio da Bahia, em 1638, o autor critica Nassau por desguarnecer Pernambuco, e os católicos por duvidarem que o faria, negligenciando as providências que convinham.

> Deſte modo andáraõ os Noſſos, & Cõtrarios, a ſe deſviar das couſas que mais lhes convinhaõ, com as diſpoſiçoẽs em que mais eſtudavaõ. O Naſſau, deitando a gente de Parnambuco, para o ſocorro da Bahia, de que reſultou todo o ſeu dano. A Bahia, naõ querendo admitir o ſocorro, aonde conſiſtio todo o ſeu remedio. Que muitas vezes enganados os Homẽs do proprio parecer, no que ellejem para mais bem, ſe fazem maior mal a ſy meſmos, do que os meſmos Inimigos fazerlhes pòdem[542].

Diferentemente das narrativas "vieirianas", as quais, para realçar o papel do "Jorge Castrioto" de Olinda e de seus partidários, enfocavam os sucessos da "Guerra de Pernambuco", Freyre pensa o conflito estendido a toda a província lusa na América, algo que transparece já em seu título. Daí o largo espaço reservado à perda e restauração da Bahia em 1624-1625 (livros segundo e terceiro), retratados como introito triunfal da guerra que continua no mar, pela

[540] *Idem,* p. 19. TAMAYO DE VARGAS, *Restauracion*, *Op. cit.*, pp. 13v, 92v-93.
[541] FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, p. 351.
[542] *Idem*, pp. 417-418.

pirataria, e se reacende ao norte do São Francisco, em 1630. Não obstante avance a narrativa apenas até 1638, esta perspectiva de Freyre firma cronologia peculiar dos eventos, comparada à que traçavam as demais histórias conhecidas ou em composição na década de 1670.

Os textos redigidos sob os auspícios da elite açucareira de Pernambuco tendem a obedecer à seguinte periodização: 1630-1637 ("guerra velha"), 1637-1645 (retirada do exército de Bagnuolo e "*pax nassoviana*") e 1645-1654 ("guerra da liberdade" e restauração do Recife). O episódio baiano, nesse arranjo, configura-se preâmbulo da "verdadeira" guerra, geralmente merecendo poucos parágrafos. Frei Jesus, por exemplo, reserva-lhe não mais que duas páginas, entre as setecentas de seu livro[543]. Já Freyre, nas pegadas de Albuquerque Coelho e pretendendo não celebrar um "valeroso lucideno", nem historiar a "guerra de Pernambuco", mas sim a guerra "brasílica", reestrutura as fases da luta, diminuindo a centralidade da capitania duartina. Na arquitetura da *Nova Lusitania*, a um período inicial mais longo: 1624-1638 (correspondente, grosso modo, à "Década primeira"), seguir-se-ía um interregno de trégua, cujo marco inicial não é a retirada de Bagnuolo, mas a vitoriosa defesa da Bahia ao cerco de Nassau: 1638-1645. Finalmente, uma terceira fase: 1645-1654, tema do projeto da "Década segunda", de cujo manuscrito não se tem notícia e que, segundo Barbosa Machado, ficara "imperfeita"[544].

O fato de que um cortesão como Brito Freyre tomasse a peito o assunto da guerra holandesa – não, como Raphael de Jesus, sob os auspícios do grupo vencedor no ultramar, mas por motivações historiográficas e políticas circunscritas ao cenário europeu e às disputas cortesãs – modifica também a abordagem narrativa da *Nova Lusitania*. Não repudia, em verdade, a ideia de uma Providência a presidir os eventos terrenos, contudo é prudente no registro de intervenções milagrosas. Ao mesmo tempo, apartando-se da tradição panegírica, o antigo almirante esforça-se por escrever história desapaixonada e mesmo, em algumas passagens, criticamente aparelhada.

Ainda que tome por fonte principal as *Memorias diarias*, reavalia os pareceres de Albuquerque Coelho e é particularmente comedido quanto à criação de heróis. Matias de Albuquerque tem suas qualidades reconhecidas e é aplaudido por iniciativas como o incêncio dos armazéns da alfândega do Recife, em 1630, evitando que a WIC se apossasse de rico despojo de açúcar e pau-brasil. No entanto, é também censurado pela forma como chefia a resistência e, com a chegada do conde de Bagnuolo, tem seu comando secundarizado na partilha com o napolitano, ao contrário da representação de Coelho, que mantém o irmão na liderança indisputada do exército. Se Freyre não deixa de apreciar as ações de figuras como o capitão-

[543] JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.*, pp. 15-17.
[544] Isto é, incompleta. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. II, *Op. cit.*, p. 126.

mor Antonio de Albuquerque ou os capitães André Temudo e Rebelinho, suas simpatias parecem às vezes recair sobre personagens de origens humildes, anônimas ou ascensão inusitada. Henrique Dias é "hum negro, indigno deſte nome, pelo que emmendou ao defeito na natureſa, o eſforço do animo" [545].

Os pró-homens de Pernambuco surgem acovardados perante a visão das naus batavas se aproximando mar adentro, ou dos soldados marchando da praia de Pau Amarelo em direção a Olinda. Cuidam de salvar-se e a seus bens. A tropa, porém, faminta, descalça, conserva a fortaleza, única perita naquela guerra tão estranha aos "Capitaẽs da Europa". Freyre exalta na imagem de constância do guerreiro anônimo o próprio Império Luso, mesmo nas "raças" colonizadas, consoante a finalidade unitária de sua obra.

> Naõ ſó difficultoſa, mas impoſſîvel parecerá aos mais deſtros Capitaẽs de Europa, eſta noſſa defenſa, com ſemelhantes mudas, de taõ poucos Paizanos, & tão bizonhos, que vindo hũs, & voltando outros (...), traſiaõ mayor cuidado em ſe recolher, do que em ſervir. E juntandoſe a tantas moleſtias a fome, que sobre todos he miſerável modo de padecer, dias houve em que se deu de reçaõ a cada ſoldado, hũa ſó espiga de milho groſſo[546].

Autores "vieirianos" entoavam loas análogas, mas dirigindo-as aos "Portuguezes da America" – especificamente, aos duartinos. "O [merecimento] dos Pernambucanos", escreve frei Jesus, "não moſtrará nunca a remuneração ſatiſfeyto, porq o mayor premio lhe ficará deminuto"[547]. Através da *Nova Lusitania*, a história da guerra holandesa altera suas fronteiras discursivas, funda distintas formas de ver o evento e seus protagonistas históricos, bem como seu sentido no mundo português. Não é, ainda, uma "história oficial", escrita debaixo do olhar vigilante da coroa. Porém é a história de um soldado-historiador, instruído nos debates eruditos da Europa, representante da elite letrada do reino e, o que é sobremodo relevante, sem compromissos com o patrocínio dos ricos açucarocratas do Brasil. O trabalho de Freyre demonstra que o assunto, crescido em sua importância e serventia política, deixava de ser tão somente do interesse historiográfico e publicístico dos vencedores no Brasil e em Angola. Estes desejavam, desde os anos 1640, fazer da luta capítulo memorável da história do reino. Ainda que, talvez, não como pretendessem, estavam a consegui-lo. Três décadas depois, a *intelligentsia* lusa tematizava a guerra. A coroa, em breve, faria o mesmo.

---

[545] *Idem*, p. 254. Varnhagen acusaria Freyre de ser mero copista de Coelho, apreciação considerada incorreta por quantos, posteriormente, compararam as obras, em vista de outras fontes utilizadas. ALMEIDA, *O Historiador da "Nova Lusitania", Op. cit.*, pp. 14-15. O autor também comenta a tendência de Freyre para enaltecer os soldados anônimos que ajudaram a recuperar o território.
[546] FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, p. 187.
[547] JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.*, p. 271.

*4.3.5. A história oficial e a confraternização dos vencedores*

A cronologia é quase sempre instrutiva. As licenças da *Nova Lusitania* datam de meados de 1674, o que sugere estaria o texto concluso por volta dos fins de 1673 ou inícios do ano seguinte. O *Castrioto* é de redação simultânea: compõe-no frei Jesus nos primeiros anos 1670, pingando o ponto final em janeiro de 1675[548]. A conturbada ascensão de d. Pedro é o referencial de quando a historicização da guerra, interrompida desde os anos 1650, finalmente recomeça. No Brasil, em Angola, mais tarde em Roma, diversos sujeitos e grupos debruçam-se sobre as guerras portuguesas daquele século, historiando-as num momento em que a coroa seguia política de neutralidade no continente[549]. No interregno de paz, na luta pela consolidação da casa real, era convidativo voltar-se para as guerras passadas, especialmente as recentes, transformando-as em combustível publicístico.

Também em Lisboa, nos círculos mais chegados ao monarca, aflora esta percepção: as grandes vitórias daquele século aguardavam penas que as fizessem lembradas. O impressor régio reedita à sua custa as obras castelhanas do finado Manuel de Faria e Sousa, dedicadas às conquistas lusas no ultramar e à sua história europeia[550]. Depois da justificação da ascensão petrina inscrita no *Catastrophe de Portugal*, abria-se o espaço para historiar com maior largueza a nação e a dinastia triunfantes em 1640, contra todas as adversidades, destinada a novamente resplandecer na Europa. Não espanta, por isso, que o terceiro conde de Ericeira, d. Luís de Meneses, tracejasse os primeiros rascunhos da sua *Historia de Portugal Restaurado* tão cedo quanto em 1669, como informa a seu correspondente em Paris, Duarte Ribeiro de Macedo. No "Prologo", declara que "dez annos de trabalho me levou eſte primeiro volume". E confessa, em suas cartas, escrever com o entusiasmo de quem supunha realizar tarefa verdadeiramente patriótica, lamentando as horas que os demais afazeres lhe roubavam ao trabalho[551].

Membro da primeira nobreza e do alto círculo da governação petrina (como vedor da Fazenda seria introdutor, com Ribeiro de Macedo, do "mercantilismo colbertiano" em

[548] FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, "Licenças". No manuscrito do *Castrioto*, consta na última página o registro: "vinte e cinco de janeiro de 1675. Em Braga". JESUS, *Castrioto*, ANTT, ms. citado.
[549] FARIA, *A neutralidade portuguesa, Op. cit.*
[550] SOUSA, *Europa Portuguesa*, *Op. cit*. SOUSA, Manuel de Faria e. *Africa Portuguesa por su autor Manuel de Faria, y Sousa*. *Tomo unico. Dedicala Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente y Gobernador de Portugal*. Lisboa: à custa de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1681. Henrique Valente iniciara, em 1666, a impressão da *Asia Portuguesa*, de Sousa, sendo os volumes 2 e 3 retomados por Craesbeeck também no período 1674-1675. SOUSA, Manuel de Faria e. *Asia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: nas oficinas de Henrique Valente (vol. I) e Antonio Craesbeeck de Mello (tomos II e III), 1666-1675.
[551] ERICEIRA, *Historia de Portugal Restaurado*, vol. I, *Op. cit.*, "Prologo" não paginado. RAU, Virgínia. *Um "trabalho divertido" do conde de Ericeira: a História de Portugal Restaurado*. Separata da Aufsätze zur Portugiesichen Kulturgeschichte, Band 10. Munique: 1970, pp. 306-308.

Portugal), o conde toma a "temeraria reſolução de imprimir em ſua vida a hiſtoria do ſeu tempo". Narra os vinte e oito anos entre a Restauração e a paz castelhana (1640-1668), de modo a mostrar a justiça da "restituição" da coroa a d. João IV e a razão com que d. Pedro, "ſegundo Tito, delicia dos homẽs", para salvar o reino, "tomou ſobre ſeus generoſos ombros o governo delle". Missão que julga das mais árduas, porque, tratando dos vivos, tão logo tem o historiador sua obra lida, "começa a ſer Reo, & reo julgado com tam exceſſiva tyrannia"[552]. O primeiro volume é publicado em 1679 e o segundo, em 1698.

As resistências à memória construída por Ericeira, entre as casas nobres atuantes no reinado joanino (objeto do volume I, sendo o reinado afonsino tratado no volume II, impresso postumamente), foram, ao que tudo indica, severas. Os "traumatismos psicológicos", sugere Rau, provocados pelas "queyxas perpetuas" e "odios" despertados pelo imponente *in-folio* (33cm) terão sido tamanhos, ao ponto de influírem no desespero que o levará ao suicídio, em 1690. A própria tardança do segundo volume sugere o vigor das oposições, embora faltem investigações monográficas sobre a questão. As tensões, em todo caso, ecoam já no "Prologo", meditação acerca dos perigos para quem escreve dos vivos. No trabalho da história recente, reclama Ericeira, "encarecer os benemeritos ſerà inveja dos indignos: louvar os vicioſos, opprobrio dos benemeritos"[553].

Perturba-o igualmente o problema da totalidade do que almejava a abarcar, em contraste com a seleção a que se via obrigado: "contar todos os ſuceſſos, he empenho invencivel: callar alguns, pòde ſer queyxa dos intereſſados". A miríade de perspectivas sobre um fato, mesmo entre os que o testemunham, o impressiona. Em batalhas pelejadas por "muytos mil homẽs", espanta-se, não se achavam "dous que concordaſſem no meſmo facto". Esta seria uma limitação inerente à percepção humana e, *a fortiori*, ao trabalho historiográfico. A "razão deſta variedade", conclui,

> Vem a ſer, q como hum ſó homẽ naõ he poſſivel aſſiſtir a todos os ſuceſſos de hũ confflicto, (...) todas as que naõ póde alcançar com a viſta desacredita por fabulosas. Se poys me naõ foy poſſivel contar ſem contradição em varias converſações hum ſó ſuceſſo na preſença dos que ſe achàram nelle; como poderey conſeguir facilmente eſcrevendo tantas batalhas, ſitios, interpreſas, & encontros ſucedidos à valeroſa Nação Portugueza por eſpaço de vinte & oyto annos nas quatro partes do Mundo, julgarem todos a narração das Vitorias por verdadeyras, & por certos os motivos das empreſas militares & politicas, ſeguindose ordinariamente deſte erro de diſcursos & falta de noticias huma queyxa perpetua contra quem eſcreve, & em algũs hum odio eterno, que muytas vezes ſe deſaffoga pelos caminhos do delirio[554].

[552] ERICEIRA, *Portugal Restaurado,* Vol. I, *Op. cit.*, "Prologo".
[553] *Idem, ibidem.* RAU, *Um "trabalho divertido", Op. cit.*
[554] *Idem, ibidem*.

Com efeito, o livro ambiciona registrar os sucessos portugueses por toda a extensão dos oceanos. Inspira-o o projeto historiográfico do "moderno Livio Manoel de Faria & Souza": um painel vasto dos eventos políticos, diplomáticos e militares de Portugal na Europa e no ultramar, exposto segundo o modelo da "epitome". Sousa, na *Epitome de las historias Portuguesas* (1628) e nos diversos livros editados a partir de 1666, historiara a expansão lusa até 1640[555]. Ericeira candidatava-se a continuá-lo, porém condensando em dois tomos os incontáveis episódios das conquistas restauradas nas "quatro partes do Mundo", numa sucessão regular, ano a ano, província a província, organizando o historiador metodicamente as informações segundo a ordem de seu projeto.

O *Portugal Restaurado* é, ao cabo, um *tour de force* obstinado não só em registrar a história, mas impor-lhe uma nova e racionalizada legibilidade. Tal método, em verdade, estava longe de ser inédito na historiografia portuguesa. Enraizava-se em longos séculos a tradição dos "anais", de encadear eventos (geralmente ligados ao rei) reunidos anualmente e, no Seiscentos, a disposição cronológica era ainda imperativo do gênero histórico. Ericeira, todavia, submete sua matéria a tão minucioso esquadrinhamento, como não se costumava encontrar nas obras de então. Nos primeiros anos joaninos, o leitor é convidado a transitar de Lisboa para as cortes europeias onde os embaixadores do rei anunciavam sua justa aclamação. Dali, para os teatros da guerra lusocastelhana na fronteira, dos mais para os menos memoráveis. Com os anos, ampliam o cenário Tanger, Macau, Japão, Angola, Brasil e outros lugares, consoante a importância dos eventos que sediassem. A totalidade e a seleção são, na medida do possível, conciliadas mediante esta disciplinada agrimensura da geografia e do passado imperial.

Da encruzilhada de referências em que consiste o *Portugal Restaurado*, sobressai, como em talvez nenhuma outra obra do período, o modo como faz coabitarem os paradigmas da "história perfeita" e da "história política". Ericeira é, porventura, o historiador português do século XVII que mais atentamente incorpora as inovações inscritas nas *Artes Historicae* da Itália e da Europa do norte, tal como no debates historiográficos espanhol e francês sob Felipe IV e Luís XIII. Cita os textos de Mascardi e do "Padre Mene Francez", isto é, o padre Le Moyne, cuja *De l'Histoire* recebera de Ribeiro de Macedo em 1670 e lera com gosto[556].

A "exemplaridade" e a cultura clássica permanecem balizas fulcrais da composição. Isto se verifica já na lista de *auctoritates* nomeadas no "Prologo" ou, adiante, em paralelos como o desenvolvido na passagem da mão ferida de Henrique Dias, o qual, para não se afastar dos

[555] Sobre a "epitomização" na historiografia seiscentista em Portugal, de que Manuel de Faria e Sousa foi representante de proa, SARAIVA & LOPES, *Historia da literatura portuguesa, Op. cit.*, p. 575.
[556] ERICEIRA, *Portugal Restaurado,* vol. I, *Op. cit.*, "Prologo". RAU, *Um "trabalho divertido", Op. cit.*

combates, de pronto a manda cortar. A nobreza do gesto é equiparada à lenda de Gaius Mucius Scaevola, que na guerra contra os etruscos teria deitado a mão direita ao fogo, para ilustrar a coragem romana: "não foy a mão de Scevola mays luzido tição para o fogo, que a de Henrique Dias para o cauterio". Na mesma direção, os compromissos gnosiológicos e morais da narrativa histórica guardam sua relevância, ainda que se evite o estilo aforismático de frei Jesus. Ericeira, ademais, evita imortalizar atitudes vis, parecendo-lhe "escuzado relatar defeytos particulares", ocupação "mays de ſatyricos q de hiſtoriadores" – salvo quando centrais à narrativa, pelo interesse público, como no caso dos "vícios" de Afonso VI, esmiuçados no tomo segundo.

Ao mesmo tempo em que mantém estas características, o texto se distancia cautelosamente de outros preceitos e práticas ainda usuais na historiografia lusitana. Muito embora a história se abra por um *exordium*, seu esquema não obedece atentamente às subdivisões de Cabrera de Córdoba. A *descriptio*, por exemplo, não tem lugar em seu método e, transitando entre tantos cenários, concentra-se o autor nos fatos ali ocorridos, suprimindo os quadros geográficos e etnográficos lidos nas demais histórias. Tampouco se encontram as numerosas notas eruditas tão frequentes em outras obras, preferindo Ericeira uma exposição mais escorreita, em retórica de poucos adornos.

Como Herrera y Tordesillas, confessava a Ribeiro de Macedo detestar as pompas e "folharias" estilísticas de franceses como Eudes de Mézeray. D. Antonio Alvares da Cunha, ao votar sua "Aprovaçam", diz que o autor "forcejou, & venceu contra a propria inclinação a fraſe lyrica, com a fraſe hiſtorica, por ſeguir a doutrina de Tulio [Cícero] que tirava totalmente a verdade, & a fé, á oração enfeytada, com palavras, mays buſcadas que naturaes"[557]. A escrita, no conde, é essencialmente veículo de informação. Secundariza-se o *delectare*. Semelhante padrão decerto oferecia a Ericeira o melhor instrumental para os propósitos políticos a que explicitamente faz menção. O livro, ademais reserva diminuto papel à intervenção providencial no desenrolar da narrativa. Seja na Restauração, seja nas batalhas das Tabocas ou dos Guararapes, o céu tende a omitir-se perante os eventos terrenos ou, quando se diz que interfere, o rumor é tributado a depoimento de terceiros e às vezes qualificado de "muyto miſterioso"[558].

A obra, é, como vimos, esforço de legitimação dinástica, pela via da dupla justificação das ascensões de d. João IV e do regente d. Pedro. A diplomacia e a guerra são vias de exaltação monárquica, e os próprios heroísmos dos vassalos são louvores à nação e aos monarcas que juraram obedecer. O *Portugal Restaurado* aproxima-se, assim, das novas concepções

[557] *Idem*, "Aprovaçam" (não paginada). RAU, *Um "trabalho divertido", Op. cit*., p. 309.
[558] *Idem*. Veja-se, à p. 104, o caso do braço da estátua de Cristo, que se teria despegado durante a procissão de graças pela Restauração, em 1º de Dezembro de 1640.

"instrumentais" de história forjadas sob os Áustria e os Bourbon, filiadas ao debate da *Ragion di Stato* e da *Histoire raisoné*. Há, inclusive, razões para suspeitar que o próprio príncipe tenha interferido na escrita. No "Prologo", declara que "naõ houve peſſoa douta que ſe animaſſe a examinalo" e cujos conselhos tenha negligenciado. Para logo afirmar que "he documento, q felicemente devo ao ſobre todos prudentiſſimo diſcurso do Principe noſſo ſenhor"[559].

É, portanto, no bojo deste vasto painel que se inserem as restaurações de Pernambuco e de Angola. O "Portugal restaurado" de Ericeira não é somente a nação restituída de seu "rei natural". É um império que desperta, que sacode os jugos até então impostos pelos inimigos castelhanos, holandeses, ingleses, os sobas africanos e os samorins orientais. A armada de Salvador Correia de Sá sobre Luanda e as lutas campais de Fernandes Vieira e Barreto de Menezes em Recife ressoam e simbolizam esse despertar. Através da pena do conde, esta multidão de vitórias dispersas se reúne em um gigantesco triunfo, prelúdio da Lusitânia que tornava a fulgurar entre os demais impérios. E, naturalmente, os beneficiários desta reunião, os patrocinadores das muitas histórias que Ericeira agora congregava e amplificava, experimentam o triunfo de terem suas façanhas e vidas integradas à história do reino.

Ainda que avaro no desvelar de suas fontes, Ericeira, ao narrar os sucessos, elege entre as versões dos fatos disponíveis, as que mais se harmonizavam a seu intuito "patriótico". No caso de Angola, a estruturação dos fatos leva a crer que o autor se informou no *Manifesto das ostilidades*, de Felis Crus, entre outros papéis[560]. A *Hestoria geral* de Cadornega não começaria a ser redigida antes de 1680, sendo o *Manifesto* até então o único texto, de que se tem notícia, a relatar toda a extensão da guerra na costa oeste africana. Os heróis da narrativa de Crus, especialmente o governador Pedro César de Menezes e o restaurador Salvador Correia de Sá – ambos oficiais régios, diga-se – conquistam destacado espaço no *Portugal Restaurado*. Os pobres moradores de Luanda são retratados agradecendo ao general "a fortuna q logravam por ſeu reſpeyto". Depois de sete anos de tormentos e traições, nos quais Pedro César é representado como baluarte da cristandade e do nome lusitano na África, em dois meses, os batavos são expulsos pelos soldados de Salvador Correia de São Tomé, Benguela, Pinda e Loango, e logo punidos os sobas rebelados e a rainha N'Zinga[561].

Já a inclusão da guerra de Pernambuco nesta "história oficial" do reino representa uma vitória para o perseverante esforço historiante de Fernandes Vieira e do grupo político que

[559] *Idem*, "Prologo".
[560] Além da coincidência da estrutura narrativa, Ericeira reproduz os termos da capitulação da praça, rendida em 1648. O documento que se acha transcrito em CRUS, *Manifesto, Op. cit.*, pp. 33-36.
[561] ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, vol. I, *Op. cit.*, pp. 297 e ss., 675-683.

chefia. Enquanto a *Nova Lusitania*, de Brito Freyre, põe-se à margem das narrativas vieirianas, o *Portugal Restaurado* as acolhe. O *Valeroso Lucideno*, em especial, parece ter-lhe sido a principal fonte para os eventos até 1646. Anedotas contadas por Calado (como o jantar, presenciado pelo frade paulino, em que o capitão Paulo da Cunha e Maurício de Nassau discutem as recompensas que um oferecera pela vida do outro), o retratro desfavorável de Gaspar Dias Ferreira e até mesmo o erro na data da partida de Nassau ("o mes de Maio de mil, & ſeiscentos & quarenta & tres", segundo o *Lucideno*) são reproduzidos no "livro oitavo" de Ericeira[562]. Para os anos finais da guerra, suas fontes são de mais difícil identificação, persistindo, entretanto, o encômio ao movimento insurrecional pernambucano e a seus líderes.

> No valor politico, na induſtria, reſolução, zelo, & magnanimidade deve ſer particularizado João Fernandes Vieyra pelas acções acima declaradas, que o conſtituíram pedra fundamental deſte nobre edificio. Andre Vidal foy tambem digno de grande louvor, por ſuſtentar valeroſamente a guerra, a que João Fernandes Vieira deu principio, acõpanhado do Mestre de Campo Martim Soares Moreno, (...) & Henrique Dias, q com glorioſo remate, querendo deyxar mais clara a memoria q a cor, havia ſido hũ dos principaes inſtrumentos de ſe ganhar o forte de Altanar[563].

Sendo semelhante a situação de "coadjuvantes" como Antonio Dias Cardoso e Felipe Camarão, ou de vitórias como Tabocas, Casa Forte, e Guararapes, além do sítio final do Recife. Os heróis e momentos triunfais das versões patrocinadas por Vieira reanimam-se, receberendo novos louvores nas páginas do conde, consagrando-se como capítulo da memória coletiva lusitana, agora autonomizados do mecenato direto da elite açucareira de Olinda. Sua história, duas décadas após o cessar-fogo lusoneerlandês, estando falecidos ou em seus últimos dias muitos daqueles combatentes, ascendera indiscutivelmente ao *status* de história de Portugal. Para vantagem deles, os "eternizados", e da monarquia a que serviam.

O *Portugal Restaurado* foi lido e admirado em seu tempo, no país, no ultramar e no exterior. Será o maior responsável por legar à historiografia a percepção de que a nação, com o rei à frente, revoltara-se em peso contra a "tirania" espanhola[564]. Até os anos 1970, Rau ainda a julgava a melhor história do período pós-restauracionista. Em sua edição de 13 de janeiro de 1681, o periódico francês *Journal des Sçavants* apresentava a seus leitores o livro e sentenciava: "tout est grand dans cette histoire, le sujet, le manière de l'écrire et l'auteur même"[565]. O ter

[562] *Idem*, pp. 496, 499. Ericeira também registra as "traições" de Sebastião de Carvalho e Antonio de Oliveira, recorrentes nas narrativas vieirianas. CALADO, *Lucideno, Op. cit.,* pp. 116-117, 132, 171.
[563] *Idem*, p. 838.
[564] VALLADARES, *Sobre "reyes de invierno", Op. cit.* HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*
[565] *APUD* RAU, *Um 'trabalho divertido", Op. cit.*, pp. 306-310.

sido escrito em língua portuguesa, porém, haveria de impor barreiras aos anseios publicísticos da dinastia. Sobretudo após a morte de Afonso VI e a aclamação de d. Pedro II como rei (1683), as demonstrações internacionais de poderio e grandeza lusitanas ganham maior relevância na agenda monárquica. As exuberantes entradas de embaixadores em cortes como a romana, a candidatura de d. Pedro à sucessão espanhola e a ruptura da neutralidade na Guerra de Sucessão Espanhola dão mostras desse desejo de mais vantajoso posicionamento entre as potências da época[566]. Para isso, mais uma vez, a escrita da história se converteria em fiel servidora.

No ano de 1689, o ítalo-lusitano Alessandro Brandano imprime, em Veneza, uma *Historia delle gverre di Portogallo*, difundindo em língua italiana os eventos do 1º de Dezembro e da Guerra de Restauração. O livro reserva também algumas páginas à rebelião contra os holandeses no Atlântico, louvando a figura de "Giouanni Fernandes Vieira (...) primo autore delle ſolleuazioni in Pernambuco contra degl'Olandeſi", honrado pelo rei como governador de Angola e "Consiglieri di guerra". A obra é dedicada à "Sacra Reale Maeſtà di Pietro II", num prefácio em que alude ao beneplácito divino à ascensão joanina[567]. A língua, o lugar e o *timing* da edição eram de todo o interesse de Lisboa.

Conquanto não haja provas de que a coroa interferiu de qualquer forma no cerne da escrita de Brandano – o que não seria de todo surpreendente – a Itália e, sobretudo, Roma vinham sendo, em especial desde o século XV, espaços estratégicos para a ação diplomática lusitana. Basta recordar as tensas negociações em torno das bulas demarcatórias e dos direitos sobre as conquistas, nos reinados de d. Afonso V, d. João II e d. Manuel[568]. Nos anos 1640, em plena "guerra de papéis" entre Portugal e Castela e diante da recalcitrância do papa em reconhecer os Bragança, d. Vasco Luís da Gama, conde de Vidigueira, punha em marcha seus agentes na Europa em busca de autor a que encomendar uma história da Restauração no idioma de Tasso. Ordem expressa do rei. O conde chega mesmo a travar contato com o prelado Giovanni Batista Birago, servidor da República de Veneza, transmitindo-lhe instruções quanto ao conteúdo a abordar e à terminologia pertinente[569]. Superada a resistência papal, na regência petrina, reforça-se a "via italiana", em especial como contraponto diplomático à polarização Madri-Paris. Brandano, ainda que tardiamente, materializa o desiderato joanino.

---

[566] MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit.* LOURENÇO, *Pedro II, Op. cit*.
[567] BRANDANO, Alessandro. *Historia delle gverre di Portogallo svccedute per l'occasione delle separazione di quel regno dalla corona cattolica*. Veneza: Presso Paolo Baglioni, 1689, dedicatória à "Sacra Reale Maieſtà" e pp. 328, 472. Os tomos II e III da obra seriam completados e estampados no século XVIII, em Roma, pelo sobrinho do autor, Francisco Brandão. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana,* vol. I, *Op. cit.*, p. 93.
[568] MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (séculos XV-XVII).* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.
[569] COSTA & CUNHA, *D. João IV, Op. cit.,* pp. 200-201.

Provavelmente também em fins dos anos 1680, pela mesma altura em que o texto de Brandano rumava para o prelo veneziano, outro português, o carmelita descalço João José de Santa Teresa, rascunhava as últimas páginas da *Istoria delle gverre del Regno del Brasile.* Além da simultaneidade, os próprios títulos, vê-se, sugerem certo paralelismo, como se afiliados a um mesmo projeto, ou editorial, ou político, ou ambos. Ainda que os dois *in-folios* da *Istoria* só saíssem estampados em 1698, em Roma, o prefácio "a chi legge" menciona o "Eminentiſs. Signor Cardinal Pietro Ottoboni", a cuja rica biblioteca o autor tivera acesso. Ottoboni, contudo, fora eleito papa Alexandre VIII em 1689 e falecera em 1691, sendo a intempestiva alusão a seu posto cardinalício indício de redação anterior ao *habemus papam*. O fato de a narração avançar até as segundas núpcias de d. Pedro II, ocorridas em 1687, reforça a hipótese, salvo pela menção à "numeroſa, e felice prole" real, gerada nos anos posteriores. A frase consistiria em acréscimo de última hora, pensa Mello, ao datar a redação como provavelmente entre 1687 e 1689[570].

No caso da *Istoria*, revela Barbosa Machado ter havido patrocínio oficial direto, "para cuja ediçaõ mandou ElRey D. Pedro II. ſinco mil cruzados". Acrescenta, ademais, que o autor, residente em Roma desde 1678 (onde seria escritor de renome e larga vendagem), regressa a Portugal exatamente em 1698, por curto período[571]. Para tratar, possivelmente, dos interesses da corte pela publicação de sua obra. Nesta primeira incursão pela história, confessa Santa Teresa a seus leitores ser o gênero "la più ardua, e malageuole impreſa, a cui poſſa accingerſi vn huomo", outro *topos* retórico comum acerca da labuta de dar a lume uma história, antes enunciado por Brito Freyre e outros.

Além de dedicatória ao rei e do encarte de alguns mapas brasileiros – copiados da biblioteca de Ottoboni – a luxuosa edição dos "Eredi del Corbelletti" grava retratos de d. João IV, de Pedro II e de uma índia, símbolo do Brasil, irradiada pela aura divina refletida das armas de Portugal. O monarca em Lisboa, enuncia a dedicatória, seria sublime descendente de "[g]li Giouanni, gli Emanueli, e gli Alfonſi, Progenitori della Maeſtà Voſtra", os quais "traſſero al lor dominio innumerabili Prouincie, ſoggiogarono uaſtiſſimi Regni, e diſcuoprirono nuoui mondi". Tais elementos desnudam o plano publicístico da coroa. Superadas a recessão de 1670-1690, pela subida dos preços e chegada das primeiras remessas de ouro do Brasil, e as incertezas da regência, consolidada internamente a realeza bragantina, a história da guerra holandesa era agora mobilizada para a afirmação internacional da monarquia[572].

---

[570] SANTA TERESA, *Istoria delle gverre, Op. cit.,* t. I, "A chi legge" (não paginado) e t. II, p. 211. As "Approvazioni" são exaradas entre fevereiro e setembro de 1697. MELLO, "A 'Istoria" de frei Santa Teresa". *In*: *Estudos pernambucanos, Op. cit.*, pp. 137-138.
[571] MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op. cit.*, t. II, p. 676-677.
[572] SANTA TERESA, *Istoria, Op. cit.*, t. I, "Sire" (dedicatória não paginada).

Baseando-se em Albuquerque Coelho e Raphael de Jesus (tendo com toda probabilidade lido também os textos de Brito Freyre e Ericeira), em fontes narrativas estrangeiras como o *Rerum per octenniun* e alguns manuscritos lusos[573], a *Istoria* é ponto de chegada do longo percurso de historicização da guerra no Seiscentos. Se as obras de Ericeira e de Brandano sobre o Portugal pós-filipino indiciam a assimilação das narrativas vindas do Atlântico por parte dos poderes centrais e dos grupos cortesãos, Santa Teresa vai além. Ensina que as vitórias no Brasil e em Angola, por si sós, haviam adquirido tal estatuto que se prestavam à exaltação internacional do poderio lusitano, no contexto de véspera da Guerra de Sucessão Espanhola. Postas lado a lado, as histórias de Brandano e do carmelita respondem ao intento expressado já em 1660 por d. Francisco Manuel de Mello, na *Epanaphora Quinta*, de "inteirar (...) particularmente aos Eſtrangeiros" da importância daqueles triunfos da nação portuguesa[574].

Historiograficamente, Santa Teresa se mostra em parte receptivo a algumas das inovações debatidas nas *Artes historicae* da segunda metade do Seiscentos, de que teria, provavelmente, notícia indireta, por meio dos historiadores portugueses que toma por fontes. Seus prefácios não citam obras modernas sobre a escrita da história, invocando antes personagens e autores clássicos, com quem os lusitanos são comparados. Os paradigmas da "história perfeita" e do panegírico, tal como no *Portugal Restaurado*, são-lhe ainda referenciais, o que é de se esperar em uma história oficial. A *sermocinatio* prolifera no texto, prescindindo o autor de discussões acerca de suas fontes. A "verdade" prometida na obra seria obtida em consonância com o "decoro" retórico que a atravessa, como prescreviam os cânones tradicionais[575]. Por outro lado, evita intensos diálogos com autoridades clássicas e modernas, muito embora fosse, como diz Barbosa Machado, aplicado estudioso da filosofia e da teologia, e reserve generosa secção do texto à *descriptio* do Brasil. Mais significativo, o frade omite as alusões providenciais tão recorrentes nas obras predecessoras, tal como o conde de Ericeira explicando o devir histórico ou as vitórias em termos militares, patrióticos ou imanentemente devocionais[576].

Os episódios históricos e o exército de guerreiros erigidos em tantos volumes, ao longo dos setenta anos anteriores, reaparecem na *Istoria*, filtrados pelo tenaz compromisso encomiástico do autor. Falecidos já havia décadas, ressuscitam todos, para novamente derrotar Willekens, Nassau, Hus, Brink e van Schkoppe em Salvador, nas Tabocas, em Massangano,

[573] MELLO, "A 'Istoria' de frei Santa Teresa", *In*: *Estudos Pernambucanos, Op. cit.* p. 139.
[574] MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.*, pp. 481-482.
[575] GRAFTON, *What was History?*, Op. cit. OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador, Op. cit.*, vol. I, pp. 79-80.
[576] SANTA TERESA, *Istoria, Op. cit.*, vol. II, pp. 63-66 (Tabocas), 74 (Casa Forte) e 144-146 (Guararapes). MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op. cit.*, vol. II, pp. 676-677. Sobre o declínio do providencialismo no período, BOURDÉ & MARTIN, *As escolas historicas, Op. cit.*, pp. 18-20, 23-26.

nos Guararapes. A "Jornada dos Vassalos", aliás, tal como na *Nova Lusitania*, confirma-se definitivo episódio inicial da guerra, com d. Manuel de Meneses consagrando-se o líder inconteste dos portugueses na jornada, ombro a ombro com d. Fadrique de Toledo.

Entre 1625 e 1630, a guerra se desloca para a Paraíba, para Fernando de Noronha, para os oceanos. Caída Olinda, brilha o general Matias, afinal "imortalizado" em decorrência da combatividade discursiva de seu irmão, "Odoardo di Albuquerque", como o chama o autor. Mesmo o castigado napolitano conde de Bagnuolo é retratado em cores mais amenas, deslocando-se da posição de traidor e covarde, em que o metera Calado, para tornar-se de "animo naturalmente independente", embora sujeito a erros como a réproba retirada de Porto Calvo, após a morte do mestre de campo general Rojas y Borja (1636). Salvador Correia de Sá, Fernandes Vieira, Negreiros, Soares Moreno, Camarão, o "Etiope Errigo Dias", Barreto de Menezes e muitos dos mais heróis desta já tradicional historiografia convivem na *Istoria* harmonizados, idealizados, ansiosos por dar as vidas por Portugal e pela fé[577].

As narrativas vieirnanas e albuquerqueanas não só se reavivam na pena de Santa Teresa, mas, até certo ponto, são nela conciliadas. A obra, nessa perspectiva, funciona como uma grande síntese da operação historiográfica que então se encerrava. Consagrava-se uma forma uníssona de contar a guerra. Não mais – pretendiam-no a coroa e o carmelita – uma versão entre outras possíveis: a versão "verdadeira" e última. Os dissabores de d. Manuel de Meneses, a palavra dos inimigos dos Albuquerque e de Fernandes Vieira, os desentendimentos entre Barreto de Menezes, Vidal e Henrique Dias, os problemas de Salvador de Sá em Lisboa quedavam esquecidos. E, com eles, as fragilidades e contestações à dinastia restauradora. O verniz retórico de Santa Teresa recobre cada uma dessas rugosidades e o resultado narrativo é a superfície lisa de uma história modelar e de uma nação orgulhosa de seu rei e de seu passado.

Com o findar do século, findava também o processo de historicização da guerra holandesa. Sua consecussão foi geralmente considerada tão bem sucedida, que os grupos políticos na Península e no ultramar tenderão a admitir o tema como pacificado. A guerra holandesa, seus próceres e episódios, de ordinário, se tornam objeto de glosas, de efemérides, raramente de revisões[578]. Varnhagen, a partir de 1850, inaugurará os estudos da guerra informados em outras tipologias documentais, preservando, todavia, o cerne das soluções narrativas lusas do Seiscentos. A história que apresenta é, em grande medida, a mesma dos velhos compêndios. Enriquecida, sem dúvida; porém, em essência, a mesma. Exceto por casos excepcionais – como o das famílias em Pernambuco consideradas injustiçadas pelo *Lucideno*,

[577] SANTA TERESA, *Istoria, Op. cit.*, t. I, pp. 113, 133, 175 vol. II, pp. 52-55,
[578] MELLO, *Rubro veio, Op. cit.*, pp. 66 e ss.

as quais buscaram reparação nas páginas de Borges da Fonseca – o composto de registro, abafamento e mitificação produzido nesta caudalosa biblioteca tem ditado, em boa medida até os dias atuais, as formas de ver e compreender o período. Façanha no mínimo curiosa, convenhamos, em uma nação frequentemente criticada por gerar "melhores guerreiros que filósofos" [579], isto é, aplicados tanto no conquistar e tão pouco no escrever.

[579] CURTO, Diogo Ramada. *História política da cultura escrita*. Lisboa: Verbo, 2016, pp. 12-13.

## Considerações finais: política e historiografia

Acompanhamos, nesta narrativa sobre narrativas, o desenrolar do processo de historicização da guerra holandesa no próprio século do conflito. Processo, argumentamos, sustentado por duas balizas: uma historiográfica, a outra política. Ora, a escrita da história na Alta Modernidade é via quase sempre direta de intervenção nas disputas pelo poder, mesmo quando elaborada longe do burburinho da rua e dos conchavos da corte, nos escritórios dos "antiquários". Seja no modelo milenar da história como ramo da retórica, na *histoire raisonée* dos "artesãos da glória" sob os Bourbon, nas *penas teñidas* orquestradas por Olivares ou nas narrativas vieirianas dedicadas a d. Pedro II, flagra-se a política a presidir o discurso historiográfico. Distinguir a agenda política do ato historiante consiste, seguramente, em estratégia analítica pertinente, porque atende ao esforço de fazer inteligível as relações dinâmicas do século XVII com seu passado. Aqui, porém, se traça o *pomerium* desta distinção, o qual o pesquisador, ao contrário de Remo, há de evitar ultrapassar.

Se metodologicamente válida, tal dicotomia nos afasta da compreensão e das formas de fazer dos seiscentistas. Então – como também nas épocas romana, carolíngia e tardomedieval[580] – nem a política mais pragmática arriscava abrir mão de sua espinha dorsal histórica, nem a historiografia erudita de um Manuel Severim de Faria ou Tamayo de Vargas se praticava como exercício exclusivamente retórico ou epistemológico. Política e historiografia atuavam, sim, de modo conjunto, mas não somente; é mais íntimo o seu entrelaçamento. O encontro entre ambas não é de forma alguma fortuito ou optativo. A respeitabilidade do panegírico, a gravidade da "história perfeita", os preceitos de "decoro", "exemplaridade" e "prudência" fazem da política a própria razão de ser e força motriz da escrita da história. A pressão advinda das lutas pelo poder é para a historiografia seiscentista mais um imperativo do que uma possibilidade. O cânone da *Ars historicae* não só festeja o rei e idealiza o guerreiro e o aristocrata: ele coloniza o núcleo dos embates discursivos e marginaliza escritas de menor teor político para o terreno do heterodoxo e mesmo do inconveniente.

Uma história ocupada de problemas essencialmente historiográficos, negligente aos preceitos da *utilitas* e do *delectare* seria, no Seiscentos, provavelmente vista como afã inútil. Porque o passado não é, então, objeto: é caminho, é espelho, é dispositivo. Basta acompanhar as resistências da época às ideias da "história antiquária" para redescobrir o quanto costumava estar em jogo na redação de uma relação ou história. E fala-se aqui em "ideias", porque o

[580] SMALLEY, *Historians in the Middle Ages*, *Op. cit*.

produto do trabalho dos antiquários, como lembra Momigliano, estava longe de ser apolítico[581]. As narrativas do século XVII atrás estudadas não são apenas, para falar rigorosamente, constructos historiográficos (ou pré-historiográficos) incidentalmente politizados. São narrativas históricas, *portanto* políticas. Disto não decorre, como pensa Isabel Mota, não haver autonomia do "campo historiográfico" antes da Academia Real de História. Há. Enraíza-se no político. A individuação da história nas bibliotecas desde fins do seculo XVI, como se procurou argumentar no capítulo IV, o indicia.

Não se quer com isso reiterar a trivialidade de que "toda história é política". Quer-se antes sublinhar o benefício de interpretar os diferentes graus e formatos em que esta inscrição do político sobre o historiográfico se perpetra. Maior proveito advém de perguntar: com qual das muitas arengas pelo poder, travadas em seu tempo, uma determinada narrativa histórica polemiza? Difícil inquérito. A documentação nem sempre permite respondê-lo. Todavia, a politicidade a estruturar a *Relaçam verdadeira, & breve da tomada da vila de Olinda*, por exemplo, difere da que anima a *Nova Lusitania*, cinquenta anos depois. Por serem outros os agentes e suas solicitações, o gênero, o estilo, o suporte material e mesmo o regime de historicidade predominante. O que constitui o historiográfico é, neste período, de natureza política, como é também de natureza teológica. Não há, ao menos no Seiscentos lusocastelhano, historiografia não-providencial, no máximo sendo possível falar de graus. Mesmo em um autor que secundariza a explicação providencial, como Ericeira, o fundamento teológico do devir histórico persiste, pois sua negação era epistemologicamente inadmissível. O caso do político é análogo.

Ao longo do trabalho, buscou-se caracterizar as maneiras por que se manifestou esta identidade dual, político-historiográfica, das narrativas históricas da guerra holandesa. Uma vez apresentado o suporte teórico-metodológico e documental em que se atarefam a introdução e o capítulo I, nos capítulos II, III e IV o foco se voltou para o estudo das dosagens e especificidades em que as relações de sucessos, relações historiais e histórias propriamente ditas equilibraram estes elementos constitutivos. Foram, como o exame das fontes procurou demonstrar, as mais diversas, ao longo do recorte que delimita o estudo (1625-1698). Vieram à tona diversas zonas nas quais se combatia pelo poder com as armas da história (a corte, as províncias americanas, as africanas), e mais a percepção de que a interligação dessas zonas era vigorosa. A narrativa produzida em Olinda, sobre a luta em Olinda, incide também sobre Lisboa e sobre Angola, onde é lida e passa a subsidiar reivindicações de poder e novas escritar. O mundo lusocastelhano é

[581] MOMIGLIANO, *As raízes clássicas da historiografia moderna, Op. cit.*, pp. 94 e ss.

um agitado conglomerado imperial, cujas partes comunicantes recusam esquemas que as simplifiquem e polarizem.

A *Jornada dos Vassalos*, de Guerreiro, o *Lucideno*, de Calado, a *Hestoria*, de Cadornega ao mesmo tempo querem interferir no âmbito local onde emergem e na globalidade do império. Nem sempre conseguem, em verdade, mas mesmo então é de todo o interesse reencontrar as táticas de que se valeram e o itinerário que trilharam. A guerra holandesa foi historiada, algumas vezes, por trabalhos criteriosamente observantes dos preceitos da "boa história", ao passo que, em outros casos, recebeu tratamentos narrativos que até hoje impressionam pela singularidade, numa época em que a exigência de ser original não se fazia sentir sobre quem escrevia.

A metodologia desenvolvida e aplicada para levar a cabo este plano analítico e interpretativo não pôde prescindir, em absoluto, da consulta direta às fontes narrativas trabalhadas. Sem dúvida, a diligente disponibilização, em meio digital, de um número enorme de fontes manuscritas e impressas, por parte de cada vez mais arquivos, bibliotecas e institutos de pesquisa, constitui louvável contribuição para investigadores de todo o mundo. Contudo em trabalho, como o presente, ao qual tanto importavam as práticas coetâneas de leitura, não se pôde nem se quis abrir mão do manuseio dos exemplares impressos originais, conservadas em instituições culturais brasileiras, portuguesas e espanholas. Esses velhos livros guardam em suas páginas uma história. Examinaram-se, na medida do possível, todos os exemplares disponíveis, averiguando ocasionais diferenças e, sobretudo, os vestígios dos usos dos livros: marcas de posse, destaques sublinhados, notas e intervenções expurgatórias, rascunhos marginais, etc. As próprias dimensões da edição e atributos da encadernação original (nos raros casos em que ainda as há) ajudaram a captar as intensões dos emissores dos discursos e a reviver, em parte, a experiência dos que os leram.

Tivemos a oportunidade também de compulsar, ao lado das edições originais das fontes estudadas, diversas primeiras edições e reedições dos séculos XIX e XX. A apreciação geral revelou, para um número significativo de casos, obras trazidas a público com insuficiente aparato crítico e mesmo insatisfatório esmero editorial. Merecedor de menção é a *Recuperação da cidade de Salvador*, de d. Manuel de Meneses, cujo manuscrito se conserva na Real Academia de la História, em Madri. A transcrição do documento, publicada pela Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, em 1859, sob a supervisão de Adolfo de Varnhagen, exibe repetidos deslizes tipográficos, ao que se soma a pouca observância da disposição original e das subdivisões internas do texto. Negligencia, ademais, as variadas notas marginais presentes no manuscrito, que bem poderiam dar azo a proveitosos diálogos críticos, aos quais o editor, todavia, se furta. Tudo somado, faz-se imperativa a

elaboração de nova edição do texto tão *sui generis* de Meneses. É análoga, ademais, a situação de outras relações historiais e histórias da guerra holandesa, reestampadas às vezes há não muitos anos.

A magnitude pretendida para o trabalho foi, algumas vezes, de monta a superar as possibilidades do autor, restando algumas lacunas a convidar novas investigações. Convencido de que o recorte, embora longo, era necessário, e de que a seleção de fontes, apesar de vasta, não admitia amputações, o tempo disponível à pesquisa, à reflexão e à escrita se mostrou curto para a plena exploração do universo destas narrativas e toda a bibliografia pertinente, em língua portuguesa e estrangeira. No caso, por exemplo, das relações de sucessos, seu número, já de antemão proibitivo, se expandiu com as descobertas nos arquivos. Esta tipologia documental espera ainda a mais atenta apreciação dos historiadores brasileiros, em particular dos especialistas dos séculos XVI e XVII. Que história da colonização da Terra de Santa Cruz contam as relações? Ninguém sabe. No que diz respeito ao nosso caso, é provável que as bibliotecas francesas, alemães, inglesas e neerlandesas conservem outras tantas relações de sucessos lusocastelhanas da guerra holandesa, para não falar dos panfletos originalmente produzidos nesses países, contrastando as versões ibéricas dos fatos. A visita a esses arquivos e a leitura desses documentos, contudo, infelizmente não foi possível. Um dia, é a esperança do autor, será.

Noutro plano, o estudo mais detido da historicização de episódios ocorridos em outros países teria decerto permitido comparações enriquecedoras. Será generalizável a partição trifásica do processo, verificada para a guerra holandesa? Na França dos reinados de Luís XIII e do Rei Sol, quando as "memórias históricas" fundavam já uma tradição, havia lugar para o hibridismo das relações historiais? O que dizer dos principados alemães e italianos? Aliás, no próprio Brasil e nos vice-reinos da América Espanhola, que outros eventos mereceram atenção análoga e conservam um processo de historicização reconstituível? Perguntas, por ora, sem resposta. Outra vez o correr do relógio pesou em desfavor das ambições do projeto. Ademais, a menor atração pela história da historiografia parece ocorrer também para além das fronteiras ibéricas, o que dificultou ou fez tardar a descoberta e o acesso a alguns estudos promissores.

Desde a última das narrativas examinadas na tese até aqui, no século XXI, transcorreram mais de trezentos anos. Desde as primeiras, quase quatrocentos. No curso deste imenso intervalo, as ideias acerca do que é, para que serve e como se deve escrever a história se transformaram profundamente, inúmeras vezes. Não somente no século XX, com a "Revolução

Francesa da historiografia" dos Annales[582]. O historicismo alemão, no Oitocentos, é uma rebelião contra o predomínio da filosofia da história francesa do Setecentos. A qual anunciava, por sua vez, a morte das "superstições históricas" da Antiguidade aos séculos XVI e XVII, inscritas na "história política" e na "história perfeita", em cujas lições personagens idealizadas firmam modelos de conduta inimitáveis e a mão de Deus se intromete nos negócios humanos. Não era outro o alvo do ácido ataque do *Essai sur les moeurs*, senão as tradições historiográficas atrás estudadas, que "cegavam" os espíritos com "fábulas" e "mentiras". Como diz Voltaire,

> Chez toutes les nations l'histoire est défigurée par la fable, jusqu'à ce qu'enfin la philosophie vienne éclairer les hommes; et lorsque enfin la philosophie arrive au milieu de ces ténèbres, elle trouve les esprits si aveuglés par des siècles d'erreurs, qu'elle peut à peine les détromper; elle trouve des cérémonies, des faits, des monuments établis pour constater des mensonges[583].

Imenso intervalo. O incauto leitor de hoje, folheando aqueles estranhos volumes seiscentistas, acaso se pergunta como puderam então ser julgadas respeitáveis obras assim abertamente congratulatórias, tantas vezes supesticiosas, explicando a sucessão dos eventos em termos que hoje julgamos inaceitáveis e mesmo infantis. Se "o passado é um país estrangeiro", como afirma a famosa provocação de L. P. Hartley[584], revisitar as narrativas históricas de outros tempos impõe um duplo deslocamento, uma viagem dentro de outra viagem.

O passeio compensará, por levar quem o realiza a uma intensa maratona de desmistificação. Nos momentos de conflagração social e de instabilização das instituições, não é incomum, até mesmo em formadores de opinião, ouvir-se que, no momento presente, o calor dos interesses e paixões políticas impediriam os sujeitos de examinar os eventos com isenção. A determinação de onde reside a verdade e a justiça ficaria, por isso, provisoriamente suspensa. Inalcançável no agora. O passar do tempo, contudo, e o "frio olhar da história" estariam habilitados, revisitando os eventos, a pesar as evidências, assinalar culpas e méritos e a permitir que, finalmente, os mortos descansassem. O homem futuro adquiriria a faculdade de sair da história para julgá-la. A verdade, o "que realmente aconteceu" rankeano se tornariam alcançáveis, para além das limitações da epistemologia e dos meandros da "operação

[582] BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.* São Paulo: Editora UNESP, 1992. No original inglês: "The French Historical Revolution".
[583] VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. *In: Oeuvres complètes de Voltaire*. Tomo 13. Paris: Garnier, ed. Louis Molland, 1878, p. 174.
[584] HARTLEY, L. P. *The go-between*. Nova Iorque: New York Review of Books, 2002 [1953]. A frase que abre o romance é: "the past is a foreign country: they do things differently there".

historiográfica"[585], pela garantia cronológica de que o passado, não nos interessando mais, poderia ser dissecado no laboratório desse historiador-legista.

Esta fábula, que continuamos contando a nós mesmos antes de ir dormir, ignora que este tempo jamais chega, nem é cadavérica a matéria com que lida o historiador. Ou, se é – admitamos por um momento a metáfora – a autópsia historiográfica ocorre em uma sala barulhenta e repleta de pessoas ligadas ao defunto, como num filme de Buñuel ou de Felini. Rodeiam-no credores, devedores, herdeiros, admiradores, inimigos, todos interessadíssimos na declaração da *causa mortis*, remexendo o finado, sugerindo motivos, desviando as atenções, curiosos, nervosos, ameaçadores. Todos ansiosos pelo avançar do procedimento, porque o que vai ser dito lhes interessa. Inclusive, entre eles, o que manuseia o bisturi. Porém, como dito, há impertinência na representação: a paradoxal beleza do passado reside em que, sendo país estrangeiro, ele desrespeita as leis da física e da geografia, e habita o interior das nossas fronteiras. E, sendo cadáver, é um buliçoso sobrevivente. A todo tempo nos chama a atenção e insinua novidades, muda de posição e de figurino, prega-nos peças, esconde-se quieto para depois saltar da sombra e nos assustar. Retrato, vê-se logo, de algo a que lançar qualquer "frio olhar" há de ser verdadeiramente desafiador, para dizer o mínimo.

[585] RICOEUR, *A memoria, a história, o esquecimento, Op. cit.*, p. 155 e ss.

**Arquivos e bibliotecas consultadas e suas siglas**

AGS – Archivo General de Simancas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA – Biblioteca da Ajuda

BMP – Biblioteca Municipal do Porto (Manuscritos e obras raras)

BNE – Biblioteca Nacional de España (Salas Cervantes e Alcalá de Henares)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Reservados)

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Obras raras)

RAHM – Real Academia de la Historia de Madri

Em contato à distância ou pelo gentil intermédio de terceiros, foram também obtidos documentos e referências nos seguintes arquivos:

ACDF – Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede

BL – British Library (Additional Manuscripts)

BNPM – Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra

## Fontes e referências bibliográficas

### Fontes Primárias

*Impressas*

ABREU E LIMA, J. I. de. *Compêndio de História do Brasil.* Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert editores, 1843.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, vol. XX, 1898, pp. 119-255, "Memorias historicas e militares relativas à guerra hollandeza, a ataques dos Francezes ao Rio de Janeiro, &... (1630-1757)", pp. 119-255.

ANÔNIMO (Atribuído a RAPIN, René). *Instructions pour l'histoire*. Paris: por Sebastien Mabre-Cramoist, 1677.

ANÔNIMO. *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado. In*: REGO, A. da Silva (ed.). *Documentação ultramarina portuguesa, vol. 1*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 111-119.

ARAUJO, João Salgado de. *Marte Portvgves contra emvlaciones Castellanas o ivstificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla*. Lisboa: en la emprenta de Lourenço de Anberes, 1642.

ATAÍDE, D. Jeronimo de. "Cap.os da Relação". *In*: MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *Equus Rusus: A igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*, Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História da universidade Federal da Bahia, 2010. vol. III, anexo III, "A Jornada dos Vassalos de d. Jeronimo de Ataide", pp. 39-61.

AZEVEDO, Luis Marinho de. *El Principe encvbierto, manifestado em qvatro diſcurſos políticos, exclamados al rei don Phelippe IIII, de Castilla por un vaſſallo que lo fue ſuyo haſta las nuebe de la mañana del ſiempre memorable dia Sabbado primero de Dìciembre del año de 1640. Escrivelos Lucindo Luſitano*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

BARLÆI, Casparis. *Rerum per octennium in Brasilia, et alibi nuper geſtarum*. Amsterdam: Ex Typographeio Ioannis Blaev, 1647.

BARROS, João de. *Da Ásia: década terceira*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1778 [1563].

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Braſilico, Comico... autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. III, 1713.

BODINI, Iohannis. *Methodvs ad facilem historiarvm cognitionem*. Paris: por Martin le Jeune, 1566.

BORGES DA FONSECA, A. J. Vitoriano. *Nobiliarchia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'Histoire universelle. A monseigneur le Dauphin por expliquer la ſuite de la religion & les changements des Empires. En trois parties, depuis le commencement du Monde juſqu'à l'an 1700*. Québec: Ed. Samizdat, 2013, pp. 179, 437-438 (1ª ed. Paris, 1681 – parte I).

BRANDÃO, Antônio. *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contem a Hiſtoria de Portugal deſdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonſo Henriques*. Lisboa: impressa no mosteiro de São Bernardo por Pedro Craesbeck, 1632.

BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contem a hiſtoria dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis.* Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusitana: parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso snor Iesu Christo*. Lisboa: impresso no mosteiro de Alcobaça, 1597.

BURGOS, Bartolomé Rodriguez de. *Relacion de la iornada del Brasil*, *escrita a Ivan de Castro Eſcrivano Publico de Cadiz, por Bartolome Rodriguez de Burgos Eſcrivano mayor de la Armada*. Cádiz: por Juan de Borja, 1625.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escrivirla*. Madri: por Luis Sanchez, 1611.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. 3 vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942.

CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno, e Triumpho da Liberdade. Primeira parte*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648.

_____. *O valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade. Primeira parte.* Lisboa: na oficina de Domingos Carneiro, 1668.

_____. *O Valeroso Lucideno*. Recife: CEPE, 2004.

CESPEDES Y MENESES, Gonçalo de. *Primera parte de la Historia de D. Felippe el IIII Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631

_____. *Historia de don Felippe IIII, Rey de las Españas*. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1634.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654.

_____. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de M. D. LXXXLVIII, hasta el de M. D. XCIX. Recopiladas por D. Carlo Coloma, caballero del abito de Santiago...* Amberes: na oficina de Juan Bellero, 1635.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco. Discursos brasilicos, dogmaticos, belicos, apologeticos, moraes e historicos repartidos em oito livros, nos quaes se descrevem, o descobrimento do Brazil, e conquistas das capitanias de Pernambuco, com varias noticias Historicas, e Geograficas do mesmo Paiz, memorias dos seus principais habitadores, acçoiñs ilustres de seus naturais, sem razão das varias Calumnias, nascidas de menos verdadeiras noticias, e outras couzas dignas de atenção*. Rio de Janeiro: An da Bibliotheca Nacional, vols. 24-25, 1902-1903.

CRUS, Luis Fellis. *Manifesto das ostilidades que a gente que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os Vassalos del Rei de Portugal neste Reyno de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os Principes; e dos motiuos que obrigarão ao General Salvador Correa de Sá e Benavides a dezalojar estes soldados Olandezes delle, sendo mandado a esta Costa por Sua Magestade a differente fim*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651.

EWOUT, Teelinck (sob pseudônimo de Ireneus Philalethius). *De Tweede Wachter, Brenghende tydinghe vande nacht, dat is Van het overgaen vande Bahia, Met Eenen heylsamen raedt, wat daer over te doen staat.* Haia: por Aert Meurs, 1625.

FARIA, Leandro Dorea Carceres e (pseud. de Fernando Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portvgal na depoſição d'El Rey D. Affonso o sexto, & ſubrogação do principe D. Pedro o vnico, juſtificada nas calamidades publicas, Eſcrita para juſtificaçaõ dos Portugueſes*. Lisboa: (sem ind. impressor), 1669.

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officina de António Isidoro da Fonseca, 1740 [1655].

_____. *Relação Vniversal do que svccedeo do Ocidente, & Oriente, deſdo mês de Março de 625. atê todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & corioſidades. Ordenada por Franciſco d'Abreu natural da Cidade de Lisboa*. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica. Decada primeira.* Lisboa: na Officina de Joam Galram, 1675.

GAMA, José Bernardo Fernandes Gama. *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*. 4 vols. Recife: na tipografia de M. F. de Faria, 1844-1848.GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

_____. *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas exequias do anno que se fizerão ao serenissimo Principe d. Theodosio Segudo* [sic] *Duque de Bragança... em 29. de novembro de 632*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632.

_____. *Sermão qve fez o padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesus, na cidade de Lisboa na Capela Real, dia de Saõ Thomé, anno de 1623...* Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor do rei, 1623.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*. 4 vols. Madri: en la Emplenta [sic] Real, 1601-1615.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [1761].

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano: parte I. Entrepresa, e restauraçaõ de Pernambuco; & das capitanias Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas*. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679.

LACERDA, Fernando Correia de. *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Lvis de Menezes, marquez de Marialva*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1674.

LEAL, Manuel Pereira da Sylva. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*. *Parte primeira*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1729.

LE MOYNE, Pierre. *De l'Histoire*. Paris: por Loüis Billaine, 1670.

LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippvs prvdens Caroli V. Imp. Filivs Lvsitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimvs rex demonstratvs*. Antuérpia: Officina plantiniana, 1639.

MACEDO, Antônio de Sousa de. *Flores de España excellencias de Portugal, en que breuemente ſe trata lo mejor de ſus hiſtorias, y de todas las del mundo deſde ſu principio haſta nueſtros tiempos, y ſe deſcubren muchas coſas nueuas de prouecho, y curiosidad*. *Primeira parte*. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1631.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Hiſtorica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ deſde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. 4 vols. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1758.

_____. *Fastos politicos, e militares da antigua, e nova Lusitania em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo.* Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1745.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Tip. de F. C de Lemos e Silva, 1853.

MELLO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia Historia Portvgveza a ElRey Nosso Senhor D. Afonso VI. Em cinco Relaçoens de svcessos pertencentes a este Reino*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente, com todas as licenças necessárias, 1660.

MENESES, D. Luís de (conde de Ericeira). *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderberg, princepe de los Epirotas, y Albaneses*. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes, 1688.

_____. *História de Portugal restaurado.* 2 vols. Lisboa: na Officina de Joaõ Galraõ, 1679-1698.

MENESES, D. Manuel de. *Recuperação da cidade de Salvador*. Ed. F. A. de Varnhagen *In*: Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, t. XXII, 1859, pp. 357-411 (1º parte) e 527-633 (2º parte).

MIRALES, José de. *História militar do Brasil desde o anno de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve princípio a fundação da cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, até o anno de 1762*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXII, 1900.

NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623* [sic], Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. 69, 1950, pp. 155-231.

NEGREIROS, André Vidal (aut.) & RAU, Virgínia (Ed.). *A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros*. Coimbra: Sep. da Rev. Brasília, vol IX., 1955.

PIMENTEL, Timoteo de Seabra. *Exhortação militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1650.

RIBEIRO, João Pinto. *Discvrso sobre os fidalgos, e soldados portugueſes não militarem em conquiſtas alheas deſta Coroa*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, com todas as licenças necessárias, 1632.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do ſeu deſcobrimento, até o de mil e ſetecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1730.

_____. *História da América Portuguesa.* Prefácio e notas de Pedro Calmon. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1950.

SANTA TERESA, Giovanni Gioseppe di. *Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda, composta, ed offerta alla sagra reale maesda di Pietro Secondo re di Portogallo.* Roma: Estamparia dos herdeiros de Corbelletti, 1698. 2 vols.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Com prefácio de J. A. Gonsalves de Mello. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

SILVA, Luís Augusto Rebello da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871.

SOUSA, Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1932 [1742].

SOUSA, Manuel de Faria e. *Africa Portuguesa por su autor Manuel de Faria, y Sousa. Tomo unico. Dedicala Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente y*

*Gobernador de Portugal*. Lisboa: à custa de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1681.

_____. *Asia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: nas oficinas de Henrique Valente (vol. 1) e Antonio Craesbeeck de Mello (tomos II e III), 1666-1675.

_____. *Epitome de las historias portvgvesas*. Madri: por Francisco Martinez, 1628.

_____. *Europa portuguesa. Segunda edicion correta, ilustrada y anadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es nueva*. 3 vols. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-1680.

_____. *Fvente de Aganipe o rimas varias. Parte qvarta*. Madri: por Iuan Sanchez, 1644.

TOSCANO, Francisco Soares. *Paralellos de Principes, e varoes illustres antigos, a que muitos da nossa naçam Portugueza se assemelhàraõ em suas obras, ditos, & feitos: com a origem das armas de algumas familias deste Reino*. Évora: por Manoel Carvalho, 1623.

VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Hiſtorial de la jornada del brazil y ſucesos della. Donde se da cuenta de como gano el Rebelde olandez la Ciudad del Salvador, y Bahia de todos sanctos, y de su Restauracion por las Armadas de España cuyo general fue Don Fadrique de Toledo Osorio Marquez de Villa nueva de Valdueza Capitan general de la Real Armada del mar Occeano, y de su gente de guerra de el Reino de Portugal el año de 1625*. Recife: Pool Editorial, 1984.

VARGAS, Thomas Tamayo de. *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe IV el grande Rei Catholico de las Españas i Indias.* Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez, 1854-1857.

_____. *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1625 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002 (1871).

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Ed. Serafim Leite. Lisboa: Tip. Anuário Comercial, 1941.

XENOFONTE (autor) & RIBEIRO, Aquino (pref.). *A retirada dos dez mil*. Lisboa: Bertrand, 2014.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por mandado de El Rei D. Affonso V, sob direcção scientifica, e segundo instrucções de illustre infante d. Henrique*. Paris: por J. P. Aillaud, na Officina Typografica de Fain e Thunot, 1841 [1453].

ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & MENDONÇA, Manuela (ed.). *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & BRASIL, Reis (ed.). *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Sintra (Mem Martins): Europa-América, 1989.

*Relações de sucessos impressas*

ANÔNIMO. *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, ſitio de ſu Recife, entrega ſuya, i de las capitanias de Itamaraca, Paraiba, Rio Grande, Ciara e Iſla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portugueſas regidas por Franciſco Barreto Maeſtre de Campo general del Eſtado del Braſil, i Governador de Pernambuco.* Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, com licenças, 1654.

ANÔNIMO. *A plaine and true relation, of the going forth of a Holland fleete the eleuenth of Nouember 1623, to the coast of Brasile. With the taking in of Saluedoe, and the chiefe occurrences falling out there, in the time of the hollanders continuance therein. As also, the comming of the Spanish armado to Saluedoe, with the beleaguering of it, the accidents falling in the towne the time of beleaguering...* Roterdam: por M.S. impressor, 1626.

ANÔNIMO. *Anti-Catastrophe, Historia d'El-Rei D. Affonso 6º de Portugal*. Edição e prefácio de Camillo A. da Silva e Souza. Porto: Typographia da Rua Formosa, 1845.

ANÔNIMO. *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad, desde la Ciudad de San Lucar, haziendole Relacion de la cõficion que hizo un Maeſtre de una Nao que cogio el Armada del Almirantazgo, en que declarò, que el Braſil eſtava ya por el Rey Nueſtro ſeñor, y como le quemaron ſus Naos, y paſſarõ a cuchillo ochocientos hombresq dentro avia*. Sevilha: por Juan de Cabrera, 1625.

ANÔNIMO. *Descripcion de la Baia de Todos los Santos y ciudad de Sanſalvador en la coſta del Braſil; en que ſe fortificaron los Holandeses: aora reſtaurada por don Fadrique de Toledo, Capitan General por el Rey nueſtro ſeñor don Felipe IIII en veinte y nueve de Abril de mil y ſeiſcientos y veinte y cinco*. Toledo: Alardo de Popma, 1625.

ANÔNIMO. *La defaite navale de trois mil, tant Eſpagnols que Portugais, mis & taillez en pieces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos*. *Traduite de Flamand en François*. Paris: por Jean Martin, 1625.

ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y Gelanda causaron las nieves, y yielos, que este año uvo, matando gran numero de perſonas, y deſtruyendo la mayor parte de los ganados de aquella tierra. Daſe cuenta del grande caſtigo que Dios embiò sobre eſtas Islas, y como ſe anegaron mas de quarenta Ciudades y villas, con toda la hazienda, y la maior parte de los moradores dellas. Sacado de las cartas eſcritas de Flandes al ſeñor Embaxador de Alemania, que aſsiſte en la Corte*. Madri: por Juan Gonzales; Sevilha ("por su original"): por Francisco de Lyra, 1624

ANÔNIMO. *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanías de Itamaracà, Paraiba, Rio Grande, Ciarà & Ilha de Fernaõ de Noronha, por Francisco Barreto Meſtre de campo general do Eſtado do Braſil, & Gouernador de Pernambuco*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654.

ANÔNIMO. *Relaçam do dia em qve as armadas de sva Magestade chegarão à Baya, & do que se fez até vinte dous de Abril, em que mandou a Pernambuco desde vinte e nove de Março, em que derão fundo na dita Baya*. Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1625.

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira de tudo o ſuccedido na Reſtauração da Bahia de todos os Sanctos deſde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados ſeus eſtandartes cõ grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de ſeus vaſſallos, que neſta empreſa ſe acharam, anihilaçam, e perdas dos rebeldes Olandezes ali domados. Mandada pelos Oficiaes de ſua Magestade a eſtes reinos. Foy viſto pelo Padre Fr. Thomas de S. Domingos Magister.* Lisboa: por Pedro Craesbeek, com todas as licenças necessárias, 1625.

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lvgar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que eſcreueo hum Religioſo de muyta authoridade, & que foy teſtemunha de viſta de quaſi todo o ſocedido: & aſsi o affirma, & jura; & do mais que depois diſſo ſocedeo tè os dezoito de Abril deſte prezente, & fatal anno de 1630*. Lisboa: por Mathias Rodrigues, com todas as licenças necessárias, 1630.

ANÔNIMO. *Relação verdadeira de todo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos desde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados seus estandartes com grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de seus vassallos, que n'esta empresa se acharam, anihilação, e perdas dos rebeldes Hollandezes alli domados. Mandada pelos Officiaes de Sua Magestade a estes reinos.* Lisboa: Por Pedro Craesbeek impressor, 1625.

ANÔNIMO. *Relacion cierta y verdadera de la feliz vitoria y proſperos ſuceſſos que en la India Oriental han conſeguido los Portugueſes, contra armadas muy poderoſas de Olanda, y Perſia, eſte año de 1624. La fecha en la ciudad de Goa, cabeça de aquel Reyno, a 27 de Março, del dicho año, y vino en la nao Santo Tomé. Refierenſe las naos y armadas que a los enemigos le han deſbaratado, la muchedumbre de gente que le han muerto, las fortalezas, y lugares que han ganado, y una ciudad muy fuerte, con otras nuevas de gran alegria para los Catolicos*. Madri: por Bernardino de Guzman, 1625.

ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de ſu Magestad à hecho al ſocorro del Braſil, y batalla que entre ella, y la de los Eſtados de Olãda ſe dieron en doze de Septiembre deſte año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos. Es traslado de la que ſe embiò a ſu Mageſtad.* Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença do Alcaide-mor D. Alonso Bolañoz, 1631.

ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de ſu Mageſtad à hecho al socorro del Braſil, y batalla que entre ella, y la de los Eſtados de Olãda ſe dieron el doze de Septiembre deſte año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos*. Sevilha: por Francisco de Lyra, 1631.

ANÔNIMO. *Relacion de la Victoria qve los portugveses de Pernambuco Alcançaron de los de la Compañia del Braſil en los Garerapes a 19. de Febrero de 1649*. Viena: 1649 (sem indicação de impressor).

ANÔNIMO. *Relacion de la Vitoria qve alcanzaron las Armas Catolicas en la Baîa de Todos Santos, contra Olandeſes, que fueron a ſitiar aquella Plaça, en 14. de Iunio* [sic por 16 de

março] *de 1638. Siendo Gouernador del Estado del Brafil Pedro da Silva*. Madri: por Francisco Martinez, con licenças, 1638.

ANÔNIMO. *Vitoria qve tres caravelas portvgvesas tvvieron contra los Olandeses qve eſtavan edificando una fuerça en la Isla de Santiago de Caboverde. Daſe cuenta de como los degollaron a todos, y del artilleria, polvora, municiones que les tomaron, y de como entraron triunfando en Lisboa, arraſtrando las vanderas del enemigo*. Sevilha: por Francisdo de Lyra, 1629.

ANÔNIMO. *Warhaffte gründliche Relation, Was gestalt durch dero Königk: Mayest: inn hispanien Obristen Don Friderico de Toleto mit beystand des Allmächtigen Brasilia den holländern widerumb abtrungen und erobert worden*. Augsburg: por Andream Asperger, 1625.

AVEDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viaie, y sucesso de la Armada que por mandado de su Magestad partio ao Brasil, a echar de alli los enemigos que lo ocupavan*. Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença, 1625.

BACELAR, Antônio Barbosa. *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernaõ de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & governador de Pernambuco*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654.

OSÓRIO, D. Fadrique de Toledo. *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Señor don Fadrique de Toledo, general de las Armadas, y poderoſo exercito, que fue al Brafil, y del feliciſsimo ſuceſſo, que alcançaron en dia de los glorioſos Apoſtoles S. Filipe, Y Santiago, que fue a primero de Mayo, deſte año de 1625. Daſe cuenta a ſu Mageſtad de las capitulaciones que en ſu Real nombre tratò cõ en enemigo, del modo que ſalieron de la Ciudad, y del grande interes que ſu Magestad consiguio en ſu recuperacion*. Sevilha: por Simon Faxardo, com lic. do tenente D. Luís Ramirez, 1625.

ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria que ouve o capitão mor da capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda, que ſão vinte naos de guerra, & vinte & ſete lanchas: pretenderão occupar eſta praça de ſua Magestade, trazendo nellas para o effeito dous mil homens de guerra eſcolhidos afora a gente do mar. Compoſta pello reverendo padre Frey Paulo do Roſario comiſſario Provincial da Provincia do Brafil da ordem do Patriarcha Sam Bento, como peſſoa que a todo ſe achou preſente*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, com licenças, 1632.

TOVAR, Joseph Pellicer de Ossau y. *Mission evangelica al reyno del Congo que el año M. DC. XLV hizo la Religiõ serafica de los capuchinos, con Auctoridad del Santissimo Vrbano Octavo Pontifice Maximo*. Madri: por Domingo Garcia i Morràs, com licenças, 1649.

*Fontes manuscritas*

ANÔNIMO. "Carta do capelão ao governador geral". Arquivo Histórico Ultramarino, , ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333.

ANÔNIMO (Atribuído a ATAÍDE, D. Jerônimo de). *Cap.$^{os}$ da relaçaõ*. Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-12, fl. 151-185.

ANONIMO (Atribuído a SANTIAGO, Diogo Lopes). *Historia da Guerra de Pernambuco, e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro aclamador da guerra*. Biblioteca Municipal do Porto, ms. 111.

ANÔNIMO (Atribuído a SOARES, Diogo). *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado.* British Library, Addicional Manuscript 28461, pp. 95-102.

ANÔNIMO. *Relaçao da viagem que fez Silvestre Manso, piloto do patacho nossa Senhora do Rosário a Itamaracá, com a notícia do Assalto que os nossos fizeram em Pernambuco num forte dos olandezes, donde lhe mataram trinta e oito homens e desmontaram a artilharia, só com a perca* [sic] *de onze dos nossos na retirada, assaltos que davam todos os dias com dano considerável destes e vantagem das nossas armas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, C. Cronológico, parte I, mç 118, n. 69.

ANÔNIMO. *Relação da victoria q Deos nos deu em Domingo da Pascoella 19 de Abril, contra o inimigo Olandez, q com seis mil homẽs marchou p^a^ a campanha, sendo o nosso poder taõ infirior de 2500 e os inuistimos no sitio q chamaõ os outr^os^ dos Gararapes, duas legoas do Recife*. Biblioteca da Ajuda, 49-X-24, pp. 375-376.

ANÔNIMO. *Relaçaõ dos nauios gente de mar, e guerra, prouisaõ de mãtimentos, artilharia, e moniçoẽs com q foi prouida a Armada q se aprestou pera restauraçaõ da Bahja, de que he Capitaõ geral Dom Manuel de Meneses, que partiu em 22 de nouembro de 1624*. Biblioteca da Ajuda, 51-VII-44, f. 399.

ANÔNIMO. *Relação dos Nauios, gente de mar e guerra, prouisão de mãtimentos, artilharia e moniçõnes com q foi prouida a Armada q se aprestou pera a restauração da Bahja, de que he Capitão geral Dom Manuel de Meneses, q partiu em 22 de Nouembro de 1624*. Biblioteca da Ajuda, 51-VII-44.

ANÔNIMO. "Relacion de como los olandeses tomaron a Pernambuco el año 1630". *In:* MASCARENHAS, Jeronimo de (Ed.). S*ucesos del año* 1630. Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss/2362.

Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, CU, 015, Cx. ms, D. 333.

Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Reg. Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, lv. 12, fl. 157v-158; lv. 17, f. 318; lv. 24, fl. 83v-84.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 20, f. 326v-328.

*Biblioteca Augustiniana Conventus Ulyssiponensis Dominae Nostrae de Gratia*. Biblioteca Nacional de Portugal, cota COD.7460, *sub voce* "Manoel Calado Paulista".

"Carta da rainha d. Luísa de Gusmão para o conde de Soure", 20/11/1659. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, cota 1145 (1).

Cartas, relações e papéis diversos de Matias de Albuquerque ao Consejo de Estado de Castela. Archivo General de Simancas, Guerra y Marina, Legajo 1325.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Noticias sobre el suceso de D. Lope de Hoces en la armada que llevo con socorro a Pernambuco en 1635*. Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss. 10475 (H.64R-64V.).

COELHO, Duarte de Albuquerque (*et. al.)*. *Opúsculos da Guerra do Brasil*. Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, cota 1555.

FREYRE, Francisco de Brito. *Restauração de Pernambuco*. Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, cota AT/L35.

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitan. Primeira parte. Entrepresa e Restauração de Pernambuco e das capitanias adjacentes. Varios, e belicosos sucessos entre Portuguezes, e Belgas acontecidos pelo decurso de vinte e quatro annos, tirados de noticias, relações, e memorias certas. Compostos em forma de historia pelo M. R. P pregador geral Frei Raphael de Jesus, religioso da ordem do grande Patriarcha São Bento na reformada congregação de Portugal, offerecidos ao general João Fernandes Vieira e por ele dedicados ao serenissimo Principe D. Pedro Nosso Senhor Regente da Monarchia Lusitana. Anno de 1675*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, "Manuscritos do Brasil", livro 20.

"Liuros prohibidos que estavaõ fichados de baixo de chave em lugar separado na mesma livraria". Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (MNEJ), maço 62, cx. 50.

MASCARENHAS, Jeronimo de (Ed.). S*ucesos del año* 1630. Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss/2362.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do conde dom Duarte de Meneses. Manuscrito mandado escrever por El-Rey D. A. o 5º* . Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Ms. A.T./L 68 (cópia seiscentista do original datado de 1468).

ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica dos feitos do Conde Dom Pedro de Meneses Primeiro Capitao que foi na cidade de Cepta.* Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, ms. COD. 12982 (Cópia seiscentista do original datado de 1463).

*Estudos consultados*

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

_____. "Memórias de um frade". *In: Ensaios e estudos (crítica e história): 1ª série*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1931 (originalmente em RIAP, n. 65, 1907).

ACIOLI, Vera Lucia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

ALBANESE, Gabriella. “A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e no nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão”. *In*: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a escrita da história*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALBUQUERQUE, Cleonice Xavier de. *A remuneração dos serviços da guerra holandesa*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Jean Bodin na Península Ibérica: ensaio de história das ideias políticas e de direito público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1978.

_____. “Para uma teoria política do barroco em Portugal: a *Summa Politica* de Sebastião César de Menezes (1649-1650)”. *In*: *Estudos de Cultura Portuguesa*, *vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326.

_____. *Um percurso da construção ideológica do Estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Maria Tereza. *A Língua do Ver na Espanha dos Áustria: criação de memória e fixação de ideais*. Évora: tese de doutoramento defendida na Universidade de Évora, 1997.

_____. *O pensamento do cronista Fernão Lopes*. Lisboa: Revista eHumanista (Universidade de Lisboa), v. 8, 2007, pp. 133-142.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da* história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AROUCHA, Marcone Zimmerle L. *Serviço e nobilitação: a dinastia Bragantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680)*. Recife: Dissertação de mestrado defendida no PPG em História da UFPE, agosto de 2015.

AZEVEDO, João Lucio. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Ed. Clássica, 1947.

BARTHES, Roland. “A morte do autor”. *In*: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1967], pp. 57-64.

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BÉGAND, Patrick (Ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006.

BELO, André. *As Gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Estudos Sociais, 2001.

BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tesis doctoral defendida no Departamento de História Moderna da Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 2008.

BLAAK, Jeroen. *Literacy in everyday life: reading and writing in early modern Dutch diaries*. Boston/Leiden: Brill, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONILHA, Alexandre da Cruz. *Manuel Faria de Sousa, historiador*. São Paulo: tese de doutorado apresentada à Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2011.

BOOGAART, Ernt van den. "Morrer e viver em Fernando de Noronha (1630-1654)". *In:* GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 2007, p. 19.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *"Clarins de Iericho": Oratoria sagrada y publicistica en la Restauração Portuguesa*. Madri: Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea, n. VII, 1986, pp. 13-31.

_____. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo del oro*. Madri: Marcial Pons, 2001.

_____. *D. Filipe I*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

_____. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

_____. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola (1602-1686)*. Londres: The Athlone Press, 1952.

BRAGA, Isabel Drumond & BRAGA, Paulo Drumond. *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios europeus: Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

BRAGA, Paulo Drumond. *D. Pedro II (1648-1706): uma biografia*. Lisboa: Tribuna, 2006.

BUESCU, Ana Isabel. "Livros e livrarias de reis e de príncipes nos séculos XV e XVI". *In: Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.* São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. "A Nova História, seu passado e seu futuro". *In*: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CALMON, Pedro. *Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller & PASTORE, G. Grassia. *1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra.* Rio de Janeiro: TOPOI, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, pp. 263-264.

_____. *Incômoda história: colônia e passado no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do PPG em Ciência da Literatura da UFRJ, n. 18, 2008, pp. 71-83.

_____. *O paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto; SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. *O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 13, n. 24, jan-jun 2012, pp. 10-28.

CAMPOS, Fernanda M. A. da Silva Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Lisboa: tese de doutoramento em História defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

CANGUILHEM, Georges. *Descartes et la technique*. Transformação, São Paulo, 5, 1982, pp. 111-122.

CARBONELL, Charles-Olivier. *L'histoire dite positiviste en France.* Romantisme: 1978, n. 21-22. Les Positivismes, pp. 173-185.

CARDIM, Pedro. "La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667)". *In*: MARCOS, David Martín (ed.). *Monarquías encontradas – Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013.

_____. *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del reino de Portugal*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 2014.

CARDIM, Pedro & XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

CARDOSO, José Luís. *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Rio de Janeiro: Acess, 2002.

CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. *Mais na opinião que nas forças: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1666)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado defendida no PPG em História Social da UFRJ, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. (coord). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: DIFEL, 1998 [1987].

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XV e XVIII*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998 [1992].

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá e Costa, s/d [1940].

CLEMENTINO, Kleber. *Clio no ultramar: elementos da historiografia portuguesa nas narrativas seiscentistas da guerra holandesa*. Recife: Clio (Revista de Pesquisa Histórica do PPG em História da UFPE), n. 32.1, 2014, pp. 63-83.

_____. *Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa*. Anais do XVII Simpósio Nacional de História, Natal, julho de 2013.

COSTA, L. Freire & CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1952.

CURTO, Diogo Ramada. *A cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 2011.

_____. *A produção do discurso político seiscentista: o caso de Luís Marinho de Azevedo*. Lisboa (Viseu: Tip. Guerra): Separata da Revista de História Econômica e Social, 1984.

_____. *A Restauração de 1640: nomes e pessoas*. Lisboa: Península – Rev de Est. Ibéricos da Fac. de Letras da Univ. do Porto, n. 0, 2003, pp. 321-336.

_____. *História política da cultura escrita*. Lisboa: Verbo, 2016.

_____. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura portuguesa, 1988.

_____. "Os holandeses no Brasil: lutas e discursos". *In*: *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV ao XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

_____. "Orientalistas e cronistas de Quinhentos". *In*: *Cultura escrita (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007, pp. 126-127.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras 2010.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, vol I: Artes de fazer*. Petrópoles: Vozes, 1998 [1980].

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

DORÉ, Andréa. *Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa*. Talia Dixit (Revista interdisciplinar de retórica e historiografia da Universidad de Extremadura), n. 6 (2011).

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. *O renascimento do acontecimento*. São Paulo: UNESP, 2013.

DURANT, Will. *História da Civilização, vol VII: começa a idade da razão (1558-1648)*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos [Separata da rev. Studia], 1974.

EDMUNDSON, George. *The Dutch Power in Brazil. The Struggle for Bahia 1624-1627*. English Historical Review, Vol. XI, Oxford, 1896, pp. 231–259.

ELLIOTT, John H. *El conde-duque de Olivares: el político en una época de decadencia.* Barcelona: Crítica, 2010.

EMMER, Pieter. "Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII". *In*: PÉREZ, J. M. Santos & SOUZA, George F. C. de. *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ed. Universidad Salamanca, 2006.

ETTINGHAUSEN, Henry. *The News in Spain: Relaciones de sucesos in the Reigns of Philip III and IV*. European History Quarterly, 14 (1984).

FARIA, Ana Leal de. *A neutralidade portuguesa no tempo de Pedro II*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013.

FARIA, Ana Leal de. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*. Lisboa: Editora MNE-ID, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

FEBVRE, Lucien e JEAN-MARTIN, Henri. *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2000 [1958].

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992 [1952].

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. "El taller historiográfico alfonsi. La Estoria de España y la General estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio". *In*: MARTINEZ, Jesús Montoya. & RODRIGUEZ, Ana D. (coord.). *El Scriptorium alfonsi: de los Libros de Astrologia a las "Cantigas de Santa Maria"*. Madri: Fondación Universidad Complutense, 1999, pp. 105-126.

_____. *La historiografia alfonsí y post-alfonsí en sus textos: nuevo panorama*. Paris: Cahiers de languistique hispanique médiéval, n. 18-19, 1993-4, pp. 101-132.

FIGUEIRÔA-REGO, João de. *A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: alguns aspectos*. Lisboa: Actas do Congresso Internacional "O Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades", 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

_____. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

_____. "O que é um autor?". *In*: *Ditos e escritos, vol. III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969], pp. 264-298.

FOSSIER, François. *A propos du titre d'historiographe sous l''Ancient Régime*. R. d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 32e, 3, *Histoire et Historiens*, jul/set 1985, pp. 361-417.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 [1950].

GAY, Peter. *O estilo em história: Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (1380/90-1459): crônica e história em Portugal*. Niterói (RJ): Dissertação apresentada ao PPG em História da UFF, 2009.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaios.* Vol. II. Lisboa: Sá e Costa, 1978 [1968].

GOUVEIA, Mário de. *O essencial sobre a analística monástica portucalense (séc. XI-XII)*. Lisboa: Lusitania Sacra, n. 25, janeiro-junho de 2012, pp. 183-226.

GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2011.

_____. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1950].

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Mattos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703).* Lisboa: Dom Quixote, 1986 [1981].

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*. Revista de História da Universidade de São Paulo, n. 148 (1º 2003), pp. 9-34.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, A. Manuel. *A Nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII*. Penélope: fazer e desfazer a História. Número 12, 1993.

_____. "A representação da sociedade e do poder". *In* HESPANHA, António Manuel (coord.) & MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. *As faces de uma revolução*. Revista Penélope: fazer e desfazer a história, n. 9/10, 1993, pp. 7-16.

_____. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. *História das Instituições: época medieval e moderna.* Coimbra: Almedina, 1982.

_____. *O Estado absoluto: problemas de interpretação histórica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, separata do n. esp. do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – "Estudos em homenagem ao prof. Dr. J. J. Teixeira Ribeiro", 1979.

ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch republic: its rise, greatness and fall (1477-1806)*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.

_____. *Conflicts of empires: Spain, the Low Contries and the struggle for world supremacy (1585-1713)*. Londres: The Hambledon Press, 1997.

JESUS, Roger Lee Pessoa. *A História da América Portugueza (1730) de Sebastião da Rocha Pitta: o contexto, o autor, a obra*. Coimbra: Revista de História da Sociedade e da Cultura, n. 11 (2011), pp. 146-147.

KAGAN, Richard. *Los cronistas y la Corona: la política de la historia en España en las Edades Media y Moderna*. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos (UFBA), 2004.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao PPG em História da UFF, 2010.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

LANCIANI, Giulia. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Ed Caminho, 1997.

LAWRENCE, Jeremy. *The Middle Indies: Damião de Góis on Prester John and the Ethiopians*. Renaissance Studies, n. 6, 1992, pp. 306-24.

LEFFLER, Phyllis K. *French historians and the challenge to Louis XIV's Absolutism*. French historical studies, vol. 14, n. 1 (primavera de 1985), pp. 1-22.

_____. *From Humanist do Enlightenment historiography: a case study os François Eudes de Mézeray*. French historical studies, Duke University Press, vol. 10, n. 3 (primavera de 1978), pp. 416-438.

_____. *The "Histoire Raisonée", 1660-1720: a pre-Enlightenment genre*. Journay of the History of Ideas, University of Pennsylvania Press, vol. 37, n. 2 (abril-junho de 1976), pp. 219-240.

LEITE, Bruno Martins Boto. *O Caso servo do Discurso: a "Escola de Tácito" e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII*. Rio de Janeiro: dissertação defendida no PPG em História Social da UFRJ, 2007.

LEITE, Jorge Miranda. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Niterói: dissertação de mestrado apresentada ao PPG em História da UFF, 2009.

LINAJE CONDE, J. A. Linage. *Los bolandistas*. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 2, 1992, pp. 187-206.

LOPES, André Leme. *Moralidade e justiça na historiografia antiga: o "manual" historiográfico de Luciano de Samósata*. São Paulo: Rev. História, v. 24, n. 2, 2005.

LISBOA, João L; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda &. *Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora*. 3 vols. Évora: CIDHEUS, 2002-2012.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II: o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (org). *História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *A "Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos", do Bispo D. Juan de Palafox y Mendonza*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, pp. 43-65.

_____. *Equus Rusus: A igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*, Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História da universidade Federal da Bahia, 2010.

_____. *Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624*. Madri: Hispania Sacra, LXIII. 127, enero-junio 2011.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre*. Florianópolis: Rev. da Anpoll (Assoc. Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística), UFSC, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (séculos XV-XVII).* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

MARQUES, João F. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Porto: tese de doutorado apresentada à Universidade do Porto, 1983.

MARQUES, Maria E. C. Magalhães. *O soldado prático e a lógica da "economia do dom"*. São Paulo: Revista da USP, n. 83, set/dez/ de 2009, pp. 126-135.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade de letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2000.

MARTÍN MARCOS, David. *Península de los recelos: Portugal y España, 1668-1715*. Madri: Marcial Pons, 2014.

MARTINS, Maria T. E. Payan. *A censura literaria em Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2005.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, vol. I: 1550-1794*. Ponta Grossa (PR), Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010 [1976].

MATOS, Luís de. *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*. Lisboa: Ed. Ramos, 1965.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP, 2007.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de. *História de Portugal, vol. II: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670).* Lisboa: Editorial Estampa, 1997 [1960].

MCKENZIE, Donald Francis. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la librairie, 1991 [1985].

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

_____. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1989].

_____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007 [1975].

_____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008 [1986].

MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2ª edição, 1986 [1960].

_____. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração.* Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1996.

_____. "O domínio holandês na Bahia e no Nordeste". *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. Tomo I, vol. 1: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1961), pp. 260-280.

_____. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000 [1956].

_____. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001 [1947].

MELO, Bruno Kawai S. M. *Desagravos e glorias: trânsito, transitados e relações jurídico-religiosas no Império Português (1696-1762)*. Recife: dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2014.

MESTRE SANCHÍS, Antonio Mestre. *Crítica y apologia en la historiografia de los novatores*. Universidad de Salamanca: Studia historica, Historia Moderna, n. 14, 1996, pp. 45-62.

MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Leiden, 2011.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história". *In*: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil. Vol. 1: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru (sp): EDUSC, 2004.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832).* Lisboa: Imp. Nacional – Casa da Moeda, 1998.

_____. *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. São Paulo, Almanak Braziliense, n. 2, nov. de 2005, pp. 4-20.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado". *In*: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. *O império por escrito: formas de*

*transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI – XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 201-204.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes & BAGNO, Sandra (Orgs.). *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimentos ao século XXI.* Rio de Janeiro: FGV, 2015.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Amsterdam/Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

_____. *Juristas e mercadores à conquista das honras*: *quatro processos de nobilitação quinhentistas.* Lisboa: Sep. Da Rev. De História Econômica e Social, n. 4, 2002.

OLIVEIRA, António. *A contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e Porto*. Coimbra: Revista de História das Ideias, vol. 6, 1984, pp. 259-300.

_____. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Porto: Península - Revista de Estudos Ibéricos, n. 6, 2009, pp. 45-46.

_____. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990.

PAGDEN, Anthony. *Spanish imperialism and political imagination*. New Haven (Connecticut): Yale University Press, 1990.

PARKER, Geofrey (coord.). *La crisis de la monarquia de Felipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006.

PENA SUEIRO, Nieves. *Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos.* Madri: Rev. Pliegos de Bibliografia, n. 13 (1º semestre de 2001), pp. 1-19.

PEREIRA, Ana Martinez. "Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas". *In*: CARVALHO, José Adriano de (Dir.). *D. Maria de Portugal: princesa de Parma (1538-1577) e o seu tempo*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1999.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Retórica e eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

PERES, Lygia R. Vianna. "*El Brasil Restituido" de Lope de Vega y "La pérdida y restauración de la Bahía de todos los Santos" de Juan Antonio Correa. Historia, emblemática*. Cidade do México: actas selectas del X Congreso de la Asociación Internacional del Teatro Español y Novispano de los Siglos de Oro. Universidad Autónoma Metropolitana, 2003, pp. 245-261.

PIRES, Francisco Murari. *Jean Bodin, o Methodus e a Clio tucidideana: as figurações heroicizantes do historiador*. Vária História: Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 189-210, jan-jul 2012.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUP, 2013.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manoel de Mello: esboço biográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914.

_____. *Francisco Manoel de Mello*: Oxford (UK): Oxford University Press, 1922.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PUTINATO, Lucas H. *Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista*. Dissertação defendida no PPG em História da UNESP, 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora e Faperj, 2015.

RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Historia de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RANUM, Oreste. *Artisans of glory: writers and historical thought in seventeenth-century France*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

RAULT, Didier. "Genealogia de las relaciones dedicadas a la batalla de Nördlingen (1634)". *In*: BÉGAND, Patrick (Ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006.

RAULT, Didier. *La información y su manipulación en las relaciones de sucesos*. Toulouse: Rev. Criticón, n. 86 (2002).

RAU, Virgínia & NUNES, Eduardo Borges (ed.). *Inventário post mortem d'El Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.

RAU, Virgínia. *Um "trabalho divertido" do conde de Ericeira: a História de Portugal Restaurado*. Sep. da Aufsätze zur Portugiesichen Kulturgeschichte, Band 10. Munique: 1970.

REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

_____. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

REIS, José Carlos. *A história entre a ciência e a filosofia*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Unicamp, 2008.

REVISTA do INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO. "Donatários de Pernambuco e seus loco-tenentes". Recife, n. 48, 1896, pp. 3-28 (art. não assinado).

RIBEIRO, Marília de Azambuja. "Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. XVI-XVII), *Magallánica - Revista de História Moderna*, 3, 2015, p. 77-100.

RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca Brasiliana: catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

_____. *História da História do* Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SARAIVA, José Antônio & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Livraria Martins Fontes, s/d [1955].

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro. Uma interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Peter Burke. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Revista de Antropologia da USP: São Paulo, 2000, v. 43, n. 1, pp. 1-2.

SCHWARCZ, L. K. Moritz (org.). *Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640)*. The American Historical Review, vol. 96, n. 3 (jun, 1991).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica.* 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

_____. *História de Portugal, vol. IV: governo dos reis espanhóis (1580-1640)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

_____. *História de Portugal, vol. V: a Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)*. Lisboa, Verbo, 1982.

SERRÃO, Joel (dir.), MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MENESES, Avelino de Freitas de (coord.). *Nova História de Portugal*, *vol VII: da paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Lisboa: Presença. 2001.

SERRÃO, Joel. *Diccionário de História de Portugal*. 9 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981-2000.

SILVA, M. Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SINKEVISQUE, Eduardo. *Com furores de Marte e com astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*. Rio de Janeiro: Topoi, v. 7, n. 13, jul-dez de 2006.

_____. *Estilo agudo em história: Ciceronianos & anticiceronianos do século* XVII. Sibila: revista de poesia e crítica literária (online). Ano 15, agosto de 2012.

SMALLEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974.

SOLL, Jacob. *Empirical history and the transformation os political criticism in France from Bodin to Bayle*. Journal of History od Ideas, vol. 64, n. 2, abr. 2003, pp. 297-316.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al*. *A gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições da Universidade Fernando Pessoa, 2007.

STRADLING, R. A. *The Armada of Flanders: Spanish maritime policy and European War, 1568-1668*. Nova Iorque: Cambridge Univesity Press, 1992.

TENGARRINHA, José (org.), MATTOSO, José (et al.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

USUNÁRIZ, Jesus M. *América, la política internacional europea y las "relaciones de sucesos" españolas tras los tratados de Westfalia*. Santiago: Rev. Chilena de literatura, n. 85 (nov. 2013).

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquia Hispánica (1580-1668)*. Madri: Arco Libros, 2000.

_____. *Sobre reyes de invierno. El deciembre português y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros mas)*. Pedralbes (Revista do dep. de História Moderna da Universitat de Barcelona), n. 15, 1995, pp. 103-136.

VALLANCE, Monique. *A rainha restauradora Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

VASCONCELOS, J. A. Frazão de. Amaral. *Henrique Dias, herói da restauração de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

VARELA, Laura Beck. *Literatura jurídica y censura: fortuna de Vinnius en España.* Valencia: Tirant, 2013.

VIANA, Helio. "Matias de Albuquerque". *In*: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, n. XL, 1946, pp. 46-84.

VIDAL, Silvina. *Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623)*. Anuario del Centro de Estudios Históricos Carlos S. A. Segreti, Córdoba (Argentina), ano 10, n. 10, 2010, pp. 325-341.

VIEIRA, Antônio (autor) & PÉCORA, Alcir (Org.). *Antônio Vieira: Sermões*. 2 vols. Hedra, 2014.

VIEIRA, Antônio (autor) & PÉCORA, Alcir (Org.). *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIEIRA, Daniel de S. Leão. *Topografias imaginárias: a paisagem política do Brasil Holandês em Franz Post, 1637-1669*. Tese defendida na Faculdade de Humanidades da Universidade de Leiden, 2010.

VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. *In: Oeuvres complètes de Voltaire*. Tomo 13. Paris: Garnier, ed. Louis Molland, 1878, p. 174.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

XAVIER, Ângela Barreto. *El rei aonde pode, & não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.

XAVIER, Angela B. & HESPANHA, Antônio M. "As redes clientelares". *In*: MATTOSO, José (coord.) & HESPANHA, Antônio M. (org.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ZÚQUETE, Afonso (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 3 vols. Lisboa: Enciclopédia, 1960.

**Páginas da internet e catálogos online**

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Papeles, batallas y público barroco. La guerra y la Restauração portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668*. Disponível em: http://www.fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#_ftn39. Consulta em 01/03/2016;

KOCHER, Henerik. *Dicionário de Expressões e Frases Latinas*. Disponível em: http://www.hkocher.info. Consulta em 02/02/2015;

NOLI, Fan Stylian. *George Castrioti Scanderberg (1405-1468)*. Boston: dissertação submetida à Un. de Boston para a obtenção do grau de PhD, 1945. Disponível em: https://archive.org/details/georgecastriotis00noli. Consulta em 09/06/2016;

Biblioteca Mário de Andrade, em cuja secção "Obras raras e especiais" se encontra a coleção "Brasiliana", com valiosas fontes sobre o período: http://www.prefeitura.sp.gov.br/

Biblioteca Nacional de España: www.bne.es (estando uma parte do acervo de fontes impressas disponível em meio digital);

Biblioteca Nacional de Portugal: www.bnportugal.pt (estando boa parte do acervo de fontes impressas disponível em meio digital);

Catálogo virtual de relações de sucessos existentes na Biblioteca da Universidade de Sevilha): http://expobus.us.es/relaciones/catalogo.htm;

Catálogo virtual da University os St. Andrews, contendo diversas relações de sucessos de interesse para o tema: http://library.st-andrews.ac.uk/